

LIVRO MÉDICO E CENSURA NA PRIMEIRA MODERNIDADE EM PORTUGAL

474 AMATI LVSITANI
non dubitabam. Ceterum molam & es-
tiusmodi cetera absque vii commercio
gigni non posse itaui sumas. G. lib.
14. De usu partium dicens: Mulierem ne-
mo unquam vidit sine viro, vel molam,
vel eiusmodi quippiam, concepisse: pro-
inde aut rem occultarent, aut alterius
morbi genus alleuerarent. consiliu.

CVRAT. MED. CENT. II. 475
ex balneo effuso, praegnantis euasit, & ex
ca Benzira natus est, vir sapientissimus,
& diuis hodie extant non pauca egregia
documenta, & dictoria elegantissima He-
braica lingua cōscripta. Interpretatur ve-
ro Benzira, filius doloris sui, quia absque
delectatione ipsum concepit mater sua,
& cum dolore ipsum peperit: non vero

HERVÉ BAUDRY

FICHA TÉCNICA

Título

Livro médico e censura na primeira modernidade em Portugal

Autor

Hervé Baudry

Colecção

CHAM eBooks // Estudos 1

Director científico da colecção

João Luís Lisboa

Edição

CHAM — Centro de Humanidades

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade

NOVA de Lisboa

Universidade dos Açores

Av. de Berna, 26

1069-061 Lisboa - Portugal

www.cham.fcsh.unl.pt | cham@fcsh.unl.pt

Director

João Paulo Oliveira e Costa

Sub-Director (Pelouro Editorial)

Luís Manuel A. V. Bernardo

Coordenadora Editorial

Cátia Teles e Marques

Arbitragem científica externa

Palmira Fontes da Costa (FCT, Universidade NOVA de Lisboa).

Foi aceite para publicação em Fevereiro de 2017.

Imagem da capa

Amato Lusitano, *Centuriæ* 3-4, 1565.

© Biblioteca da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.

ISBN: 978-989-8492-52-4

Projecto gráfico e paginação

José Domingues | UNDO

Data de publicação

Outubro de 2017

Apoio

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Publicação subsidiada ao abrigo do projecto estratégico do CHAM, FCSh, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia — UID/HIS/04666/2013.

COPYRIGHT:

Esta é uma obra em acesso aberto, distribuída sob a Licença Internacional Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 (CC BY NC 4.0).



ÍNDICE

1.ª PARTE

TUTO LEGE. A MICROCENSURA DOS LIVROS DE MEDICINA EM PORTUGAL (SÉCULOS XVI-XVII). BALANÇO ESTATÍSTICO-METODOLÓGICO E PERSPETIVAS

5 Introdução

7 1. A problemática da expurgação institucional

21 2. O caso da expurgação dos livros médicos em Portugal: definição dum campo

25 3. A análise da microcensura dos livros de medicina em Portugal (séculos XVI e XVII)

25 Introdução à base de dados

26 Base de dados: lista dos exemplares consultados

28 Análise dos dados

40 4. Tipologia da microcensura: tipos, estilo, grau, circunstâncias

41 Os tipos de censura

54 Estilos de microcensura

57 Análise gradual (CO)

64 Circunstâncias da microcensura

67 5. Conteúdos: um breve olhar

67 O que há para limpar?

71 Três casos de expurgações segundo os índices: Amato Lusitano, Gonçalo Cabreira e André Laguna

82 6. Perspetivas sobre os estudos microcensórios

88 Anexo: Lista dos exemplares com marcas de intervenções microcensórias

2.^a PARTE

BIBLIOGRAFIA MÉDICA LUSA (SÉCULO XVII)

91	Introdução
91	1. História e bibliografia
94	2. Colheitas de uma bibliografia
95	Variações na produção editorial
97	Uma produção pouco arriscada
99	O mercado do livro: volumes de produção
102	O mundo editorial
104	3. Os contextos de produção
104	Aquém e além da ciência
104	Os controlos
107	Os privilégios
108	O império da letra
110	Análise de alguns casos
112	4. Reparos sobre os escritos de medicina
112	Impressos e manuscritos
115	5. Apresentação dos itens
116	Obras impressas
149	Obras manuscritas
157	Índices remissivos
161	Símbolos e abreviaturas
164	Bibliografia

AGRADECIMENTOS

A expurgação inquisitorial era uma forma de limpar os textos, tarefa geralmente levada a cabo por profissionais chamados revisores. Os meus profundos agradecimentos vão para Andy Moreira, Adelino Cardoso e Rute Mota pela sua atenta e democrática tarefa de limpeza do presente trabalho consagrado às *basses œuvres* daqueles.

Que sejam também calorosamente agradecidos todas aquelas e todos aqueles que empilharam na minha mesa livros manchados, rasgados, mutilados, em que muitas vezes a obra da natureza foi inócua em comparação à dos homens, para as equipas sempre disponíveis, bem humoradas, às vezes arriscando a integridade física por, do último degrau de um escadote setecentista, ter que extrair um in-12º da estante mais alta. Quero em particular salientar a indefetível amabilidade de Teresa Alcobia, Isabel Alves, Teresa Amaral, Sofia Gomes, Ana Cristina Mota, Maria da Graça Pericão, Alice Santos, André Silva e de tantas outras pessoas – que me perdoem de não as poder nomear aqui – dedicadas, em condições nem sempre ideais, à salvaguarda das nossas riquezas bibliográficas.



1.^a PARTE

***TUTO LEGE* – A MICROCENSURA DOS LIVROS DE MEDICINA EM PORTUGAL (SÉCULOS XVI-XVII). BALANÇO ESTATÍSTICO-METODOLÓGICO E PERSPÉTIVAS**

Em 2011, quando comecei a pesquisar sobre a censura expurgativa dos livros, o campo era reduzido, a metodologia estava em gestação, e o horizonte, completamente em aberto. Mas tudo se fundamentava sobre uma certeza: este campo era desconhecido. Evidentemente, não tinha uma ideia clara da sua dimensão e das suas potencialidades em termos quer históricos, quer problemáticos. Um outro fundamento, ainda mais intuitivo, assentava sobre uma experiência de abordagem da bibliografia médica, levada a cabo em bibliotecas portuguesas: vários livros impressos na época protomoderna mostravam evidências de intervenções manuscritas de dois tipos bem distintos: algumas acresciam-se ao texto, como comentários, de maneira literária ou não (sublinhados, marcas, etc.)¹; outras, mais perturbadoras, diminuíam-no, fazendo-o desaparecer em quantidades diversas. Enquanto estudava uma corrente inovadora no pensamento europeu do Renascimento, a medicina química, ou iatromedicina, e a sua receção em Portugal, tive de fazer uma incursão num texto, segundo me

¹ Ver *Annotated Books* (online). Em nota, abreviam-se os títulos (nome de autor ou de obra e data), a referência completa sendo dada na bibliografia.



parecia, de um género estranho: o *Index Auctorum damnatae memoriae* impresso em Lisboa em 1624².

“Index”: costuma-se intitular assim livros elaborados no seio de instituições da Igreja Católica e que constituem catálogos de obras e autores censurados. Diz-se que o autor X ou o título Y foram postos no Index. A forma de uma página desses livros, geralmente de pequeno formato (in-8.^o), com as suas colunas de nomes que se seguem por ordem alfabética, é-nos familiar. Ao contrário destes a que se faz mais comumente referência, o livro de 1624 exibia a monumentalidade de um in-fólio com um milhar de páginas, a maioria das quais não apresentava uma litania onomástica, bem patente no início, mas colunas cheias de palavras e números. Encontrei o nome do autor que me interessava, Theophrastus Paracelsus, nas listas iniciais, mas também mais longe, nas páginas cerradas: estava duplamente censurado, por proibição e por expurgação. Na altura, isto refletia uma dupla barragem erguida contra uma possível receção do paracelsismo na Península.

O trabalho presente incide sobre autores e obras, e sobre o quanto foram alvo de expurgação. Chamo microcensura a este tipo de censura, porque encara o nível textual de uma obra³ e não, como no caso da proibição, o das pessoas e das obras na sua totalidade. Claro que essa história não é desconhecida. Mas faltava, por um lado, uma abordagem sistemática da sua especificidade histórica, editorial e técnica e, por outro, a análise e avaliação do seu alcance real, ou seja, da sua efetuação e da sua eficiência. Os

² ILPE, 1624 (ver a lista das abreviaturas). Eis o título completo: *Index Auctorum damnatae memoriae. Tum etiam librorum, qui vel simpliciter, vel ad expurgationem usque prohibentur, vel denique expurgati permittuntur. Editus auctoritate illustrissimi domini d. Ferdinandi Martins Mascaregnas Algarbiorum Episcopi, Regij status consiliarij, ac regnorum Lusitaniae Inquisitoris Generalis. Et in partes tres distributus, quae proxime sequenti pagella explicate censentur. De consilio Supremi Senatus S[anc]t[ae] Generalis Inquisitionis Lusitaniae, Ulyssiponae: ex off. Petri Cræsbeck, 1624, in-fol., 1047 pp.*

³ Quando forgei este termo para uma primeira apresentação dessa pesquisa, pensava ter criado um neologismo. Descobri mais tarde que a palavra inglesa, *microcensorship*, aparecia utilizada em alguns estudos relativos à censura nas redes sociais, o que veio confirmar a pertinência da noção.

corpus interno (os textos censórios, ou índices⁴) e externo (os textos censurados) contemplados são vastos: essa distinção apareceu com a elaboração de uma metodologia *ad hoc*. O estudo presente descreve e aciona, conforme as etapas da sua progressão, as peças nocionais que se foram impondo ao longo das investigações no terreno.

Começarei por tratar da problemática da expurgação institucional, no sentido em que a microcensura apresenta um conjunto de traços semelhantes aos textos de lei (ponto 1). Em segundo lugar, o campo posto em análise será definido no seu enquadramento cronológico, geográfico e temático (ponto 2). Assim se tornará possível entrar no estudo sistemático, com a apresentação de uma base de dados e seguinte análise dos fenómenos observados dos pontos de vista qualitativo, quantitativo e tipológico (pontos 3 a 5). As conclusões são forçosamente limitadas, dada a área em questão. Avançarei com uma série de reparos traçando algumas linhas de perspetiva abertas pelo estudo da microcensura (ponto 6).

1. A problemática da expurgação institucional

A proibição de um livro implica uma situação binária nem sempre fácil de interpretar, porque depende da sua presença/ausência, quer ao nível da sua existência numa biblioteca, quer ao nível da sua leitura, textualmente induzível. Quanto ao primeiro nível, como explicar a presença física de exemplar(es)? Por exemplo, existe um da *Medicina Catholica* de Robert Fludd que, no entanto, é uma obra altamente proibida conforme o índice de 1640 (“*potissimum prohibetur*”)⁵. Aqui, a história do livro e a história das ideias, são confrontadas com situações muito delicadas e, de maneira

⁴ Passarei a utilizar a palavra comum seguida pela data de publicação para referir os livros do género Index.

⁵ Exemplar da biblioteca Joanina (BGC, cota 2-3-22-19). É um dos três volumes de obras (“*Fludi Opera*” na lombada), todos encadernados pela Universidade no século XVIII; exemplares virgens (sem marca manuscrita alguma). Outro exemplo: a biblioteca do Palácio de Mafra possui duas obras filosóficas devidamente dadas como proibidas no catálogo (século XVIII).

geral, enquadram-se nas perspetivas analítica e autorial. Sem responder aqui à questão do livro proibido, abundantemente tratada, lembrarei apenas que as bibliotecas não eram só lugares de leitura, mas sobretudo depositórios onde muitos livros eram destinados a um sono forçado, muitas vezes até aos tempos de inquirição científica.

Com a censura expurgativa, as coisas são, por assim dizer, manifestas: o livro é o suporte da censura. Este tipo de censura não nasce com a invenção da imprensa⁶. Mas uma investigação dedicada à sua efetividade e ao que se passou ao longo de séculos impressionou historiadores de tal modo que qualquer abordagem sistemática foi até agora julgada como gigantesca⁷ ou impossível, condenada a análises meramente casuais⁸. Antes de tecer mais reparos sobre a questão, olhemos para os principais marcos da história a microcensura.

Os primórdios da história desta modalidade censória remontam pelo menos ao ano 1830 quando um pastor protestante, Joseph Mendham, publicou um estudo sobre a política literária da Igreja romana⁹. Em 1837, um dos seus muito prováveis leitores, Richard Gibbings, licenciado em letras pelo Trinity College de Dublin, foi responsável pela primeira reedição na Europa pós-inquisitorial de um Index. E este é o index de expurgação, o único romano deste tipo, de 1607. Só meio-século depois apareceram as primeiras bibliografias dos índices católicos: as dos Alemães Reusch (1883-1885) e Hilgers (1904) e a do Americano Putnam (1906). O trabalho desta geração de historiadores só viria a ser retomado e sistematizado no final do século com os volumes editados sob a direção de De Bujanda (1884-2002). Por outro lado, a abertura dos arquivos do Vaticano permitiu estabelecer as fontes das censuras, como ficou profusamente patente, no campo das ciências, com o trabalho de Baldini e Spruits (2009). Exceto a reedição de 1837, só os índices expurgatórios do século 16 ficaram legíveis graças a esta

⁶ Ver Gil 1983; Bianchi 1999.

⁷ De Bujanda 1993, 108: “a huge chantier”.

⁸ Martins 2005, 806; Viala 2009, 340.

⁹ Para as referências completas às obras dos autores mencionados aqui, veja-se a bibliografia.

tarefa monumental. Estes textos constituem, como veremos, uma peça chave da metodologia microcensória e, por assim dizer, a fonte impressa da atividade. A expurgação ficou, de um modo geral, bastante desconhecida por, pelo menos, duas razões: são numerosas e variadas as edições, daí, aliás, uma certa confusão bibliográfica, que também sofreram uma certa marginalização nos estudos censórios porque foi a modalidade da proibição que sempre atraiu preferencialmente a atenção dos historiadores; os conteúdos são, de longe, bem mais complexos e geralmente usados de maneira ocasional. A literatura crítica sobre a expurgação reflete essa situação, sendo escassa em comparação com a que incide sobre a proibição. Raros são os livros inteiramente consagrados à questão da censura expurgativa. Deixando de lado a obra de Borelli (1885), um evangelista na linha de Mendham e Gibbings, citemos Raúl Rêgo (1984) no caso português; Perrin (1992) interessou-se por esta forma de expurgação chamada a bowdlerização, ficando na cultura anglo-americana moderna e contemporânea; o trabalho mais recente, um conjunto de artigos editado por Harrison e Stray (2012), resulta de um colóquio sobre o tema da expurgação dos autores da antiguidade clássica. O resto da produção crítica espalha-se entre alguns capítulos de livros e, na grande maioria, artigos, o que reforça, senão o caráter anedótico deste campo, pelo menos a sua secundarização e dependência do tipo predileto dos historiadores, a proibição pura e simples. Para explicar essa tendência de fundo, convém reconhecer que cabe aos países de Inquisição (Espanha, Itália, Portugal e, embora discutível, os Países Baixos) umas extremas especialização e institucionalização dos procedimentos neste aspeto. Daí, a forte proporção de autores oriundos do Sul da Europa, interessados, de maneira mais ou menos empenhada, em desvendar os fenómenos históricos abrangentes. Essa produção é fortemente setORIZADA, isto é, trata-se de estudos que contemplam um aspeto preciso dos fenómenos censórios ligados às práticas expurgativas, nomeadamente um autor ou uma obra.

A bibliografia sobre a censura é enorme porque reflete práticas universais e não para de aumentar graças, não só, ao avanço das investigações históricas, mas também à vigilância dos contemporâneos. Parece muito

reduzida quanto ao nosso assunto pelas razões já invocadas. Eis uma lista de estudos inteira ou significativamente marcados pelos fenómenos da censura de expurgação observáveis nos séculos aqui contemplados (antes do livro impresso, temos que contar, entre outros, com os estudos de Rudich, Wilson e Bianchi). Está organizada por países e temas: Donati, Menchi, Rozzo, Sabato (Itália); Beck Varela, Guereña, Jones, Matías, Peña Díaz, Pardo Tomás (Espanha); Front, Martins, Pereira, Pinho (Portugal); Harrisson, Volpilhac, Fabre, Monfasani (autores clássicos); Godman, Raz-Krakotzkin (Bíblia e autores judeus). Dessa lista tem que se destacar o nome de Pardo Tomás: no seu livro sobre a censura inquisitorial exercida nas ciências, foi o primeiro a abordar a questão da efetivação da expurgação dos livros, em que assentam os estudos da microcensura, como veremos mais abaixo no ponto 2.

Os estudos de censura consistem sobretudo em pesquisas proibitórias, porque se trata, à primeira vista, de livros abordados numa perspetiva individualista, um pouco como na censura de um autor: deve haver uma relação particular, ao vivo ou *post mortem*, entre o censor e o censurado. É, pelo menos, assim que percebo a barreira que foi erguida nos estudos censórios entre as duas modalidades de censura, proibição e expurgação. Temos de reconhecer que o problema é principalmente de ordem metodológica. Se cada autor, cada texto, é um caso em si, só com o conhecimento aprofundado da sua obra e um conhecimento igualmente profundo das intenções do(s) censor(es) se chegará a uma compreensão dos fenómenos. Por se tratar de uma hermenêutica a vários níveis (a perceção do(s) censor(es), a compreensão do historiador), a investigação textual fraciona ao máximo o seu campo de análise. As imagens utilizadas para descrever essa tarefa valorizam a fragmentação, a fragilidade: a análise censória é um terreno minado, um *no man's land* sintético. No entanto, a abordagem metodológica necessita de um ponto de observação, e convém descrevê-lo com precisão.

Nas linhas introdutórias foram avançados os dois objetos principais das investigações: os livros e *um* livro, o índice de livros proibidos. Os primeiros são constituídos pelos exemplares existentes nas coleções; o

segundo apresenta-se sob várias formas, dimensões e conteúdos, conforme a edição feita em países e épocas diferentes; mas mais importante ainda é o facto de que, constituindo um género, estes índices têm estruturas e propósitos semelhantes que permitem definir precisamente a sua generalidade. Convém precisar a relação entre esses objetos de natureza semelhante: é de tipo causal. Isto significa que, ao contrário das abordagens censórias “do lado da vítima”, isto é, feitas a partir do autor, da sua biografia e das obras que refletem as condições particulares do exercício do saber, aqui o ponto de vista adotado parte do lado das instâncias de controlo.

Destarte, um índice de livros proibidos constitui a plataforma dos fenómenos, sendo tanto o resultado das operações de filtragem (a qualificação, noção à qual voltaremos) exercidas sobre os livros e os textos como a causa dos controlos efetuados dentro da cada exemplar a corrigir. Deste modo, essa abordagem é tecnicamente limitada à partida: consiste em observar tudo quanto foi feito conforme a programação contida num índice. Alguns poderão pensar que isso leva a que se ignore o essencial da censura, nomeadamente as ideias expressas, os conteúdos excluídos da partilha social e intelectual. No entanto, a abordagem conduzida do lado do policiamento da expressão escrita, e plástica (a iconografia), não esquece nem desvaloriza ideias como, por exemplo, a censura sobre as posições religiosas heterodoxas ou a defesa do heliocentrismo, mas considera a análise dos conteúdos das censuras como a aplicação de medidas de princípio. Para dar a perceber a importância desta inversão da abordagem dos fenómenos censórios, dir-se-ia que existe, de um lado, um arsenal para aplicar, em extensão permanente ao longo dos séculos, e do outro, o fabrico deste arsenal. Acontece que esta análise fabril, como, por exemplo, no caso dos debates e passos que levaram à censura do *De Orbis Revolutionibus* (1543) mais de meio século depois da sua publicação, está muito bem implementada e conta com trabalhos de referência mas que tendem a limitar-se a casos específicos, por mais importantes que sejam na história das ideias. Dezenas de autores e obras foram, e continuam a ser, alvos de análises e interpretações. O outro lado, a que chamei arsenal, considera todos os nomes, todas as obras, aos milhares, sem separação disciplinar *a priori*, através do olhar

estruturante da catalogação censória. São todos alvo dos controlos, e, facto decisivo, nenhuma arbitrariedade preside ao uso dessas armas quando alvejarem os livros e os textos. Dov Front admirou-se com o facto de censores que viveram com sessenta anos de intervalo uns dos outros terem procedido às mesmas intervenções¹⁰: basta verificar os índices para compreender que os responsáveis são agentes que aplicam um tipo de lei.

O limite, não absoluto, que se impõe a essa abordagem é de ordem geográfica: além de serem quase exclusivamente católicos, os índices são, na maioria, editados e impressos nos países onde foi instalada a Inquisição a partir do fim do século XV. Mas esse limite está longe de significar a existência de uma Europa dividida em duas, com países católicos e não-católicos, como o mostram, por um lado, a história editorial dos índices e, por outro, a receção da produção desse género de livros fora das fronteiras dos países inquisitoriais. É claro que os fenómenos induzidos pela utilização sistemática do arsenal censório devem concentrar-se nas áreas onde essa instituição exerce o seu poder: Portugal, Espanha, Itália(s)¹¹ e Países Baixos. As investigações nascentes comprovarão ou não, ao menos para alguns desses países, essa intuição. No caso português não há dúvidas quanto a isso, como mostrarei mais adiante. Falta abordar a história pré-moderna do género do índice de livros proibidos e distinguir as modalidades censórias da proibição e da expurgação¹².

O catálogo que abre a série de edições que, até ao século XX, integram esse género, foi impresso em Paris em 1544¹³, intitulado, em francês: *Le Catalogue des livres condamnez et censurez par la faculté de Theologie de Paris*. Com excepção do período medieval, a França, não teve Inquisição. No entanto, é

¹⁰ Front 1998, 520-36, 530.

¹¹ O “s” relembra a variedade de estados independentes na Península Itálica.

¹² Limitar-me-ei a indicar o nome dos principais historiadores dos índices de livros proibidos e expurgados com a data das publicações de interesse: Reusch 1883, 1885; Hilgers 1904; Putnam 1916, De Bujanda 1984-2002; para o caso português, Revah 1960; Rêgo 1982; Moreira de Sá 1983.

¹³ Houve, neste ano e pelo mesmo impressor, duas edições.

o país onde a listagem proibitória dos livros, levada a cabo pela Universidade, conhece a sua primeira reprodução tipográfica¹⁴.

Imprimir em formato de livro listas de autores e obras reflete a viagem na repressão da heresia. As condenações já não interessam unicamente à vida académica e ao mundo dos clérigos: o livro e o texto estão ou passam por todas as mãos. Todos devem saber o que fazem, possuem ou leem: a novidade da lista impressa não é de teor qualitativo mas sim quantitativo. A tecnologia tipográfica torna-se, nos anos 1540, um dos centros da vigilância e da repressão. O livro pode combater o livro. Por outro lado, se o princípio dessas listas for sempre o mesmo (catalogar nomes de autores e/ou obras), a estruturação do catálogo francês apresenta algumas características do ponto de vista da organização interna. Está dividido em duas partes: livros em latim e livros em francês¹⁵. Dentro de cada parte, outra bipartição: obras de autores conhecidos, listados seguindo a ordem alfabética do apelido, e obras de autor desconhecido. A atenção dada ao livro anónimo levará os autores dos índices romanos a criar uma classe distinta. A segunda, e última, edição do índice proibitório francês, em 1551, reproduz a mesma estrutura interna. Encontra-se também esta estrutura, adaptada ao país, no primeiro índice espanhol editado em 1559: livros em latim/nas outras línguas (espanhol, holandês, francês, português).

Nos anos 1550-1570 assiste-se à explosão da produção indexativa com a sua sofisticação, sendo o objetivo dos autores e das instituições a exaustividade e a funcionalidade. O primeiro objetivo, apesar de ser irrealizável em absoluto, deduz-se do aumento permanente dos conteúdos indexados; o segundo, da sua organização e hierarquização. Um dos efeitos do concílio de Trento (1548-1563) é a organização do controlo do livro em grande

¹⁴ Sobre a atividade preparatória e as primeiras listas parisienses, ver Higman 1979, cap. 3 e 4. Também tem de se tomar em conta a hipótese de uma lista, manuscrita, elaborada por Vital de Becanis, o Inquisidor da fé de Tolosa (Sul de França) em 1540 (e não, como escreve Higman 1979, 9, em 1549), contando com 77 autores e títulos e 14 canções e num contexto de repressão contra os cristãos-novos (judeus convertidos e saídos de Portugal) da cidade. Destaca-se a importância desta lista pelo grande número de entradas, em comparação com as listas dos parisienses (Higman 1979, 48-50).

¹⁵ Há também uma terceira secção *fourre-tout*.

escala. Um primeiro índice de livros proibidos é publicado sob a égide do muito repressivo papa Paulo IV em 1559, mas é em 1564 que é publicado o índice oficial do concílio. É prefaciado pelo secretário encarregado da sessão do concílio sobre os livros, o português Francisco Foreiro¹⁶. Retomando alguns aspetos decisivos do anterior índice, lista os dados em três classes, chamadas em 1559 “series”: na primeira, condenam-se os autores (“*non tam libri quam librorum scriptores*”; na segunda, os livros (“*non auctores sed libri*”); na terceira, as obras anónimas (“*libros sine scriptoris nomine*”). A institucionalização da tripartição reflete o duplo alvo da censura romana e católica: os homens e os livros. A primeira classe é constituída por listas de indivíduos, à semelhança dos catálogos de hereges¹⁷. Condenar o homem, isto é, o herege¹⁸, significa condenar todos os seus escritos. Na segunda classe, condenam-se livros, o que significa que um escritor não herege, católico, pode escrever coisas condenáveis, até heréticas. Daí a expressão de autor da primeira ou da segunda classe. É dentro dessa última classe que surge a segunda modalidade de censura que nos interessa: a expurgação. Mas, antes de voltar a esse assunto, convém precisar que a difusão do índice tridentino esteve longe de se limitar aos países inquisitoriais mas destinava-se a todos os países católicos. Uma grande parte das edições, quinhentistas a setecentistas, dos cânones e decretos tridentinos comportava, *in fine*, o índice proibitório, assegurando assim a sua presença em todas as instituições dependentes, e mais ou menos próximas, da Igreja.

No mundo católico, a repressão da heresia visa aniquilar os indivíduos e os seus feitos. Mas o combate contra a heterodoxia e o erro estende-se rapidamente aos textos. O que o historiador italiano Ugo Rozzi chama de “inovação expurgativa”¹⁹ é um fenómeno que surge em meados do século XVI, manifestando-se de maneira ainda muito limitada nos índices de que falámos. No entanto, a questão da pureza textual está intimamente

¹⁶ Ver *Dizionario storico dell'Inquisizione*, 2010, vol. 2, pp. 613-14.

¹⁷ Como os de Bernardo de Lutzenburgus, nos anos 1520, ou de Pietro Paolo Vergerio (1556).

¹⁸ Alguns índices imprimem os nomes dos heresiarcas em letras capitais, destacando-os dos outros hereges.

¹⁹ Rozzi 1997, 219-71.

ligada ao projeto humanista²⁰, e, já nos anos 1540, os pedagogos jesuítas foram dos primeiros a usar de práticas expurgativas nos clássicos dados a ler à juventude²¹. Em 1554, em Valladolid, é editado um primeiro *Index expurgatorius*, isto é, uma lista de obras a corrigir. Aqui, trata-se apenas da Bíblia. Será reeditado em Veneza, oito anos depois, sob o título de *Censura generalis*. Serve para limpar os exemplares dos erros que, na vaga do humanismo reformista, foram introduzidos no livro chave da civilização ocidental, limpeza necessária em todos os lugares onde se encontram as edições devidamente identificadas.

A história da expurgação moderna pode assentar-se sobre a data de 1571. Neste ano é publicado em Âmberes o expurgatório dos doutores de Lovaina. Ao contrário dos índices já referidos, e de todas as edições semelhantes, este índice não parecia estar destinado a um público alargado. Organiza as entradas conforme seis disciplinas, podendo o mesmo autor aparecer em várias. São 77 autores para 96 entradas (obras para corrigir). Alguns não voltarão a aparecer nos índices posteriores. Sendo o primeiro do género, o único a sair dos prelos de um país da Europa do Norte, com conteúdos pluridisciplinares e inteiramente dedicado à listagem de correções, do ponto de vista formal, este índice não pode ser considerado como o mero protótipo dos expurgatórios posteriores. Mas, dada a situação política dos Países Baixos, a sua receção em Espanha foi mais significativa, tendo servido de base ao expurgatório espanhol de 1584. Este é publicado, no mesmo impressor, um ano depois do índice de livros proibidos. Em ambos os volumes, o frontispício é idêntico. Com eles, pode-se dizer que a particularidade espanhola se confirma. O índice proibitório difere formalmente do índice tridentino, adotando a organização do de 1559 (por línguas), sem indicação de classe; lista os nomes de autores, precisando que obras são condenadas, se todas ou se algumas. O expurgatório, com 99 entradas organizadas por nomes e sem classes, lista as obras, indicando cada correção

²⁰ Monfasani 1988, 1-31.

²¹ Ver Fabre 1995, 55-76.

a fazer pelos agentes da Inquisição, como é estipulado na regra XIII do índice de 1583²².

Exemplo abreviado e modernizado da entrada “Amato Lusitano” do expurgatório espanhol de 1584:

Ex Amati Lusitani curationum medicinalium centuriis Lugduni, ap. Joannem Franciscum, 1556 p. 1vº
Centuria IV, 36 p. 233: suprimir do início até suæ doctrinæ taceam;
 Título do capítulo. *De mola matricis: suprimir do início até prægnantibus factis;*
Centuria V, 51 p. 147: suprimir quam inter monachos agat dignus;
Centuriæ VI e VII: in Jusjurandum: suprimir de Juro Deum até aut antiquus; de Eodemque loco semper até Sectatores essent.

Essa formulação das instruções expurgativas nunca variará. Na maioria dos casos, é dada na ordem seguinte: autor (nome, apelido), título, dados bibliográficos; localização do extrato (página, coluna), operações diversas que ficam por levar a cabo. No início do volume aparece um índice dos nomes com a referência ao fôlio. É uma inovação, dado que um índice de livros proibidos é, em si, um índice puro, tratando-se unicamente de nomes listados por ordem alfabética: uma entrada, uma linha. Pelo contrário, a entrada de um expurgatório pode chegar às dezenas de páginas, como no caso de Erasmo (fol. 81r-126r, isto é 86 páginas). Como veremos com os expurgatórios dos séculos seguintes, a localização dos nomes, através desses índices internos, merecerá toda a atenção dos editores.

Em forma de balanço para o século XVI, consultemos a reedição dos índices do século XVI feita sob a direção de Jesus M. Bujanda²³: dos 32 índices de livros proibidos reproduzidos, são apenas três os que só contemplam

²² “Y se manda y proibe que ninguno por su autoridad quite los tales errores, ni rasgue, ni borre, ni queme los libros, papeles, ni hojas, donde se hallaren, sin que primero sean manifestados a los Inquisidores: para que les conste de ello, y se haga por su orden lo que convenga.” (*Index et catalogus librorum prohibitorum*, Madrid: apud Alfonsum Gomezium, 1583, in-4.º, p. 6).

²³ Bujanda 1984-2002, 10 vol. (séc. XVI).

a modalidade expurgativa (1554, 1571 e 1584), aos quais se deve juntar o índice português, em vulgar, de 1581, cuja segunda parte é consagrada aos autores e obras por expurgar, que conta com 73 entradas²⁴. Publicado em vulgar, um ano depois do índice em latim, é um instrumento que não se limita ao mundo clerical, mas, pragmativamente, a todos os que entram na cadeia do livro, inclusive os comerciantes²⁵. Um outro aspeto “modernista” vem da combinação das duas modalidades em um volume só, o que, como veremos, tornar-se-á a norma formal dos índices ibéricos do século XVII.

A partir de meados do século, a necessidade de excluir obras e pessoas torna-se tão essencial como a tarefa de limpar alguns textos. Com o crescimento da produção literária na Europa, o desafio é também cada vez maior. Vê-se aumentar o número de entradas nos índices proibitórios: entre os romanos de 1564 e o de 1596, passamos de 1012 entradas a 2029 (esses números incluem algumas repetições), ou seja, um pouco mais de 100 % de aumento. Na tradição romana, só se dá o nome dos autores proibidos até serem expurgados; é uma notificação, e não há instruções precisas. O seu número conhece um enorme acréscimo: de 15 entradas em 1564 passa-se para 116 em 1596. O desafio parece ainda maior no caso da expurgação, cujo processo exige um enorme trabalho de preparação, uma vez que não se limita a registar um nome de família. Será a tarefa do século XVII e, nos primeiros decénios, numa escala internacional: em Roma, Espanha e Portugal.

O primeiro expurgatório seiscentista, elaborado por Giovanni Maria Brachelli, foi impresso em Roma em 1607²⁶. Com 55 entradas para 50 autores, é mais curto que o de Zapata. É o único expurgatório romano, e vê-se, comparando as entradas para expurgar em 1596, menos de metade do

²⁴ ILPE 1581, f. 25r-44r (57 nos parágrafos 1 e 2, mais 16 Padres da Igreja no par. 11).

²⁵ O início do título da segunda parte é: “Aviso e Lembranças, que servem para o negocio e reformation dos Livros”.

²⁶ ILE 1607.

caminho. O segundo volume nunca foi publicado; o único levado a cabo será reeditado ainda em 1745.

O grande salto para a frente em termos quantitativos é dado pelo índice expurgativo espanhol de 1612, com 316 entradas. Junta, num mesmo volume, as duas modalidades, proibitória e expurgativa, mas separando-as, com uma paginação distinta e, cada uma, com o seu índice interno próprio. Sendo uma pura lista de nomes, o índice proibitório ocupa menos de 15 % do volume²⁷. Tanto o proibitório como o expurgativo são organizados por classes e, como sempre, por ordem alfabética dos primeiros nomes. Uma originalidade indexativa encontra-se no índice interno do proibitório que, em vez do nome, lista os heresiarcas e depois os hereges pelo apelido.

Quando o reino de Portugal está sob o domínio da coroa castelhana, sob o rei Felipe IV de Espanha, III de Portugal, é publicado em 1624 o *Index Auctorum damnatae memoriae*²⁸. Trata-se de um índice duplo, proibitório e expurgativo num só volume, à semelhança do precedente, mas com particularidades que proíbem qualquer ideia de simples plágio. Aliás, era mais exato falar em índice triplo. Com efeito, este apresenta dois índices proibitórios: o romano e o lusitano. Sem surpresa, ambos são organizados por classes. O primeiro conta também com um índice interno por apelido, idêntico ao de 1612 mas integrando os nomes de heresiarcas na lista, tipografando-os em letras capitais. O índice expurgatório ocupa cerca de 82 % do volume e conta com 425 entradas, o que representa um aumento de mais de 34 % em relação ao índice espanhol. O esboço das particularidades deste índice chega para demonstrar quanto a Inquisição portuguesa gozou da sua independência, apesar do “fantasma” de uma união das inquisições ibéricas²⁹.

Com este índice acaba a história internacional da indexação censória e se confirma o que podemos apelidar de vocação espanhola para a tarefa expurgativa. Os índices seguintes, ao todo cinco (1632, 1640, 1707, 1747 e 1790), editados até à extinção das inquisições, foram confeccionados

²⁷ ILPE 1612.

²⁸ ILPE 1624.

²⁹ Marcocci 2013, 137.

e publicados originalmente por espanhóis. Limitar-me-ei a descrever as suas características formais principais. Ao índice de 1632, mais do que como duplo, convém qualificá-lo como misto³⁰. Doravante, e até ao penúltimo, a estrutura interna confunde as modalidades censórias, proibição e expurgação, ficando apenas com a classificação tripartida tradicional. Facilita-se a localização dos autores e das obras, misturando os que são simplesmente proibidos e os que necessitam de expurgação. Esta disposição, muito mais prática do que as anteriores, revela também a fragilidade relativa da classificação. Vimos que, na origem, a dicotomia entre hereges e católicos era refletida pela distinção entre a primeira e a segunda classe; por consequência, nenhuma obra de um herege era permitida. A qualidade da pessoa fixava a filtragem. Mas, com o evoluir das práticas expurgativas, que, por sua parte, refletiam necessidades intelectuais, isto é, poder aproveitar os escritos não perigosos de um autor danado, o sistema de classificação perdia uma parte do seu peso. Esta evolução conduz à última novidade indexativa da nossa história, com o desaparecimento da estruturação classificadora do índice de 1790.

O índice de 1632 contém um total de mais de 3000 entradas, das quais cerca de 700 para a expurgação. Contrariamente aos índices duplos, não se pode determinar quantitativamente os volumes de texto respetivos nos índices mistos através da paginação de cada parte, uma vez que são doravante confundidas. Também se vê com mais clareza como fica inexacto o uso genérico do índice de livros proibidos. Desde 1612, com os índices duplos, e agora, com os mistos, a proibição e a expurgação consituem as duas faces da atividade censória sobre os livros e os textos. Talvez se deva relembrar que a expurgação é, em si mesma, uma forma de proibição. Como explicam centenas de entradas, tal obra fica proibida *donec expurgetur*, até que seja expurgada. Aliás, muitas delas ficarão simplesmente proibidas, porque a sua expurgação não pode ser levada a cabo pelos censores. Mas, deve-se perceber que, se a barreira entre o livro proibido e o livro permitido

³⁰ ILPE 1632.

recuou, formou-se um campo cada vez mais amplo. E, ao analisar as variantes entre os índices, em particular de 1581 a 1640, percebe-se situações indicativas de debates e incertezas e de decisões diferenciadas que não se limitam ao aumento de entradas numa perspetiva linear. Tomando um só exemplo, o índice de 1607 contém menos entradas do que o de 1584, e as diferenças de conteúdos não ficam por aqui.

José Pardo Tomás analisou as falhas e as críticas apontadas já depois da publicação do índice de 1632³¹, que levaram ao índice seguinte, publicado apenas oito anos depois³². Sem entrar nas questões dos conteúdos, em particular nas entradas que faltam em 1632 e são devidamente reintroduzidas em 1640³³, observa-se um apêndice com muitas entradas que, em 1640, ficarão integradas. Quanto à estrutura, não muda nada, mas convém assinalar uma novidade notável: os dados biográficos. A maioria dos autores são identificados, além do nome e apelido, pela confissão, quando se trata de hereges (regra geral, protestantes: luterano, calvinista, zwingliano, etc.), e as disciplinas em que exerceu ou escreveu (teologia, filologia, história, etc.); em alguns casos, os dados assemelham-se aos de um dicionário biográfico, como, por exemplo, no caso de Carolus Clusius (Charles de l'Écluse, o vulgarizador de Garcia da Orta), onde se lê que foi médico botânico, ou herbário, algum tempo auditor e familiar de Felipe Melancthon, calvinista, professor em Leiden, faleceu em 1609³⁴. O índice interno, qualificado como universal desde 1632, encontra-se também no início do volume, mas, pela primeira vez, em cada entrada são indicadas a página e a coluna, facilitando muito a sua manipulação. Este índice de 1640 terá

³¹ Pardo Tomás 1991, 75-89.

³² ILPE 1640.

³³ Nem sempre são entradas que faltam. No caso de Copernico, indexado no índice interno, há reenvio para a entrada “Nicolaus Muslierus [sic]”, onde está o *De Revolutionibus* devidamente assinalado para expurgação.

³⁴ “*Medicus Botanicus, seu Herbarius, aliquando Melancthonis Auditor, et Familiaris, Calvinista, Professor Leidensis, obiit anno 1609.*” (ILPE 1632, 144.)

uma impressão pirata em 1667³⁵, tornando-se, ironicamente, alvo de censura no índice de 1707³⁶.

Estudados na perspetiva histórica global e intertextual, os dois índices de 1707³⁷ e 1747³⁸ não apresentam grandes modificações estruturais em relação ao seu predecessor, sendo organizados por classe e por ordem alfabética do nome. No entanto, como foram publicados em dois volumes³⁹, a indexação interna apresenta diferenças: um índice interno para cada volume, pelo nome; um índice universal pelo apelido no fim do segundo volume. Convém, quanto às novidades nas entradas, destacar o conservadorismo em relação às entradas das primeira e segunda classes do índice seiscentista e um notável enriquecimento das entradas da terceira classe, isto é, dos textos anónimos, em particular os impressos e os manuscritos em espanhol. Numa história da expurgação no Antigo Regime, como é a nossa, o índice de 1790, que lista mais obras do Iluminismo, remete para a problemática das práticas censórias do século XIX, em particular antes e depois da extinção das inquisições ibéricas (1821 em Portugal, 1834 em Espanha).

2. O caso da expurgação dos livros médicos em Portugal: definição de um campo

O género do índice proibo-expurgativo é altamente performativo. Deve ser encarado como um texto de tipo legal. Os índices romanos, todos proibitórios à exceção do índice de 1607, aplicam-se a todos os países católicos; mas pode dizer-se que os índices expurgativos, cujo molde local foi descrito, têm força de lei dentro do país produtor, ficando de lado a questão da sua difusão fora deles. Vimos também como foi predominante o caso ibérico nesta história.

³⁵ Foi impresso em Lião ou Genebra (Reusch 1885, 50).

³⁶ Pp. 763-64.

³⁷ ILPE 1707.

³⁸ ILPE 1747.

³⁹ ILPE 1707, vol. 1, letras A-K; 2, L-Z; ILPE 1747, vol. 1, A-G; 2, H-Z.

Portanto, partindo do princípio de finalidade concreta e adotando o ponto de vista da instrução feita para ser aplicada, a investigação incidindo sobre a censura expurgativa apresenta uma base mais sólida do que a censura proibitória quanto à verificação da aplicação deste tipo de lei. De facto, uma questão central da censura dos livros é, antes da sua eficácia, a da efetividade: o que foi feito? José Pardo Tomás foi o único a ter iniciado uma análise nesse sentido⁴⁰. A análise dos exemplares existentes fornece uma base de dados suscetível de dar respostas sólidas, uma vez que a expurgação faz do livro o suporte das intervenções de controlo. Mas, uma vez que o nosso campo é o Antigo Regime, a observação dos fenómenos por essa via pode ser comparada ao trabalho arqueológico: além de se apresentarem em alguns casos como verdadeiras ruínas textuais, às vezes ilegíveis segundo as normas bibliotecárias de acesso, esses livros só constituem uma parte da realidade interrogada. Os estudos que, mais recentemente, foram realizados sobre os catálogos de bibliotecas antigas⁴¹, tão preciosos quanto às suas conclusões sobre, entre outros, a vida intelectual, não nos servem de nada. Talvez possam dar indicações valiosas, mas sempre frágeis, dentro da problemática do livro proibido: estava lá, mas não devia. Na mira da expurgação, precisamos de todos os exemplares disponíveis. O caminho das bibliotecas está aberto⁴².

Dada a vastidão, não incomensurável, do campo em análise, é preciso fixar limites dentro do espaço-tempo pré-estabelecido e fazer os reparos que se impõem. A escolha disciplinar já é um desses limites. Dado o duplo fator da confusão, para nós, provocada pela transdisciplinaridade e a “cornucopia” renascentista, nem sempre é fácil distinguir entre os

⁴⁰ Pardo Tomás 1991, 334-39.

⁴¹ Ver Giurgevich 2012; Giurgevich and Leitão 2016.

⁴² Quanto à biblioteca virtual, já ajuda um pouco. Mas é preciso que todas as edições de uma mesma obra sejam devidamente digitalizadas; quanto à totalidade dos exemplares de cada uma, muito tempo ainda há-de passar... Um efeito perverso do sistema vem da instituição que procede à digitalização do seu fundo, sendo frequente o único exemplar digitalizado ser mais ou menos ilegível, conforme o grau de aplicação das instruções expurgativas de outrora (um aspeto técnico ao qual voltaremos mais adiante), por esta se encontrar em países onde imperou a Inquisição: só com sorte é que se encontra outro exemplar virgem, digitalizado, da mesma edição.

gêneros (ensaio, poesia) ou as disciplinas. No caso da medicina, terceiro pilar do saber protomoderno (a seguir à teologia e ao direito), a maioria das obras são facilmente classificáveis. Mas vários textos ficam à margem, como os das práticas envoltivas, a alquimia, a astrologia e a magia, e, dos saberes pertencentes ao que chamaríamos as ciências naturais, em particular, o estudo dos animais e das plantas. A maioria dos autores contemplados eram médicos. A noção de filosofia natural cobria todas estas artes e ciências, a medicina virada para a descrição do corpo humano e a manutenção da saúde. Daí, a filtragem que foi feita das obras que, tendo na maioria dos casos autores médicos, contemplam essas áreas de atividade e pensamento. Também é preciso acrescentar o facto de nem todos os tratados consultados tratarem a 100 % de medicina, ainda que sejam de autores médicos. Entre esses, encontram-se em particular as obras de Juan Huarte, Oliva Sabuco, Gaspar Cardoso. No entanto, esta relativa heterogeneidade disciplinar não tem implicações sobre o propósito deste estudo, uma vez que não incide diretamente sobre os conteúdos, nem visa defini-los, mas sobre os fenómenos microcensórios observáveis no universo dos impressos protomodernos. A própria análise da censura dos conteúdos fica, por assim dizer, a monte, porque os índices recolhem instruções que são a aplicação de princípios comuns a todas as disciplinas, visando suprimir “os erros que [os livros] tiverem na fé e bons costumes⁴³”. Aliás, há muitas correções nos textos médicos que nada ou pouco têm a ver com a arte em si⁴⁴.

São ao todo 118 os autores e títulos listados nos índices expurgatórios de 1571 a 1640⁴⁵. Não são exclusivamente autores de obras médicas, da mesma maneira que, embora em menor proporção, nem todas são de autores médicos. O segundo limite assenta sobre o duplo tipo de entrada nesses índices. Como já vimos, o fabrico da expurgação é longo, dado que a produção textual não para de aumentar em todos os pontos da Europa

⁴³ ILPE 1581, fl. 25v.

⁴⁴ Para uma síntese dos conteúdos expurgados, ver abaixo, ponto 5.

⁴⁵ Cento e dezassete autores das primeira e segunda classes e sete obras da terceira.

e fora dela; acumulam-se os nomes de autores e títulos que ficam por assim dizer em lista de espera e nunca serão formalmente expurgados. Como se trata de autores da primeira classe, os seus livros ficam proibidos até serem expurgados (*donec expurgentur*); outros, dos quais o conteúdo é julgado sem perigo para o leitor, são permitidos depois de indicar na página de título a qualidade de autor condenado (*permissus cum nota*). A expurgação inquisitorial, relembremo-lo, implica uma lógica funcional e pragmática: os autores da primeira classe escreveram obras valiosas que, por serem hereges, não devem ser ignoradas, em particular em áreas do saber *a priori* não perigosas; no entanto, a atenção sobre este tipo de obras é reforçada dependendo do autor, da sua biografia e das obras que possa ter escrito noutras disciplinas, sobretudo na teologia. Limitamos portanto as entradas, isto é, os nomes de autores e títulos seguidos pelas instruções, às que contêm instruções de expurgação textual e não só as notas liminares acima indicadas. Dei o exemplo da primeira expurgação textual, embrionária em comparação às dos índices seguintes, imposta no texto de Amato Lusitano. Nessa lista restrita, são abrangidas 49 das 118 entradas, isto é 41,5 %, podendo afirmar-se que, em meados do século XVII, perto de 60 % da microcensura ficava por fazer⁴⁶. De um ponto de vista geral, sendo aproximadamente 700 o total das entradas de autores e títulos expurgados ou para expurgar nos maiores índices seiscentistas (1632 e 1640), a medicina corresponde a cerca de 17 % do total das obras contempladas pela mesma modalidade censória.

Fica enfim um reparo por fazer sobre o enquadramento cronológico da presente investigação. O período “séc. XVI e XVII”, no título, refere-se à publicação dos índices; quanto aos livros alvos de expurgação, e tal reparo é tão válido como para a proibição, não há data de início e pode-se dizer que a lei censória é obviamente retroativa. No nosso caso, são abrangidos

⁴⁶ A análise do índice espanhol seguinte (ILPE 1707) não permite concluir devido ao acabamento significativo das tarefas microcensórias deixadas em *stand by* (as obras proibidas até à sua expurgação).

alguns incunábulos das obras de Arnaldo de Villanova e de Pietro di Abano⁴⁷ e muitos post-incunábulos⁴⁸.

3. A análise da microcensura dos livros de medicina em Portugal (séculos XVI e XVII)

Introdução à base de dados

Os fundos das bibliotecas consultadas dão conta da presença de exemplares de 46 entradas (autores ou títulos anónimos⁴⁹), o que corresponde a 37 % das 118 entradas de medicina indexados até 1640. Portanto 63 % dos autores e títulos não apresentam nenhum exemplar. Não seria legítimo concluir que nenhum deles nunca foi possuído ou lido em algum momento da época em análise. Mas isto reflete, em parte e de maneira não surpreendente, a não-receção de uma parte importante da produção bibliográfica médica europeia. Também se pode observar que, em alguns casos, os exemplares de autores e títulos indexados não são obras para expurgar, como acontece, por exemplo, com Heurnius, Libavius ou Zwinger. Torna-se difícil tirar conclusões sobre os dispositivos de controlo do livro e dos textos e a sua eficácia a partir de dados deste tipo, como vimos em relação à proibição, enquanto não se prova a presença real do livro e o seu uso na época em análise. Repito: trabalhamos sobre ruínas. Que havia barreiras, é um facto incontestável. Mas falta descrever a que níveis existiam essas barreiras. Uma outra limitação que impede esta análise de entrar em considerações decisivas sobre esses aspetos é a do período, com exceção do século XVIII. Se os processos censórios continuavam ativos, a circulação dos

⁴⁷ O exemplar censurado é uma edição de 1504 (BGC, cota 1-3-22-9). É um livro bastante anotado e sublinhado por vários leitores de épocas diferentes; observam-se notas marginais sobre passagens que viriam a ser microcensurados a partir de 1581.

⁴⁸ Sobre a expurgação de incunábulos, ver Matias 2014.

⁴⁹ Às quais, para os cálculos ulteriores, se juntam três exemplares censurados, não indexados: um Galeno (BGC, cota C15A 3-5-6) e dois Dioscórides (AC, cota 11-735-3 e cota 11-736-4).

livros intensificou-se, como se vê com a penetração do livro de medicina química, entre os quais se destacam Andreas Libavius e Josephus Quercetanus. Contudo, esse fator não contempla apenas os livros publicados no século XVIII, mas também os anteriores: não há rutura quanto aos livros científicos antes do século XIX. Editado no fim do século XVI, um exemplar da obra do antigo grego, Dioscórides, sobre a matéria médica continua a ser utilizado no século XVIII ⁵⁰.

Base de dados: lista dos exemplares consultados

A — Autor, classe, data de indexação (ano da primeira entrada num ILE ou ILPE⁵¹).

B — Número de exemplares consultados.

C — Número de exemplares fora da expurgação (não censuráveis).

D — Número de exemplares censurados (CG, CO, CS).

E — Conjunto de títulos abreviados das obras de medicina para censurar, segundo os índices dos séculos XVI e XVII; os títulos dos exemplar(es) existentes nos fundos locais são sublinhados.

A	B	C	D	E
Amato Lusitano, 2, 1581	64		43	<u>Centuriæ</u>
Amato Lusitano, 2, 1612	18	4	6	<u>In Dioscoridis</u>
Laguna, Andres, 2, 1624	26	8	14	<u>Acerca de la materia medicinal</u>
Sabuco, Oliva, 2, 1624	14	9	4	<u>Nueva filosofia</u>
Huarte, Juan de San Juan, 2, 1584	13	8	1?	<u>Examen de los ingenios</u>
Arnaud de Villeneuve, 2, 1584	11	4	4	<u>in Opera:</u> <i>Tractatus Visionum; Rem. contra maleficia; Thesaurus Thesaurorum, et Rosarius Philosophicus; Novum, lumen; Flos Florum; Sigilla; Flos Florum; Capitula Astrologiæ; Cathena; Tractatulus Testamentum; De physicis ligaturis; Practicæ medicinæ breviarii; Vita Arnaldi</i>
Sequeira, Gaspar Cardoso, 2, 1624	11	5	3	<u>Thesouro de prudentes</u>
Wecker, Jean-Jacques, 1, 1624	11	4	1	<u>Medicinæ utriusque Syntaxes</u> <u>De secretis</u> <u>Practica Medicinæ</u>
Paracelso, 1, 1584	9	2	1	<u>De vita longa</u> <u>De gradibus</u> <i>Chirurgia minor; Chirurgia magna; In Operum latine: De anatomia; De urinarum; Physiognomia; De morbis fossorum metallorum; De generatione hominis; De creatione hominis; Paragranum; Paramirica opera; De natura rerum; De matrice</i>
Lemnius, Levinus, 2, 1584	7	4	4	<u>liber similitudinum</u>
Cabreira, Gonçalo, 2, 1624	7		1	<u>Tesouro dos pobres</u>

⁵⁰ Andres Laguna, *Acerca de la materia medicinal*, Salamanca, [s.d.], FMP, cota Séc. XVII 238 (falta o frontispício); pertencia à Alfândega do Porto em 1738.

⁵¹ Ver a lista das abreviações no fim do estudo.

A	B	C	D	E
Dodoens, Rembert, 1, 1632	7	4	0	<i>cum nota:</i> <u>Medicinalium observationum</u> <u>Stirpium hist.</u> <u>Purgantium et radicum... historia</u>
Fioravanti, Leonardo, 2, 1632	7	5	0	<i>donec expurgatur:</i> <u>Capricci</u>
Forestus, Petrus, 2, 1632	7		0	<u>Curacionum medicinalium</u> <i>in Opera</i>
Hispano, Pedro, 2, 1624	7		1	<u>Thesaurus Pauperum</u>
Platter, Felix, 1, 1632	7		0	<u>Observationes</u>
Scaliger, Jules César, 2, 1571	7	4	1	<i>in Theophrastum de plantis</i>
Cornario, Janus, 1, 1584	6	2	3	<u>In Ætium Medicum græce conversum</u> <u>De compositione pharmacorum</u> <u>Dioscoridis de materia medica [cum nota]</u> <i>Opera Galeni, in Traductione Hippocratis; Rei medicæ enumeratione; Cornarii rei medicæ ratione; Opus medicus practicus</i>
Pietro di Abano, 2, 1581	6		1	<u>Conciliator</u> <i>Elementa magica Petri de Abano</i>
Rueus, Franciscus, 2, 1624	6		3	<u>De gemmis</u>
Fuchs, Leonart, 1, 1571	5		4	<u>Methodus seu ratio compendiaria</u> <u>Institutiones medicinæ</u> <u>Paradoxa</u> <u>De curandi ratione</u> <i>De componendorum miscendorumque medicamentorum ratione l. 4; De sanandis totius humani corporis malis; De usitata hujus temporis; In annotationibus F ad Nic. Myrepsium; Commentarii in 6 epidemiorum Hippocratis; Epitome anatomia</i>
Quercetanus, Joseph, 1, 1632	4	3	0	<u>Diæteticon polyhistoricon</u> <i>Sclopetarius</i>
Argenterius, Joannes, 2, 1581	3		0	<i>In artem medicinalem Galeni commentarii in Opera</i>
Cardano, Jerónimo, 2, 1584	3	3	0	<i>cum nota:</i> <i>[medica]</i>
Heurnius, Johannes, 1, 1632	3	3	0	<i>cum nota:</i> <i>In Hippocratis de morbis acutis; In Hippocratis de victus ratione; De hominis natura</i>
<i>Ortus sanitatis</i> , 3, 1632	3		0	
Mizauld, Antoine, 2, 1612	3	1	0	<u>Alexikepus</u> <i>Hortorum secreta</i>
Spachius, Israel, 1, 1632	3		0	<u>Gynæciorum</u>
Camerarius, Joachimus, 1, 1607	2		0	<i>cum nota: Hortus medicus et philosophicus</i>
Eraste Thomas, 1, 1624	2	1	0	<i>cum nota: Disputatio de Putredine</i> <i>De occultis pharmacorum potestatibus; De medicamentorum purgantium facultate; Disputatio de auro potabili; De nova paracelsica medicina</i>
Grataroli Guglielmo, 2, 1607	2	1	1	<i>[De memoria reparanda] proib.</i>
Libavius, Andreas, 1, 1624	2	2	0	<i>Commentariorum alchimix; Singularium; Tract. 2 physici; Rerum chemicarum epistolæ</i> <i>Novus de medicina veterum; Alchimia triumphans; Questionum physic.</i>
Ferrier, Auger, 2, 1612	1	1	0	<i>Remedes preservatifs et curatifs de peste</i>
<i>De Chirurgia</i> , 3, 1632	1		0	

A	B	C	D	E
<i>Chirurgiæ Thesaurus</i> , 3, 1632	1		0	
Clusius, 1, 1632	1		0	<i>cum nota: De Historia stirpium Aromatum et simplicium</i>
Colerus, Martinus, 1, 1632	1		1	<i>De alimentis Sipsiæ</i>
Crato, Johannes, 1, 1632	1		0	<i>cum expurgatione: Consilia</i>
Ferrier, Auger, 2, 1612	1	1	0	<i>Vera medendi methodo</i>
Gessner, Konrad, 1, 1571	1	1	0	<i>Calculorum qui in corpore</i>
Goclenius, Rodolphus, 1, 1612	1	1	0	<i>Adversaria ad Exotericas J. C. Scaligeri; Exercitationes</i>
Horstius, Jacobus, 1, 1632	1		0	<i>De aureo dente pueri Silesii et de noctambulorum in Opera</i>
Hucherus, Johannes, 1, 1632	1		0	<i>cum nota: De sterilitate utriusque sexus</i>
Ruland, Martin, 1, 1612	1		0	<i>Curationum empiricarum</i>
Schenkius, Joannes, 2, 1632	1		0	<i>Observationes medicæ</i>
Schegkius, Jacobus, 1, 1571	1	1	0	<i>cum nota: De plastica seminis facultate; De calido et humido; De primo sanguificationis intrumento; Disputationes</i>
<i>Theatrum Chemicum</i> , 3, 1612 [1624]	1		1	
Zwinger, Theodor, 1, 1624	1	1	1	<i>Commentarii in Hippocratem tabulis illustrati</i>
Títulos fora dos índices				
Dioscórides	1		1	De materia medica, ed. Cornario
Dioscórides	1		1	De materia medica, ed. Ruel
TOTA	304	83	101	

Análise dos dados

As investigações levadas a cabo nos fundos antigos de 26 bibliotecas portuguesas abrangeram um total de 304 itens⁵². Neste número figuram todos os exemplares de livros de teor médico, como foi definido acima, em relação com uma entrada nos índices expurgativos⁵³; 25 em 46 mostraram ter exemplares não censurados (NC).

Quanto aos exemplares consultados, veem-se duas séries de colunas com números diferentes: na coluna B, aparece o número de todos os exemplares de obras médicas de um autor; na coluna F, só se trata do número de exemplares das obras mencionadas para a expurgação (títulos sublinhados). Importam-nos os números da coluna B, porque a investigação em microcensura não se pode limitar *a priori* à consulta das obras explicitamente

⁵² Mais de uma centena de exemplares ficam de lado por pertencer a outras áreas (filosofia natural e história).

⁵³ Mais os três colocados no fim da lista, que não têm uma entrada própria nos índices.

indexadas. Seja classificado na primeira ou na segunda classe, um autor expurgado é um autor danado, ainda que parte da sua produção tenha acabado por engrossar as fileiras dos livros permitidos após limpeza. Por conseguinte, toda a sua produção pode despertar um processo de controlo⁵⁴. Isto é refletido pelo uso da formula ilibatória “*non prohibetur*” (não está proibido, doravante abreviado em NP seguido da data do ato) que implica uma verificação oficial e vale como se fosse uma classificação de leitura segura apesar de o autor estar indexado por outras obras ou, mais suspeito, por estar na primeira classe. Vejamos o caso de Zwinger, conhecido pelo seu *Theatrum Vitæ*: só uma obra médica é indexada a partir de 1624, nenhum exemplar foi localizado; mas noutra obra, o *De venenis* (1562), o seu nome foi rasgado na página de título⁵⁵. Por outro lado, uma investigação lata, sem outra pré-seleção que não a do nome indexado, segue o princípio de contextualização, tem a vantagem de dar indícios sobre a receção de uma obra, parcialmente ou totalmente censurável. A censura dos livros é um fenómeno irradiante: pode contaminar a perceção de um corpus não inteiramente visado.

A percentagem global do número de exemplares microcensurados (45,6 %) provém do total da coluna D (101 exemplares) em relação a B (304) - C (83), ou seja, um total de 221. O mesmo método de cálculo será adotado para as contagens de cada grupo (pontos 3.3.1. a 3.3.3.).

A coluna C contém o número de exemplares considerados não expurgáveis por três razões: o título nunca consta da entrada dos índices

⁵⁴ Acontece com um dos Fioravanti não proibidos, *Del Compendio* 1591 (BNP, cota SA 8729 P; NP 1649) ou um Dioscórides (BAJ, cota 53-IX-17; NP 1564), um autor da Antiguidade cujas edições são alvo de um controlo apertado. De maneira mais anedótica, um exemplar dos comentários de Scaliger sobre o *De plantis* de Teofrasto aparece não censurado, enquanto se encontra encadernado, em segundo lugar, com um tratado do cardinal jurista Francesco Zabarello; a partir do índice de 1632, três tratados deste autor são alvos de microcensura, mas não este, o que parece ter desencadeado um processo de verificação, pois lê-se na página de título a marca de NP, com a data de 1629, deixando imune o tratado de Scaliger (BNP, cota SA 492 A).

⁵⁵ BNP, cota Res 692 A. O zelo censório não é uma lenda. Na dinastia Zwinger, foram três com o mesmo nome; o terceiro (1658-1724) foi médico. Não é conhecido dos índices do século XVIII. No entanto, o seu nome foi rasgado e acrescida a nota de autor danado da página de título do seu *Compendium medicinæ universæ*, 1724 (FML, cota Res 896).

sucessivos; trata-se de uma reedição expurgada em conformidade com um expurgatório⁵⁶; o exemplar foi adquirido tardiamente.

Concluir a partir deste resultado que quase um em dois livros foi censurado seria passar por cima de uma realidade bem mais complexa, como o provam essas situações antagónicas: 71 % dos exemplares das *Centuriæ* de Amato Lusitano foram censurados contra os 0 % dos de Felix Platter. Daqui se torna necessária uma análise mais pormenorizada dos fenómenos observados.

Uma primeira lição pode ser retirada desses dados: nunca todos os exemplares apresentam provas de censura. Talvez esta proposição mereça até ser adotada como uma regra, contra o princípio implícito dos estudos censórios que faz da ausência de censura um indício da não-censura. Alguns reparos de ordem geral, em particular o rácio entre os exemplares censurados e os não censurados, podem ser feitos conforme três grupos repartidos na base, com valor meramente quantitativo do número máximo de exemplares por entrada.

De um a três exemplares (de Dioscórides a Argenterius)

Em mais de metade das entradas (25 em 46 autores ou títulos), encontrei um máximo de três exemplares em cada uma, quatro dos quais censurados. Para vários deles, não se trata de autores de segundo plano, como Cardano⁵⁷ ou Libavius⁵⁸. Dessa escassez de exemplares não se pode induzir uma ausência de receção em Portugal: quatro dos autores (Eraste, Libavius, Colerus e Zwinger) fizeram a sua primeira entrada no índice português de 1624. Uma vez que a microcensura é um indício de difusão e leitura,

⁵⁶ Esses casos serão analisados mais adiante.

⁵⁷ Deste autor de primeiro plano, pesadamente expurgado, encontram-se outros 20 exemplares das suas obras: astrologia (5), *Opera*, 1663 (5), *De rerum varietate* (3), *De subtilitate* (7). As suas obras médicas não são proibidas, mas o índice português exorta à prudência (“*caveantur*”), dando a lista dos títulos extraída da bibliografia feita pelo próprio Cardano (*De libris propriis*, 1562) (ILPE, 1624, p. 133). Um dos três tratados médicos, o *De malo recentiorum medicorum* (1545), foi encadernado com o *De consolatione*, o qual foi alvo de uma nota de obra proibida, isentando o primeiro desta medida, conforme, precisou o censor, o índice romano de 1633 (BNP, cota SC 1706P).

⁵⁸ Um exemplar do *Appendix*, 1604, não foi consultado devido ao seu estado (BNP, cota SA 1568 A).

a hipótese de ter havido uma certa circulação da obra é elevada. O outro dado apresentado por esta série de *minora* é o número reduzido de exemplares censurados: 6 num total de 27 censuráveis, isto é 22,2 %.

De quatro a nove exemplares (de Quercetanus a Paracelso)

Em perto de um terço dos casos (14), encontrei entre quatro e nove exemplares. Num total de 92, 19 foram censurados, isto é 20,6 %, o que, em comparação com a percentagem anterior, reflete uma muita ligeira descida.

Aqui, também, são de destacar ausências notáveis: o médico holandês van Forest tem uma forte presença com nenhuma censura observada. Nos fundos locais encontram-se cinco edições das suas observações médicas, texto para expurgar, mais dois das obras completas (1634 e 1654), que incluem o título. Mas, ao contrário de Rueus ou Hispano, o conjunto de correções por fazer no texto é muito limitado, sendo duas; por outro lado, a obra não é indexada antes do índice espanhol de 1632. A maioria dos exemplares têm marcas de posse ou leitura por parte de portugueses. Portanto, as principais hipóteses de interpretação da ausência de censura são: van Forest circulou bastante em Portugal antes de 1632 (cinco dos exemplares são edições anteriores a esta data); os índices espanhóis de 1632 e 1640 não tinham grande uso aquando desta receção particular. No que se refere à circulação, essa teria sido surpreendentemente maciça, sabendo-se que os exemplares existentes hoje são uma parte mais ou menos diminuída dos que, na totalidade, tiveram difusão entre os séculos XVI e XVIII. A segunda hipótese não pode ser generalizada, uma vez que a história da microcensura no século XVIII em Portugal é marcada pelo uso dos índices contemporâneos, isto é, espanhóis, como no caso de André Vesálio ou do português exilado Zacuto Lusitano, autores expurgados pela primeira vez no índice de 1707, com os exemplares a passarem a ser alvo de microcensura setecentista retroativa.

Impõe-se aqui um reparo em relação aos textos de Rueus e Lemnius. Ambos foram editados com o *De sacra philosophia* de Francisco Vallés, que foi médico de Felipe II e cujas obras médicas não são proibidas. A este texto, originalmente publicado sozinho (1587) e indexado no expurgatório

romano de 1607, foram adicionados os dois outros no ano seguinte, passando o tríptico a ser reeditado ulteriormente. O tratado de Lemnius, originalmente publicado em 1568, é indexado no índice espanhol de 1584, isto é, antes da edição que inclui os três; o de Rueus, no português de 1624. Portanto, os exemplares, que apresentam intervenções microcensórias da mesma mão, foram censurados depois desta data⁵⁹.

O naturalista Fuchs teve, como Konrad Gessner, uma forte receção europeia nessa área. Mas a sua obra médica é mais extensa. Quatro dos exemplares encontrados foram submetidos à microcensura, o que o situa na média geral avançada acima⁶⁰. Outro caso a analisar aqui é o de Paracelso. Interessa a sua presença nos nossos dados, porque se trata de um dos autores mais importantes nas transformações da medicina prémoderna e moderna⁶¹. A pesquisa feita revelou sete exemplares, entre os quais uma tradução francesa da *Chirurgia Magna* (Montbéliard, 1608), deste autor na mira das censuras inquisitoriais desde 1580 (índice de Parma) e cuja influência em Portugal é tardia. Até 1640, as instruções para a expurgação da sua obra médica são cada vez mais importantes: de sete em 1584, 12 em 1624, chegam a 91 em 1632; como em outros autores particularmente controlados, a expurgação da supressão de uma palavra à de capítulos inteiros. Dos quatro exemplares censuráveis encontrados, nenhum apresenta indícios de microcensura. Quanto aos exemplares encontrados, há um *De vita longa*, editado pelo paracelsista alemão Gerard Dorn em 1583⁶². Foi o único a ter sido controlado: a intervenção microcensória foi efetuada conforme o índice de 1624⁶³. O outro tratado censurável, o *De gradibus* (1572), aparece

⁵⁹ Entre os nove Lemnius, um é uma edição de 1568, devidamente corrigida (BNP, cota R 17243 P).

⁶⁰ Num quarto exemplar faltam as primeiras páginas onde se encontra uma carta para suprimir mas a outra correção imposta, no capítulo 17, não foi feita (FMP, cota Séc. XVI-21), o que torna inconclusiva a categoria a que pertence (NC ou CO).

⁶¹ Sobre a sua receção em Portugal, ver Baudry 1985, 1999.

⁶² BAJ, cota 37-III-44 (BA).

⁶³ 1624: permitido com nota de autor danado; 1632: uma correção no fim do livro 2. O exemplar provinha da biblioteca de Lopo Soares e foi doado a livraria pública São Roque (SJ) de Lisboa.

encadernado com dois outros de Erasto, dos quais o *De putredine* (1590)⁶⁴. Não se pode dizer nada sobre a sua proveniência ou leitura, dado que o exemplar permaneceu virgem. Também existem quatro exemplares das obras completas na edição suíça (Genebra) de 1658. Refletem uma receção tardia (pelo menos em termos materiais): um foi adquirido pela livraria de Santa Cruz (Coimbra) em 1759, o outro, pela biblioteca do palácio de Mafra⁶⁵; os dois exemplares da biblioteca Joanina (Coimbra), com encadernação do século XVIII, estão isentos de marcas (marcas de posse, notas de leitura, etc.). Por não ter indícios de microcensura, põe-se a questão, a abordar ulteriormente com outros casos, do intervencionismo microcensório no século XVIII.

Enfim, merece fechar esta série do grupo médio um autor português que facilita a transição para os mais censurados, que contam com uma notável maioria de autores peninsulares. O *Thesouro dos pobres* de Gonçalo Cabreira é uma compilação da versão espanhola (*Thesouro de pobres*) de remédios tirados de um conhecido tratado medieval de medicina não erudita, o *Thesaurus pauperum* de Pedro Hispano. Foi indexado em 1624; só se encontrou um exemplar anterior a esta data⁶⁶. O processo de expurgação pode ter sido lançado entre 1613 e 1617⁶⁷. O exemplar de 1624, com dupla expurgação (tipográfica e manual) será analisado mais adiante, na secção dedicada aos graus de microcensura (ponto 4.3.). Os outros seis exemplares, anteriores ou posteriores à censura, não apresentam indícios de intervenções censórias.

⁶⁴ BNP, cota SA 9643//1 P. Ironicamente, este autor, teólogo e médico, tornara-se o “pior inimigo” de Paracelso (Kahn, 2007, p. 381).

⁶⁵ BMP, cota U 14-35; PNM, cota 1-18-7-14/15.

⁶⁶ Na edição de 1613 (FML, cota Res. 72). O único exemplar da edição original encontra-se na coleção Mindlin (São Paulo, Brasil). Não o pude consultar.

⁶⁷ A edição de 1622, com dupla emissão (ver BML, n.º 20), ficou com o colofão do mesmo impressor mas datado de 1617.

Mais de nove exemplares (de Wecker a Amato Lusitano)

Sete autores ficam por analisar. Somam mais de metade do total de exemplares consultados (168 em 304 representam 55,3 %), dos quais 126 censuráveis e 75 efetivamente censurados, isto é 59,5 %. Outra característica é a proveniência ibérica de cinco deles: os portugueses Amato Lusitano e Sequeira e os espanhóis Laguna, Sabuco e Huarte. A este pelotão da frente da difusão de autores médicos em Portugal juntam-se o autor medieval Arnaldo de Villanova e o médico suíço Wecker.

Dos doze exemplares do catalão, cinco, não censuráveis, são tratados salernitanos, três dos quais incunábulo⁶⁸. Um deles contém o *De moderatione cibi et potu* do heresiarca Felipe Melanchthon, proibido; essa parte foi cuidadosamente suprimida⁶⁹. Entre os exemplares de textos médicos para expurgar, quatro edições das *Opera omnia* e uma do *Breviarum practice*, encontram-se três expurgados. A elevada taxa de microcensura, dois terços dos exemplares, confirma o uso comum dessa obra. Um desses pertencia ao médico Ferdinando Fonte em 1612⁷⁰.

O caso de Wecker relembra o de van Forest pela baixa taxa de exemplares alvos de microcensura: só um em sete. Aqui podem ser invocadas as hipóteses explicativas acima avançadas. Por outro lado, o total de exemplares mostra a boa receção deste autor. Um dos exemplares, uma edição de 1583, apresenta a data de 1599⁷¹; um outro é uma tradução francesa de 1651⁷². O único exemplar, pesadamente censurado, é uma edição basiliense de 1662.

As discrepâncias entre os números das colunas C e F dos autores Sabuco e Huarte, dois autores espanhóis que marcaram a história da psicologia⁷³, e

⁶⁸ Podia juntar-se um quinto item: uma breve compilação de receitas de quatro páginas, impressa em Barcelona em 1617 (¹1606) por um autor desconhecido sob o pseudónimo de Nogradnom (BNP, cota RES. 254//41 V). Num exemplar estão encadernadas duas edições (1612 e 1624) (BNP, cota SA 9227 e 9228 P).

⁶⁹ BGC, cota 2-(3)-8-2, fl. 195-197.

⁷⁰ BGC, cota R 60-3.

⁷¹ BGC, cota 2-10-14-8.

⁷² BNP, cota SA 4640P.

⁷³ Ver Viney 1998, 116-18.

do português Sequeira deve-se à questão das reedições de textos expurgados conforme os índices.

No caso de Sabuco, nove dos 14 exemplares encontrados provêm dos prelos de Fructuoso Lourenço Basto, em Braga. Trata-se da terceira edição do texto espanhol, mas pela primeira vez expurgada. Segundo Balthasar Alvarez, que deu parecer favorável à impressão, estava corrigido em 1616⁷⁴, ano em que se iniciou o processo de licenciamento. As instruções microcensórias, somando 15, serão publicadas no índice português de 1624. Portanto apresenta-se aqui um caso de microcensura significativo: a edição finalmente publicada em 1622 e “muy segura”, como alega o editor⁷⁵, é um exemplo, senão de colaboração, pelo menos de aplicação contemporânea da sua efetivação tipográfica. Por outro lado, quatro dos cinco exemplares das edições anteriores (três de 1587 e dois de 1588) foram expurgados.

Huarte é o autor cuja obra mais difusão conheceu ao longo dos séculos. Encontram-se 13 exemplares do *Examen*. O texto, publicado em 1575, entrou no expurgatório espanhol já em 1584 com 44 correções; sempre presente nos índices espanhóis ulteriores, o português de 1624 ignora-o: terá sido desconhecido ou esquecido pelos censores portugueses? A segunda versão do *Examen*, publicada em 1594, após a morte do autor, não é censurável. Temos assim dois estados do texto impresso, a edição original e a versão expurgada, a qual servirá de base a algumas traduções, como a francesa. Dois exemplares desta (1672) encontram-se nas bibliotecas portuguesas e, claro, fazem parte dos cinco exemplares não censuráveis (coluna C). Portanto, são sete os exemplares contemplados pela questão da expurgação à mão: só um, na edição de 1581, se apresenta censurado⁷⁶. Em comparação com os outros autores com o maior número de exemplares encontrados, a baixa taxa de expurgados (um em cinco, isto é, 20 %) deve antes de tudo explicar-se pela sua ausência do índice de 1624.

⁷⁴ Parecer de Balthazar Alvarez: “Podese conceder a licença que se supplica para se imprimir este livro [...] por que vay correcto pella nova expurgação que da dita obra se tem feito. Em Lisboa 13 de Outubro de 1616.”

⁷⁵ O editor ao barão de Alvito (Sabuco, *Nueva filosofia*, 1622, flh. ****r).

⁷⁶ BNP, cota SA 5212 P.

Dos prelos conimbricenses saiu em 1612 o *Thesouro de prudentes* de Sequeira. A medicina ocupa só um livro desta obra de astrologia prática, uma disciplina sob forte controlo ideológico. Entra para expurgação no índice de 1624⁷⁷, que lhe aplica duas supressões. Mas há outra. Num exemplar da edição original, um censor, provavelmente o autor da censura objetiva (CO) imposta, assinalou em margem a necessidade de riscar um parágrafo, sem ter procedido à supressão, onde se lê uma referência a Hieronimo Cortés⁷⁸. Essa supressão é pedida pelo frei Thomas da Rocha, na sua licença para a segunda edição do *Thesouro* datada de 17 de setembro de 1625. Deste modo, a segunda edição (1626), vem expurgada das passagens dadas pelo índice de 1624, e só a terceira (1651) será expurgada conforme o índice de 1624 e a licença de 1625.

O título alude ao *Thesaurus pauperum*, cuja versão traduzida em português por Cabreira já foi abordada. Os exemplares das edições a partir de 1626 já não são censuráveis. Quanto aos seis impressos em 1612, um tem numerosas páginas rasgadas mas não nos podemos pronunciar sobre a origem das mutilações⁷⁹; um dos dois exemplares não censurados pertenceu “a Província”⁸⁰, sem que se saiba de que ordem religiosa. Pode-se pensar que esta situação, não rara, de um texto não expurgado possuído por um membro ou pela biblioteca de uma ordem religiosa, não é forçosamente paradoxal ou uma prova de negligência: um livro é tão perigoso quanto circula, ou, dito de outro modo, um livro que circula é um livro que deve ser limpo. Nem no interior de uma comunidade religiosa, ou de índole religiosa, como os colégios, os livros são de acesso universal.

Guardarei para último os dois autores que, com dois terços dos expurgados, representam de maneira maciça a efetividade da microcensura nos séculos XVI e XVII: o português Amato Lusitano e o espanhol Andrés Laguna,

⁷⁷ O ILPE, 1624, p. 595, indica erradamente 1614; o índice espanhol de 1632 restitui 1612.

⁷⁸ “Na 2.ª edição se mandou riscar? este periodo” (FAC, cota N 1037, fl. 68v). Só uma obra de Cortés, o *Lunario*, é indexado para expurgação a partir de 1632.

⁷⁹ BNP, cota SA 3007P. Faltam todas as folhas do livro de medicina, exceto a primeira (fl. 52-68) e todo o fim a partir da folha 151, incluindo a parte para expurgar.

⁸⁰ BAJ, cota 38-IV-11.

ambos colegas da faculdade de medicina de Salamanca⁸¹. Os textos do primeiro são todos publicados em latim, os do segundo, em castelhano. Uma obra do primeiro e a do segundo têm em comum o facto de comentarem Dioscórides.

Andrés Laguna, cujo texto é alvo de 57 correções no ILPE de 1624, apresenta uma taxa de 53,8 % de exemplares expurgados (14 em 26). À semelhança do texto de Huarte, houve reedições espanholas seiscentistas expurgadas, a primeira das quais saiu em 1636. Lamberto Novella escreveu na sua censura de 2 de maio de 1635: “[...] està ya corregido, y castigado conforme la nueva correccion del Santo Oficio de la General Inquisicion del año 1632 [...]”⁸². No entanto, essa limpeza não foi feita na totalidade, e deve-se considerar que todos os exemplares são expurgáveis, como o mostra um exemplar da edição valenciana⁸³. Um leitor mais atento do que próprio censor de 1635 sentiu-se na obrigação de reexpurgar este texto. Uma análise mais apertada deste exemplar revela o uso do índice português de 1624, dado que duas correções das doze que foram feitas não aparecem no índice de 1632 mas só neste (l. 1 cap. 120 e l. 2, cap. 56). Não se sabe se a censura foi efetuada por um bibliotecário de Mafra ou se já fora feita quando entrou na livraria do mosteiro.

Dos outros quatro exemplares não censurados, com o texto original, três estão bastante mutilados. O tratado de Laguna é composto por três camadas textuais: duas escritas, o texto de Dioscórides seguido pelos comentários do médico espanhol e uma imagética, no início de muitos capítulos. A edição original, impressa em Ámberes em 1555, é uma obra magnífica, com ilustrações coloridas; as seguintes ficarão com gravuras a preto e branco. Dado as investigações conduzidas aqui, põe-se a questão dessas mutilações: será visado o texto escrito, sobre o qual incidem todas as instruções microcensórias, ou a imagem? A última hipótese parece ser a mais provável em dois dos casos, dado que, se, por um lado, algumas das

⁸¹ Manjares & Pérez Ibáñez 2003, 709-10.

⁸² A. Laguna, *Acerca de la materia medica*, Valencia: Miguel Sorolla, 1636, fl. [2v].

⁸³ PNM, cota 1-18-10-7.

correções a fazer estão incluídas nas folhas rasgadas, por outro lado, estas folhas abrangem, de maneira geral, um número reduzido de linhas mas elevado de imagens⁸⁴. Além disso, não se percebe bem porque tão poucas correções (quatro e duas num total máximo de 58) teriam sido alvo de um processo tão radical⁸⁵.

O outro comentador de Dioscórides, lido em toda a Europa, é Amato Lusitano. Mas, ao contrário das suas centúrias médicas e dos comentários de Laguna, a sua obra não foi tão pesadamente censurada. Deve-se, em parte, à língua. Os censores de 1632 advertem claramente para o duplo tratamento dos textos dos antigos⁸⁶, em latim ou em vernacular. Em relação às outras duas, as *Centuriæ* e o *Acerca de la materio medica*, a taxa de microcensura desta obra é baixa: seis em 18 exemplares consultados, isto é 33 %⁸⁷. Trata-se de edições dos meados do século XVI (1553, 1554, 1557 e 1558), a última com uma forte presença nos fundos locais (13 exemplares). Terá passado despercebida aos olhos dos agentes encarregados de levar a cabo a microcensura? Este texto, dado como para expurgar só a partir de 1612 (uma correção, cinco em 1624), aparece no fim das longas instruções dedicadas às centúrias⁸⁸. Melhor do que este tipo de explicação incerta, pode-se avançar que o livro teve grande circulação antes da sua censura seiscentista e, mais significativamente, que o tratado de Laguna teve maior

⁸⁴ Exemplar 1 (FML, cota Res. 762): faltam as págs. 145-146 (l. 2, cap. 38-41, com três ilustrações), 151-154 (cap. 48-53, com seis ilustrações), quatro capítulos alvos de censura (38, 40, 43, 49), abrangendo no total duas dezenas de linhas; pp. 291-292 (só foi cortada a metade superior da folha, correspondendo a quatro gravuras). Exemplar 2 (BPB, cota SA 556P): falta a página de título, as págs. 143-146, *i. e.* os capítulos 34 a 41, onde dois são alvo de censura, o 38, p. 145 e o 40, p. 146, com, respetivamente, quatro e três linhas para riscar; dos oito capítulos, seis têm uma gravura. Ao terceiro exemplar (BNP, cota SA 2350 A), faltam as quatro folhas do início, nas quais incidem as primeiras seis correções.

⁸⁵ Sobre os procedimentos técnicos da microcensura, ver abaixo, ponto 4.2.

⁸⁶ “[...] por el peligro que estas cosas pueden tener para el vulgo de los ignorantes, que las crean como verdaderas, o quieran usar dellas, si andan el vulgar, se deven notar, y prohibir, en qualquier lengua de las vulgares, que no sea su original [...]” (ILPE, 1632, p. 63).

⁸⁷ Pelo menos, três exemplares podem ser subtraídos do total, o que aumenta ligeiramente essa percentagem (FML, cota Res. 9, Res. 11; BNP, Res. 5659 P).

⁸⁸ ILPE 1612, 26; ILPE 1624, 224.

recepção a partir dos anos 1560, o que parece ter marginalizado o do humanista português⁸⁹.

Ficou, para terminar o estudo da microcensura dos livros de medicina, a obra que foi a mais atingida, para não dizer tingida, pela tinta escura dos censores, as *Centuriæ* de Amato Lusitano. Os dados (número de exemplares, localizados e expurgados) são aqui tão importantes que esse estudo quase poderia intitular-se “A expurgação de Amato Lusitano e de outras obras de medicina, em Portugal”.

Esta obra, composta por sete vezes cem casos clínicos (*curationes*), foi editada entre 1551 e 1566 e conheceu numerosas reedições⁹⁰. Localizei nas bibliotecas portuguesas 64 exemplares, dos quais 55 são edições quinhentistas (1551-1580). Quarenta e quatro foram censuradas, isto é, uma taxa de 72 %. As centúrias começaram a ser controladas pelos censores portugueses em 1581: eram então três as correções, mas depressa o número aumentou até esta obra ser, com a de Paracelso, a mais microcensurada de todas, com 91 correções, fixadas pelo expurgatório romano de 1607 e reproduzidas em todos os índices seguintes.

Nos exemplares isentos de censura, as anotações manuscritas existentes demonstram que 13 foram lidos, três dos quais com provas de que por portugueses; no fim de um desses exemplares foram juntas algumas folhas sobre casos médicos, redigidos em português e com a data de 1633⁹¹; os cinco restantes são exemplares mudos, ou seja, não apresentam nenhuma marca de posse ou de leitura. Poder-se-ia pensar que as edições anteriores à primeira censura terão ficado mais imunes, mas não é o caso e confirma-se a retroatividade das instruções microcensórias: por exemplo, existe um exemplar não censurado da edição original (Florença, 1551), aquele com

⁸⁹ Eventualmente, a *Apologia* de Mattioli contra Amato terá afastado leitores (Mattioli, Pietro Andrea, *Apologia adversus Amatum Lusitanum cum censura in ejusdem enarrationes*, Venetiis: Vincentius Valgrisius & Balthassar Costantinus, 1558, in-8.º). Viu-se na *Apologia* um “golpe fatal” (Andrade 2015, 89).

⁹⁰ Bibliografia completa em Dias, 2011.

⁹¹ FMP, cota Séc. XVI-36.

marca de 1633, e dois censurados⁹². A primeira edição das sete centúrias num único volume foi publicada em 1620 em Bordéus com duas modificações⁹³. Serão analisados mais adiante nove dos dez exemplares localizados que foram expurgados⁹⁴. Isto demonstra que o intervencionismo microcen-sório exerce-se ao longo de toda a nossa época. Aliás, o índice de 1632 adiciona esta edição às outras do século anterior. Houve uma outra edição impressa em Barcelona em 1628, com aprovação do Santo Ofício, expurgada conforme o índice espanhol⁹⁵.

4. Tipologia da microcensura: tipos, estilo, grau, circunstâncias

Poucos historiadores da censura entraram na análise dos fenómenos de maneira sistemática. Em dois estudos, um sobre Erasmo⁹⁶ e outro sobre Amato Lusitano⁹⁷, leem-se tentativas de abordagens específicas da questão. No primeiro, a historiadora elaborou uma tipologia segundo os conteúdos censurados, como, por exemplo, as palavras, claro, mas também os retratos ou os frontispícios das várias obras consultadas; no segundo, o autor, ele mesmo colecionador de livros antigos, insiste sobre o estudo exemplar por exemplar das censuras em Amato. Mas a ambos falta o ponto de vista institucional. Parece-lhes que cada microcensura é antes de tudo um ato individual e nem sempre perfeitamente refletido pelo seu agente. É só com a abordagem pioneira de Pardo Tomás, supramencionada, que se torna claro que o aparente particularismo dos factos (“*the Individual Book*” em Front)

⁹² BGC, cota 4-7-41-29; PNM, cota 2-30-2-15.

⁹³ Na *curatio* IV, 36, sobre a “*mola matricis*” (*mola hydatiforme*) de uma freira e o problema das mulheres grávidas depois do banho: em 1620, a freira (*monacha*) torna-se uma menina (*puella*), e a narrativa é fortemente abreviada; o *introitus* do livro VI é suprimido.

⁹⁴ Exemplar não censurado: PNM, cota 2-30-10-16. Este fundo possui um outro exemplar das centúrias (Florença, 1551, cota 2-30-2-15), censurado, tal como um Laguna de 1636 (cota 1-18-10-7); no entanto, também possui um Dioscórides por Amato, não censurado (cota 2-30-4-1).

⁹⁵ FMP, cota Séc. XVII-237.

⁹⁶ Menchi 1997.

⁹⁷ Front 2001.

deve ser abordado pela generalidade, isto é, a microcensura como aplicação de normas definidas em qualquer autor ou tipo de obra, segundo o já avançado princípio de não-arbitrariedade.

A observação dos fenómenos através dos exemplares de livros de medicina existentes nas bibliotecas portuguesas permite elaborar uma tipologia bastante precisa e rigorosa dos processos da microcensura e, provavelmente, válida nas obras das outras áreas do saber. Primeiro, é preciso operar distinções entre formas semelhantes, pois, em todos os casos, observam-se riscos por cima dos textos escritos e das imagens. As principais distinções abrangem essas formas, por um lado, enquanto aplicações, ou não, de certos tipos de instruções, e, por outro, a variedade material dessas mesmas formas.

Os tipos de censura

Até agora, a descrição dos fenómenos de microcensura observados nos exemplares levaram a distinguir dois casos opostos: quando há censura (aqui, a palavra refere-se à intervenção de detalhe no texto-alvo, ou microcensura prática), e quando não há. Como sabemos que, historicamente, os exemplares são censurados em conformidade com instruções publicadas nos chamados índices de livros proibidos e expurgados, a parte inicial da análise dos dados recolhidos deu origem a que se questionasse com insistência os casos de ausência de censura. As estatísticas gerais, dentro dos limites apontados para a sua interpretação, refletiram situações de mais ou menos exemplares que não apresentavam sinais de censura.

Na descrição dos exemplares consultados, apareceu várias vezes uma distinção dentro dos fenómenos consecutivos às intervenções no interior dos textos: as expurgações propriamente ditas, que serão descritas a seguir, e as notas, inscritas em regra geral no frontispício da obra, destinadas a relembrar o estatuto desta e/ou do seu autor. Os casos são: a obra é proibida até ser expurgada; o autor é danado, mas a obra é permitida. Neste último caso, não se pode falar de expurgação. No primeiro, é como se a obra ficasse em lista de espera, estado em que, no século XVII, com o aumento do número de livros, muitas ficaram. Esses tipos de intervenção serviram, no

presente estudo, de indicador de efetividade da censura, como, por exemplo, no caso de Dodoens, Eraste ou Camerarius (ver a coluna G da lista).

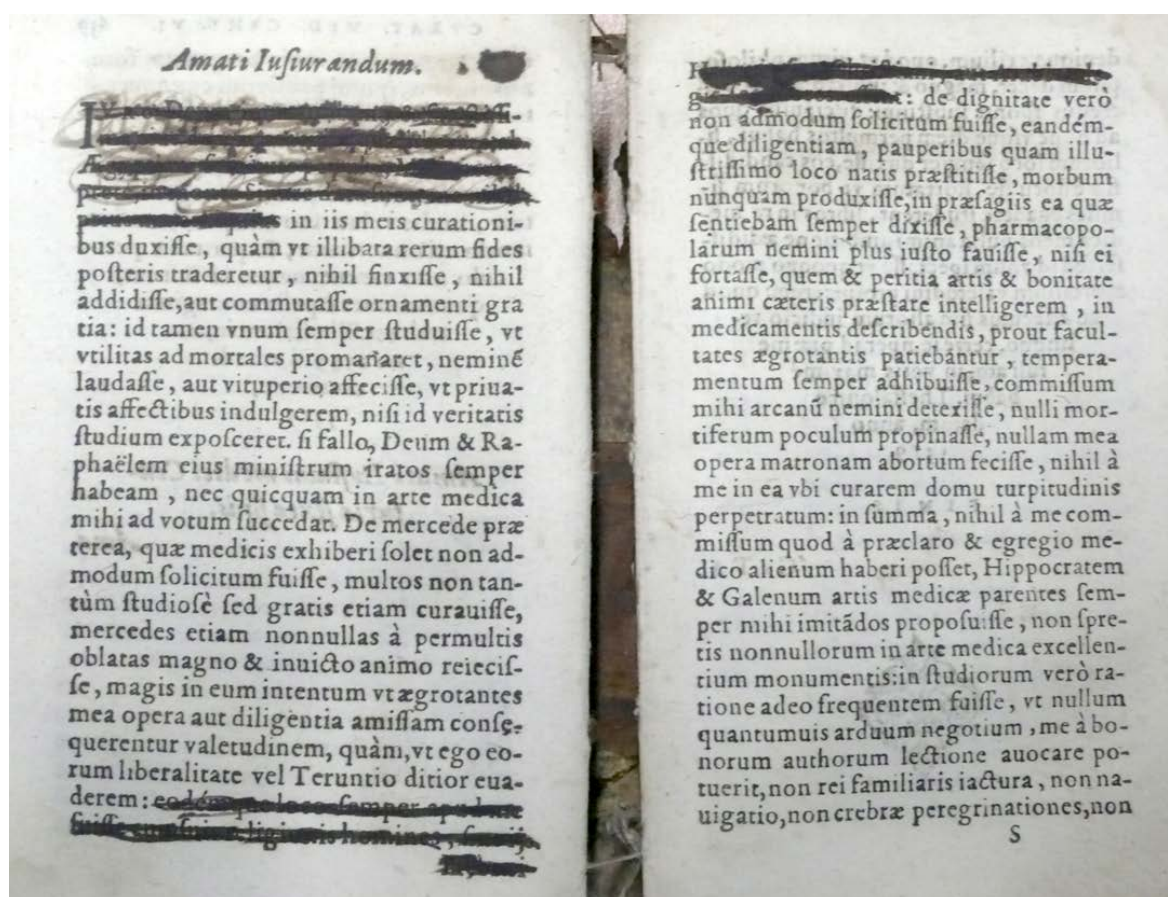
Falta agora precisar as duas modalidades da expurgação institucional dos textos, mais uma, que será analisada a seguir.

Censura objetiva

À primeira delas, que representa a quase totalidade dos casos, dei o nome de censura objetiva (CO). O qualificativo faz todo o seu sentido ao ser oposto à terceira modalidade (ponto 4.1.3). A palavra censura, aqui, refere-se à intervenção manual feita nos textos segundo os índices. Desde já, saibamos

I — Censura objetiva (CO)

As duas supressões iniciais no Juramento de Amato Lusitano



Amato Lusitano, *Centuriæ* 5-6, 1580 (© Biblioteca da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto).

II — Censura objetiva (CO)

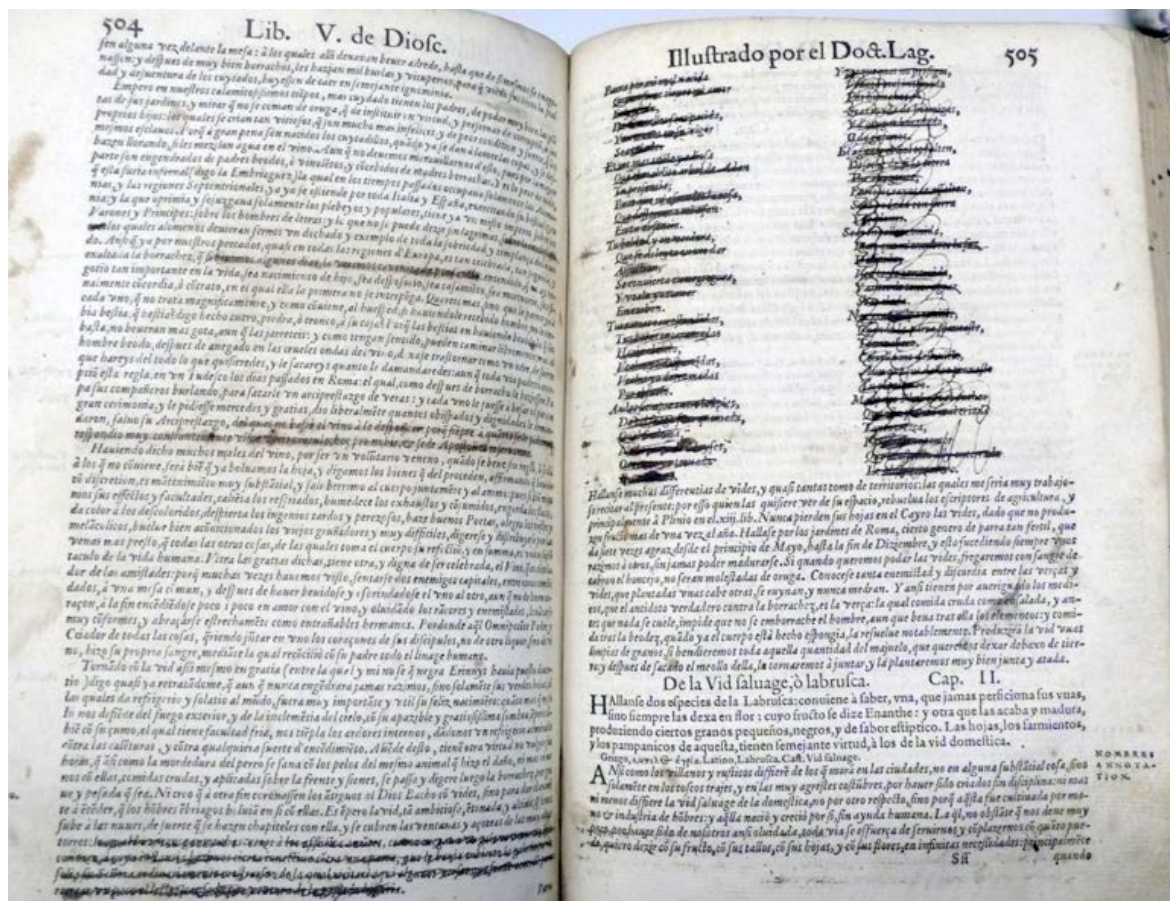
Supressão total do capítulo 36 do livro IV das *Centúrias* de Amato LusitanoAmato Lusitano, *Centuriæ* 3-4, 1565 (© Biblioteca da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto).

que se refere a toda intervenção explicitamente mandada fazer por um índice sobre uma parte do texto-alvo, essa parte podendo ir de uma palavra única até todo o capítulo de um livro⁹⁸. As intervenções são: a supressão, o acréscimo, a modificação. Constitui o fenómeno maioritário, definicional

⁹⁸ A censura proibitiva elimina a totalidade do texto.

III — Censura objetiva (CO)

Supressões no primeiro capitulo do livro V de Laguna, com o poema do autor.

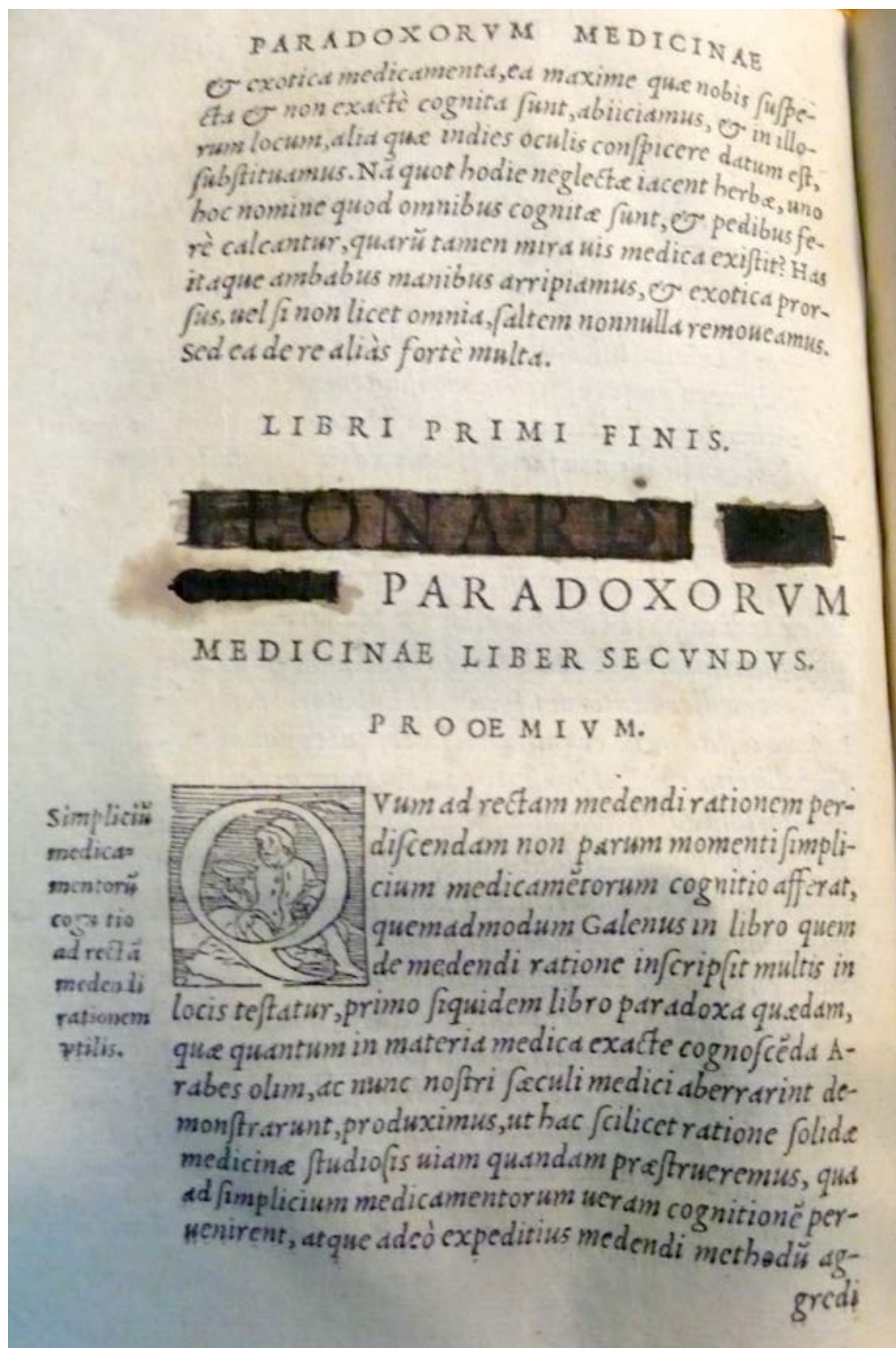
Andrés Laguna, *Acerca de la materia medica*, 1566 (© Biblioteca da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto).

da microcensura, e os seus casos serão tratados de maneira pormenorizada mais adiante, no ponto 4.3.

Censura genérica

A segunda modalidade pode ser chamada censura genérica (CG). Uma CG difere duma CO por se tratar de uma intervenção que responde a instruções gerais sem que o texto em causa seja especificamente localizado, por exemplo, em termos de paginação. Para se fazer uma ideia da diferença, uma parte da expurgação das centúrias de Amato Lusitano não é indicada da mesma maneira nos índices de 1607, 1612 e 1624. Na verdade,

IV — Censura genérica (CG)
O nome do herege riscado no título

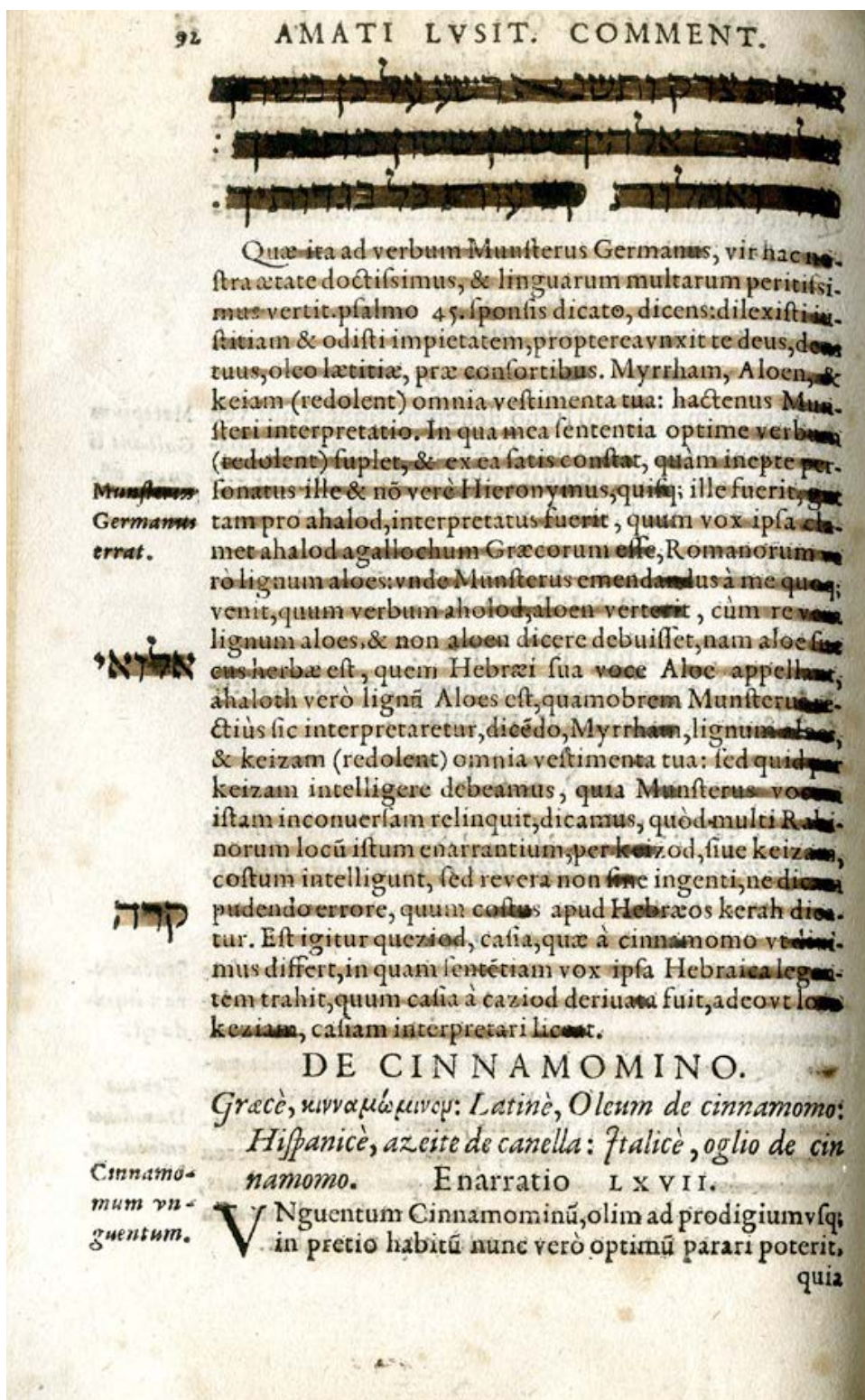


Leonard Fuchs, *Paradoxorum medicinae*, Paris, 1546 (© Biblioteca da Faculdade de Medicina da Universidade do Lisboa).

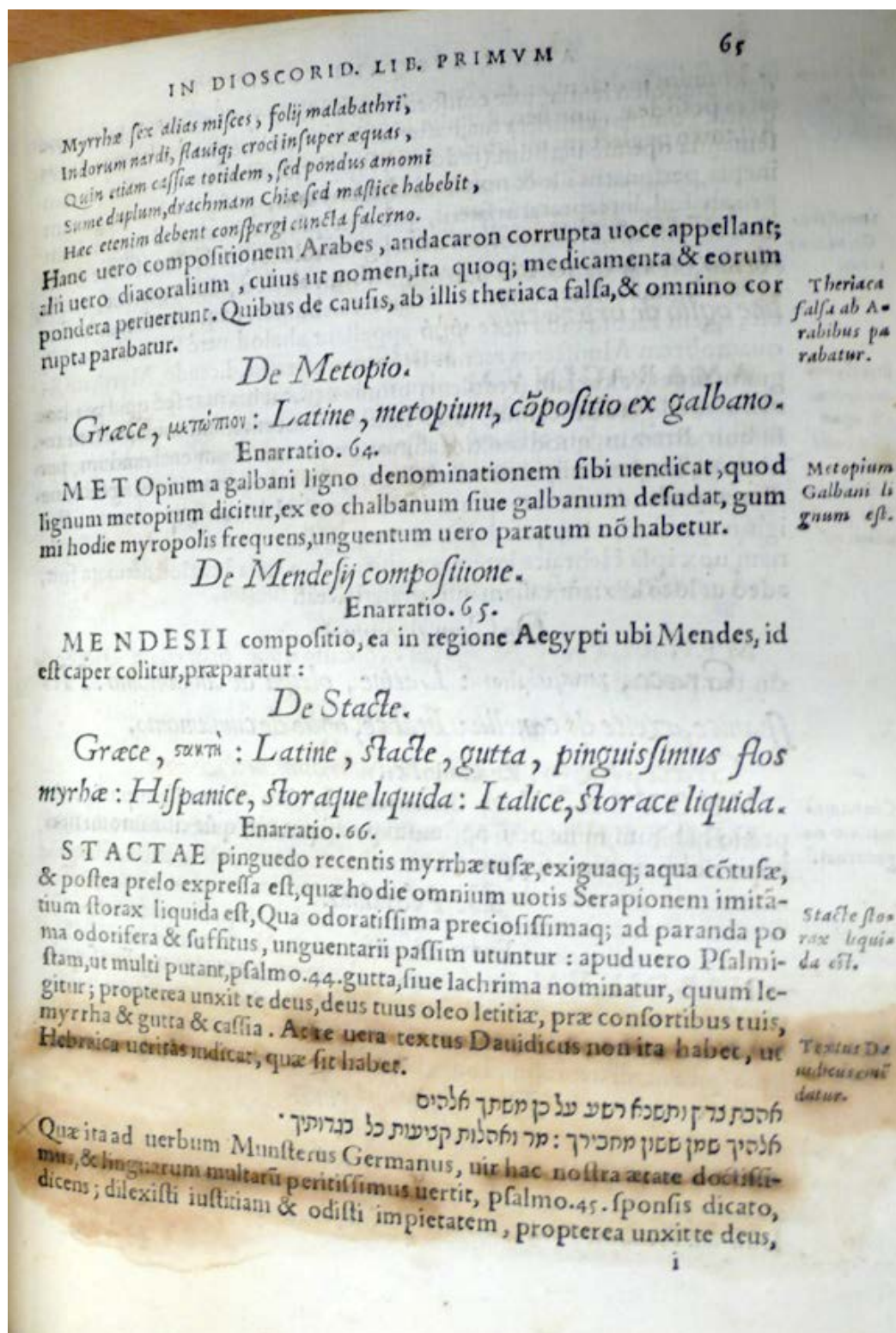
V — Intertexto e datação

O Index de 1612 (ILPE, 1612) exige a supressão total do capítulo; no português de 1624 (ILPE, 1624) a expurgação parcial não incide sobre a citação em hebraico.

A — Uma expurgação segundo o Index de 1612:



Amato Lusitano, *In Dioscoridis*, 1553 (© Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra)



Amato Lusitano, *In Dioscoridis*, 1558 (© Biblioteca da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto).

encontram-se nelas muitas ocorrências da família da palavra latina *divinus*, para suprimir, caracterizando pessoas como Hipócrates ou o rei de Espanha. No primeiro índice, são todas reagrupadas e localizadas numa nota final; no segundo, as ocorrências são integradas em cada capítulo, como as expurgações mais amplas; em 1624, reaparecem numa nota final, como em 1607, mas desta vez sem que seja indicada a paginação: pode-se considerar que contamos aqui com CG. A questão do cálculo do grau interno de microcensura (ponto 4.3.) não é posta em causa, mas deve-se considerar que a tarefa não ficou facilitada. Poderá ter havido esquecimentos, mas também há casos de intervenções do mesmo teor⁹⁹ que não foram assinadas pelos índices de 1607, cujos arquivos confirmam essa ausência¹⁰⁰. Um outro exemplo, transversal, vem da expurgação de Erasmo, um dos tópicos clássicos dos estudos de censura. Silvana Menchi consagrou-lhe um estudo aprofundado em que descreve os sete modos de censurar o influente teólogo do humanismo reformista do Renascimento¹⁰¹. O terceiro (“*smontaggio*”) e o sexto (“*censura nominale*”¹⁰², ou supressão do nome do herege) obedecem à mesma instrução que pode aparecer, conforme os índices, sob a forma de CO ou de CG. Neste último caso, foi interiorizada por agentes e durante, provavelmente, séculos, o nome de Erasmo foi riscado em textos não precisamente especificados para este fim. Observa-se isto num exemplar do Dioscórides de Amato, sendo a CG a única intervenção observável aqui¹⁰³, não o sendo nos outros exemplares devidamente expurgados¹⁰⁴. Outros nomes perseguidos são o de Fuchs, em obra alheia¹⁰⁵ ou em obra dele não

⁹⁹ BNP, cota SA 2213 V, p. 534 (Hippocrates <Divinus>; para os símbolos utilizados para descrever os tipos de intervenções microcensórias, ver a lista de abreviaturas e símbolos)

¹⁰⁰ Baldini & Spruit 2009, vol. 1, t. 1, 767.

¹⁰¹ Menchi 1997, 186, 194.

¹⁰² O seu teórico foi Giovanni Baptista Cardona no *De expungendis haereticorum propriis nominibus* (Roma: apud Josephum de Angelis, 1576).

¹⁰³ FMC, cota C15A 1-1-1, Index, fl. bb5v, cc2v.

¹⁰⁴ BGC, cota R 40-15; BME, cota Séc. XVI-3422; BNP, cota Res. 4338 P.

¹⁰⁵ Amato Lusitano: FMP, cota Séc. XVI-84, p. 234, 299; BNP, cota Res. 4118 P, p. 183 (sob forma aditiva na margem: + *damnatus auctor*).

censurada¹⁰⁶ e Cornario¹⁰⁷. Também se pode juntar, putativamente, a este grupo dois exemplares de obra não censurada de Scaliger por lhes faltar a página de título e nome de autor¹⁰⁸.

Ao contrário do que se passa com a CO, os exemplares que apresentam ocorrências de CG não pertencem obrigatoriamente à lista das obras indexadas, correspondendo a uma espécie de generalização das instruções. Assim, no caso do *De venenis* de Zwinger (1564), obra não listada para expurgação dum autor da primeira classe (ver coluna E), o censor riscou na mesma o nome do autor e palavras de apego na carta dedicatória¹⁰⁹: aplicou à obra deixada de fora a regra imposta para as outras.

Dado essas características, a CG é constituída por intervenções não arbitrárias mas de um certo modo aleatórias, de modo breve e maioritariamente supressivas, às vezes aditivas. Além dos nomes de autores, são constituídas por palavras e expressões que as regras censórias consideram como epítetos honoríficos. Daí a sua observação, sobretudo no paratexto dos exemplares: página de título, onde pode ser confundida com CO, e todo o tipo de peças liminares, como as cartas dedicatórias, os prefácios, os versos laudativos, etc.

Em dois exemplares da mesma obra de Fuchs, mas de edições diferentes, foram rasgadas as ocorrências do seu nome¹¹⁰. Um exemplar das instituições médicas de Fuchs, com CO, apresenta duas CG no início: quatro versos em que o médico alemão é qualificado de superior aos médicos árabes e o fim da carta de Auger Ferrier, também um elogio do autor¹¹¹. Deste tipo

¹⁰⁶ Ver acima nota 60.

¹⁰⁷ AC, cota 11-736-4; nove em catorze intervenções riscam o nome do autor ao longo desta obra ausente dos índices.

¹⁰⁸ SCL, cotas LA XVI-102 e LA XVII-157. Esses exemplares provêm da biblioteca do marquês de Alegrete; às *Opera omnia* de Henri Corneille Agrippa, autor da primeira classe, também falta a página de título (LA XVI-122).

¹⁰⁹ BNP, cota Res. 692 A, fl. 2r, 7v.

¹¹⁰ BNP, cota 9939 P e FML, cota Res. 26. O primeiro desses exemplares foi mais fortemente atingido, faltando-lhe as oito folhas iniciais e com o fim do prefácio riscado. Pode falar-se em CG maciça, provavelmente devido a uma microcensura anterior à primeira indexação (1607).

¹¹¹ FMP, cota Séc. XVI-80.

de conteúdo fica a CG suprimindo o adjetivo “*gloriosus*” e uma expressão com conotação positiva sobre a sinagoga em *curationes*, não expurgáveis com CO¹¹². Também é frequente ver riscadas palavras que se referem a religiosos, como “*monachus*” ou “*monacha*”¹¹³. Não podemos esquecer que um dos leitorados dos livros de medicina são os moradores em mosteiros e conventos, onde se encontravam bibliotecas donde provêm uma parte significativa dos espólios ainda existentes.

Censura subjetiva

Tanto essas modalidades de microcensura, a objetiva e a genérica, como os alertas iniciais são estipuladas pelos índices, ou seja, a microcensura não depende da vontade de um indivíduo. Quando Front vê numa passagem riscada a irritação do censor, efetua uma extrapolação psicológica sem fundamento¹¹⁴. Os dados adquiridos através do corpus aqui em análise permitem avançar que 99 % dos fenómenos observados pertencem a este grupo, refletindo o princípio de não-arbitrariedade da microcensura. Resta uma última situação: a estas intervenções, que não deixam espaço para os caprichos ou a vontade íntima do agente intervencionista (o “censor”), deve-se contrapor a censura que passei a qualificar de subjetiva (CS). O qualificativo deve ser entendido no quadro tipológico da presente análise, no seu sentido antagónico ao da censura objetiva. Pertence a esse tipo toda a intervenção que não seja objetiva ou genérica, isto é, sendo de teor censório, não é prevista pelas instruções. Aos olhos do leitor desprevenido, tais intervenções são rigorosamente iguais às outras, apresentando-se como meros rasgos textuais.

Aqui surge a questão da delimitação deste tipo de intervenção com o universo das anotações ou das *marginalia* como prática corrente dos humanistas. O que distingue uma CS de uma correção, no sentido geral da palavra? O critério-chave é dado pelo contexto: uma CS é uma anomalia

¹¹² AC, cota Cofre 2.1, p. 263, 320.

¹¹³ BMP, cota X-9-53, p. 576; BNP, cota 4823 P, p. 553.

¹¹⁴ “[...] what irritated the friar-expurgator [...]” (Front 2001, 296).

dentro do universo dos textos alvos de microcensura, ou censura textual institucional. Por conseguinte, essa categoria apenas tem uso no quadro da microcensura inquisitorial. Não se podia aplicar, por exemplo, às supressões textuais de um exemplar da crónica de Inglaterra de William Caxton possuído pela Marsh's Library (Dublin)¹¹⁵, e no qual todas as ocorrências da palavra “*pope*”, o papa, foram riscadas. Ao contrário, classificam-se como CS os rasgos feitos em relação ao nome de Felipe IV, descritos no fim deste ponto 4.1.3, ao passo que representa uma mera CO a supressão do qualificativo *divus* atribuído a Felipe II, dedicatório da obra, no frontispício das edições quinhentistas¹¹⁶.

Em segundo lugar, uma CS tem de ser mutilante. Existem, pois, instruções microcensórias de acréscimo ou de modificação textuais, ao contrário da maioria, em que mandam fazer uma supressão, mas, tanto as de ordem performativa, com vista a uma leitura limpa, como de semântica, se mostram escassas. Fala-se de uma CS quando se observa uma intervenção supressiva dentro de um texto censurável embora não esteja prevista pelos textos: fere o princípio da não-arbitrariedade no sentido em que, longe de ser uma supressão absurda, não se trata de aplicar uma instrução explícita referente à obra em questão. Podia considerar-se como um tipo de hipercensura. Um caso limite de CS, por assim dizer à margem da CO, é dado pelos riscos que se observam num Amato: além de suprimir as passagens visadas pelos índices, o censor também rasgou as notas manuscritas feitas em relação a elas por um leitor¹¹⁷.

Observam-se fenómenos deste tipo de microcensura em pouco mais de 10 % do total dos exemplares expurgados¹¹⁸. Em três deles trata-se do único tipo de intervenção, não se encontrando neles nenhuma CO ou CG. Em geral, são visadas passagens que põem em causa o princípio da

¹¹⁵ Caxton, William, *Cronycle of England*, London: Wynkyn de Worde, 1502 (exemplar mostrado pelo Curator da biblioteca, Jason McElligott).

¹¹⁶ Trata-se da primeira correção por fazer nessa obra conforme o índice português de 1624 (p. 238); os índices espanhóis ulteriores não a mandam fazer.

¹¹⁷ BMP, cota X-9-52 (I, 9; II, 9). Dá-se o mesmo fenómeno em Cornario (FMC, cota 3-5-6, fl. 198v).

¹¹⁸ Ver a lista em anexo, coluna “tipo [de censura]”.

defesa da fé e dos bons costumes. Entre os quatro Amato contemplados, três *curationes* (II, 47 e 89; VI, 96) relatam casos relativos à mulher e à sexualidade¹¹⁹, tal como em Arnaldo de Villanova¹²⁰ e Grataroli¹²¹. A religião determina algumas intervenções subjetivas: no juramento de Amato¹²², o nome do heresiarca Ário e expressões que usam o nome “papa” nos comentários de Cornario¹²³. No que toca aos costumes, um exemplar do Dioscórides de Amato, além das microcensuras devidamente efetuadas, alguém apagou o capítulo 135 do livro I, uma passagem que alude ironicamente à “*sanctimonia*” dos Espanhóis¹²⁴; em Sabuco, o censor riscou além da CO a passagem sobre o espírito de vingança¹²⁵. Uma outra edição da matéria médica de Dioscórides, que foi o texto dum autor antigo com mais apertado controlo na nossa área, reflete a luta contra os remédios julgados como supersticiosos¹²⁶.

Outros casos refletem situações diversas, com provável origem inerente à profissão médica. Num Laguna, a intervenção supressiva deve-se a uma discordância teórica: além das expurgações impostas, o capítulo 110 do livro V aparece com cinco linhas riscadas em que o autor refuta os que pensam que o cristal é “*agua con grandissima frialdad congelada*”¹²⁷. No *Theatrum Chemicum*, uma compilação em cinco volumes de textos de alquimia e medicina alquímica medieval e renascentista, devem ser

¹¹⁹ Em II, 47, a CS abrange parte do título na tabela (BMP, cota X-9-53, p. 583: <cum muliere coivit>); em II, 89, caso de aborto com remédio na ausência de um médico (BNP, cota Res. 5942 P, p. 144v); em VI, 97, sobre o desejo sexual irrepressível, as palavras riscadas referem-se a uma freira (BNP, cota Res. 4823 P, p. 553).

¹²⁰ II, 25 e III, 26 (BGC, cota RB 21-27).

¹²¹ Cap. 11 do *De physiognomia*, sobre a relação entre o pé e o sexo: <Pes mulieris signum vulvae> (BNP, cota SA 15708 P, p. 129).

¹²² <si fallo, Deum et Raphaelem eius ministrum iratos> (BGC, cota 2-19-1-20).

¹²³ AC, cota 11-736-4, p. 1, 198, 209.

¹²⁴ “[...] isthaec missa faciamus, ne in Hispaniae sanctimoniam incidamus, de qua dissere longum profecto, nec minus taediosum esset” (FML, cota Res. 11 R1, p. 138); esta biblioteca possui um outro exemplar não censurado da mesma edição.

¹²⁵ BNP, cota SA 931 P, fl. 19r.

¹²⁶ O editor do texto é Jean Ruel, um autor não censurável; as passagens aparecem nas adições finais (*Adscripta*) duma das duas edições venezianas publicadas em 1538 (AC, 11-735-3, fl. 156v-157r).

¹²⁷ FMC, cota 2-4-6, p. 562.

riscados os tratados de Arnaldo de Villanova, Gerard Dorn e George Ripley. No entanto, no único exemplar localizado não foram expurgados estes mas sim outros tratados, os de Bernard de Trevisan e Denys Zacaire¹²⁸. Não se sabe onde essa microcensura foi efetuada nem donde provêm os exemplares.

A CS constitui um tipo menor dentro do quadro dos estudos de microcensura. Mas aproxima-se das intervenções supressivas correntes que se podem observar em todos os livros das áreas não abrangidas pela expurgação romana e inquisitorial. Na sua maioria, os conteúdos visados refletem a observação das regras do controlo institucionalizado. Mas há casos-limite, em que, se, por um lado observamos exemplares censurados, por outro lado, as intervenções são ditadas por circunstâncias alheias à limpeza com vista à ortodoxia dos conteúdos. Em dois exemplares de Laguna na edição de 1586, o supracitado e um outro, por sua parte não censurado¹²⁹, a peça dedicatória ao rei Felipe II leva uma correção: na lista das coroas aparece riscado em ambos o nome de Portugal e, só no exemplar portuense, “dos Algarves”. Tudo leva a crer que a retificação atualizadora foi feita por mãos portuguesas depois da Restauração, na segunda metade do século XVII (de contrário, se fossem feitas antes, teríamos casos de resistência antifilipina). Não se sabe se foi o mesmo censor que efetuou a microcensura institucional. Intervenções do mesmo teor político devem ter sido bastante comuns, uma vez que aparece outra mais tarde, numa obra de medicina não censurável do médico português, Aleixo de Abreu, mas, desta vez, o rei descoroadado com um risco de tinta é Felipe IV¹³⁰.

¹²⁸ BNP, cota SA 5297 P (vol. 1).

¹²⁹ BMP, cota U-13-21, fl 2r.

¹³⁰ *Tratado de las siete enfermedades* (BML, nº 21), página de título (BNP, cota Res. 2194 P). A este grupo pode-se juntar a *Praxis* de Zacuto Lusitano, editada em 1644, embora as obras do autor estejam microcensuradas a partir de 1707: na carta a Nicolao de Neufville, aparece riscada uma passagem relativa ao ódio do português em relação à Espanha (“*tantum amat Galliam Lusitanus <quantum odit Hispaniam>*”) (FMC, cota C15A 4-6-2, fl. ã3). Mas, aqui, o risco vem provavelmente de uma mão espanhola.

Estilos de microcensura

Ao estudar a censura expurgativa em Itália, Ugo Rozzo falou em “*manipolazione*” dos textos¹³¹. Com efeito, a microcensura é um trabalho manual, na imensa maioria dos casos uma antiescrita e, mais raramente, uma reescrita. Os procedimentos de mutilação apresentam-se sob várias modalidades. Para as suas instruções supressivas, as mais frequentes, os expurgatórios recorrem aos verbos seguintes, aqui listados no modo infinitivo¹³²: (latim:) *delere*, *expungere*, *auferre*, *minuere*; (castelhano:) *borrar*, *corrigir*; (português:) *apagar*, *riscar*; outras instruções: (latim:) *rescribere*, *scribere*, *addere*, *adjungere*.

Os meios materiais utilizados para as intervenções microcensórias variam conforme incidem nas letras ou na página:

- tinta ferrogálica e pena; em alguns casos, parece ter sido usado um pincel para aplicar largas camadas de tinta¹³³;
- papel e cola, para cobrir uma passagem¹³⁴;
- tesoura, para cortar parte ou totalidade da folha¹³⁵, às vezes em conjunto com a tinta¹³⁶.

O uso da tinta é de longe o mais frequente, e o risco é o tipo de intervenção por excelência para suprimir parte do texto. Daí, um certo conjunto de reparos. Existem vários estilos de risco, do traço fino, feito com a ponta

¹³¹ Rozzo 1997, 219.

¹³² Nos índices, são conjugados na segunda pessoa do imperativo simples ou na terceira do conjuntivo passivo com valor imperativo.

¹³³ BNP, cota Res. 4703 P. Ver as páginas censuradas de Amato Lusitano (IV, 36) em Nicolau Ferreira, “Os livros científicos dos séculos XVI e XVII, ou como a Inquisição ‘limpou’ as bibliotecas”, *Público*, 25.09.2013, p. 23.

¹³⁴ BNP, cota Res. 4338 P, p. 92. Há exemplares em que o papel desapareceu, talvez voluntariamente em intervenções de restauro, como num Amato (BNP, cota X-9-55, p. 651). Em regra geral, são usadas para o efeito folhas de papel em branco; no caso de um livro exterior à nossa disciplina, o *De inventoribus rerum* de Polidoro Virgílio (1546), foram utilizadas folhas impressas, coladas ao invés do texto e bandas de papel ornamental (SCL, cota CA XVI 103, pp. 226-227, 243).

¹³⁵ Como no exemplar de Huarte em que foram cortadas folhas inteiras e meias folhas (BNP, cota SA 5212 P, 76-80).

¹³⁶ BGC, cota 2-(3)-8-2, fl. 195v-197v.

de uma pena, que barra a(s) palavra(s), ao longo de uma linha ou mais; outra maneira consiste em traçar pequenos círculos seguidos; outra ainda, menos frequente, consiste em pequenos traços oblíquos; também, muito subtilmente, alguns censores turvam as letras enchendo os espaços entre elas. Quando se trata de passagens longas ou de páginas inteiras, observam-se às vezes riscos transversais ou verticais; às vezes, esses formam uma grelha, com efeito de braço de cruz, que cobre toda a página. Em todos os casos, o que os nossos olhos notam é a diferença manifesta entre estilos que deixam o texto perfeitamente legível e os que o tornam totalmente ilegível, que é o que acontece com a maioria dos exemplares. Às vezes, o risco deve ter sido julgado insuficiente: num exemplar foi aplicado um pedaço de papel por cima do texto, que depois veio a desaparecer¹³⁷; alguns parecem ter sido riscados duas vezes, em épocas diferentes, com um estilo legível, em forma de “X”, substituído por um ilegível¹³⁸. De um modo geral, é delicado afirmar que haja uma intenção na mente do riscador de estilo legível, baseando-se sobre o presuposto de jogos e subtilezas voluntárias¹³⁹. Pode-se pensar que os exemplares menos visivelmente censurados terão sido usados em comunidades fechadas e com restrições quanto à circulação dos livros, conforme os regulamentos das bibliotecas do antigo regime. Uma coisa é certa: riscar significa, para o leitor, que tem de passar por cima ou ao lado do texto, visto o seu carácter perigoso. De certo modo, pode-se comparar esta situação com a gerada por um painel de sentido proibido: não impede a passagem física do veículo, mas são raros os que ousam passar.

Para o leitor do século XXI, o grande problema da tinta ferrogálica são as consequências de degradação que teve em alguns papéis. As suas qualidades respetivas são tais que este acabou por desaparecer, o que põe um problema patrimonial, às vezes sem solução¹⁴⁰. Não é raro também ver manchas escuras em volta da passagem expurgada, provavelmente devidas ao teor de

¹³⁷ FML, cota Res. 296, fl. 343.

¹³⁸ BNP, cota R 17243 P, fl. 39v, 105v; SA 5212 P, pp. 76, 84.

¹³⁹ Delimitemos este campo instável, para o hermeneuta, entre a “estratégia subtil” do Inquisidor Geral (Martins, 2005, p. 758) e as artimanhas e mentiras supostas por Sauvy, 1972, p. 1.

¹⁴⁰ Como no caso do exemplar “martir” do *Examen* de Huarte (BNP, cota SA 5212 P).

água; em certos casos, o efeito de mata-borrão faz com que, não só ambos os lados da folha, mas também as páginas envoltentes estejam mais ou menos afetadas, o que provoca alguma hesitação em localizar a passagem riscada. É frequente observar que, no interior dos exemplares, a aplicação da tinta numa certa passagem provocou uma pequena mancha sobre a folha oposta: o censor risca e passa à expurgação seguinte sem esperar que a tinta seque. A interpretação das manchas nem sempre é coisa óbvia: um exemplar de Amato apresenta na *curatio* 18, aliás não expurgável, uma mancha que danificou irremediavelmente o papel, suspeitando-se aqui de CS¹⁴¹. Também há efeitos naturais de degradação do papel que se assemelham a riscos microcensórios: na falta de análise química, o recurso aos índices e a análise contextual permitem concluir de maneira bastante segura.

O carácter rotineiro da tarefa microcensória observa-se em outras circunstâncias: ao passo que as instruções são precisas, como vimos no exemplo acima citado, delimitando as palavras onde começa e acaba a expurgação, alguns riscos ficam aquém (hiporrisco)¹⁴² ou continuam além dos limites da expurgação imposta (hiperrisco)¹⁴³, sem grande atenção ao resultado do ponto de vista da compreensão. Num exemplar, o censor deve ter-se apercebido do erro e reescreveu na margem a palavra riscada erradamente¹⁴⁴; noutro, ao riscar, fez-se uma mancha de tinta, o censor reescreveu a palavra engolida¹⁴⁵.

De modo geral, deve-se reconhecer que a tarefa microcensória é cumprida de maneira profissional, como será demonstrado no ponto seguinte. No entanto, alguns fenómenos refletem uma atuação que podia parecer bastante rotineira, pois tratava-se de seguir as instruções e aplicá-las aos exemplares em causa. Observa-se a desatenção do censor, encarregado de riscar

¹⁴¹ BNP, cota SA 7596 P, p. 59-60.

¹⁴² Por exemplo, BNP, cota Res. 1746 V, p. 157.

¹⁴³ Um bom exemplo de microcensura multiplicando os hipo e os hiperriscos é dado por um exemplar de Rueus, BGC, cota 2-(3)-9-5, *passim*.

¹⁴⁴ BNP, cota Res. 4827/1 P, p. 670. O mesmo censor mostrou-se também escrupuloso no outro Amato (1556), encadernado com este: o efeito de mata-borrão apagou uma palavra na página oposta, portanto reescreveu-a na margem (BNP, cota Res. 4827/2 P, p. 2v/3r).

¹⁴⁵ BNP, cota 4827/2 P, fl. 2v.

a palavra latina “*sacerdote*”, cuja última sílaba foi cortada encontrando-se no início da linha seguinte: em vez de “*sacerdo-*”, riscou a palavra no fim da linha superior e acabou a tarefa riscando “*te*”, duas linhas mais abaixo¹⁴⁶. Um censor, que deve ter lido mal a instrução, provavelmente do índice português de 1624, escreve na margem: “nao està aqui o que dis a expurg.”: não viu que se enganara na página¹⁴⁷.

Análise gradual (CO)

Resta-nos, nessa tipologia da microcensura, interrogar a extensão das intervenções efetuadas em conformidade com as instruções dos expurgatórios, isto é analisar a efetividade da CO, ou microcensura institucionalizada. Como vimos, estas representam a imensa maioria das intervenções observáveis em comparação com as duas outras modalidades, a CG e a CS. A lista da base de dados (*supra*, 3.2) limita-se a refletir uma situação dicotómica pois trata de quantificar os exemplares censurados e os não censurados. Chegamos a dados percentuais, indicadores de taxas de efetividade. Mas se, por um lado, refletem situações bem diferentes, por outro lado, não dizem nada sobre variações de que até agora não foram abordadas e que são os graus de efetividade interna da microcensura. Quando temos vários exemplares do mesmo texto, nem sempre todas as intervenções ditadas pelos índices foram feitas. Se um exemplar não censurado corresponde a um grau interno de 0 % de microcensura, há os que chegam aos 100 % (o que corresponde ao exemplar em que foram feitas na totalidade, por exemplo, as duas correções impostas em van Forest ou as 98 nas sete centúrias de Amato). No entanto, entre esses polos, entre o não feito e o perfeito, observam-se situações intermédias com uma gama de variações que reflete a complexidade dos factos¹⁴⁷.

Este aspeto da questão microcensória é crucial. Permite afinar ao máximo as quantificações relativas à efetividade censória, mas também

¹⁴⁶ FMP, cota Séc. XVII 222, p. 240. Esta expurgação apresenta várias negligências, como um hiper-risco (além da passagem a limpar), no *Introitus*, fl. e1r, ou a não-substituição da palavra “*monachuli*” = “*quidam*” (IV, 97, p. 458).

¹⁴⁷ BNP, cota SA 1332 P, fl. 163v (as linhas para limpar encontram-se na página anterior).

¹⁴⁷ Ver a lista dada em anexo no fim.

fornece um leque de informações sobre questões circunstanciais relativas ao processo microcensório, a primeira das quais é a determinação da data da expurgação. Aliás, isso pode ser decisivo para avaliar o grau interno. Sabemos que a história dos índices é a de uma intertextualidade feita de continuidades e mudanças: apresentam, ao longo das edições, entradas novas, mas também, em muitos casos, instruções diferentes (ilustrações V A e B). Já referi as poucas correções a fazer nas centúrias de Amato segundo os índices do século XVI, as quais passam de três em 1581 para cem em 1612. Um exemplar da mesma edição pode apresentar menos correções em comparação com outro: não significa necessariamente que houve negligência ou esquecimentos rotineiros, mas que foi expurgado conforme um índice anterior, como no caso da citação hebraica nos comentários de Diocórides por Amato (ver abaixo ponto 5.2.1). Portanto, a percentagem constitui um indício relativo do grau interno de microcensura.

Em 73¹⁴⁸ dos 101 exemplares censurados foi possível determinar com precisão a percentagem do grau interno de microcensura. Em vários casos, é antes de tudo a falta de páginas que incluem passagens por proibir que não permite fazer esse cálculo¹⁴⁹ quando não é provado que as mutilações sejam de tipo censório, como vimos no caso dos Laguna. A média geral obtida é de 80 %: cada um dos exemplares foi limpo numa média dos três quartos dos seus conteúdos conforme as instruções dos índices expurgatórios. O mais notável nesse resultado vem do facto de que essa média é quase igual entre as médias particulares, isto é, as que puderam ser calculadas com segurança nos exemplares de Amato (as centúrias com 43 exemplares censurados, média de 73 %; os Dioscórides com seis exemplares, média de 100 %), os Laguna (14 exemplares, média de 78 %), os 12 autores restantes (24 exemplares, média de 75 %).

No entanto, tais dados não dão conta de características e de algumas variações que importa assinalar.

¹⁴⁸ A lista em anexo apresenta 80 exemplares com evidência de CO, dos quais 7 ficam indecisos como, por exemplo, o Amato do fundo da BMP com cota X-9-55.

¹⁴⁹ Por exemplo BGC, cota 4-7-41-29.

As centúrias de Amato, que formam por assim dizer o maciço central deste estudo, podem ser divididas em duas partes em função das edições impressas até 1580 ou a partir de 1620. No primeiro caso, são 24, com uma média de 71 %; no segundo, nove, com uma média de 76 %¹⁵⁰. Do ponto de vista dos documentos, é preciso relembrar que a observação de uma única intervenção, ou pouco mais, num desses exemplares pode corresponder a 100 %, ao passo que várias dezenas podem corresponder a uma percentagem inferior a 100 %, dependendo do(s) livro(s) das centúrias em causa¹⁵¹. Isto deve-se não só às diferenças entre os índices de 1581 e seguintes, como já vimos, mas também à probabilidade de haver microcensura antes da primeira entrada de Amato no catálogo português¹⁵². É importante verificar qual o índice segura ou presumivelmente utilizado para a microcensura, em particular no caso desta obra. Com a de Paracelso, já vimos o aumento vertiginoso de correções de feitas entre as primeira instruções do século XVI e as dos índices de 1607 e seguintes. Em Amato, observa-se a progressão seguinte:

ILPE	Centúria 1	2	3	4	5	6	7
Antes de 1581	—	—	—	—	—	1	1
1581	—	—	—	1	1	1	1
1584	—	—	—	2	2	2	2
1607 ¹⁵³	8	10	11	23	13	21	18
1612 e seguintes ¹⁵⁴	8	8	11	23	12	20	18

¹⁵⁰ Como veremos no caso de Laguna, a reedição seiscentista das centúrias impõe um modo de cálculo ligeiramente diferente. Aqui, ao número total das correções por fazer deve ser subtraído cinco: o editor francês expurgou uma centúria (IV, 36) e suprimiu o *introitus* do livro VI; o juramento, expurgado, só aparece no fim do livro VII.

¹⁵¹ Até 1580, há edições com um só livro, outras com até quatro.

¹⁵² Além das instruções sobre o livro IV, *curationes* 36 e 51, deve-se riscar “o juramento do cabo, como he costume neste Reino” (ILPE, 1581, p. 27v); esta expurgação habitual já entrou na prática antes de 1581. Exemplares contemplados: BMP, cota J-5-103; BME, cota Séc. XVI-2299; BNP, cota Res. 4824 P.

¹⁵³ Cinco correções romanas foram ulteriormente esquecidas ou abandonadas pelos censores ibéricos: II, 15, 55, index; V, 70 e VI, 9; e quatro modificadas (dão outra passagem do mesmo capítulo para expurgar): IV, 72; VI, 46, 97, 100. Sobre os lugares abrangidos, ver abaixo, ponto 5.2.1.

¹⁵⁴ Como vimos acima no ponto 4.1.2, o índice português de 1624 não localiza as ocorrências das palavras isoladas Deus, divus, divinus, o que, a contar as correções paginadas, faria aparecer números mais baixos por centúria.

Pode-se afirmar que há exemplares perfeitamente expurgados (a 100 %), fosse qual fosse o índice utilizado, e sobretudo com um número elevado de correções: índice de 1584¹⁵⁵, 1612¹⁵⁶, 1624¹⁵⁷. De modo geral, na ausência de uma marca de expurgação, com data do ato, é uma tarefa delicada determinar qual foi o índice ibérico¹⁵⁸ seiscentista utilizado, uma vez que têm as mesmas instruções para esta obra. Dada a média obtida, um outro ponto adquirido é o elevado número de exemplares com graus elevados de microcensura, o que permite afirmar por um lado, que essa tarefa é cumprida de maneira bastante minuciosa e, por outro, que as faltas existem. Algumas explicam-se pela generalidade das correções de pormenor assinaladas no índice de 1624. Sem a paginação explícita, os que o utilizaram passaram ao lado de ocorrências, como, por exemplo, no exemplar da edição de Bordéus: em 18 faltas, 16 eram instruções deste tipo¹⁵⁹, daí o grau de 81 % de efetividade da expurgação.

Os exemplares mais problemáticos nesse ponto do inquérito são fornecidos por aqueles que foram expurgados conforme os índices seiscentistas, isto é, os que se apresentam ao mesmo tempo com mais das oito correções instauradas pelo de 1584 e com percentagens abaixo dos 50 %. São quatro, um dos quais foi publicado em 1620¹⁶⁰. Este apresenta um grau de 44 %, 16 das correções não feitas sendo as palavras isoladas (*divinus* etc.) não localizadas pelo índice de 1624. Um exemplar da edição lionesa das centúrias 5 e 6 (1564) com uma média de 47 %¹⁶¹ é um dos dois a apresentar uma correção imposta pelo índice de 1607 (VI, 9), o que, em ambos os casos, pode indiciar o seu uso, à exclusão dos outros¹⁶². Dois exemplares apresentam graus de

¹⁵⁵ FML, cota Res. 1 R.

¹⁵⁶ PNM, cota 2-30-2-15.

¹⁵⁷ BNP, cota Res. 4827 P//1.

¹⁵⁸ Embora subsista a hipótese, não foi possível deduzir o uso dos índices de 1571 e 1607.

¹⁵⁹ FML, cota Res. 8 (I, 27, 31, II, epistola, 67, etc.).

¹⁶⁰ BNP, cota Res. 3084 V.

¹⁶¹ BNP, cota Res. 4118 P; encadernado com a sétima centúria. Mesmo grau num exemplar das centúrias 2 e 3, BMP, cota X-9-53.

¹⁶² No outro Amato, com grau de 98 % para a expurgação das quatro primeiras centúrias, há duas correções conforme este índice (II 15 e 55) (FMP, cota Séc. XVI-84).

microcensura ainda mais baixos, com 20 %¹⁶³ e 8 %¹⁶⁴. Quanto à expurgação do livro IV das centúrias, este último é idêntico a outro, com um grau de 11 %¹⁶⁵. Ao contrário dos exemplares já abordados a este respeito, a hipótese de se tratar de exemplares censurados no século XVI carece de solidez, mas não pode ser totalmente excluída.

Cinco dos seis exemplares da outra obra censurada de Amato Lusitano, com poucas correções (uma em 1612, cinco em 1624 e depois), apresentam um grau de 100 %. O sexto apresenta apenas três intervenções de tipo genérico (o nome de Erasmo é riscado)¹⁶⁶, deve ser posta aqui a hipótese de uma expurgação anterior a 1612.

Nos catorze exemplares dos comentários de Laguna, cuja média é de 78 %, observam-se algumas particularidades. Duas distinções devem ser feitas para calcular o grau de microcensura: a primeira, entre as instruções do índice português e dos índices espanhóis (a partir de 1632); a segunda, entre as impressões quinhentistas e as setecentistas (a partir de 1636), que, ao contrário das edições setecentistas de Amato Lusitano, foram muito mais expurgadas antes da reimpressão.

Para os censores portugueses, são ao todo 58 correções a fazer no texto; em 1632, os espanhóis contentam-se com 42 correções, tendo suprimido 20 do índice anterior. Mas este número baixa para 22 nas reedições de 1636 e ulteriores. A partir de 1636, o texto de Laguna, impresso em Espanha (Barcelona, Sevilha), é publicado expurgado quase totalmente conforme o índice de 1632, que sabemos, digamos, mais brando para com o autor nacional: das 42 correções impostas, 36 foram efetuadas pelos tipógrafos¹⁶⁷.

Deste modo, o único exemplar seiscentista expurgado, conforme o índice de 1624, atinge um grau de microcensura de 52 %¹⁶⁸. O número não

¹⁶³ BGC, cota 2-4-1-21.

¹⁶⁴ BNP, cota SA 7594 P.

¹⁶⁵ BNP, cota 4825 P. As *curationes* visadas são as 23 e 36.

¹⁶⁶ FMC, cota 1-1-1. Os outros exemplares pós-1620 ficaram imunes.

¹⁶⁷ Comparando as edições de 1636 e 1651: em 1636, duas correções não foram feitas (livro I, capítulo 5 e II, 154); em 1651, também, mas são diferentes (II, 40 e IV, 83); outra curiosidade desta edição sevilhana, expurga a passagem do livro I, cap. 20, o que é imposto só pelo índice português.

¹⁶⁸ PNM, cota 1-18-10-7. Ver *supra* nota 83.

é tão significativo como o facto de ter sido expurgado: a “*censura*” de 1635 não chegou, do lado português, para deixar passar o texto aos olhos dos censores e da grelha do índice de 1624. Todos os outros exemplares refletem o efeito tranquilizador desta peça como dos subtítulos¹⁶⁹: as edições do século XVII podem ser consideradas limpas pelo público espanhol.

Todos os outros exemplares são edições quinhentistas, submetidas a 58 ou 42 correções, conforme o índice utilizado. Observa-se assim um grau de 100 % num exemplar corregido, com o índice de 1624¹⁷⁰, e outro, à primeira vista menos expurgado, com o posterior¹⁷¹. Dois exemplares apresentam graus muito baixos: um com 15 % (sete correções num total de 58, abrangendo apenas os dois primeiros livros da obra, que tem seis livros); o outro não chega aos 2 %, com uma única correção, prevista pelo índice de 1624¹⁷².

Os exemplares restantes (26¹⁷³), correspondendo a obras de 14 autores, atingem um grau de 77 %, o que confirma a tendência geral da elevada efetividade microcensória. Onze deles apresentam um grau de 100 %. Alguns apresentam graus muito baixos. Os 5 % de grau de microcensura de um dos exemplares de Sabuco¹⁷⁴ refletem a única intervenção feita abrangendo a primeira passagem para expurgar, como se tivesse sido abandonada a tarefa logo após o início. Há também um Wecker pouco expurgado (grau de 16 %)¹⁷⁵, tendo em conta que este autor é o terceiro com mais passagens para expurgar (60), a seguir às centúrias de Amato e aos tratados de Paracelso. Para terminar com essa questão dos graus baixos, interessa a quarta edição (1624) do *Thesouro dos Pobres* de Cabreira, com um grau de 50 %¹⁷⁶. Acabada

¹⁶⁹ “Y aora en esta ultima impression corregido y emendado de muchos errores que tenia conforme el Catalogo nuevo del Santo Oficio” (frontispício das edições de 1636 e 1651).

¹⁷⁰ FMP, cota Séc. XVII-238.

¹⁷¹ FMP, cota Séc. XVI-134.

¹⁷² BNP, cota Res. 273 A, p. 505.

¹⁷³ Devido às mutilações (faltam as páginas com as passagens para expurgar, pp. 52-68, 151-218), um Sequeira ficou de lado (BNP, cota SA 3007 P).

¹⁷⁴ FLL, cota Res. 9.

¹⁷⁵ FML, cota Res. 1038. Foram feitas oito correções em 49, as páginas em falta (29-43, 192-204 e 523-528) correspondendo a um total de 10.

¹⁷⁶ BPB, cota Res. 151 (2) A. Trata-se do único exemplar localizado da edição de 1624.

de imprimir em 1617¹⁷⁷, foi alvo de expurgação como os Amato seiscentistas, com oito passagens por suprimir conforme o índice português de 1624, seguido pelos seguintes espanhóis. O texto impresso aparece com só seis expurgações efetuadas. O grau de microcensura deve-se ao facto de que uma das duas passagens por censurar foi rasurada à mão.

Sabemos agora que, de um modo geral, o grau de efetividade da microcensura é bastante simples de calcular. Mas, como se viu com as centúrias de Amato, o número de correções impostas pode diferir entre os índices. Por conseguinte, a média pode resultar em percentagens muito altas ou muito baixas. O exemplar das *Institutiones* de Leonard Fuchs¹⁷⁸ oscila entre 17 e 100 %, dependendo do índice de 1607 (uma correção) ou de 1612 e seguintes (seis correções). Normalmente, a única correção efetuada, que é a de 1607, incita a pensar que foi este o índice utilizado pelo censor. Mas dois indícios impedem de o concluir com firmeza: os índices ibéricos impõem a nota de autor danado no título, o que foi feito; além disso, o expurgador, Suarez Villas Boas, assinalou o cumprimento da sua tarefa, datando-a do ano 1627¹⁷⁹. O exemplar dos *Opuscula* de Grataroli¹⁸⁰. A datação do índice fica incerta, podendo ser o de 1607 (11 correções), 1624 (6) ou 1632 (5), obtendo-se, respetivamente, um grau de 45 %, 83 % ou 100 %. Para o cálculo da média geral deste grupo de exemplares, escolhi o índice de 1624, porque, na página de guarda, está escrita em português a menção: “Esta repurgado. Pode se ler.” Mas pode-se tratar de uma confirmação feita ulteriormente. O exemplar pertenceu à livraria do convento da Graça de Lisboa¹⁸¹.

¹⁷⁷ Segundo o colofão; a página de título dá a data de 1624, que é o ano da taxação do livro, as licenças sendo todas datadas de 1616 e 1617.

¹⁷⁸ FMP, cota Séc. XVI-80.

¹⁷⁹ Uma hipótese seria que o censor, aparentemente espanhol, utilizando o índice de 1612 (de preferência ao de 1624), não teria encontrado as passagens, dado que a paginação dada no índice é a de outra edição. No entanto, tal situação é comum, e os censores conseguem localizá-la, como se viu nos exemplares da edição de Bordéus das centúrias.

¹⁸⁰ BNP, cota SA 15708 P.

¹⁸¹ Nota manuscrita; pertence confirmada pelo catálogo dos livros (segunda metade do século XVIII; BNP, códice 7409, fl. 105v).

Dos 20 exemplares restantes neste grupo, 13 foram expurgados a 100 %, os outros entre 72 e 90 %.

Circunstâncias da microcensura

Vimos que, de um ponto de vista geral, a questão do grau de microcensura reflete uma elevada efetividade, mas com variações e alguns casos daquilo em que somos tentados a ver desleixo. Como no caso dos exemplares não censurados, são diversas as situações que permitem compreender os fenómenos observados. Alguns casos particulares foram abordados, mas as hipóteses tendem a subverter as certezas. No entanto, pode ser tido como certo que os agentes responsáveis pela microcensura nem sempre são identificáveis, daí a distinção que pode ser introduzida entre os profissionais e os não profissionais¹⁸².

Deduz-se das marcas manuscritas nos exemplares que são 22 os que foram expurgados profissionalmente, isto é 22,4 % do total dos exemplares expurgados (98). Em 17, o grau de microcensura é de 100 %. Três Amato apresentam graus inferiores (99,93 e 77 %). Em dois casos, fica a interrogação relacionada com o índice que foi utilizado pelo censor: 3 ou 100 %¹⁸³, 17 ou 100 %¹⁸⁴? Em relação à expurgação do Amato, que é assinada, deve-se considerar que foi anterior a 1581. Remete-se assim para as análises feitas acima. Quanto ao exemplar de Fuchs, para assumir um grau de 100 %, era preciso considerar que o padre encarregado da tarefa utilizou o expurgatório romano de 1607 (uma correção, seis nos índices posteriores). No entanto, a expurgação foi provavelmente feita em Espanha em 1627, provavelmente também com o índice de 1612.

¹⁸² A expurgação dos livros é uma tarefa institucional que os índices romanos (regra X no tridentino de 1564 e as precisões levadas no *De correctione librorum* em 1596) confiam aos bispos e ao Santo Ofício. Segundo as regras dos índices portugueses, deve ser efetuada pelos agentes da Inquisição (ILE, 1581, pfl. 25r-v; ILPE, 1624, p. 86). São esses que chamo profissionais. Mas, como no caso espanhol (ver Beck Varela, 2015, p. 83-84), deve ter havido colaboração de não profissionais.

¹⁸³ FML, cota Res. 3.

¹⁸⁴ FMP, cota Séc. XVI-80.

Na tabela seguinte indicam-se esses tipos de informações, nem sempre completas, quando são dadas, o que geralmente se observa na página de título.

Autor (ordem alfabética)	Título abreviado	Fundo	Data da edição	Data da expurgação	Local	Nome do expurgador	Índice utilizado
Amato Lusitano	<i>Centuria 1</i>	PNM	1551	1623	Segovia	Didacus de Aquila	1612
	<i>Centuriæ 3-4</i>	FML	1556	1581?	Medina del Campo	? de Vallesiceo	
	<i>Centuriæ 1-4</i>	BNP	1557				1631 [sic]
	<i>Centuriæ 1-2</i>	BME	1560		Colégio SJ de Frexenal [Estremadura]		
	<i>Centuriæ 5-6</i>	FML	1564	1594		Assinatura ilegível	1624
	<i>Centuriæ 1-2</i>	BNP	1567				1625 [sic]
	<i>Centuriæ 5-6</i>	BNP	1576	1625			1624
	<i>Centuriæ 5-6</i>	BNP	1580				1624
	<i>In Dioscoridis</i>	BNP	1558	1613	Madrid	Sayoane Veloso	1612
	<i>In Dioscoridis</i>	BGC	1558	1613	Toledo	P. Fernandez	
Arnaldo de Villanova	<i>Breviarum</i>	BGC	1485	1585	Coimbra	Pº de Bar?	
Colerus	<i>De alimentis</i>	BPB	1596		[Espanha]		1632
Fuchs	<i>Institutiones</i>	FMP	1555	1627		Pe Suarez Villaboas	
Cornaro	<i>De Compositione</i>	FMC	1576	1586	Salamanca	Francisco Sanchez	[1584]
Laguna	<i>Acerca de la materia</i>	FMP	1566				1632
		FML	1566 (B)				1707
		BGC	1586		[Coimbra?]		1624
		FMC	1586		[Cuenca?]		1707
Lemnius, Rueus	<i>Similitudinum, De Gemmis</i>	BNP	1595	1614	Burgos	Thomas Ramirez	
Sabuco	<i>Nueva Filosofia</i>	AC					1625 [sic]
Scaliger	<i>In Theophrastem</i>	BNP	1566	1585	Astorga	D. Rodriguez Bonifazio	
Sequeira	<i>Thesouro</i>	BNP	1612	1720		Dr Joaquim a Conceptione	
		FAC	1612	1734		Michael ab Assuntiatione	

Ao conferir a data de edição dos exemplares e a sua expurgação, observa-se a ausência total de proximidade cronológica. Os livros, tanto científicos como das outras disciplinas, circularam durante séculos,

como já vimos. A sua expurgação “tardia”, como por exemplo o *Amato* de 1576, expurgado meio século depois, não informa sobre a sua posse e/ou leitura anterior: não se sabe se já existia na Península antes do ano da sua expurgação. Ao contrário, o prazo mais curto entre o ano de edição e da microcensura na Península, aparece num Scaliger, com 19 anos. Convém acrescentar aqui que o prazo entre a edição de um texto e a sua censura institucionalizada, isto é, publicada num expurgatório (ver a data da primeira entrada num expurgatório na coluna A), também se conta em anos.

Em 12 casos está indicado ou é dedutível o local onde o exemplar foi expurgado, sete dos quais (mais um?) em Espanha: uma vez limpos, seguros, podiam circular livremente na Península. Num número igual de casos, é a data do índice de referência que aparece, cinco dos quais o português de 1624, se corrigirmos a data de 1625 dada em dois exemplares. Da nota do expurgador do texto de Cornario na edição veneziana das obras completas de Galeno pode-se precisar a data da expurgação e o índice utilizado¹⁸⁵, verificando-se aqui a rapidez da resposta censória. Nos outros casos, trata-se de índices espanhóis, até o de 1707, com dois Laguna¹⁸⁶. É impossível determinar se esses exemplares foram expurgados quando entraram na Península ou se circularam até ser “apanhados”.

Algumas lições podem ser tiradas destes dados. Em cinco de 12 casos com informação deste teor, o índice utilizado foi o português (1624), sendo os outros espanhóis, exceto o de 1640. Mas a sua ausência nesse grupo com número de exemplares reduzido não significa que não tenha sido utilizado. Quanto às datas da expurgação, 11 exemplares dão essa indicação, três dos quais foram limpos no século XVI, mais de metade (6) entre 1613 e 1627,

¹⁸⁵ “Eu Francisco Sanchez cathedratico de prima jubila [...] firme este Galeno por expurgado conforme o expurgatorio del Sancto Officio da inquisicion a treze de Enero de ochenta y seis años” (FMC, cota 3-5-6). A expurgação da edição de Cornario do *De compositione* de Galeno aparece pela primeira vez em 1584, é adotada só pelos índices de 1607 (romano) e 1624 (português); o espanhol de 1612 ignora-a, os de 1632 e 1640 pedem só uma nota de autor danado. Impõe uma nota de autor danado e três correções, duas das quais incidem sobre o comentário de Cornario, editados em 1537 mas não nas *Opera omnia* de Galeno. Portanto, no nosso exemplar, consta uma única correção (I, 9).

¹⁸⁶ Um dos dois exemplares só dá essa referência: “expurgado t. 1 p. 58”.

e dois no século XVIII. A escassez de dados quantitativos não permite concluir sobre períodos mais ou menos intensos de ação microcensória.

5. Conteúdos: um breve olhar

O que há para limpar?

Sabemos que, ao contrário da censura proibitiva que segue uma lógica binária e se contenta com a indexação do nome do autor e, ao evoluir, com o acréscimo de novos nomes, a microcensura apresenta um quadro cuja complexidade é proporcionalmente inversa. A história dos índices expurgativos apresenta-se como o tecer de uma intertextualidade particular, com variantes e continuidades. É de notar que existe um tipo corrente de variantes do ponto de vista editorial, o índice ulterior tentando indicar as edições sucessivas, desconhecidas dos seus predecessores. Assim, na análise microcensória, é muito comum encontrar exemplares censurados de edições não indicadas pelos índices. O expurgador faz prova da sua capacidade para encontrar as passagens sem ter a paginação exata, como, por exemplo, no tratado de Grataroli cuja única edição indicada é a de 1558 (com erro de 1568 até o expurgatório 1632): o exemplar consultado é uma edição de 1554, com particularidades textuais próprias e paginação diferente¹⁸⁷. Um outro caso é o exemplar das instituições médicas de Fuchs. O índice de 1607 indica a expurgação a fazer, precisando, como quase sempre, as páginas contempladas, na edição veneziana de 1556 e o de 1624, na edição alemã de 1604: aqui, o exemplar consultado é a edição lionesa de 1555, com particularidades textuais e paginação diferente, o que não impediu o expurgador de cumprir a sua tarefa.

Metodologicamente, a investigação em microcensura deve, por princípio, recorrer a todos os índices, dado que eles não contêm todas as mesmas

¹⁸⁷ BNP, cota SA 15708 P.

instruções. Isto significa que a análise da efetividade microcensória prende-se mais com o texto instrutório do que com o texto instruído. Portanto, nas análises até agora conduzidas, pouco nos temos interrogado sobre os conteúdos textuais dados por suprimir ou corrigir. É certo que a questão que mais espontaneamente surge quando se trata de censura pode ser assim formulada: quais as ideias, as palavras sentidas como atentatórias à ortodoxia católica? Em termos técnicos: em que consiste cada instrução a aplicar? Esse aspeto semântico da questão microcensória remete para as situações particulares dos textos visados e tem um interesse geral, porque as instruções são válidas para todos os exemplares. Estritamente, a indagação microcensória constitui uma verificação de efetividade.

No entanto, uma vez que foi delimitado um campo disciplinar para levar a cabo esta tarefa, convém descrever, em termos gerais, os conteúdos.

A metodologia da microcensura não contempla de maneira sistemática a semântica uma vez que o seu objetivo é antes de tudo descrever e avaliar o que foi cumprido nos exemplares em circulação. No entanto, é fundamental tentar perceber o que despertava a reação censória dos expurgadores. Para De Bujanda, o controlo dos textos constitui um “estaleiro imenso que terá que ser explorado por estudos analíticos incidindo sobre cada um dos casos”¹⁸⁸. A obrigação analítica não se coaduna facilmente com a perspetiva sintética da microcensura. Daí que não seja possível descrever cada uma das correções impostas ao texto dos médicos escolhidos, ainda menos a totalidade dos autores médicos. No entanto, sabemos que a expurgação segue as regras que todos os índices relembram e que, no universo católico de que aqui se trata, têm por texto de partida aquele que foi elaborado na 25ª sessão do concílio de Trento sobre o controlo dos livros, em que participou de forma crucial o Dominicano Português Francisco Foreiro¹⁸⁹, e impresso *ad usum catholicum* no Index tridentino (ILP, 1564).

¹⁸⁸ De Bujanda, 1993, p. 108; ver também Pardo Tomás, 1991, p. 15.

¹⁸⁹ Ver Adriano Prosperi (ed.), *Dizionario storico dell’Inquisizione* (Pisa: Ed. della Normale, 2010), vol. 2, pp. 613-614.

As instruções dos expurgatórios são as aplicações, caso a caso, desses princípios fixados pelos teólogos católicos. Das dez regras tridentinas do controlo dos livros, cinco tocam à expurgação (2, 5, 7 a 9), sem precisar as modalidades práticas dessa tarefa. O primeiro expurgatório (1571) reproduz quatro delas (2, 5, 7 e 8). Em síntese, eis os pontos visados pela censura: tudo quanto tem a ver com a teologia e a religião deve ser verificado. A sétima regra indica as obscenidades, tudo quanto põe em causa não só a fé, mas também os bons costumes¹⁹⁰. Na oitava, além dos indícios de hereesia, são visadas a impiedade, a divinação e a superstição; determina que todas as partes de um livro, e não só o texto principal, devem ser vigiadas, diríamos hoje o texto e o paratexto. A nona incide sobre as *mancias*, isto é os sete meios de adivinhação, como a hidromancia, quiromancia ou necromancia, assim como as práticas mágicas, como os sortilégios, as encantações e a astrologia judiciária, que desrespeita a Providência. Em 1590, com o acréscimo das regras, são determinadas a noção de obscenidade e as ofensas à instituição eclesiástica (regras 13 e 21). No índice romano de 1596, há uma secção específica com cinco artigos dedicada à correção de livros (*De correctione librorum*). O artigo 2 pormenoriza a tarefa microcensória para os séculos seguintes. Além de retomar e detalhar as condenações anteriores num conjunto de elementos que têm a ver com a teologia e a religião, a heresia e o judaísmo, a Sagrada Escritura, a Igreja e os eclesiásticos, etc., define os tipos de paratextos a vigiar (escólias, sumários, margens, índices, prefácios ou cartas dedicatórias), adverte contra as palavras duvidosas, ambíguas, os qualificativos laudativos (“*epitheta honorifica*”) usados entre os hereges, as imagens e as letrinas¹⁹¹.

A questão do antissemitismo eclesiástico e inquisitorial na área da medicina pode ser levantada aqui. Relembra-se que, antes de serem uma questão de textos, os judeus e o judaísmo constituem um problema social e político em que os seres humanos são os primeiros a sofrer as medidas que se vão tomando a partir do fim do século XV, para nos limitarmos à

¹⁹⁰ Ver Brancher, 2015, capítulo 4, “L’obscénité mise à l’index: construction d’une catégorie”.

¹⁹¹ *De correctione librorum*, art. 2 (ILP, 1596, pp. 19-20).

época protomoderna. A partir de 1604, é explicitamente proibido o acesso ao ensino da medicina na Universidade de Coimbra, a única do reino, aos judeus e cristãos-novos (judeus convertidos)¹⁹². A saída de judeus é condicionada pelas autorizações de saída ou perdões gerais, como em abril de 1601 ou agosto de 1604. Foi, por exemplo, provavelmente numa dessas ocasiões que o futuro autor da *Archipathologia*, Felipe/Elijah de Montalto (1614) deixou o seu país natal. No campo da censura, pelos menos dois autores portugueses, ambos exilados e usando do mesmo qualificativo identitário sem que haja ligação de parentesco entre eles, aparecem no primeiro plano, Amato Lusitano (João Rodrigues) e Zacuto Lusitano. Sabemos que o segundo foi indexado a partir de 1707. Não se pode afirmar que as obras do primeiro tenham sido expurgadas por serem de um autor judeu, uma vez que os conteúdos visados, como vimos um pouco mais acima, são diversos e não exclusivamente de teor judaico. Os índices, a partir de 1624, referem-se liminarmente à incerteza que pesa sobre o seu catolicismo¹⁹³. Várias correções, pedidas já em 1599 em Brescia (Itália)¹⁹⁴, têm que ver com aspetos hebraicos, como nas *curationes* IV, 36 e 42¹⁹⁵. Mas há um caso de microcensura que impõe uma clarificação. Vê-se no capítulo 66 do primeiro livro dos comentários de Dioscórides, sobre a mirra, em que três linhas são escritas em hebraico, sendo uma passagem dos Salmos no texto massorético, citada por Hieronymus Münster, que Amato passa a traduzir. Em três dos cinco exemplares com CO, dois apresentam essas linhas apagadas com o resto da passagem, ao passo que três as mantêm. Este ponto não reflete qualquer reação subjetiva mas só um uso diferenciado dos índices: o índice espanhol de 1612 manda apagar toda a passagem, inclusive as linhas em hebraico, ao passo que o de 1624 as exclui.

¹⁹² “Os que houverem de ser admittidos ao partido de medicina não hão de ter raça de judeu, christão novo, nem mouro, nem proceder de gente infame, nem tenham doenças contagiosas” (Alvará de 7 de fevereiro de 1604, art. 2).

¹⁹³ ILPE, 1624, p. 222; 1632, p. 41.

¹⁹⁴ Baldini & Spruit 2009, 756-59.

¹⁹⁵ Num exemplar NC, toda a passagem relativa aos hebreus foi sublinhada vertical e horizontalmente por um leitor, não se sabe com que intuito (BNP, cota Res 1985 A, p. 717).

De modo geral, os textos médicos redigidos por protestantes, que são autores da primeira classe, são todos, virtualmente, alvos de censura. Daí os fenómenos microcensórios gerados por esta situação que abrange conteúdos comuns a toda a produção impressa: as censuras genéricas (CG), como o risco sobre o nome do autor, o recurso, ainda que nem sempre explícito nos índices, aos avisos preliminares (em particular, as marcas de NP). Quanto às instruções que contemplam os textos, as regras acima resumidas abrangem a maioria dos conteúdos visados através das obras médicas analisadas. Assim, o que é considerado pelos censores como supersticioso, caracteriza uma parte essencial das expurgações a fazer nos textos de Cabreira (e as versões do *Thesaurus Pauperum*), Laguna, Wecker; o universo do “mágico” em Arnaldo de Villanova e Pietro de Abano¹⁹⁶. As proposições relativas à teologia são visadas em particular nos escritos de Huarte e Sabuco; à vida eclesiástica, em Quercetanus ou em Amato Lusitano. Olhando para o conjunto dos exemplares censurados, observa-se a eficácia da regra que impõe o controlo de todos os tipos de textos, o principal, os paratextos, as margens, os índices, etc. Também se deve acrescentar aqui, embora se refira ao século XVIII, o caso dos retratos riscados nas obras de Zacuto Lusitano, uma prática expurgativa formalizada, como, por exemplo, com Erasmo ou, para falar de médicos, Paracelso.

Três casos de expurgações segundo os índices: Amato Lusitano, Gonçalo Cabreira e André Laguna

Dada a extensão da totalidade dos textos indexadores de expurgação, só no campo da medicina, foi preciso limitar os exemplos. Os escolhidos impunham-se porque se trata de dois autores portugueses (Amato Lusitano e Gonçalo Cabreira) e de um Espanhol cuja obra foi expurgada pela primeira vez a mando dos inquisidores portugueses (Andrés Laguna). Relembrando que a expurgação é um fenómeno internacional (os índices têm

¹⁹⁶ Para uma análise mais pormenorizada de constelações temáticas (Dioscórides, paracelsismo), ver Baudry, H. “Dissidence ou insolence? La microcensure des livres de médecine aux XVI^e-XVII^e siècles au Portugal” (por publicar).

força de lei conforme os Estados) e diacrónico (os índices emitidos pela mesma inquisição evoluem), os textos contemplados têm que ser abordados de maneira global. Assim, por exemplo, o que chamamos a expurgação Amato Lusitano observa-se, além das fontes manuscritas nos arquivos que visam elaborar uma compreensão por assim dizer genética das instruções impressas, em livros a partir da sua primeira edição até as últimas. Aqui, limitámo-nos aos séculos 16 e 17.

Nenhuma censura é científica. Muitas vezes, os historiadores admiram a forma como os conteúdos visados pelos inquisidores podem parecer surpreendentes em si, caprichosos entre as edições, ora fúteis, ora esquecidos, passando ao lado de proposições que, logicamente, deviam ter sido integradas ao conjunto das supressões implicadas pelo princípio da luta contra as coisas adversas à fé e aos bons costumes. Todas as expurgações impostas aos textos desses quatro autores refletem-no. O censor deseja textos puros, ortodoxos, limpos de toda heterodoxia em matéria de teologia, o campo supremo do saber e do poder que, nesses séculos, é submetido a imensas variações e evoluções. Seria em vão tentar catalogar os temas expurgados dentro dos textos. A perspectiva da microcensura impõe uma abordagem global, como foi dito. Portanto, descrever os exemplos dessas expurgações implica uma reprodução, parcial para as mais longas, de todas as passagens visadas pelos censores ao longo das edições. Dá assim para perceber a dimensão das intervenções censórias e a sua evolução que, em regra geral, é amplificadora e, mais raramente, corretiva. Um bom exemplo da tendência geral é a já ferida expurgação de Paracelso que começa com sete supressões (ILE, 1584), passa a quinze (ILPE, 1624) para chegar a cento e treze modificações (ILPE, 1632). Encontram-se também casos em que uma instrução desaparece das edições ulteriores, como na *curatio* 51 do livro IV de Amato Lusitano: a supressão imposta pelos índices de 1581 e 1584 é abandonada a partir de 1607.

A expurgação de Amato Lusitano

A expurgação dos textos de Amato Lusitano relembra a do médico suíço Paracelso por ter sido particularmente minuciosa e ascendente quanto ao número das instruções contidas nos índices.

Dada a sua influência¹⁹⁷, Amato Lusitano, de origem judaica, foi cedo alvo de controlo, tendo sido indexado pela primeira vez no índice português de 1581, que chama ao expurgo nesses termos: “Os Amatos Lusitanos também se hão de entregar ao sancto Officio, para se riscarem nelles certos passos, que podem fazer dâno.” Amato faz parte dos poucos médicos presentes no único índice expurgativo romano (ILE, 1607; 6 em 54 entradas) que, aliás, constitui a principal fonte dos índices seguintes. Convém sublinhar, a este propósito, que os primeiros documentos fonte deste Index, desvendados por Baldini e Spruit, começam em 1587. Uma nota dos autores tende para minimizar as expurgações anteriores¹⁹⁸. Quantitativamente, têm razão: em 1581 e 1584, são três correções em três lugares, em 1607, cento e seis em quarenta e quatro lugares. Os arquivos romanos dão conta da presença de um Português em 1587, o Lisboa Francisco Fernandes Galvão, e Coimbra será contatada em 1593¹⁹⁹. No entanto, esta primeira expurgação, portuguesa, dá um sinal de partida mas também prova práticas bem assentes anteriores à data da publicação do *Catalogo* uma vez que a terceira supressão foi formulada nesses termos: “E [risca-se] o juramento do cabo, como he costume neste Reino”. Voltaremos em breve a este texto.

A tabela seguinte apresenta as instruções expurgativas nos dois índices do século 16, o português e o espanhol. Destaca-se a maior severidade do primeiro em relação ao seguinte nas duas últimas supressões. (Os símbolos usados para os tipos de intervenções (supressão, correção, adição) correspondem aos factos descritos acima no ponto 4.)

¹⁹⁷ Ver a recensão bibliográfica de Pita, João Rui e Pereira, Ana Leonor, “Estudos contemporâneos sobre Amato Lusitano”, in Andrade *et alii*, 2015, pp. 513-540.

¹⁹⁸ Baldini 2009, 744 n. 2.

¹⁹⁹ Baldini 2009, respetivamente p. 740 e 747.

		ILPE, 1581, p. 27v ^o	ILE, 1584 p. 1v ^o
		Os Amatos Lusitanos tambem se hão de entregar ao sancto Officio, para se riscarem nelles certos passos, que podem fazer dâno.	
centuria	curatio		
IV	36	[i.e. a totalidade do capítulo]	p. 233 [ed. de Lião, 1556] <Monacha [...] suae doctrinae taceam> <título do capítulo> [as duas instruções correspondem à totalidade do capítulo]
V	51	<Reverendus concionator, qui linguam sanctam optime callebat, ex ordine dominicorum, vir me hercle, meliori fortuna, quam ut inter monachos agat dignus> [o texto não precisa a centúria]	p. 147 <quam ut inter monachos agat dignus>
VI e VII	Jusjurandum	E o juramento do cabo, como he costume neste Reino. [i.e. a totalidade do juramento]	<Juro Deum immortalem, et sanctissima eius decem oracula, quae liberato ab Aegyptiaca servitute populo, Mose interprete, in monte Sinare data sunt, me nihil prius aut antiquus> <Eodemque loco semper apud me fuisse cuiusvis religionis homines, sive ii Hebraei, sive Christiani, aut Arabicae legis Sectatores essent> [i.e. onze por cento do total]

Os índices inquisitoriais de expurgação do século XVII foram produzidos em Roma (ILE 1607), Portugal (ILPE 1624) e Espanha (ILPE 1612, 1632 e 1640). Quanto ao caso de Amato, pode-se dizer que o romano foi o mais rigoroso e que o de 1612, foi o modelo, com poucas variantes, dos três seguintes, passando das 106 instruções de 1607 para 137. A tabela seguinte apresenta os lugares em que uma ou mais passagens são alvo de instruções censórias. Só em três casos (dois capítulos e uma carta), que iremos descrever mais adiante, o texto inteiro é suprimido pelos censores ibéricos. Esta tabela combina os índices de 1607 e 1612; os capítulos de 1607 ausentes em 1612 e nos índices ulteriores ficam entre parênteses.

Centuria	ILE 1607 e ILPE 1612
1	<i>Introit, curatio 9, 27, 31, 34, index</i>
2	<i>Epistola, (15) 30, 39, 47, (55) 67, 87, index</i>
3	<i>Epistola, 1, 8, 98, index</i>
4	<i>24, 36, 42, 54, 69, 72, 97, index</i>
5	<i>Epistola, 11, 23, 24, 51, (70), 75, 83, 84, 86, 95, 100, index</i>
6	<i>Introit, (9) 46, 53, 55, 59, 97, 100, Jusjurandum, index</i>
7	<i>Ep., 24, 27, 37, 68, 75, 76, 98, 99, 100, Jusjurandum, index</i>

No texto a seguir reproduz-se o conteúdo das instruções a aplicar segundo o Index português²⁰⁰ na primeira centúria. A dupla paginação para localizar os excertos censurados faz referência a duas edições impressas da obra de Amato (Veneza 1566 e Lião 1580), os outros índices limitando-se a uma só.

Centuria 1. In Introitu Medici ad aegrotantem, etc. pag. 29. ante medium. vel pag. 15. ante finem, post versus Lini poetae, dele omnia usque ad *Sed ne septenarii*: exclus.

In Scholiis Curationis primae pag. 65. initio; vel 37. post medium; post *Faxint dii*, scribe *Faxit Deus*. Et statim, pro *mittant*, rescribe *mittat*.

Curatione 9. pag. 99. sub initium, vel pag. 57. ultra medium, post illud, *multum vigilaverat*, dele usq. ad *si quae vero noctis pars*, exclus.

Eadem Curatione ad finem pag. 101. a medio, vel pag. 59 post illud, *vita cursu raptus etc*, dele ad finem Curationis.

Curatione 34. pag. 223. initio, vel 128 paulo ante finem, ibi, *acciti sunt Christiani religiosi*, dele, *Christiani*.

²⁰⁰ ILPE 1624, 222.

A ausência de instruções relativas a outros três lugares (*curationes* 27, 31 e *index*) explicam-se por serem casos de uso da palavra *divus* ou *divinus*, supressão genérica indicada no fim, de que falaremos a seguir.

A censura de Amato Lusitano despertou o interesse de vários historiadores²⁰¹. Algumas intervenções visam diretamente conteúdos de teor hebraico como o juramento impresso no fim dos livros VI e VII das *Centúrias*. Já foi citada mais acima a primeira expurgação, que impõe a supressão total deste texto. Em 1584 o expurgatório espanhol visa só duas passagens: as linhas iniciais diretamente alusivas à fé mosaica e aos dez mandamentos e uma de teor ecuménico, ou seja, o médico serve qualquer homem, seja ele judeu, cristão ou muçulmano. A essas supressões, os censores romanos acrescentam a substituição da data final do calendário judeu pela cristã (5319 = 1559). As três instruções ficam adotadas por todos os índices seguintes. A censura incide pois sobre um texto insuficientemente cristão aos olhos dos censores. A partir do *Index* português de 1624, relembra-se que a fé católica de Amato permanece insuficientemente comprovada (ILPE, 1624: “*Auctor in fide Catholica haud satis perspecti*”; ILPE, 1632: “*Homo non satis probatae fidei*”).

Em termos quantitativos, muitas supressões textuais incidem sobre os epítetos laudativos típicos do discurso humanista como “*divus*”. Estas instruções, uma das censuras genéricas (CG), são um dos fatores que explicam o aumento das supressões entre os dois primeiros índices do século XVII (vinte supressões das palavras *divus*, *divinus* e *Deus* em 1607, trinta e cinco em 1612). Isto leva também a fazer a seguinte observação: cada *Index* adota um estilo particular para descrever a instrução. Sobre este ponto, em 1607, os censores inserem no fim uma nota com as referências às passagens contempladas por este tipo de supressão dado que Amato costuma qualificar divinos Hipócrates e Galeno; o ILPE de 1612 inclui cada ocorrência com as outras, centúria por centúria; como no de 1607, o de 1624 contém a advertência no fim que exige a supressão e todas as ocorrências

²⁰¹ Ver em particular Saraiva 1950-1962, 179-80; Front 1998, 529-33; Rodrigues 2005, 190-95; Dias 2011, *passim*.

na obra e nos índices remissivos, o que, aparentemente, em nada facilita a tarefa do expurgador mas permite rasurar ocorrências não previstas anteriormente uma vez que os qualificativos são frequentemente usados por Amato com outros nomes, uma parte das quais foram indicadas em 1602. Em todos, deve-se pois rasurar os nomes de autores danados, Erasmo, Luther e Cardano. A expurgação de IV, 51 imposta em 1581 e 1584 desaparece em 1607. A maior diferença entre o índice de 1607 e os seguintes é a de que quatro *curationes* recuperam a sua integridade: II, 15 e 55; V, 70; VI, 9. Nunca mais serão alvo de expurgação, parcial ou total. Essa variabilidade entre as edições, que reflete as oscilações nos processos censórios de decisão, constitui um instrumento precioso para o historiador porque pode levá-lo a situar no tempo (uma datação precisa só se obtém quando o revisor assina o cumprimento da sua tarefa) a efetivação da expurgação num impresso.

A maioria das supressões a aplicar a passagens mais ou menos longas, que vão de uma palavra, como por exemplo “*monacha*” (freira), à *curatio* inteira, como em IV, 36 e V, 84, explica-se por razões teológicas ou eclesiásticas. Significativamente, a primeira, abrangendo algumas linhas, encontra-se no *Introit* relativo aos dias críticos, uma conceção corrente da astrologia médica e inofensiva desde que, conforme as regras do concílio de Trento, não especula sobre a Providência. Mas aqui, a propósito da perfeição do número sete, Amato alega o texto das *Instituições divinas* (livro V) de Lactâncio sobre a sétima Idade, ou Idade de Ouro, em que os homens se tornarão imortais.

A partir de 1612, três textos completos devem ser riscados. A este propósito, os exemplares impressos que foram efetivamente censurados refletem às vezes, por assim dizer, a *furia censoria* da parte do revisor.

Na célebre *curatio* 36 do livro IV em que Amato narra e explica o caso da freira que engravidara de sémen viril depois de ter ficado no banho. Em 1607, a expurgação é parcial (os censores conservam quarenta por cento do original), depois, em Espanha e Portugal, todo o capítulo desaparece. Para os Romanos, não são os fatos em si que provocam a reação mas o contexto religioso: no início, as referências a uma freira devem ser substituídas por uma virgem (“*mulier innupta*”); a maior supressão (sessenta por cento

da *curatio*) contempla a narração de mesmo teor sobre o caso de Ben Sira, cuja mãe, a filha do profeta Jeremias, engravidou em circunstâncias semelhantes do sémen paterno. Os índices ibéricos ordenam a supressão total do capítulo. Na edição de Bordéus (1620) das *Centúrias* lê-se uma versão expurgada desses dois aspetos da narração mas um pouco diferente daquela resultante das instruções romanas²⁰². De notar que em VII, 18, a narração de uma gravidez anómala, provocada entre mulheres turcas, não é alvo de expurgação.

A carta a Joseph Nasi “Hebreu” (ca 1524-1579) que abre a quinta centúria também deve desaparecer da leitura mas, desta vez, tanto a mando do índice de 1607 como dos seguintes. Este amigo de Amato deixara Portugal e regressou à fé judaica em 1554 em Constantinopla, tendo exercido cargos políticos para o sultão e chegado ao título de duque de Naxos. Amato começa a carta relembrando a perseguição dos judeus portugueses em Ancona, em 1556, sob o papado de Paulo IV, levando-o a fugir desta cidade o que o fez perder o manuscrito desta quinta centúria²⁰³.

Enfim, na *curatio* 84 do quinto livro, se a censura romana deixa imune uma parte do texto, os índices da Península Ibérica suprimem na sua totalidade a narração dos acontecimentos que tiveram lugar em Pessaro em 1556, intitulada: “*De um frade que, tomado de amores por uma rapariga, se suicidou bebendo veneno.*” Trata-se pois de uma curta tragédia duplamente escandalosa, sendo o protagonista um eclesiástico e o fim um suicídio. Ao contrário, os Romanos satisfizeram-se com arranjos cosméticos já vistos, em que as três referências a um monge são substituídas ou rasuradas.

Entre as numerosas correções de pormenor, um famoso capítulo, que atraiu a atenção dos homens do Renascimento como o médico Ambroise

²⁰² Infelizmente, o tradutor das *Centúrias* em português, Firmino Crespo, utilizou esta edição (*Centúrias curas medicinais*, Lisboa: CELOM, 2010).

²⁰³ Sobre o contexto e os efeitos patrimoniais, ver Andrade, António M. Lopes e Crespo, Hugo M., 2012. “Os inventários dos bens de Amato Lusitano, Francisco Barbosa e Joseph Molcho, em Ancona, na fuga à Inquisição (1555)”. *Ágora. Estudos Clássicos em Debate* 14.1: 45-90.

Paré, relata o caso de Maria Pacheca que se tornou rapaz (II, 39, *De puella quadam in virum versa*):

[...] principiou a aparecer-lhe e a desenvolver-se um pénis que até esse tempo estivera interiormente oculto. Desta forma transitou de mulher ao sexo masculino, vestiu fato de homem, <e aspergido com água sagrada>, chamou-se Manuel (<*ac sacra aqua respersus*>, *Manuel fuit vocatus*). Foi à Índia, tornou-se famoso e rico [...]²⁰⁴

Não é a mudança de sexo que suscita a reação expurgativa já em 1607 mas o rebatismo, uma questão debatida na teologia cristã no caso dos heres e dos anabatistas. A supressão aqui reflete uma posição canónica, sendo o batismo dado para a alma, asexuada, e não para o corpo, “embora se batise um rapaz sob o nome de uma rapariga,” ou o contrário²⁰⁵.

Muitas correções nas centúrias de Amato ficam por assinalar, tarefa que não pode ser levada a cabo no espaço deste livro. No entanto, deve-se dizer umas palavras sobre as expurgações por fazer nos seus comentários sobre Dioscórides. As *Enarrationes* (Veneza, 1553) aparecem no Index espanhol de 1612 com duas supressões: uma no capítulo 66 do primeiro livro que foi analisada mais acima (ponto 5.1); outra em V, 115, sobre o amianto

²⁰⁴ Documento fonte in Baldini 2009, 761; os autores explicam erradamente na nota 65 que a expurgação incide sobre a mudança de sexo (nota seguida por Brancher 2015, 210). Sobre essa *curatio*, ver Rosa Cubo e Ferreira 2016, 198-200. Ao estudo sobre Paré (Baudry 2003, 357), deve-se acrescentar essa precisão: exceto os erros nos nomes (Esgucina para Esgueira e Pateca para Pacheca), o cirúrgico relata o caso no seu tratado de 1573, *Des monstres tant terrestres que marins* (A. Paré, *Œuvres complètes*, Genève: Slatkine Reprints, 1970, vol. III, pp. 18-19), em termos iguais aos de Amato mas sem o detalhe do rebatismo: omissão? expurgação, mais de trinta anos antes da censura romana? Jean Wier já citara Amato em 1563 sem erros nem omissão (*De praestigiis daemonum*, III, 22; ed. Basileae: off. Oporiniana, 1568, p. 423) tal como na tradução francesa de Jacques Grévin, em que se lê “rebaptisé” (*Cinq livres de l’imposture et tromperie des diables*, Paris: J. Du Puys, 1569, p. 286). Sobre a questão do transsexualismo no Renascimento, ver Isabelle Krier, *Montaigne et le genre instable* (Paris: Classiques Garnier), pp. 79-87.

²⁰⁵ M. Gibert, *Consultations canoniques sur les sacremens*, Paris: J. Mariette, 1725, t. II, p. 228 (minha tradução).

(*lapis amianthus*): deve ser riscada a passagem onde se lê que muitos autores ensinam que a cruz do Cristo era feita nesta matéria.

A expurgação de Andrés Laguna

A tradução e os comentários do médico grego, em cuja obra se assenta a matéria médica do Renascimento, pelo Espanhol, antigo colega de Amato em Salamanca, despertou toda a atenção dos censores ibéricos. O prévio estudo da efetivação da microcensura (ver em particular o ponto 3.3.3 acima) ilustrou profusamente o *vedettariat* destes dois autores. Laguna fez a sua entrada nos índices de expurgação sob a férula dos qualificadores portugueses, em 1624. A sua severidade encontra uma explicação chave, provavelmente válida já em 1624, no preâmbulo introduzido no Index de 1632:

Para lo que se sigue, assi en el Texto de Dioscorides, como en las Anotaciones del Doctor Laguna, advierta el Lector, que aunque en los Autores profanos, Griegos, o Latinos, no se nota, ni se expurga cosa alguna, aunque tengan supersticiones o hechizarias, como gente que o tuvo luz de Evangelio: como ni tampoco se quitan las agorerias [i.e. divinações], y supersticiones de los sueños de Artemidoro; mas por el peligro que estas cosas pueden tener para el vulgo de los ignorantes, que las crean como verdaderas, o quieran usar dellas, si andan el vulgar, se deven notar, y prohibir, en qualquier lengua de las vulgares, que no sea su original, en que fueron escritas, como aqui se haze en Dioscorides buuelto en romance.

O facto de qualquer um poder ler em vulgar os erros dos Antigos foi determinante na decisão de suprimir muitas passagens, o que, por outro lado, reflete o êxito desta obra fora dos meios médicos eruditos, leitores latinistas ou, numa escala inferior, helenistas. Como escreveu Pardo Tomás, que no seu trabalho só perspetiva os índices espanhóis, esta expurgação

prova o “mayor rigor de los censores con respecto a las ediciones en lenguas no clásicas²⁰⁶”.

A vigilância exerceu-se tanto no texto do Grego como no de Laguna: em 57 supressões (em 1624), 30 incidem sobre este (prefácio e comentários). No Index espanhol de 1632 observa-se uma diminuição das instruções (42, 22 das quais no texto de Laguna). Não se observam expurgações de capítulos inteiros. Ironicamente, a primeira delas incide sobre o adjetivo “*divus*” qualificando o rei Felipe II e o Imperador Carlos V, ainda vivo aquando da primeira publicação da obra (1553). Fala-se aqui da expurgação pelos Portugueses, que controlaram as edições de 1563, 1570 e 1586. Os índices seguintes, espanhóis (ILPE 1632 e 1640), abandonaram tal ratura, divergência que reflete atitudes menos teológicas do que no caso de Amato. Convém, antes de listar alguns exemplos, assinalar a particular atenção dada pelos censores portugueses ao longo capítulo 1 do quinto livro, dedicado à vinha, que conta com seis supressões, sendo uma delas a mais longa da obra. Leem-se sessenta versos parodiando o gênero castelhano da “*estrofa de pie quebrado*” numa condenação irónica do vinho²⁰⁷. Este momento poético de recreio providenciado ao leitor não agradou aos Portugueses (figura IV) enquanto os Espanhóis não acharam nele inconveniente nenhum.

Sem igualmente poder descrever o teor pormenorizado das supressões, assinalam-se algumas passagens significativas. Em Dioscórides: o cardamomo, entre outras numerosas virtudes, é um abortivo (“<Dado por baxo en perfume, mata la criatura en el vientre>”, I, 5); o fígado dos cães com raiva estanca a sede daqueles que foram mordidos por eles (II, 38); a reseda phyteuma provoca o amor (IV, 131). Em Laguna: a ruda age contra os espíritos malignos e todo o tipo de feitiçaria (III, 48); a turquesa no dedo do adultério torna-se verde (V, 65); o sangue menstrual misturado com uma

²⁰⁶ Pardo Tomás 1991, 136.

²⁰⁷ Ver Fernández, José M. Pérez. 2012. “Andrés Laguna: Translation and the Early Modern Idea of Europe”. *Translation and Literature* 21, versão online: digibug.ugr.es/bitstream/10481/21880/1/Translation_and_the_EMod_Idea_of_Europe_Repository.pdf, pp. 12-13.

gota de vinho leva a própria mulher a beber e a embriagar-se (VI, 25). De reparar a propósito desta última supressão, presente em todos os índices, que os censores não reprovam o fato de beber o sangue menstrual, porque está referenciado em outras passagens do mesmo capítulo, mas é o atentado aos bons costumes que evoca o comentário.

A expurgação de Gonçalo Cabreira

Muito mais simples e limitada é a expurgação deste autor português de um compêndio de remédios oriundos de um *best seller* da medicina medieval, o *Thesaurus pauperum* de Pedro Hispano, alvo de um grande número de expurgações. Foi o Index português de 1624 que acrescentou pela primeira vez juntou esta obra às outras edições do *Thesaurus*. Enquanto na edição latina que serviu de base aos expurgadores portugueses (Lião, 1525) as supressões somam 36 correções, a antologia de Cabreira é visada em oito passagens em cinco capítulos, todas consistindo em receitas tidas como supersticiosas. Eis três exemplos de extratos por riscar: para impedir alguém de dormir, “<Tomem os olhos e fel do Roxinol e atados em hum pano, poemnos na cabeceira do que dorme estando levantado, e quando se deitar não poderá dormir>” (capítulo 4); entre os remédios para curar os olhos, “<Tomem os olhos do lobo e tragão os ao pescoço, e sanarão>” (cap. 6); para estancar fluxo e sangue, “Tomem huma fava pelo meo <e posta em Cruz> sobre a ferida [...]” (cap. 10).

6. Perspetivas sobre os estudos microcensórios

Os estudos microcensórios ainda estão na sua fase inicial. Tendo-se desenvolvido, estatística e metodologicamente numa área histórica, geográfica e disciplinar limitada, isto é, a expurgação dos livros de medicina até ao século XVII, inclusive segundo os exemplares possuídos nos fundos portugueses. Para termos uma melhor visão desta pesquisa pioneira, é preciso debruçar-nos mais uma vez sobre essas limitações. Os resultados quantificáveis, repita-se, contemplam umas centenas de exemplares, portanto,

as percentagens obtidas na questão da taxa de exemplares censurados/não censurados, tanto ao nível das entradas como entre os exemplares da mesma obra, e na do grau interno de microcensura só valem para este espólio. Do mesmo modo, as conclusões tiradas ao longo das análises de pormenor ficam dependentes de dados com mais alcance. No entanto, permitem reler, no que toca a área disciplinar em que a medicina se encontra, isto é, na história do livro científico, afirmações de teor comum segundo as quais a censura foi quase inexistente. Não se pode assumir um “carácter pouco sistemático das intervenções censórias” ou uma preocupação “quase nula”²⁰⁸ ou uma “tolerante indiferença”²⁰⁹ dos inquisidores em relação às obras científicas, embora falte um estudo sobre a proporção dessas obras por disciplina, entre, por exemplo, a matemática e a astronomia, sendo menor a presença das obras de matemática, digamos, pura, onde será menos provável encontrar passagens problemáticas do ponto de vista da fé e dos bons costumes do que em tratados de astronomia, onde se levantam questões tão sensíveis como a da Providência e da liberdade humana.

Por outro lado, António José Saraiva escrevia há mais de meio século: “Não admira que as obras de ciência sejam relativamente poucas nos índices inquisitórios”²¹⁰. Se, no primeiro caso, os autores se basearam na catalogação de uma categoria de livros científicos possuídos por um fundo, o historiador formou a sua opinião depois de consultar alguns índices. Ora, as variações das entradas de médicos entre eles refletem uma situação complexa, como se vê na tabela seguinte, com um enorme aumento a partir de 1632, que deverá ser completada pelas outras áreas do saber protomoderno.

²⁰⁸ Leitão & Martins 2006, 49-50.

²⁰⁹ Costa 2013, 256.

²¹⁰ Saraiva 1950-1962, vol. 3, 182.

Índice expurgatório	Total de entradas* (expurgações)	Total de entradas (médicos)	Proporção (médicos)
<i>ILE</i> Âmbres, 1571	79	7	9 %
<i>ILPE</i> Lisboa, 1581	55	6	11 %
<i>ILE</i> Madrid, 1584	99	10	10 %
<i>ILE</i> Roma, 1607	54	10	18,5 %
<i>ILPE</i> Madrid, 1612	316	16	5 %
<i>ILPE</i> Lisboa, 1624	425	26	6 %
<i>ILPE</i> Sevilha, 1632, Madrid, 1640	693	188	27 %

São a descrição e a confrontação sistemáticas de ambos os lados, os impressos a censurar e os índices censórios, que levarão à obtenção de uma resposta mais firme. Mas, desde já, é óbvio que não há nenhuma razão para minimizar a questão da censura dos textos científicos que, afinal de contas, foram controlados de perto pelas instituições de censura ao longo dos séculos. Resta comparar com as outras disciplinas, científicas, segundo as classificações modernas, e as outras.

Aqui surge precisamente uma das questões postas pelos estudos da censura na época prémoderna. Falar em livro “científico” pressupõe que assumimos uma definição moderna da ciência, marcada por uma discursividade particular. Na época prémoderna, e ainda mais no quadro dos estudos censórios, a separação entre os discursos não existe, como, por exemplo, o mostra o uso do diálogo e dos versos em obras classificadas como científicas. São coisas bem conhecidas que, aqui, revestem uma significação específica que se pode formular da seguinte maneira: não é o conteúdo disciplinar que determina um tipo de controlo. À exceção da famosa lista de *mancias*, ou modos de adivinhação, vimos que as regras para “emendar” os textos não visam um tipo determinado de saber, seja médico ou de outro domínio. No entanto, uma das perspetivas de análise situa-se precisamente dentro deste quadro: trata-se de interrogar, a médio e longo prazo, os efeitos disciplinares da expurgação inquisitorial quanto à heterogeneidade discursiva das obras científicas (por exemplo, os versos sobre as uvas em *Laguna*, V, 1 ou em *Sequeira*) assim como, de maneira ainda mais profunda, quanto ao “desencantamento” dos conteúdos relativos ao que as

regras chamam de paganismo, superstições. O controlo teológico dos textos ditos científicos, e não só, teve consequências que devem ser analisadas de maneira mais sistemática dentro do quadro problemático da elaboração da ortodoxia moderna²¹¹.

Um facto pode ser dado como adquirido: a partição disciplinar e as limitações histórico-geográficas aqui adotadas só valem enquanto princípios metodológicos e não interpretativos. Por exemplo, se, na base de dados, relacionarmos a data de indexação das entradas e os casos de exemplares NC (coluna A e D), 15 entradas em 25 foram indexadas pela primeira vez no índice espanhol de 1632, ao passo que só uma apresenta um exemplar censurado (Wecker). Põe-se a questão da entrada tardia em Portugal dos livros NC e do correlativo uso (ou desuso) do índice local de 1624, que só encontrará, talvez, elementos de resposta com estudos levados além das repartições e limitações mencionadas.

Uma certeza a que estas primeiras investigações chegaram é o que formulei como princípio de não-arbitrariedade. Aliás, foi essa convicção, rapidamente instalada, que levou a adotar a metodologia do ponto de vista das instâncias de controlo, como escrevi no início desse estudo. A microcensura, sendo uma tarefa com uma forte vertente burocrática e rotineira, não pode ser encarada da mesma maneira que a censura de proibição. Porém, insere-se no que Grafton chamou de “cultura da correção”. Os estudos do historiador americano interessam ao mundo da tipografia e, em particular, à fase de pré-imprensa onde se desenrola o processo de purgação (“*process of purgation*”²¹²) e segue casos de redação pelo autor em contextos de normalização que visam a ortodoxia²¹³. Fundamentalmente, a microcensura pode ser definida como um dispositivo institucionalizado de correção textual pós-imprensa que tecnicamente não é muito alheio às

²¹¹ Ver Raz-Krakotzkin 2007. A questão fundamental do “*right thinking*” foi também abordada através de estudos de caso e de um ponto de vista exterior à censura por Brooke & Maclean 2005.

²¹² Grafton 2011a, 45-7.

²¹³ Grafton 2011b, 186-96.

primeiras expurgações, não religiosas, dos humanistas italianos do fim do século XV²¹⁴.

A quase totalidade dos exemplares consultados no quadro da presente pesquisa são impressos de textos originais, ou reedições do texto original, submetidos nos países contemplados a uma correção manual imposta mais ou menos intensa. Daí a grande diferença em relação à abordagem de Grafton. Mas sabemos que o conjunto de correções a fazer é o resultado de um trabalho de releitura seguindo regras válidas a um nível mais alto, uma vez que são formuladas a partir do concílio de Trento, com validade para o mundo católico, sabendo-se que os índices expurgativos produzidos no Sul da Europa tiveram uma difusão no resto do continente e além-mar. A história do seu fabrico, feita em parte por Pardo Tomás sobre a ciência nos índices espanhóis, deve ser alargada a todos os índices e todas as disciplinas para que saibamos como, e porque, uma obra *x* acabou por cair nas rédeas do censor e, mais tarde, apareceu indexada numa lista impressa destinada a ser ativada dentro dos exemplares em circulação. A outra questão contempla as práticas microcensórias fora das áreas em que os índices expurgativos têm força de lei, não se podendo recorrer de maneira tão sistemática ao tipos classificados aqui (CO, CG e CS). O problema consiste então em determinar sistemas e funcionamentos próprios.

A expurgação é uma forma de censura muito elaborada e, reconheçamo-lo, menos cega do que a proibição simples. Também não se pode qualificar de processo mudo ou secreto. Ao contrário, faz “falar” os livros e traz uma quantidade significativa de dados sobre a sua circulação e receção. É a história da leitura que também fica a ganhar, sendo, em último lugar, o leitor o principal alvo dos procesos de controlo. À entrada de algumas casas romanas advertia-se o intruso desejoso de entrar indevidamente: “*cave canem*”, cuidado com o cão. Nos livros da época protomoderna, várias passagens podiam levar, conforme uma instrução microcensória, uma advertência quanto ao perigo de ler a dada passagem: “*caute lege*”, lê com

²¹⁴ Ver *supra* nota 20.

prudência²¹⁵. Alguns exemplares, devidamente limpos, anunciavam que a via estava livre: “*tuto lege*”, lê sem medo²¹⁶, fórmula por vezes escrita pelo censor no frontispício ou numa passagem delicada de uma obra. Falta-nos saber melhor qual foi o peso desta sinalização sobre a consciência do leitor protomoderno.

²¹⁵ BPB, cota SA 316A, p. 172.

²¹⁶ FML, cota Res. 896, página de título. Sobre este livro, ver *supra*, nota 55.

ANEXO

Lista por cota dos exemplares (livros de medicina) com marcas de intervenções microcensórias (CO, CG, CS, NP)

FUNDO	COTA	AUTOR	TÍTULO	DATA	TIPO	GRAU (CO)
AC	Cofre 2-1	Amato Lusitano	<i>Centuriæ 1-7</i>	1620	CO, CG	82
	11-733-11	Sabuco, O.	<i>Nueva filosofia</i>	1588	CO	100
	11-735-3	Dioscórides, ed. Ruel, J.	<i>De materia medicinale</i>	1538	CS	
	11-736-4	Dioscórides, ed. Cornario, J.	<i>De materia medicinale</i>	1557	CO, CS, CG	100
BAJ	37-III-44	Paracelso, Th.	<i>De Vita longa</i>	1583	CG	
	53-IX-17	Dioscórides	<i>De materia medicinale</i>	1529	NP	
BGC	1-3-22-9	Pietro de Abano	<i>Conciliator</i>	1504	CO	100
	2-(3)-8-2	Arnaldo de Villanova	<i>De conservanda bona valetu-dine</i>	1555	CO, CG	n.d.
	2-(3)-9-5	Lemnius, L. & Rueus, F.	<i>Similitudinum & De gemmis</i>	1652	CO	83 & 84
	2-4-1-21	Amato Lusitano	<i>Centuriæ 3-4</i>	1565	CO	20
	2-18-7-65	—	<i>Centuriæ 1-7</i>	1620	CO	61
	2-19-1-20	—	<i>Centuria 7</i>	1566	CO, CS	61
	4-7-41-29	—	<i>Centuria 1</i>	1551	CO	n.d.
	4 A-27-20-20	—	<i>Centuriæ 1-7</i>	1620	CO, CS	81
	R 40-15	Amato Lusitano	<i>In Dioscoridis</i>	1558	CO	100
	R 60-3	Arnaldo de Villanova	<i>Opera</i>	1527	CO	73
	RB 21-7	—	<i>Breviarium</i>	1485	CO, CS	100
	SP V 4-2	Laguna, A.	<i>Acerca de la materia</i>	1586	CO	100
BME	Séc. XVI-263	Amato Lusitano	<i>Centuriæ 1-2</i>	1560	CO	93
	Séc. XVI-2299	—	<i>Centuria 7</i>	1570	CO	17
	Séc. XVI-3422	—	<i>In Dioscoridis</i>	1558	CO	100
BMP	E1-12-23	Cornario, J.	<i>Æthii</i>	1549	CG	
	J-5-103	Amato Lusitano	<i>Centuriæ 5-6</i>	1564	CO	100
	Res. XVII A-32	—	<i>Centuriæ 1-7</i>	1620	CO	93
	U-13-20	Laguna, A.	<i>Acerca</i>	1566	CO	98
	U-13-21	—	—	1586	CS	
	U-13-23	—	—	1570	CO	96
	X-9-52	Amato Lusitano	<i>Centuriæ 1-2</i>	[1580]	CO, CS	93
	X-9-53	—	—	1580	CO	47
	X-9-53	—	<i>Centuriæ 3-4</i>	1580	CO, CG	88
	X-9-55	—	<i>Centuriæ 1-4</i>	1566	CO	2/100?
BMV	28-IV-9	Amato Lusitano	<i>Centuriæ 5-6</i>	1580	CO	80
BNP	R 17243 P	Lemnius, L.	<i>Similitudinum</i>	1568	CO	100
	R 23512 P	Lemnius, L. & Rueus, F.	<i>Similitudinum & De gemmis</i>	1595	CO	100
	Res. 273 A	Laguna, A.	<i>Acerca</i>	1570	CO	2
	Res. 405 P	Sequeira, G.	<i>Tesouro</i>	1612	CO	100
	Res. 692 A	Zwinger, Th.	<i>De venenis</i>	1562	CG	
	Res. 1746 V	Laguna, A.	<i>Acerca</i>	1570	CO	97
	Res. 2293 V	—	—	1566	CO	13
	Res. 3084 V	Amato Lusitano	<i>Centuriæ 1-7</i>	1620	CO	50
	Res. 4117 P	—	<i>Centuriæ 3-4</i>	1556	CO	3/100?
	Res. 4118 P	-	<i>Centuriæ 5-6</i>	1564	CO, CG	47

FUNDO	COTA	AUTOR	TÍTULO	DATA	TIPO	GRAU (CO)
	Res. 4338 P	—	<i>In Dioscoridis</i>	1558	CO	100
	Res. 4703 P	—	<i>Centuriæ 1-4</i>	1557	CO	99
	Res. 4823 P	—	<i>Centuriæ 5-6</i>	1580	CO, CG	77
	Res. 4824 P	—	<i>Centuria 7</i>	1580	CO	3/100?
	Res. 4825 P	—	<i>Centuriæ 3-4</i>	1580	CO	11
	Res. 4826/1 P	—	<i>Centuriæ 5-6</i>	1576	CO	100
	Res. 4826/2 P	—	<i>Centuria 7</i>	1570	CO	89
	Res. 4827/1 P	—	<i>Centuriæ 1-2</i>	1567	CO	100
	Res. 4827/2 P	—	<i>Centuriæ 3-4</i>	1556	CO	100
	Res. 5942 P	—	<i>Centuria 2</i>	1553	CS	
	SA 492/2 A	Scaliger, J. C.	<i>In Theophrastem</i>	1566	NP	
	SA 931 P	Sabuco, O.	<i>Nueva filosofia</i>	1587	CO, CS	100
	SA 1332 P	—	—	1588	CO	90
	SA 1706 P	Cardan, G.	<i>De malo</i>	1545	NP	
	SA 1890/1 A	Scaliger, J. C.	<i>In Theophrastem</i>	1566	CO	100
	SA 2213 V	Amato Lusitano	<i>Centuriæ 7</i>	1620	CO	86
	SA 2804 A	—	—	—	CO	80
	SA 3007 P	Sequeira, G.	<i>Thesouro</i>	1612	n.d.	
	SA 5212 P	Huarte, J.	<i>Examen</i>	1581	CO	100
	SA 5297 e 5299		<i>Theatrum chemicum</i>	1659	CS	
	SA 7594 P	Amato Lusitano	<i>Centuriæ 1-4</i>	1557	CO	n.d.
	SA 7596 P	—	<i>Centuria 7</i>	1570	CO	98
	SA 8729 P	Fioravanti, L.	<i>Compendio</i>	1591	NP	
	SA 9939 P	Fuchs, L.	<i>Paradoxorum</i>	1547	CG	
	SA 15708 P	Grataroli, G.	<i>De memoria</i>	1554	CO, CS	100
BPB	Res. 151 (2) A	Cabreira, G.	<i>Compendio</i>	1624	CO	50
	Res. 354 V	Sequeira, G.	<i>Thesouro</i>	1612	CO	100
	SA 316 A	Lemnius, L. & Rueus, F.	<i>Similitudinum & De gemmis</i>	1595	CO	100
	SA 355 A	Colerus, M.	<i>De alimentis</i>	1596	CO	100
BPO		Amato Lusitano			CO?	??
FAC	N 1037	Sequeira, G.	<i>Thesouro</i>	1612	CO	100
FLL	Res. 9	Sabuco, O.	<i>Nueva filosofia</i>	1587	CO	5
FMC	1-1-1	Amato Lusitano	<i>In Dioscoridis</i>	1558	CG	
	1-6-2	Laguna, A.	<i>Acerca</i>	1566	CO	91
	2-4-6	—	—	1586	CO, CS	100
	3-5-6	Cornario	<i>De compositione</i>	1576	CO	100
FML	Res. 1 R	Amato Lusitano	<i>Centuriæ 5-6</i>	1564	CO	100
	Res. 3	—	<i>Centuriæ 3-4</i>	1556	CO	3/100?
	Res. 6	—	<i>Centuriæ 1-2</i>	1560	CO	75
	Res. 8	—	<i>Centuriæ 1-7</i>	1620	CO	85
	Res. 11 R1	—	<i>In Dioscoridis</i>	1554	CO, CS	100
	Res. 26	Fuchs, L.	<i>Paradoxorum</i>	1546	CG	
	Res. 1038	Wecker, J. J.	<i>De secretis</i>	1662	CO	16
	Res. 1319	Laguna, A.	<i>Acerca</i>	1566 (A)	CO	74
	Res. 1319 R1	—	—	1566 (B)	CO	100
	Res. 2962	Arnaldo de Villanova	<i>Opera</i>	1504	CO	100
FMP	Sec. XVI-1	Amato Lusitano	<i>Centuriæ 1-4</i>	1557	CO	100

FUNDO	COTA	AUTOR	TÍTULO	DATA	TIPO	GRAU (CO)
	Sec. XVI-3	—	<i>Centuriæ 3-4</i>	1565	CO	100?
	Sec. XVI-4 e 5	—	<i>Centuriæ 5-6, 7</i>	1580	CO	100
	Sec. XVI-8	—	<i>Centuriæ 3-4</i>	1580	CO	100?
	Sec. XVI-21	Fuchs, L.	<i>Methodus</i>	1541	CO?	
	Sec. XVI-80	—	<i>Institutionum</i>	1555	CO, CG	17/100?
	Sec. XVI-84	Amato Lusitano	<i>Centuriæ 1-4</i>	1557	CO, CG	98
	Sec. XVI-111	—	<i>In Dioscoridis</i>	1553	CO	100
	Sec. XVI-134	Laguna, A.	<i>Acerca</i>	1566	CO	100
	Sec. XVII-222	Amato Lusitano	<i>Centuriæ 1-7</i>	1620	CO	71
	Sec. XVII-238	Laguna, A.	<i>Acerca</i>	1566?	CO	100
PNM	1-18-10-7	Laguna, A.	<i>Acerca</i>	1636	CO	52
	2-30-2-15	Amato Lusitano	<i>Centuria 1</i>	1551	CO	100
SCL	LA XVI 102	Scaliger, J. C.	<i>Exoterica</i>	1576	CG?	
—	LA XVII 157	—	—	1607	CG?	

2.^a PARTE

BIBLIOGRAFIA MÉDICA LUSA (SÉCULO XVII)

INTRODUÇÃO

1. História e bibliografia

Pode dizer-se que alguns médicos portugueses fizeram história, se é que esta expressão, “fazer história”, significa contribuir para o avanço das ciências de maneira marcante e duradoura. Para o nosso período, os poucos que contam nessa história deixaram de viver no seu país de origem. Dois nomes se destacam: no século XVI, Amato Lusitano, e, embora com menos força, no seguinte, Zacuto Lusitano. A sua naturalidade ficou inscrita no nome de ambos precisamente porque a sua fama passava por essa identificação étnica, partilhada pelos membros da comunidade de judeus exilados na Europa e no mundo¹. Dado que a *Bibliografia Médica Lusa* (título doravante abreviado em *BML*) lista apenas os impressos saídos das tipografias portuguesas, esses autores não constam da lista senão por razões contextuais². Digamos que é a outra vertente dessa história, ainda por fazer. Sabemos que a história da medicina não se limita à história dos médicos³, tributária até aos primórdios da modernidade do discurso hagiográfico. O trabalho de referência de Maurice Bariéty e Charles Coury

¹ Maclean 2009, cap. 13.

² Ver Estevão Rodrigues de Castro, *BML* n.º 9.

³ Já no fim do século XVII, Daniel Leclerc lançava os alicerces da história moderna: “Há uma grande diferença entre fazer a história dos médicos, isto é, recolher tudo quanto toca à sua pessoa, e os títulos e números dos seus escritos, e fazer a história da medicina, isto é, dar a conhecer as opiniões dos médicos, os seus sistemas e método, e seguir passo a passo as suas descobertas.” (D.L.C.D.M., 1696, p. 3v-4r: “Il y a bien de la difference entre faire l’histoire des Medecins, c’est à dire recueillir tout ce qui regarde leur personne, et les titres ou le nombre de leurs écrits, et faire l’histoire de la



referencia mais de quatro mil nomes, dentre os quais os Portugueses não chegam a uma dezena⁴. Deve-se concluir a quase inexistência dessa história na perspectiva da historiografia tradicional? Mas a história cultural abriu-a. Enquanto historiadores ilustravam o destino de indivíduos, à “arte de Esculápio” que esses exerciam eram submetidas multidões. A história da medicina tornou-se cada vez mais uma questão transversal. A um nível concreto, compõe-se de um misto de acasos e fatalidades, descobertas e infortúnios, refletindo aspetos existenciais da vida coletiva e dos destinos individuais, desenhando contornos tanto públicos como íntimos da comunidade humana. Daí, pode dizer-se que, se a contribuição portuguesa não pesa de maneira significativa, na perspectiva global, cultural, não meramente tecno-científica, é uma história cheia de interesse que contribui de maneira original para uma melhor compreensão do lugar desta arte/ciência no mundo da pré-modernidade, ou seja, numa época altamente movimentada, em particular em termos geo-políticos e intelectuais.

A *BML* não pretende ser uma história da medicina portuguesa proto-moderna, já que se limita a um material indispensável para o historiador, os livros, mas sim contribuir para um melhor conhecimento daquela, graças a um levantamento e uma descrição mais completos destes. Portanto, não passa de uma bibliografia enumerativa, pois lista as obras médicas impressas em Portugal no século XVII. Todo o estudioso das culturas escritas passadas devia, em nosso entender, iniciar o seu percurso por essa cena: pegar com as mãos num livro antigo, “raro”, tocá-lo, abri-lo - ver e sentir. Uma bibliografia antecede esse primeiro contato, sendo um ponto de partida cheio de promessas. Por outras palavras, entrar num campo de investigação e de reflexão implica a posse dos instrumentos que permitem a sua contextualização. Daí a nossa ambição: não só fazer o levantamento dos autores e das obras mas também fixar alguns marcos significativos de

Medecine, c'est à dire mettre au jour les opinions des Medecins, leurs systemes et leur methode, et suivre pié à pié toutes leurs découvertes.”)

⁴ Um só pertence ao século XVII: Rodrigo de Castro. Os outros são: Amato Lusitano, Luís de Almeida, Egas Moniz, Garcia da Orta, Pedro Hispano. Os dois últimos são dados como Espanhóis pelos autores (Bariéty & Coury 1963).

uma rede em que figuram os agentes da produção e da difusão dos saberes, sendo o livro um objeto social de prestígio e, em particular o livro “científico”, um meio de ação para a prática pedagógica ou médica.

Segundo o levantamento de Arouca, no século XVII foram impressos em Portugal mais de 5300 itens⁵. No entanto, o projeto Iberian Book, só na primeira metade do século, em vez dos quase 2600 contidos na bibliografia de Arouca, chegou a somar mais de 3800 itens, refletindo um acréscimo de mais de 47%. Os 101 itens da *BML* representam uma percentagem muito reduzida da produção total⁶. Exceto dois itens anónimos, são 38 os autores, dos quais constam 10 Espanhóis e 2 Italianos, responsáveis por 43 obras originais (ver *infra*, 2.2).

Essa parte ínfima do livro médico produzido em Portugal, que seria interessante poder comparar com outras áreas (temáticas, geográficas⁷), tende a refletir o pequeno desenvolvimento deste setor da produção editorial. Esta questão merece ser aprofundada, tendo em conta, por um lado, os textos que ficaram manuscritos⁸, e por outro, o estatuto duplo, para simplificar, da medicina como disciplina erudita e prática popular, o livro podendo oscilar entre esses dois polos, sem refletir o todo das modalidades respetivas de funcionamento.

Importa, nesta fase de apresentação, precisar alguns aspetos dos conteúdos bibliográficos.

Sendo a *BML* enumerativa, importa definir a disciplina nos seus contornos históricos a fim de justificar algumas escolhas que tiveram de ser feitas. Na época proto-moderna (e não só), a profissão não constitui um critério exclusivo, podendo alguns autores não ser médicos, como o

⁵ Total das entradas numerotadas (Arouca 2001-2011). No entanto, há casos de itens fantasmas (*BML* n.º 100-104) e de sete itens ausentes em Arouca (*i.e.* 7,7% dos 96 da *BML*, que são: n.º 6, 10, 14, 18, 23, 44, 75).

⁶ Para uma análise pormenorizada do livro médico português na primeira metade do século XVII, ver Baudry, 2017.

⁷ Em Espanha, a *BHM* fornece 728 itens (1600-1700) num total desconhecido.

⁸ Para o século XVII, chegámos a um total de 51 entradas, algumas das quais com vários títulos por exemplo. Mas é impossível saber a quantos livros esses escritos corresponderiam.

embaixador genovês Carlo António Paggi⁹ ou a filósofa espanhola Oliva Sabuco¹⁰. Entende-se assim a medicina como a parte da filosofia natural que descreve a constituição e o funcionamento do corpo humano e explica como mantê-lo em boa saúde. É um saber teórico e prático adquirido formal e legalmente nas universidades ou por outros meios, sendo várias as disciplinas a ele ligadas.

A maior parte dos itens da *BML* incluem obviamente esse quadro. No entanto, alguns livros não podem ser considerados como inteiramente consagrados à medicina. Um título pode ser mal interpretado, como o de Gonzalo Bustos de Olmedilla, *El monstruo horrible de Grecia*: o autor é médico e o “monstro” é a sangria segundo os Gregos Hipócrates e Galeno. O *Tesouro de Prudentes* de Gaspar Cardoso de Sequeira, em quatro tratados que o compõem, um só trata especificamente de medicina. Duas razões levaram-nos a incluí-lo na *BML*: apesar de cobrir cerca de 15% do livro, este tratado reflete a posição central da medicina nos dispositivos pragmáticos das regras de vida. Quanto à questão da quantidade textual, temos um caso limite com as folhas simples (*BML* n.º 18). Não se sabe ao certo onde foram impressas, em Portugal ou em Espanha mas, dada a sua existência em papéis da Inquisição, o item é representativo da difusão em Portugal da escrita médica provavelmente fora dos meios eruditos, sendo essa de teor publicitário, aspeto, aliás, não alheio ao tratado de João Castelo Branco.

2. Colheitas de uma bibliografia

Graças à sua relativa abundância, a *BML* permite recolher vários dados através da análise dos conteúdos fornecidos, em particular através de estudos estatísticos. No entanto, não se pretende aqui, de forma alguma,

⁹ Não se explica o esquecimento, nas bibliografias como nas histórias da medicina, deste autor marcante da penetração em Portugal das ideias “chymicas” no século XVII senão pelo facto de que é um conhecido tradutor de *Os Lusíadas* de Camões, tendo isto contribuído para deixar na sombra a sua obra não literária.

¹⁰ Filha de Miguel Sabuco: ver *BML* n.º 20 sobre a questão da autoria.

generalizar¹¹. Daí, os vários reparos que se seguem e pretendem, antes de tudo, estimular e facilitar abordagens mais específicas, quer sobre uma obra, a maior parte das quais são mal conhecidas, quer sobre aspetos da história do livro médico, e não só, em Portugal.

Variações na produção editorial

Com 1,8% do total, a produção de livros médicos aumentou claramente em relação ao século anterior¹².

Livro médico. Número de itens impressos (1498-1700)

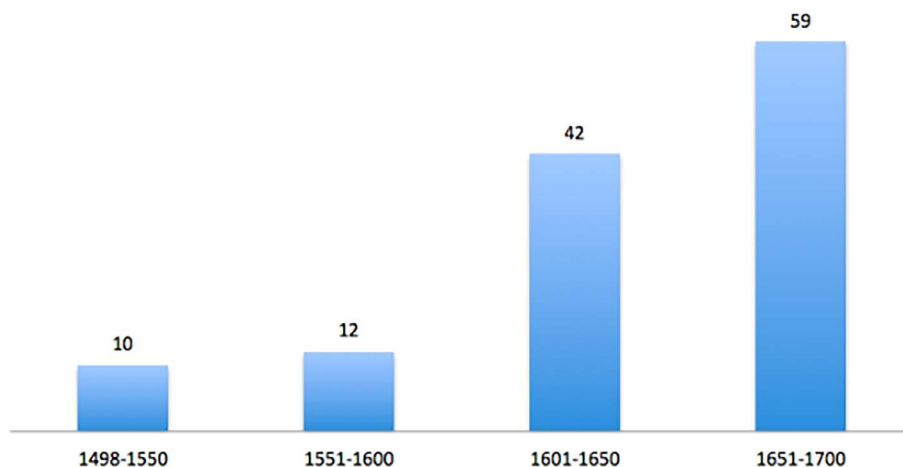


Tabela 1. Produção editorial (1498-1700)

Alguns critérios ajudam a precisar as características dessa evolução. O livro médico renascentista em Portugal é maioritariamente em latim (10 em 14 itens). No século XVII, o vernacular reina de maneira inequívoca: 69 itens em 9, isto é, 69,7% do total. Este reforço acentua-se na segunda metade do século (25 itens até 1650, 42 na outra metade). O latim passa a ser a segunda língua médica, de longe atrás, com 20 itens (20,2%), com

¹¹ Para uma abordagem específica, ver Peixoto 1965, 142-149.

¹² São 24 itens, dos quais 3 reedições (USTC).

uma descida vertiginosa depois dos anos 1660 (3 itens)¹³. O castelhano vem a seguir, com 10 itens. Somando os números para os vinte primeiros anos do século, observa-se a distribuição seguinte entre as três línguas: Português, 6; Latim, 7; Castelhana, 5. O factor mais significativo reside no desuso do castelhano depois de 1640, o que corresponde à restauração da independência (um só item). Enfim, a segunda metade do século reflete o quase absolutismo da língua nacional (50, 7, 1): o mercado do livro médico tornou-se o do mundo lusófono. A obra de Simão Pinheiro Morão, por exemplo, como o destino do autor, ilustram o interesse editorial para as colónias.

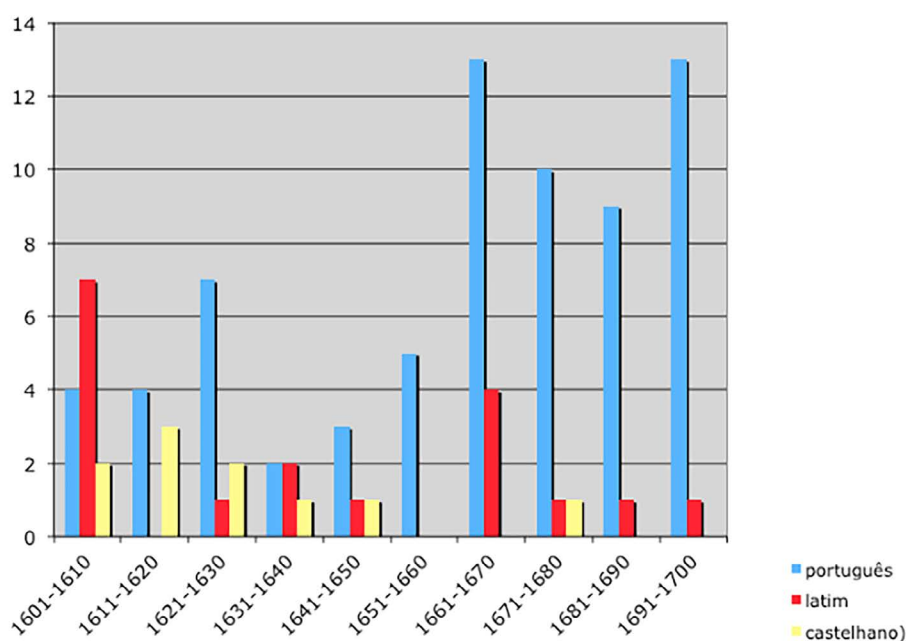


Tabela 2. As línguas

Análises mais aprofundadas deviam ajudar a compreender quais os graus de afinidade do mercado editorial português com o prestígio da língua, a classe médica e o espaço ibérico. Falar em evolução ascendente da produção esconde os altos e baixos ao longo do século.

¹³ Nos manuscritos, o número de textos em latim (25 em 51) é ligeiramente superior ao dos textos em português. A desafeição pela língua erudita pode explicar o pouco interesse dos editores por esses textos.

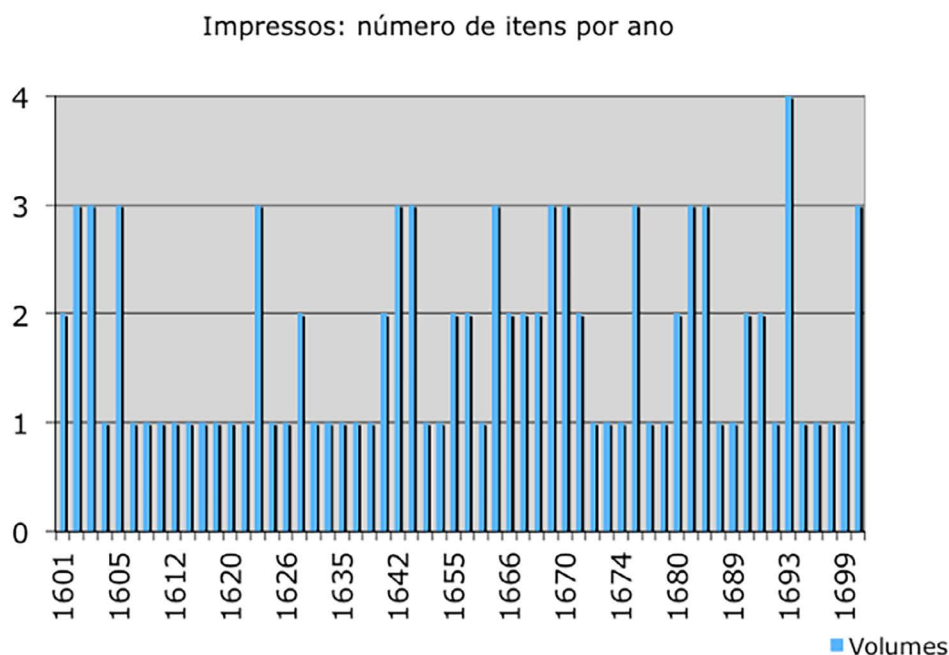


Tabela 3. Produção editorial por ano (1601-1700)

Uma produção pouco arriscada

Uma segunda característica da produção médica portuguesa implica diferenciar as edições originais das reedições. Em 99 itens, 45 são reedições (45,5%), das quais 31 na segunda metade do século, o que representa uma proporção ligeiramente mais elevada (52,5%) face à média do século. Segue-se a lista das obras mais reeditadas.

Gaspar Cardoso de Sequeira, *Tesouro de Prudentes* (1.^a ed. 1612, 8 reed.). De notar que, dado o seu conteúdo, não deveu o seu êxito ao longo de todo o século só à sua vertente médica.

António da Cruz, *Recopilação* (1.^a ed. 1601, 7 reed.)

Gonçalo Cabreira, *Compêndio* (1.^a ed. 1611, 5 reed.)

Francisco Morato Roma, *Luz* (1.^a ed. 1664, 4 reed.)

Manuel Leitão, *Practica* (1.^a ed. 1667, 4 reed.)

Gabriel Grisley, *Desenganos* (1.^a ed. 1656, 3 reed.)

Duarte Madeira Arrais, *Methodo* (1.^a ed. 1642, 2 reed.)

Manuel de Azevedo, *Correcção* (1.^a ed. 1668, 2 reed.)

António Ferreira, *Luz* (1.^a 1670, 2 reed.)

Algumas dessas obras foram, parcial ou totalmente, reeditadas no século XVIII (Arrais, Azevedo, Cabreira, Cruz, Ferreira, Grisley, Leitão, Roma). De notar, portanto, que os tratados de Cabreira e Cruz, publicados no início do século XVII, foram lidos durante mais de um século. A esses *best sellers* se deve juntar a *Polyanthea* de João Curvo Semedo (1.^a ed. 1697). Um monumento, em termos de volume, da medicina seiscentista, esta obra terá quatro reedições até 1741. Quanto ao tratado de Cruz, destaca-se pelas variantes, sendo regularmente emendado e, a partir da quinta edição, tornou-se multi-autorial. Doravante, os tratados dos dois autores, Francisco Soares Feyo e António Gonçalves, vêm a seguir ao texto principal. Pode ser considerado como um dos manuais mais usados pelos praticantes seiscentistas.

Algumas obras estrangeiras foram alvo de reedição nos prelos portugueses. A começar pelo caso, tardio e isolado, de um tratado renascentista em latim, o *Venimecum* do Italiano Pietro Bairo (1.^a ed. 1560). Pode observar-se, a este propósito, quão pouco o mundo editorial português se mostrou interessado na reedição dos manuais e clássicos do humanismo, factor que ilustra uma política de importação justificada em parte pela dimensão do mercado interno. Duas obras em castelhano também são de assinalar. O tratado de Jerónimo Cortés (1.^a ed. 1597), que é um compêndio de filosofia natural com partes de medicina como o de Sequeira¹⁴, foi reeditado três vezes em Portugal, sendo a última (1699) uma tradução em português que conhecerá um grande êxito no século seguinte. A outra é o tratado médico-filosófico de Sabuco (1.^a ed. 1587) em Braga, talvez já em 1611 (ver *BML*, n.º 14). Voltaremos a estas duas últimas a propósito da questão da censura.

A produção médica original contempla um pouco mais de metade dos itens (53). Uma obra, a *Practica Medica* de Tomás Rodrigues da Veiga, é publicada, não se sabe porquê, a título póstumo, quase um século depois da sua morte. Quanto às outras, nem todas foram descritas e analisadas pelos historiadores da medicina portuguesa. O caso mais marcante é o da obra do já

¹⁴ Este último faz referência ao tratado de Cortés (1612, fl. 68v).

mentado Paggi, esquecido tanto por eles como pelos bibliógrafos. Seria, portanto, injusto qualificar como desconhecidas todas essas obras, num século em que, através da Europa, se multiplicam os avanços científicos. Não o é se partirmos do princípio que uma obra de medicina é em primeiro lugar um texto e, por isso, deve ser submetido a uma análise textual, filológica, como qualquer outro texto literário. A ótica, predominantemente positivista até há pouco tempo, da história das ciências fez com que os leitores modernos procurassem de preferência indícios ou provas de descoberta ou de qualquer elemento suscetível de contribuir para uma visão progressista do campo em análise. Alguns tratados portugueses foram assim alvo de estudos mais apertados, como se vê nos trabalhos dos historiadores locais dos séculos XIX e XX, em particular Maximiano Lemos, Ferreira de Mira e Augusto da Silva Carvalho. Por exemplo, Aleixo de Abreu, Francisco Soares Feyo e Simão Pinheiro Morão cedo atraíram a atenção dos historiadores das doenças exóticas. De uma maneira geral, convém destacar a predominância dos livros de medicina prática em vernáculo, as obras mais teóricas, como os comentários, ficando legíveis para os eruditos e latinistas. Mas falta ainda uma visão global, quer em termos de continuidade, quer de ruptura ou inovação, baseada na análise tanto das ideias como do intertexto literário-científico.

O mercado do livro: volumes de produção

Não se sabe qual foi a tiragem dos livros. O levantamento dos exemplares existentes nas bibliotecas, aqui discriminado em três secções (A: bibliotecas portuguesas, B1: espanholas, B2: outras), não permite inferir qualquer número nesse sentido. Para os itens da *BML* com exemplares conhecidos, foram localizados 577 assim repartidos:

A: 378

B1: 70

B2: 129¹⁵

¹⁵ A maioria dos quais encontra-se na Europa, mas há vários no continente americano e, em particular, três na China (*BML*, n.º 52, 56, 61).

Mais detalhadamente, é interessante precisar que de 19 itens foram localizados 10 ou mais exemplares, 9 em latim, 7 em português e 3 em castelhano.

As obras que se destacam neste ponto de vista são essas três últimas (entre parênteses o total e a repartição entre as bibliotecas):

Bracamonte, 1642 (36: 22/3/11)

Nunes, 1601 (36: 14/9/13)

Sabuco, 1622 (28: 11/8/9)

Vêm a seguir obras em latim:

Arrais, 1650 (20: 8/1/11)

Castro, 1636 (19: 14/2/3)

Paggi, 1664 (14: 8/1/5)

As obras em português com o maior número de exemplares são:

Arrais, 1642 (2 volumes, respetivamente: 13: 7/0/6, 14:8/0/6)

Fonseca, 1626 (11: 8/2/1)

Semedo, 1680 (11: 10/0/1)

Esses dados, que podem sofrer modificações conforme outras possíveis localizações, convidam às seguintes hipóteses: a maior internacionalização dos textos em língua estrangeira (latim e castelhano) e, por conseguinte, uma tiragem mais elevada.

Observa-se também que o autor português mais difundido, nas duas línguas (latim e português) é Duarte Madeira Arrais. O seu estatuto, assim como a época decisiva em que produz a maior parte da sua obra médica, não foram alheios a este êxito. No entanto, nem todos os seus textos foram publicados como o provam os seus manuscritos.

Para treze itens (*i.e.* 13,5% do total), não foi localizado nenhum exemplar, juntando-se ao universo dos livros perdidos¹⁶. Para quatro deles, trata-se de reedições¹⁷. Nos outros casos, são obras originais¹⁸, portanto livros

¹⁶ Sobre esta problemática para o livro renascentista, ver Wilkinson 2009, 188-205.

¹⁷ BML n.º 11, 14, 16, 27, 86.

¹⁸ A edição original e a reedição do *Guia* de Henrique Quental Vieira (n.º 54, 58) constam desta lista.

perdidos, de autores que imprimiram outros textos (Chamisso) ou de que se conhecem manuscritos (Andrade, Castelo Branco e Vieira).

Algumas palavras sobre os fantasmas bibliográficos (cinco itens, BML, n.ºs 100 a 107). A *Practica* de Manuel Leitão necessita de uma explicação mais detalhada. Para a maioria dos itens, a principal fonte bibliográfica é a *Biblioteca Lusitana* de Barbosa Machado¹⁹. Indica cinco itens, com as datas e os editores: 1604, 1647, 1651, 1693 (2). Dos três primeiros, não se conhece nenhum exemplar. No entanto, Barbosa Machado ignora três edições com exemplares localizados (1667, 1677, 1691). Destarte, temos sete datas possíveis, das quais uma deverá ser a da edição original. Fixamos, com algumas reservas, a de 1667 por ter que excluir os itens anteriores, fruto, a nosso ver, de confusões. Duas edições podem ter sido confundidas:

A- a de 1647 com a de 1667 ou 1677²⁰ (mesmo editor²¹)

B- a de 1651 com a de 1691 (mesmo editor).

A data de 1604 também fica fortemente duvidosa mas a confusão revela-se menos óbvia. Arouca excluiu as datas de 1647 e 1651 ficando esta a figurar como a edição original com o título (idêntico ao de 1667) reproduzido por Barbosa Machado. Este último dava como editor Pedro Craesbeeck. No entanto, foram dois tipógrafos com este nome, o pai (1572-ca 1632), fundador da dinastia lisboeta, e o seu neto (“o moço”, 1624-1665)²². Pode-se presumir que, se fosse o pai a imprimir uma obra de êxito, digamos rentável, como aconteceu²³, não a largaria. Porém, como explicar os quatro decénios de ausência no mercado, tratando-se aliás de um texto eminentemente prático e

¹⁹ “A book recorded in a bibliography of whose existence there is no reasonable proof” (<http://www.translitteral.org/dictionary/bibliographical-ghost/word>).

²⁰ Reedição sem exemplar localizado. Decidimos guardá-la, como a reedição coimbrã de 1693, entre os itens contados para fins estatísticos, dado a probabilidade mais elevada de ter existido.

²¹ Francisco Villela trabalhou de 1663 até 1691.

²² Ver Dias 1996, IX, XIV.

²³ Além das quatro reedições seiscentistas, teve mais duas no século seguinte (uma com variantes de um autor de outros tratados médicos, Bernardo Pereira (SJ), em Coimbra, 1719; uma em Lisboa, 1744).

necessário para a arte médica do dia-a-dia, portanto um investimento sem grande risco?

Infelizmente, pouco se sabe sobre a biografia de Manuel Leitão. Segundo Barbosa Machado, era “Mestre em Artes e professor de Cirurgia²⁴”. Será o mesmo homem que, em 1670, licenciou a obra de António Ferreira²⁵?

O mundo editorial

São conhecidos cinco lugares de edição do livro médico no século XVII, por ordem crescente de importância (o número de itens entre parênteses): Vila Viçosa (1), Braga (3), Évora (4), Coimbra (16) e Lisboa (71)²⁶. Excepto o *hapax* vilaviçosano, na época em que os Bragança preparam-se para subir ao trono, os dados evidenciam a supremacia tipográfica de Lisboa, com 74,7% da produção total (95 itens om lugar identificado), muito à frente de Coimbra com 16,8%. Dividir o século permite precisar algumas evoluções: De um lado, os *outsiders* da tipografia portuguesa seiscentista, Braga e Vila Viçosa desaparecem do mapa da segunda metade; do outro, a posição de Lisboa reforça-se na mesma época, não só em relação a dois dos centros mas também a Coimbra (cidades responsáveis por, respetivamente, 64,8% e 18,9% da produção na primeira metade do século e por 74,5% e 15,2% na segunda metade).

Número de itens por lugar de edição

Cidade	1601-1700	1601-1650	1651-1700
Braga	3	3	0
Coimbra	16	7	9
Évora	4	1	3
Lisboa	71	29	44
S.l.	4	1	3
Vila Viçosa	1	1	0
Total	101	40	59

Tabela 4. Produção editorial por lugares de edição

²⁴ BM, III, 294; cf. o título da *Practica*: “Mestre em Arte e Chirurgia”.

²⁵ BML n.º 57.

²⁶ Dos 96 itens, quatro não dão indicação de lugar.

São 41 os editores identificados na *BML*. Em dois casos, trata-se de instituições (Universidade de Évora, Irmandade de Santa Catarina). Dos 96 itens contemplados, obtemos uma média de 2,5 publicações por editor. Nove editores publicaram uma única obra de medicina. Os que mais publicaram textos médicos foram: os Craesbeeck, Pedro, Lourenço e António²⁷ (11 itens entre 1608 e 1683²⁸, *i.e.* 11,45 do total), e os Alvares, António pai e filho²⁹ (8 itens até 1642, *i.e.* 8,3 do total e 13,5% relativamente à primeira metade do século XVII). Talvez o número seja mais significativo no caso dos primeiros quando comparado à elevadíssima produção, em termos locais, dos Craesbeeck, tendo portanto o primeiro editado cinco itens e o segundo três entre as centenas de impressões saídas das prensas da família. As diferenças mais marcantes são: 1. a mais elevada proporção de itens médicos nos Alvares em relação à produção total (mais de 200³⁰) do que nos Craesbeeck (cerca de 750³¹); 2. a posição determinante dos Alvares na primeira metade do século XVII, posição ocupada por António Craesbeeck na segunda metade, com 6 (7?) dos 10 itens. Também se pode observar o auge da produção médica deste editor entre os anos 1664 e 1672 (5 itens). Sinal do prestígio da dinastia craesbeeckiana no mundo editorial português, o nome provavelmente fictício de “Bernardus Cresbek”, desconhecido das bibliografias, para a edição de um autor espanhol (*BML* n^{os} 33 e 34).

Exceto essas duas grandes casas, de um ponto de vista geral, os dados não chegam a ser significativos de uma política deliberada em prol do texto médico.

²⁷ Loff 1967, 61-5.

²⁸ Um só na oficina Craesbeeckiana, *i.e.* Lourenço.

²⁹ *Ibid.*, p. 52 e 53. O filho publica a partir de 1621.

³⁰ “Álvares, António, fl. 1620-1659”, *Porbase*.

³¹ Heitlinger.

3. Os contextos de produção

Aquém e além da ciência

Como explicado anteriormente, a *BML* não visa só fazer um levantamento de itens. Ainda falta que a mesma tarefa seja aplicada ao século XVIII, que mantém múltiplos laços com este, mas se apresenta mais claramente como o da abertura às evoluções internacionais e às mudanças paradigmáticas. Tenciona estimular a abordagem de textos fortemente ligados pela temática (entendida como as ciências médicas) entre si mas também com outras disciplinas, mais ou menos obviamente conexas: a astrologia³² e outros ramos da filosofia natural, a filosofia (no sentido moderno), a teologia e a literatura. É um aspeto também conhecido dos historiadores dos textos quinhentistas através da análise do paratexto, onde muitas vezes transparecem as estratégias editoriais ou dados biográficos. O *Desengano* de Grisley ilustra uma trajetória particularmente bem adaptada às circunstâncias ambientes ou a *Polyanthea* de Semedo que, neste ponto de vista, constitui um verdadeiro ponto de encontro duma parte das elites do fim do século. É por essa razão que as entradas fornecem informações básicas deste teor (tipo de peça e autor). Uma característica do texto científico proto-moderno é o seu polimorfismo literário, usando de vários géneros, incluindo o poético, tanto no intertexto como no próprio texto do autor, como se vê na primeira edição do *Tesouro* de Sequeira (Tratado IV - não-médico -, cap. 24), alvo de censura a partir de 1624. O *Banquete* de Bracamonte, um dos maiores êxitos da produção seiscentista conforme os exemplares que chegaram até nós, ainda não recebeu toda a atenção merecida.

Os controlos

O paratexto do livro português (podia dizer-se: ibérico) apresenta uma especificidade devida aos actores-chave do mercado livresco, seja qual for o

³² Ver *BML*, n.º 56, 66.

conteúdo, as instituições, eclesiásticas e cíveis³³, de controlo cuja trajetória vai, para abreviar, da fase de qualificação à de taxação (Santo Ofício-Ordinário-Paço). Os marcos figuram, de maneira geral, no início do livro. É frequente ler na página de rosto o aviso da conformidade da obra com as exigências do controlo obrigatório: “Com todas as licenças necessárias” é a fórmula comum. O procedimento implica um vaivém entre as autoridades encarregadas da autorização de publicar e de imprimir e era, às vezes, demorado. A sua duração, conforme as obras, oscila entre um mês e doze anos. As entradas da *BML* indicam os meses e o(s) ano(s) em que foram passadas as licenças. 67 itens forneceram dados claros. Para 55 deles (82%), a duração não ultrapassou 20 meses, tendo-se obtido uma média de 6,2 meses. Para os 13 restantes, 9 mostram uma duração entre 2 e 6 anos; 3, entre 8 e 12 anos.

A- Cinco obras foram expeditas em menos de um mês:

Lopes, 1602

Cruz, 1605

Sequeira, 1664

Bustos de Olmedilla, 1675

Azevedo, 1680

B- Obras que foram expeditas em mais de vinte meses:

12 anos: Cortés, 1699

11 anos: Sequeira, 1651

10 anos 8 meses: Castro, 1636³⁴

8 anos: Cabreira, 1624

5 anos 10 meses: Ferreira 1683 e Teixeira 1670

5 anos 7 meses: Sabuco, 1622

4 anos 3 meses: Faria, 1700

³³ Para uma apresentação dos procedimentos, ver Martins 2005.

³⁴ Na primeira página de licenças, a sucessão cronológica é correta: 15.12.1624, 20.01, 24.01, 04.03.1625, 12.08, 18.08.1635 (autorização de imprimir) mas na página seguinte, volta-se para o ano 1625: 26.02 e 15.05.1625. Tendo sido impressor da Universidade em Évora desde 1624, Manuel Carvalho instalou-se em Vila Viçosa a partir de 1635.

3 anos 3 meses: Sequeira, 1612

3 anos: Roma, 1664

2 anos 11 meses: Cardoso, 1602

2 anos 7 meses: Chamisso, 1605

2 anos 1 mês: Semedo, 1697 e Sequeira, 1675

Não se pode dizer que o sistema se tenha tornado mais célere com o decorrer do século. Observa-se também que, em quatro casos, se trata de obras censuradas (expurgação)³⁵.

A fase da taxação suscita várias observações. As entradas da *BML* indicam essa taxa, tradicionalmente baseada no preço do papel. Em 28 dos 83 itens localizados (33,7%) a taxa não está assinalada. 46 itens indicam a taxa, regra geral em reis, o que permite, para o período 1612-1700, obter uma média de 6,55 reis por folha de papel³⁶.

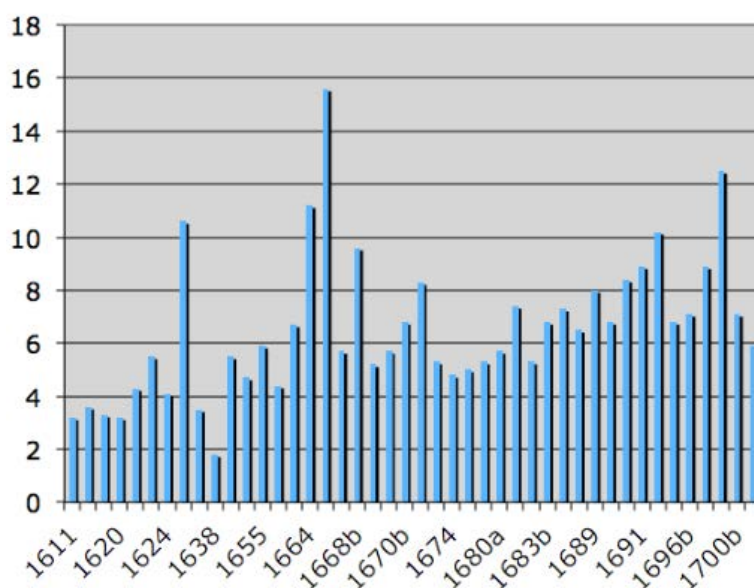


Tabela 5. Taxa média (em reis) por folha de papel (1611-1700)

³⁵ Cabreira, Cortés, Sabuco e Sequeira. Ver mais adiante sobre essa questão.

³⁶ O número de folhas utilizadas para um livro obtém-se dividindo o número de páginas do livro pelo número de páginas por folha num formato (in-fol. = 2 p., in-4º = 8 p., in-8º = 16 p.). As taxas são geralmente dadas em reis; aparece o vintem (= 20 reis) e o tostão (= 100 reis); num caso (n.º 57) é o cruzado (= 400 reis).

O primeiro livro a aparecer com a taxa é a primeira edição do *Compendio* de Cabreira (1611). Nenhuma das oito obras anteriores tem indicação deste teor, pode-se pensar que o sistema se vai instalando cada vez com mais eficiência ao longo do século, pois essa ausência (num total de 16 casos) é mais frequente na primeira metade do século, em que a produção é menor do que na segunda (12 casos). Às vezes, o texto sobre a taxa é impresso mas o espaço da taxa fica em branco³⁷; em alguns exemplares, aparece acrescentada à mão ou tipografada dentro do vazio³⁸; noutros casos, como em Semedo (1697), há exemplares sem as últimas licenças e sem taxa. Regra geral, o tipógrafo não tinha que esperar por essa última fase para produzir o livro, como se vê com as licenças de impressão (“pode imprimir antes de se taxar”), relembrando, no entanto, que o livro “não pode correr” sem a taxa. Levanta-se a este propósito a questão da circulação da obra, embora legalmente proibida até concluir esta fase.

Conforme a média obtida, o panorama das taxas aplicadas põe em destaque duas situações extremas: as taxas mais baixas (Arrais, 1638) e as mais altas (Fonseca, 1626; Roma, 1664; Ferreira, 1693; Roma, 1700). Só uma comparação com dados exaustivos permitirá analisar as flutuações do mercado do papel e de outros eventuais elementos conjunturais.

Os privilégios

Treze itens foram publicados com privilégio³⁹, cinco deles no primeiro decénio do século. O privilégio, que é concedido na maior parte dos casos a impressores e livreiros mediante pagamento, protege a obra durante algum tempo, mais frequentemente durante dez anos, contra a concorrência e traz publicidade⁴⁰. Quatro itens são reedições, o que comprova duplamente

³⁷ Como, por exemplo, na *Recopilação* de Cruz (1669, exemplares da BMP e AC).

³⁸ Bairro 1689: à mão num exemplar da BNP (“400 reis”); o mesmo valor encontra-se imprimido num exemplar da BGC.

³⁹ BML, n.º 2, 3, 5, 8, 19, 24, 38, 45, 51, 57, 61, 90.

⁴⁰ Ver Anselmo, 1997, p. 56. Roma e Semedo figuram entre os autores que pediram o privilégio, o segundo tendo pago 540 reis para o efeito (um pouco mais de metade do preço da taxa).

o seu êxito⁴¹. Uma questão mais delicada se levanta: terá tido essa diligência alguma influência no contexto dos procedimentos de licenciamento? Exceptuando os quatro itens com mais de 20 meses de procedimento, obtemos uma média de 5,6 meses, o que os situa um pouco abaixo dos 6,2 de média (ver acima 3.2)⁴². Face aos trâmites do controlo, o *timing* do pedido de privilégio torna-se estratégico, como o mostra Semedo, que, segundo parece, soube esperar pelo último momento. Por outro lado, temos a reedição do *Tesouro* de Sequeira (1651), um dos processos de licenciamento mais demorados da nossa história: foram perdidos mais de cinco anos, não se sabe porquê, a partir da entrada em vigor do privilégio. Portanto, os dados obtidos deixam indicações sobre a situação em que se encontravam as partes implicadas na produção hipercontrolada do livro. Mas não podem ser considerados como conclusivos em termos gerais, faltando um estudo em grande escala. Nos casos expeditivos, em particular, a hipótese, não absurda, de uma aceleração do processo fica por provar.

Licenças, privilégio e publicação				
Autor	Data primeira licença	Data privilégio	Data publicação	Prazo entre o privilégio e a publicação
Nunes	março 1600	novembro 1600	1601	máx. 1 ano
Avelar	julho 1600	outubro 1594	1602	8 anos
Nunes	janeiro 1598	junho 1599	1603	4 anos
Cabreia	outubro 1616	janeiro 1617	1624	7 anos
Sequeira	julho 1640	outubro 1645	1651	6 anos
Roma	julho 1671	junho 1670	1672	máx. 1,5 anos
Semedo	abril 1694	dezembro 1696	1697	máx. 1 ano

Tabela 6.

O império da letra

Com o livro médico proto-moderno, à imagem dessa arte, cresceu a visibilidade do corpo humano. A sua história tem tanto a ver com novos pensamentos, novas práticas que, daí, surgem novas representações. A *Fabrica*

⁴¹ N.º 19, 24, 38, 61.

⁴² São sete os itens com duração expeditiva (um mês de duração), três dos quais com privilégio.

de André Vesálio (1543) é emblemática do dinamismo iconográfico desta tipografia médica europeia e, se o livro ilustrado é mais caro, a tendência geral mostra uma certa democratização: talvez baixe a qualidade mas aumenta o volume de informação icónica dentro dos livros, em particular de pequeno formato (in-8º). Esses breves reparos visam fundamentar uma observação relativa à produção portuguesa: excepto a iconografia paratextual (as vinhetas da página de rosto e no interior do livro⁴³), a ilustração médica é rara. Por exemplo, não foi impresso nenhum livro de anatomia, ficando claro que, em termos de livro ilustrado, esta disciplina dependia completamente da importação⁴⁴. As razões económicas devem, pois, ser avançadas em primeiro lugar mas a questão fica por aprofundar. A análise da bibliografia permite quantificar este aspeto: em 42 obras originais (com 83 itens localizados), só três obras contêm ilustrações, das quais duas são inteiramente de medicina (Cruz, 1605 e Azevedo, 1668); o *Thesouro* de Sequeira é a terceira.

Na primeira da *Recopilação* de Cruz (1601) encontram-se, por um lado, representações de instrumentos simples de cirurgia e de curas⁴⁵; por outro, um homem zodiacal, que é uma representação tradicional do corpo humano (masculino) segundo as influências ensinadas pela astrologia médica. Esta gravura circulou bastante: aparece na edição lisboeta da *Chronographia* de Jerónimo de Chaves (Antonio Ribero, 1576, in-4º) e depois na reedição seiscentista da mesma (Jorge Rodrigues, 1602). Falta na segunda edição de Cruz (Lisboa, 1605) mas reaparece em 1612 na primeira de Sequeira (Coimbra, 1612), no fim do tratado de medicina⁴⁶, não faltando em nenhuma das reedições desta obra ao longo do século XVII. A outra obra citada, a *Correcção* de Azevedo, contém uma só ilustração, uma xilogravura

⁴³ Alguns itens apresentam-se com retrato do autor. Tavares (1671), com 46 anos, escrevendo na sua mesa de trabalho; Semedo (1697), com 52 anos, em postura oficial.

⁴⁴ As bibliotecas portuguesas possuem um número significativo de exemplares dos livros de anatomia mais difundidos, Mondino de'Luzzi, André Vesálio, Charles Estienne, Juan Valverde, Felix Platter, Jean Bauhin, Jean Riolan, Guido Guidi, Govert Bidloo (ver Baudry, 2011).

⁴⁵ BML, n.º 1: p. 58v-59r, 77v, 124v.

⁴⁶ N.º 13, p. 71r. De resto, esta obra contém um número elevado de tabelas.

com pouca qualidade estética e informação limitada, que deve ser considerada como a única representação anatómica, no sentido restrito, do corpo humano no livro médico português do século XVII.

Análise de alguns casos

O panorama seiscentista das obras médicas, com a sua quase centena de itens refletindo uma surpreendente diversidade, leva a que se façam algumas observações.

A- A última reedição da *Luz de Roma*, na BML, é datada na página de rosto do ano 1700. No entanto, as licenças são datadas de Julho de 1700, mais uma no dia 1 e duas no dia 3 de Março de 1701, sendo a última, como de costume, a taxa. O que acontecia era que, feito o livro, as páginas eram acrescentadas com as modificações enquanto chegavam as licenças. Uma situação análoga vê-se em exemplares do tratado de Paggi que não trazem a última licença de Novembro 1663⁴⁷, de Grisley na reedição de 1676⁴⁸ ou da *Polyanthea* de Semedo⁴⁹.

B- O *Tesouro de Prudentes* de Sequeira parece ter sido o *best-seller* da nossa bibliografia. Uma das reedições apresenta uma situação similar à anterior⁵⁰. Dado o número elevado de reedições, é bom exemplo da ausência de regra, ou de sistema rotineiro, na cronologia dos procedimentos de controlo do livro.

Observaram-se prazos extremos: de um mês (1664) a onze anos e seis meses (1651), enquanto apenas passaram cinco meses para licenciar a nova edição expurgada (1626), depois dos mais de três anos de espera para o primeiro licenciamento. A partir de 1626, trata-se dum texto quase *ne varietur*. É preciso insistir nisto, uma vez que o *Tesouro* foi alvo de censura a seguir à

⁴⁷ Exemplares da FMP e da BMP só com as licenças até 22 de outubro de 1663.

⁴⁸ Exemplar da FMP, só com as licenças de fevereiro e março de 1676.

⁴⁹ Exemplar da UCM (digitalizado), só com as licenças até agosto de 1695.

⁵⁰ Segundo as bibliografias, houve uma reedição pela Universidade de Évora em 1675. A autorização de imprimir foi dada em 22 de abril de 1673, a taxa aplicada em maio de 1675. No entanto, existe pelo menos um exemplar com a data, na página de rosto, de 1673 (exemplar da BAJ; um quinto foi escrito por cima do três).

primeira edição, sendo reeditado em 1626 depois de expurgado. Como no caso das duas primeiras edições de Sabuco, vários exemplares da primeira edição (1612) foram expurgados manualmente. A licença de Thomas da Rocha, passada em 17 de Setembro de 1625, precisa que, além das “emmen-das, que o Cathalogo novo deste Reino [ILPE 1624] mandou fazer” ao autor, se deve riscar uma passagem no tratado 2 (o tratado médico) relativa à obra de Jerónimo Cortés, que passou despercebida aos autores do Index de 1624.

C- A reedição da *Nueva Filosofia* de Sabuco (1622) é dada como a “terceira impressão” desta obra. Com efeito, teve duas em Madrid (1587 e 1588). Visa claramente o mercado internacional⁵¹. No prólogo, o impressor bracara-rese, Lourenço de Basto, insiste que, depois do “mao sucesso da segunda impressão”, “todos darão por muy segura esta terceira impressão”⁵². No entanto, não é impossível que este impressor já tenha imprimido em 1612 o censurável texto de 1588, como se verificará. Com efeito, um elemento passou despercebido até agora: as licenças são datadas de 1616 e 1617, a taxa ficando em branco (emissão A); na outra emissão, a taxa é datada de outubro de 1622. Um outro elemento deve ser realçado aqui: a 13 de outubro de 1616, Balthasar Alvarez autoriza a impressão do texto por que “vay correcto pella nova expurgação que da dita obra se tem feito”. Esta “nova” expurgação deve ser posterior à primeira, feita na edição de 1588, dada como “enmendada” e, forçosamente, anterior ao ano de 1616. A dúvida levantada por este feixe de elementos impede de excluir a hipótese de uma primeira “terceira impressão”.

Como sabemos, foram precisos seis anos para ultimar o procedimento de controlo entre as licenças, inclusive a que dá conta da nova expurgação, e a taxação (1622). Este prazo deve-se provavelmente à nova inspeção censória do texto, que acabará por integrar o Index de expurgação publicado em Lisboa em 1624. Nem a correcção espanhola de 1588, nem a portuguesa de

⁵¹ Exemplares localizados fora de Portugal: B1: 8, B2: 9 (sobre as secções, ver a estrutura das fichas, *infra*, ponto 5, Apresentação dos itens). Já no caso espanhol, não se pode falar em raridade (Fernández-Sánchez 1987, 93). Quanto ao número de exemplares das edições quinhentistas localizados, o USTC dá: ed. de 1587, 17 (A: 3, B1: 8, B2: 6); 1588: 25 (A: 2, B1: 9, B2: 14).

⁵² Sabuco, *Nueva Filosofia*, 1622, Carta dedicatória ao barão de Alvito, respetivamente f. ***v e ****r.

1616 chegaram a neutralizar toda a atenção dos censores. Assim, os leitores ibéricos de Sabuco na reedição portuguesa conheceram um texto expurgado enquanto diversos exemplares das edições espanholas anteriores existentes nas bibliotecas portuguesas levam marcas de expurgação manual.

D- O *Compendio* de Cabreira é um dos êxitos da produção seiscentista, continuando a ser impresso no século seguinte. Esta obra, cuja primeira reedição foi feita pelo impressor de Sabuco, em 1613, tem em comum com a *Nueva filosofia* a sua indexação censória no ILPE de 1624. O *Compendio* foi impresso pelo menos duas vezes⁵³ antes da expurgação, a reedição de 1624 devendo ser considerada como a primeira impressão expurgada desta obra.

Infelizmente, não foi possível consultar a edição original. A primeira com processo de licenciamento traçável é a reedição de 1613, de que se localizou um só exemplar, à semelhança da anterior. Entre a primeira licença e a taxa, não passaram mais de quatro meses, o que a situa um pouco abaixo da média geral (6,2 meses). O livro foi impresso em 1617, como consta do colofão. No entanto, o único exemplar conhecido vem com a data de publicação de 1624, o que corresponde ao ano da taxação (outubro de 1622), ao contrário das emissões do tratado de Sabuco, cujo colofão indica o mesmo ano de 1622. No caso do *Compendio*, a demora foi muito mais longa (a quarta na lista acima), provavelmente devido ao processo censório.

4. Reparos sobre os escritos de medicina

Impressos e manuscritos

A bibliografia é um mundo em permanente expansão. A BML, reconheça-se, fica por completar. Os melhores instrumentos utilizados têm os seus limites, a bibliografia de Arouca⁵⁴. Os grandes catálogos na Web, em parti-

⁵³ A reedição de 1624 dá-se como a “quarta impressão”: a terceira deve ser a de 1614, a não ser que tenha circulado o texto impresso, mas ainda não taxado, em 1617.

⁵⁴ Ver *supra*, nota 222.

cular o USTC e o IB. Exemplares não localizados, ou novos ítems, poderão surgir de uma colecção privada. Essa regra é válida tanto para os impressos como para os manuscritos. No entanto, temos dados em número significativo no que toca à relação entre essas duas modalidades da escrita científica proto-moderna.

A *BML* mostra que, para revisitar a contribuição portuguesa interna (ver *supra*, 1) para a medicina na época proto-moderna, é preciso ter em conta toda a produção. Aos ítems impressos devemos juntar os manuscritos. Estes correspondem a um número mais elevado de títulos, da maioria dos quais não se conhece a importância material, não tendo sido localizados. O interesse intrínseco dos ítems existentes é variada mas muitos ficam por explorar. Alguns constituem comentários às obras dos clássicos da medicina, podendo ter sido redigidos para leccionação. Outros são observações médicas, um género extremamente importante na história do conhecimento médico, ao qual pertence, por excelência, a obra de Amato Lusitano, o médico nascido em Portugal.

A comparação entre a produção manuscrita e a tipográfica revela alguns aspetos significativos. Relembremos os números: 101 ítems impressos, 51 ítems manuscritos. Mas esses correspondem a um número de 86 títulos⁵⁵. Nem todos formariam um livro (ver, por exemplo, o n.º 14). Quando comparado com o total de obras originais impressas, que sabemos serem 43, o universo do manuscrito médico revela já uma surpreendente importância quantitativa. Vários factores ajudam a explicar esta situação: em primeiro lugar, o mercado, os controlos, em particular os censórios. Também se deve lembrar que o estatuto do manuscrito, em relação ao impresso, era diferente. Fernando Bouza-Álvarez mostrou que alguns tipos de manuscritos eram mais divulgados do que os impressos⁵⁶. No caso do manuscrito médico português, não aparecem cópias de obras originais, sugerindo uma difusão em larga escala.

⁵⁵ As colectâneas contam aqui como um só título.

⁵⁶ Bouza-Álvarez 2001-2002, 68.

Ao contrário dos impressos, nos manuscritos o latim predomina nitidamente com 54 títulos (65%), seguindo-se o português com 30 títulos (35%)⁵⁷. Se compararmos a proporção de itens impressos e manuscritos em latim (temos respetivamente 17,7% do total de impressos e 65 % do total dos itens manuscritos), a conclusão não surpreende: o latim desaparece pouco a pouco da grande difusão tipográfica, usando-se sobretudo nos universos da oralidade religiosa e das práticas pedagógicas.

De salientar dois aspetos interessantes: (A) os autores de impressos e manuscritos médicos; (B) os autores de manuscritos médicos e, eventualmente, impressos não-médicos.

A — Infelizmente para a crítica genética e filológica, em nenhum dos casos se trata do original entregue para impressão. Os números entre parênteses referem os itens impressos/manuscritos:

Andrade (2/6)

Arrais (6/5)

Casmack (1/3)

Lourosa (1/2)

Morão (1/1)

Vieira (2/6)

Estes dados provam que os editores não têm uma política de fidelização dos autores ou de especialização disciplinar (ver também acima, 2.4). O caso de Arrais é muito revelador, em particular com o seu tratado hipiátrico, um texto amplo, rigorosamente composto, que mereceria um estudo aprofundado, dado que, entre outros, foi publicado posteriormente à *Practica* (Madrid, 1680) de Juan Alvarez Borjes (ou João Alvares Borges), uma obra marcante na história da medicina veterinária ibérica.

Quanto aos textos de Morão, confirmam este autor na sua dimensão ultramarina.

⁵⁷ Excluimos os manuscritos em espanhol ou de autores espanhóis sem laços diretos a Portugal (BNP: Cod. 2118//1-4, Cod. 2121, Cod. 5075, PBA. 147//4; BAJ: 49-II-77¹⁻²).

B — Os números entre parênteses referem-se aos itens manuscritos/impresos não médicos:

Azeredo (2/1)

Coelho (3/0)

Cunha (5/0)

Escachena (3/0)

Fabião (6/0)

Fróis (4/0)

5. Apresentação dos itens

As informações disponíveis sobre cada item são organizadas em sete rubricas, conforme o modelo seguinte:

1. Apelido, Nome
2. Título, endereço bibliográfico, páginas
3. Licenças (mês e ano); taxa
4. Paratexto
5. Notas diversas
6. Localização dos exemplares* Total de exemplares conhecidos — A: nas bibliotecas portuguesas; B1: espanholas; B2: de outros países; dig.: obra digitalizada
7. Principais referências bibliográficas (abreviadas)

* Para as obras impressas entre 1601 e 1650, indicamos só o número total de exemplares indicados em IB, acrescentado, quando necessário, os que não constam nessa base, com a localização exata entre parênteses; nesse caso, um + antecede o número.

I – OBRAS IMPRESSAS

(POR ORDEM CRONOLÓGICA)

1601

1

1. CRUZ António da (?-1626)

2. *Recopilação de cirurgia*.

Lisboa : Per Jorge Rodriguez Impressor de livros, 1601, in-4º; [6], 150, [9] fl.

3. Lic. março, abril, junho 1601; taxa não indicada.

4. Dois sonetos anónimos dedicados ao autor; carta dedicatória a D. Miguel de Castro, arcebispo de Lisboa; proémio.

5. Primeira edição de uma obra com grande êxito ao longo do século XVII por um autor que foi cirurgião do rei.

Contém ilustrações de instrumentos cirúrgicos e um homem zodiacal (fl. 150r), gravura reutilizada no livro IV da *Chronographia* de André de Avelar (Lisboa: Jorge Rodriguez, 1602, in-4º, fl. 259r).

No proémio, o autor explica que tem 36 anos de experiência na cirurgia, dos quais 22 no hospital de Todos os Santos (Lisboa); e que o seu tratado segue a ordem de *Guido* (i.e. a composição da obra do cirurgião medieval Guy de Chauliac).

O exemplar da BPB pertenceu à Congregação do Oratório de Braga e à Botica da Congregação do Oratório de Monção. O primeiro soneto apresenta uma correção manuscrita (“patria” em vez de “pratica”, p. 4v), adotada na edição seguinte (1605).

6. T.: 2 — A.: 2.

7. IB; Ar I, 578; FM, ML, SC.

2

1. NUNES Ambrosio (ca 1546-1611)

2. *Tractado repartido en cinco partes principales, que declaran el mal que significa este nombre Peste con todas sus causa y señales prognosticas, y indicativas del mal: con la preservacion, y cura que en general, y en particular se deve hazer*.

Conimbricæ : Diogo Gomes de Loureyro, 1601, in-4º; [12], 123, 60, [17] fl.

3. Lic. março, julho 1600; taxa não indicada; com privilégio (novembro 1600).

4. Carta dedicatória a Christoval de Mora, marquês de Castel Rodrigo; carta ao leitor; quatro peças poéticas: soneto ao autor; soneto do impressor ao autor; soneto do autor; epigrama de D. Theotomius Canonicus; *Index rerum*.

5. Na carta ao leitor: o autor dirige o tratado a “Medicos y no Medicos” (f. 3v); anuncia o tratado a seguir, “grande que tengo hecho” (fl. 4r; ver NUNES, 1603); refere-se à peste de Lisboa de 1569, objeto de tratados (por Thomaz Alvarez, Garcia de Salzedo (f. 3v) e à de setembro de 1598 (f. 31v). O autor foi catedrático da universidade de Salamanca.

6. T.: 36 — A.: 14; B1: 9; B2: 13; dig. (Googlebook, exempl. UCM; BGC).

7. IB; Ar III, 250; JG 62 n. 3; FM, ML, SC, VD.



1602

3

1. LOPES Diogo (ca 1581?-?)

2. *Tractatus de elementis, et de rerum omnium mixtione, in quo veterum et classicorum opiniones impugnantur, obiterque multa Philosophiæ puncta enucleantur. Quibus accedunt III. quæstiones de loco ignis, et de æris temperatura.*

Conimbricæ : Emmanuel d'Araujo, 1602, in-4º; [4], 96 fl.

3. Lic. dezembro 1601 (imprimir antes de conferir com o original); taxa não indicada; com privilégio.

4. Carta dedicatória a Luís de Mercado (ou Mercato; “*olim in Vallisoletana Academia Primariæ Medicinæ Cathedræ professor jam emerito*”); epigrama ao mesmo, a F. Petrus Trechado “*Seraphicæ Ordinis Monachus*”.

5. Segundo BM (I, 664-665), o autor, natural de Penamacor, escreveu o *Tractatus* aos vinte e um anos. Teve “*Bravus*” (provavelmente João Bravo Chamisso) como professor em Salamanca (fl. 14v); o seu pai, João Rodrigues, tinha cerca de cinquenta anos (fl. 55v).

6. T.: 7 – A: 4; B1: 2; B2: 1.

7. IB; Ar II, 402; JG 62; MP.

4

1. CARDOSO Ferdinandus Rodericus (?-1608)

2. *Tractatus de sex rebus non naturalibus nunc primum in lucem editus.*

Ulyssipone : Ex officina Georgii Rodriguez, 1602, in-4º; [4], 180, [4] fl.

3. Lic. maio, julho, novembro 1596, abril 1599; taxa não indicada.

4. Peça poética do licenciado Antonius Gonzalez e Luna ao autor; carta do autor ao rei Felipe III; carta ao leitor; *Index rerum*.

5. O autor foi protomédico do rei; esta obra será reeditada na Alemanha (Francofurti ad Moenum: typis Pauli Jacobi, 1620, in-8º); outra obra publicada fora de Portugal: *Methodus medendi*, Venetiis: apud Vincentium Somaschum, 1618, in-4º. BM II, 52-53, atribui-lhe duas obras manuscritas (não médicas).

6. T.: 22 – A: 6 + 2 (FML, FMP); B1: 1 + 1 (UCa); B2: 8 + 4 (BIUM, BRL, UOX, SUD); dig. (BNP).

7. IB; Ar I, 353; SC.

4 bis

1. AVELAR André de (ca 1546-1623?)

2. *Chronographia ou reportorio dos tempos: o mais copioso que te agora sayo a luz: conforme a nova reformação do Santo Padre Gregorio XIII.*

Impresso em Lisboa: por Jorge Rodriguez: a custa de Estevão Lopez mercador de livros, 1602, in-4º (4ª edição); [8], 367 [i.e. 266] fl.

3. Lic. julho, setembro, outubro 1600; privilégio de 15.10.1594 (privilégio anterior: 12 de dezembro de 1584); taxa não indicada.

4. Carta dedicatória a D. Álvaro de Lencastre, duque de Aveiro; peça ao leitor; proémio.

5. A *Chronographia* de Avelar foi impressa pela primeira vez em 1585. O autor, Cristão-Novo, tercenário na Sé de Coimbra, mestre em artes, lente de matemática na Universidade de Coimbra, foi preso uma primeira vez aos 74 anos, em março de 1620, pela Inquisição de Coimbra (processos nº 2209, 2209-1). O ILPE de 1624 (p. 233) avisa que o tratado 4, dedicado à medicina astrológica, deve ser lido com « cautela ».

6. T. 19: – A: 11 + 1 (FMP); B1: 3; B2: 4 +1 (OLB); (dig.) BNP.

7. IB; Ar I, 200; BM I, 137.

1603

5

1. NUNES Ambrosio (ca 1580-1611)

2. *Tomus primus enarrationum in priores tres libros aphorismorum Hippocratis, cum Paraphrasi in Commentaria Galeni. Tomus primus.*

Conimbricæ : Ex Officina Didacis Gomez Loureyro, 1603, in-4º; [18], 758, [34] p.

3. Lic. janeiro, junho 1598; taxa não indicada; com privilégio (junho 1599; abrange sete obras).

4. Duas peças poéticas por Emmanuel Correa, licenciado em direito canónico, ao autor (18 e 14 versos); carta dedicatória (Lisboa, setembro 1603) a Alfonso a Castelbranco, bispo de Coimbra; carta ao leitor (Lisboa, outubro 1603); *Index rerum*.

5. O exemplar da biblioteca da Ajuda (Lisboa) pertenceu ao colégio jesuíta de Coimbra.

6. T.: 10 – A: 3 + 2 (FMC, FMP); B1: 5; dig. (Hathitrust).

7. IB; Ar III, 250; JG, 4.0

5 bis

1. FIGUEIREDO Manuel de (1568-1630)

2. *Chronographia: reportorio dos tempos, no qual se contem VI. partes, s. dos tempos: esphera, cosmographia, e arte da navegação, astrologia rustica, e dos tempos, e pronosticação dos eclipses, cometas, e sementeiras. O calendario romano, com os eclipses ate 630. E no fim o uso, e fabrica da balhestitilha, e quadrante gyometrico, com hum tratado dos relógios*

Empresso com licença em Lisboa: por Jorge Rodriguez: a custa de Pero Ramires, 1603, in-4º; [10], 284 [i.e 283], [1] fl.

3. Lic. Março 1602, 1603; sem taxa indicada.

4. Carta dedicatória a D. Manuel de Moura Corte Real, marquês de Castelo Rodrigo; proémio.

5. Única impressão deste tratado. *A Hidrografia, exame de pilotos* (1ª ed. 1608) foi a obra mais difundida deste autor, contando com uma tradução em francês (1ª ed. Dieppe, 1618).

6. T. 13: – A: 8; B1: 1; B2: 4; (dig.) BML, BNP.

7. IB; Ar 2, 128; BM 3, 267.

1604

6

1. CORTÉS Jerónimo Manuel (15??-1615?)

2. *El curioso de varios secretos de naturaleza, y phisionomia natural, el qual contiene cinco tratados de materias diferentes, no menos curiosas, que provechosas.*

En Lisboa : Impresso por Antonio Alvarez, 1604, in-8º; [2], 130 [i. e. 138] f l.

3. Lic. novembro, dezembro (imprimir antes de taxar); taxa não indicada.

5. Os três primeiros tratados são de medicina prática (1ª ed. Valencia, 1597).

Na sua licença de novembro, Frei Lucas dos Anjos, do convento de Xabregas, escreve: “como a mente do Author nao he determinar alguma cousa certa dos futuros contingentes [...] não contradiz o que nesta parte dispoem no Catalogo Romano”, i.e. contra a famosa regra IX do Concílio de Trento que condena as formas de adivinhação (*Præfatio in Indicem Librorum Prohibitorum, Index Librorum Prohibitorum*, Romæ: apud Impressores Camerale, 1596, p. 14). De notar que o *Lunario* (Barcelona, 1625) de Cortés será expurgado por esse motivo (ILPE, 1632, p. 501).

6. T.: 1 – A: +1 (BGC).

1605

7

1. CHAMIÇO ou CHAMISSO João Bravo (?-1624)
2. *De medendis corporis malis per manualementem operationem. Tomus Primus.* Conimbricæ : Typis Emmanuelis de Araujo, 1605, in-4º; [8], 236, [6] fl.
3. Lic. outubro 1602, maio 1605; taxa não indicada.
4. Carta dedicatória a Alfonso Furtado de Mendonça, antigo reitor da Universidade de Coimbra, conselheiro no senado; carta ao leitor; *Index rerum*.
5. "Celebre professor de Medicina", segundo Diogo Pereira no seu *Tratado contra o livro De intentionibus chirurgicis* (BM I, 689).
6. T.: 10 — A: 6 + 2 (FMC, FML); B2: + 2 (BNBr, PV).
7. IB; Ar I, 466; JG 63.

8

1. CRUZ António da (?-1626)
2. *Recopilçam de cirurgia. Agora novamente emmendada, e acrescentada nesta segunda impressão.* Lisboa : Por Antonio Alvarez, A custa de Hieronymo Lopez mercador de livros, 1605, in-8º; [4], 175, [6] fl.
3. Lic. novembro 1604; taxa não indicada; com privilégio.
5. Com as ilustrações da 1ª ed. mas doravante sem a gravura do homem zodiacal (ver SEQUEIRA 1612); o texto do primeiro soneto foi corrigido (ver CRUZ 1601).
6. T.: 2 — A1: 1; B1: 1.
7. IB; Ar I, 579.

1608

9

1. RAMIRES Jeronimo Nunes (?-?)
2. *Commentaria in librum Galeni: de ratione curandi per sanguinis missionem.* Olyssipone : Pedro Craesbeeck, 1608, in-4º; [4], 192, [10] fl.
3. Lic. outubro 1607, agosto 1608 (imprimir antes de taxar); taxa não indicada.
4. Carta dedicatória a Pedro Castilho, "Proregi Inquisitori Supremo Mecænati" (setembro 1607); carta ao leitor; peças poéticas: dois epigramas ao autor por Estevão Rodrigues de Castro (12 e 6 versos); um de Philippus Thomas a Miranda; *Index rerum*.
5. O autor foi aluno de Tomás Rodrigues da Veiga.
As peças de E. R. de Castro, as primeiras deste médico, mais tarde exilado em Itália, foram publicadas por Giacinto Manupella (E. R. de Castro, *Obras poéticas*, Coimbra, 1967, p. 218-219).
6. T.: 11 — A: 2 +3 (AC, BME, FMP); B1: 2; B2: 4.
7. IB; Ar III, 447; MC, ML, MP.

1609

10

1. DIVERSOS
2. *Conclusiones*
- 2.1 ARRUDA Francisco de, *Conclusiones ex libro de generatione et parvis naturalibus*. Quæstio: Utrum naturaliter possuit homo sanguinem purum exsudare? (Cota BME: B 23371.)

- 2.2 FERDINANDUS Antonius (natural de “Condexa”), *Conclusiones ex libro de generatione et parvis naturalibus*. Quæstio: Utrum febris sit naturalis calor, aut peregrinus, et præternaturalis? (Cota BME: B 23376.)
- 2.3 FONSECA Emmanuel da, *Conclusiones ex libro de generatione depromptæ*. Quæstio: Sint ne filii novissimi debiliores, ac minus præstantes primogenitis? (Cota BME: B 25400.)
- 2.4 LUIS Gaspar, *Conclusiones ex libro de generatione*. Quæstio: Utrum possit animal vivere et nutrirí sine alimento? (Cota BME: B 25382.)
- Évora : Manuel de Lyra , Universitatis Typographus, 1609, in-4º, 3 ou 4 f. cada
5. Teses de filosofia natural tiradas das obras de Aristóteles. Estas quatro tratam de assuntos diretamente ligados à medicina teórica (fisiologia).
7. GM, núm. 141-143, 145.

1610

11

1. CHAMIÇO ou CHAMISSO João Bravo (?-1624)
2. *De capitis vulneribus liber*.
Coimbra : per Didacum Gomes de Loureiro, 1610, in-4º.
5. Cf. Hippocrates, *De capitis vulneribus liber*.
6. T.: 0.
7. BM II, 613; Ar I, 465; JG 21.

1611

12

1. CABREIRA Gonçalo Rodrigues de (?-?)
2. *Compendio de muitos e varios Remedios de Cirugia, e outras cousas coriosas recopilados do Tesouro de Pobres e de outros graves Autores. Por Gonçalo Roiz de Cabreyra, Cirugião aprovado, natural da Villa Daligrete*.
[Lisboa :] Por Antonio Alvarez, 1611, in-8º; [8], 103, [1] fl.
3. “Com todas as licenças necessarias” (página de rosto); taxa meio tostão.
Esta obra será submetida à expurgação a partir de 1624 (ILPE 1624, p. 1024: refere-se às edições de 1611 e 1614).
6. T.: 1 — B2: + 1 (coleção privada, Brasil; exemplar não consultado).
7. Ar I, 308; José Mindlin, *Highlights from the undisciplined library of Guita and José Mindlin* (São Paulo: EDUSP, 2005, vol. 1, p. 240).

1612

13

1. SEQUEIRA Gaspar Cardoso de (15??-16??)
2. *Thesouro de prudentes. Novamente tirado a luz*.
Coimbra : Nicolau Carvalho, Jorge Rodrigues, 1612, in-4º; [4], 218, [4] fl.
3. Lic. setembro 1608, julho 1609, dezembro 1611; taxa 200 reis.
4. Prólogo ao leitor; peças poéticas: um soneto anónimo, dois sonetos de Theodosio Cardoso.
A segunda parte desta obra diz respeito à medicina: *Tratado segundo deste segundo livro, No qual se trata de cousas myto importante á Medicina, e Surgia, com alguns remedios proveitosos, e experimentados* (fl. 55v-72r); no fim do tratado médico, o homem zodiacal (fl. 71r; a ilustração apresenta algumas diferenças com a de CRUZ 1601).

5. A indicação dada no título sugere a existência de uma edição anterior, que se desconhece. Põe-se assim a hipótese de uma primeira tiragem a partir de 1608, ano das primeiras licenças. Vários exemplares desta edição apresentam expurgações manuscritas conforme a censura de 1624 (ILPE 1624, p. 595).

6. T.: 7 — A: 4; B1: 2; B2: 1.

7. IB; Ar. IV 141-142.

14

1. [SABUCO Oliva] (1562-ca 1622)

2. *Nueva Filosofia*.

Braga : por Fructuose Loureço de Basto, 1612, in-16º.

5. 1ª edição: Madrid: Madrigal, 1587, in-8º; 2ª: 1588

A reedição de 1622 pelo mesmo editor, num formato in-8º, dada como a “terceira impressão”, tende a excluir a de 1612, não se provando a sua inexistência. Sobre esta obra, ver a Introdução, 3.4 C

Dona Oliva Sabuco de Nantes é a filha de Miguel Sabuco. A tese da autoria paterna do tratado apareceu no início do século XX (José Marco Hidalgo, “Doña Oliva Sabuco no fue escritora”, *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos*, Año VII, julio 1903, nº 1). Mas os estudos históricos mais recentes apontam para a autoria da filha (Rosalia Romero, *Oliva Sabuco (1562-1620) filósofa del Renacimiento español*, Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha, 2008; Esther Villegas de la Torre, *Women and the Republic of Letters in the Luso-Hispanic World, 1447-1700*, PhD University of Nottingham, 2011, p. 131-139).

6. T.: 0.

7. Marha e Ogando, *Catálogo da livraria de João Baptista de Castro*, 1924, p. 145, nº 1146.

1613

15

1. CABREIRA Gonçalo Rodrigues de (?-?)

2. *Compendio de muytos e varios remedios de Cirugia, e de outras cousas curiosas. Recopilado do Tesouro de Pobres, e de outros graves Autores. Por Gonçalo Rodriguez de Cabreyra, Cirugião aprovado, natural da Villa Daligrete. Com licença da S. Inquisição, e Ordinario.*

Braga : por Fructuoso Lourenço de Basto, 1613, in-8º; [6], 112 fl.

3. Lic. novembro, dezembro 1612; pode imprimir antes de taxar; taxa não indicada.

4. Prólogo ao leitor.

5. Edição dada por expurgar (ver CABREIRA 1611).

6. T.: 1 — A: 1.

7. IB; Ar I, 308.

1614

16

1. CABREIRA Gonçalo Rodrigues de (?-?)

2. *Compendio de muitos e varios remedios de cirugia, e outras cousas coriosas recopilados do Tesouro de Pobres e de outros graves autores.*

Lisboa : por Antonio Alvarez, 1614, in-8º.

5. Obra dada por expurgar (ILPE 1624, p. 1024: refere-se às edições de 1611 e 1614).

6. T.: 0.

7. Ar I, 309.

17

1. CORTÉS Jerónimo Manuel (15??-1615?)
2. *El curioso de varios secretos de naturaleza, y fisionomia natural, el qual contiene cinco tratados de materias diferentes no menos curiosas que provechosas.*
En Lisboa : Por Manoel Carvalho, 1614, in-8º; [2], 142 fl.
3. Lic. (na página de título, só indica “com todas as licenças necessarias”); taxa 60 reis.
5. No mesmo ano, Cortés publica uma *Phisionomia y varios secretos de naturaleza* (Barcelona: por Jerónimo Margarit a costa de Miguel Menescal, in-8º; ff. [4] 115 [1]).
6. T.: 2 — A: 1; B2: 1.
7. IB; Ar I 547-548.

[1618?]**18**

1. ALEXANDRINO Alexandre Guilhen (?-?)
2. *Las virtudes de la azeyte verde.*
La estimable virtud de la Piedra Imperial.
s.l. n.d., 1 fl., in-4º.
6. T.: 1 — A: +1 (IAN/TT, Inquisição de Lisboa, liv. 203, *Cadernos do Promotor*, fl. 375, 377); dig. (IAN/TT).
7. RM, p. 199.

1620**19**

1. CRUZ António da (?-1626)
2. *Recopilacam de cirugia. Agora novamente emmendada, e acrescentada nesta terceira Impressaõ.*
Lisboa : Por Antonio Alvarez, a custa de Hieronymo Lopez mercador de livros, 1620, in-4º; [4], 199, [7] fl.
3. Lic. agosto, outubro, novembro 1619, abril 1620; taxa 160 reis; com privilégio.
4. Ver CRUZ 1605.
5. Com algumas variantes no texto e nas ilustrações, em particular a ausência, doravante, do homem zodiacal.
6. T.: 1 — A: 1.
7. IB; Ar I, 579; FM, ML, SC.

1622**20**

1. [SABUCO Oliva (1562-ca 1622)]
2. *Nueva filosofia de la naturaleza del hombre, no conocida, ni alcançada de los grandes filosofos antiguos: la qual mejora la vida, y salud humana: con las addiciones de la segunda impression, y (en esta tercera) expurgada.*
Braga : Fructuoso Lourenço de Basto, 1622, in-8º; [6], 347, [7] fl.
3. Lic. outubro 1616, março 1617, outubro 1622 (taxa); taxa 140 reis.
4. Carta do impressor a João Lobo, barão de Alvito; carta do autor ao leitor; dois sonetos de Juan de Sotomayor; carta dedicatória do autor ao rei (Felipe IV de España /III de Portugal).
As três partes médicas do tratado intitulam-se: “Coloquio de auxilios, o remedios de la vera medicina” (fl. 166r-291v); “Dicta brevia circa naturam hominis, medicinæ fundamentum” (fl. 292r-307v); “Vera philosophia de natura mistorum, hominis et mundi, antiquis oculata” (fl. 308r-347v).

Houve duas emissões:

- A: vinheta da página de rosto com devise: “Timor Domini et veritas in homine vincit omnia”, taxa em branco, sem data;

- B: escudo de armas (vinheta da página de rosto), taxa indicada, datada de 5.10.1622.

5. Sobre a autoria desse texto, ver supra, núm. 14.

Trata-se da reedição expurgada do texto publicado pela primeira vez em Madrid em 1587 (e 1588). A censura só aparece no índice português de 1624 (ILPE 1624, p. 916) e não nos índices espanhóis de 1612 e 1632.

Será traduzido em português por Manoel Gomes Alveres no século seguinte (Lisboa: Manoel Fernandes da Costa, 1734; tradução dedicada a um oficial do exército em Salvador da Bahia).

6. T.: 28 — A: 8 + 3 (BMP, FMP, UCL); B1: 7 + 1 (UMU); B2: 8 + 1 (BRL); dig. Googlebook (exempl. UCM, UCF).

7. IB; Ar IV, 28; BMH 734; ML, MP.

1623

21

1. ABREU Aleixo de (1568-1630)

2. *Tratado de las siete enfermedades de la inflamacion universal del Hgado, Zirbo, Pyloron, y Rinones, y de la obstrucion, de la Satiriasi, de la Terciana y febre maligna, y passion Hipocondriaca. Lleva otros tres tratados, del mal de Loanda, del Guzano, y de las Fuentes y Sedales.*

Lisboa : Pedro Craesbeeck, A costa del Autor, 1623, in-4º; [24], 228 fl.

3. Lic. novembro, dezembro 1621, janeiro 1622, maio 1623 (taxa); taxa 350 reis.

4. Carta dedicatória a António de Soto Mayor, confessor de Felipe IV; discurso sobre a vida do autor; prólogo ao leitor; quatro peças poéticas por: Francisco Rodrigues Lobo, Miguel Vasconcellos de Brito, Augustin Manuel de Vasconcellos, Dona Anna de Sancto Augustinho; três peças anónimas (redondillas, epigramma, soneto).

5. O autor era médico do rei e também escreveu um tratado de astrologia . O “mal de Loanda” é o escorbuto (Tratado V, fl. 149v sq.); ver FEYO 1649.

6. T.: 17 — A: 5 + 2 (BME, FMP); B1: 6; B2: 4; dig. (BNP).

7. IB; Ar I, 13-14; FM, ML, OL.

22

1. CASMAK Francisco Guilherme (1569-?)

2. *Relaçam Chyrurgica de hum cazo grave a que succedeo mortificarse hum braço, e cortarse com bom successo.*

Lisboa : por Geraldo da Vinha, 1623, in-4º; [4], 45 fl.

3. Lic. abril, maio 1623; taxa em branco.

4. Carta dedicatória (20 de março 1622) a Tristão da Cunha de Mello e Athaide, comendador de Soure e São Cosme; carta ao leitor.

5. O autor foi cirurgião do rei e “do seu Hospital Real em que se cura a Infantaria Espanhola”; no exemplar da biblioteca da Ajuda (Lisboa), f. 39v, encontra-se uma nota manuscrita alusiva ao cirurgião Simão Morgado.

6. T.: 6 — A: 6.

7. IB; Ar I, 408; ML, SC (que dá uma segunda edição em 1628).

23

1. VALVERDE João (??)

2. *Parecer do doutor Valverde, sobre a sangria do pe, nas febres malignas, e no frenesis que sobreveem. Dirigido a João Furtado de Mendoça, Governador do Algarve.*

Lisboa : por Pedro Craesbeeck, 1623, in-4º; 8 p.

3. Lic. “com todas as licenças necessarias” (sem textos nem datas); taxa não indicada.

4. Carta dedicatória a João Furtado de Mendonça
5. Não se deve confundir o autor com o médico espanhol Juan de Valverde de Amusco (ca 1585-ca 1588).
6. T.: 1 – A: + 1 (FML).
7. FM.

1624

24

1. CABREIRA Gonçalo Rodrigues de (?-?)
2. *Compendio de muytos e varios remedios de Cirugia, e outras cousas curiosas. Recopilados do Tesouro de Pobres, e outros Autores. Por Gonçalo Rodriguez de Cabreira, Cirugião aprovado, natural da Villa d'Alegrete. Nesta quarta impressão enmendado e acrescentado de hum Tratado de perseverar o mal de peste.* Lisboa : por Antonio Alvarez, 1624, in-8º; [4], 110, [2] fl.
3. Lic. outubro, dezembro 1616; taxa (outubro 1624) 3 vintens; com privilégio (janeiro 1617).
4. Prólogo ao “curioso Leytor”.
5. Edição expurgada conforme ILPE de 1624 (p. 1028), exceto duas correções num total de oito (cap. 11 e 28, esta última tendo sido, no exemplar bracarense, feita à mão). A impressão foi feita em 1617, conforme se lê no colofon: “Em Lisboa. Com licença. Por Antonio Alvarez, 1617”. Este prazo de sete anos antes da publicação (que pode não ter impedido a circulação do livro) deve-se provavelmente ao processo de censura desta obra extraída de um tratado já censurado (o *Thesaurus Pauperum*). Mas terá a passagem da imprensa do pai para o filho exercido uma influência (ver introdução, 3.4.D)? O exemplar da BPB está encadernado com três obras: Michael Pinto de Sousa, *Musa Panegyrico*, Braga, 1624; Gaspar Pinto Correa, *Lacrymæ*, Lisboa: P. Craesbeeck, 1631; Gaspar Pinto Correa, *Captivitas*, Lisboa: P. Craesbeeck, 1643.
6. T.: 1 – A: 1.
7. IB; Ar I, 309.

1626

25

1. FONSECA Fernão Solis da (?-?)
2. *Regimento pera conservar a saude e vida. Em dous dialogos. O primerio trata do regimento das seis cousas não naturais. O segundo, de qualidades do Ar; de sitios, e mantimentos do termo da Cidade de Lisboa.* Lisboa : por Geraldo da Vinha, 1626, in-8º; [8], 76 fl.
3. Lic. novembro 1625, janeiro, março 1626; taxa 240 reis.
4. Carta dedicatória ao rei, Felipe IV; carta ao leitor; três sonetos por: o autor, o capitão António de Barros da Costa, um anónimo.
5. O autor foi lente na Universidade de Coimbra nos anos 1584 et 1585. Os capítulos 2 a 6 do diálogo II provêm de Luiz Mendes de Vasconcelos, *Do Sitio de Lisboa*, Lisboa, 1608 (Lopes, 1888-1889).
6. T.: 11 – A: 7 + 1 (BCM); B1: 2; B2: 1; dig. (Googlebook, exempl. UCM).
7. IB; Ar II, 142; FM, ML.

26

1. SEQUEIRA Gaspar Cardoso de (15??-16??)
2. *Thesouro de prudentes. Novamente tirado a luz.* Coimbra : Nicolau Carvalho, Jorge Rodrigues, 1626, in-4º; [4], 187, [5] fl.
3. Lic. setembro, outubro, novembro (pode imprimir antes de taxar) 1625, janeiro 1626; taxa em branco.
4. Texto expurgado conforme a censura de 1624 (ILPE 1624, p. 595).

6. T.: 7 — A: 4; B1: 2; B2 + 1 (BMA: com a data “1630” erradamente corrigida à mão); dig. Googlebook, exempl. UCM).
7. IB; Ar. IV, 141.

27

1. FERNÁNDEZ BEJARANO Francisco Mateo (?-?)
2. *Scientiarum artiumve omnium notitia pene intuitiva equa medicinam veram scientiam ac speculativam simul esse luidentissime deducitur ac demonstratur*.
Lisboa: Pedro Craesbeeck , 1626, in-4º; [2], 20, [1] fl.
3. Taxa não indicada.
4. Carta de “Doctor Ludovicus Gomez de Figueredo” ao Cardinal Infante Fernando (Lisboa, 24 de abril de 1626).
5. IB dá uma edição anterior em espanhol: *La noticia intuitiva de todas las artes y ciencias*, Granada: apud Bartolomé Lorenzana, 1619, in-4º (sem exemplar localizado). Outra referência, intitulada da seguinte forma: *La noticia instructiva de todas las artes y ciencias*, S.l., s.n., 1625 (Antonio Hernández Morejón, *Historia bibliográfica de la medicina española*, Madrid, 1842 , t. 5, p. 37).
6. T.: 3 — B1: 2; B2: 1.
7. IB.

1627

28

1. VALVERDE João (?-?)
2. *Parecer do doutor Valverde, sobre a sangria do pe, nas febres malignas e no frenesis que sobrevem. Dirigido a João Furtado de Mendoça, Governador do Algarve*.
Lisboa : por Geraldo da Vinha, 1627, in-4º; 4 fl.
6. T.: 0.
7. Ar IV, 294.

1630

29

1. CRUZ António da (?-1626)
2. *Recopilação de cirurgia. Agora novamente emmendados todos os erros da terceira impressão, e nesta quarta acrescentada*.
Lisboa : Matheos Pinheiro, mercador de livros, e impresso à sua custa, 1630, in-4º; [3], 147, [5] p.
3. Lic. fevereiro, março, junho 1630; taxa em branco; com privilégio.
4. Carta dedicatória do impressor a Theodósio, duque de Bragança (8 de junho 1630); proémio.
6. T.: 1 — B1: 1 (BPT). Falta uma folha no início do exemplar ([3] em vez de [4]).
7. IB; Ar I, 579.

1631

30

1. VIANA António de (1578-ca 1654)
2. *Espejo de Cirurgia: Primera parte em tres exercitationes de Theorica y practica que tratan de los tiempos del apostema sanguine*.
Lisboa : [s.n.] 1631, in-4º.

5. Natural de Viana do Castelo.

Cf. *Espejo de cirugia en tres exercitacions de Theorica, y Practica, que tratan de los tiempos del apostema sanguineo; como se han de observar, par el uso recto de los remedios. Con antidotario de medicamentos repelentes, resolutivos, madurativos, y ruptorios simples, y compuestos. Dedicado a Don Alonso Lopez Cornejo Doct. en Medicina, Maestro en Artes, y Philosophia, Cathedratico de Prima, etc. Compuesto por el Doctor Antonio de Viana, Medico, Cirujano Mayor que fue de las Galeras de España, por el Rey, y del Insigne Hospital del Cardenal de Sevilla*, Sevilla: por Juan Pérez Berlanga, [1696], in-4º; [11], 234 p.; licença dada ao impressor em 1696 para um livro intitulado *Viana de Phlegmon*, “que otras vezes ha sido impresso” (exempl. na BNP, BNE, UCM). Os dados biográficos no título comprovam as informações de BM.

6. T.: 0.

7. IB; BM, I, 415; Ar IV, 338; BMH 869; ML.

1635

31

1. CABREIRA Gonçalo Rodrigues de (?-?)

2. *Compendio de muitos e varios remedios de cirugia, e outras cousas curiosas. Recopilados do Thesouro de Pobres, e outros Autores. E nesta quarta impressão emmendado, e acrescentado de hum Tratado de perseverar o mal de peste.*

Lisboa : por Antonio Alvarez, 1635, in-8º; [2], 84, [2] fl.

3. Lic. março, abril, maio, junho 1635; taxa meio tostão.

4. Adições textuais:

Tratado do antimonio (fl. 21v-23v)*Advertencia muyto boa do Autor* (fl. 58r-73r)*Tratado, e remedios preservativos, e curativos para todo o tempo de peste que Deos nos livre* (fl. 73r-84v)

5. Difere da quarta impressão (1624) e aproxima-se da terceira (1613): seis passagens (num total de oito) por expurgar no índice expurgatório de 1624 reaparecem (cap. 4, 6 e 11), o cap. 10 (duas correções) sendo expurgado.

6. T.: 5 — A: 2; B2: 3.

7. IB; Ar I, 309; sobre o *Tratado do antimonio*: José Rodríguez Guerrero, “La Primera Gran Red Comercial de un Medicamento chymico. Vittorio Algarotti y su Quintaesencia del Oro Medicinal”, *Azogue*, 6, 2008-2009, p. 60.

1636

32

1. CASTRO Andre António de (?-1642)

2. *De febrium curatione libri tres quibus accessere duo alii libelli de simplicium medicamentorum facultatibus; et alter de qualitatibus elementorum, quæ humani corporis nutritioni sunt apta.*

Villaviçosæ : Apud Emmanuelem Carvalho, 1636, in-fol.; [12], 270, [13] fl.

3. Lic. dezembro 1624, janeiro, março, abril (por João Bravo Chamisso, “Cyrugiam mor”), maio 1625, agosto 1635; taxa não indicada.

4. Carta dedicatória a João VIII, príncipe de Bragança; carta dedicatória “*ad Medicinæ studiosum*”; peças poéticas em castelhano de Diogo e Jacobus de Castro de Cuelhar (irmãos do autor), Joannes Mendezius Franco, Blasius Nunezius Menhans, Andre Cardoso Godinho; *Index rerum*.

5. O autor, que foi protomedico do duque de Bragança Theodósio II, é dado como sendo de nacionalidade espanhola.

6. T.: 19 — A: 9 + 5 (BMP, FML: 3 exempl., FMP); B1: 2; B2: 2 + 1 (BRL); dig. (BNP; Googlebook, exempl. UCM).

7. IB; Ar I, 413; BMH 144; ML, SC.

1637

33

1. GUTIERRE DE ANDRADE Y ANGULO Nicolaus (?-?)
2. *Celebres medicae disquisitiones super satisiamiamenodatam quaestionem v. scilicet dentur propria sigma veneni assumpti.*
Lisboa : apud Bernardum Crsebek [sic], 1637, in-4º; [4], 50 fl.
5. Exemplar não consultado.
6. T.: 2 — B1: 1 B2: 1.
7. IB

1638

34

1. GUTIERRE DE ANDRADE Y ANGULO Nicolaus (?-?)
2. *Celebres medicae disquisitiones super satisiamiamenodatam quaestionem v. scilicet dentur propria sigma veneni assumpti.*
Lisboa : apud Bernardum Cresbek [sic], MCXXXVIII [1638], in-4º; [3], 50 fl.
3. Sem licenças; sem taxa.
4. Carta a Benito Matamoros Vazquez Gallego (também chamado Benito Vazquez Matamoros), médico de Felipe IV.
5. Com a anterior, desconhecem-se outras edições com este nome de editor, provavelmente fictício. Os livros saídos dos prelos dos Craesbeeck nos anos 1637 e 1638 são publicados em nome de Lourenço.
6. T.: 1 — B1: 1 (UCM); dig. (UCM).

35

1. ARRAIS Duarte Madeira (?-1652)
2. *Apologia em que se defendem humas sangrias de pes dadas em huma inflamação de olhos complicada com gonorrhea purulenta de seis dias.*
Lisboa : Antonio Alvares, 1638, in-4º; [8], 104 fl.
3. Lic. janeiro, fevereiro 1638; taxa meio tostão.
5. O autor, que se diz “Medico de sua Magestade”, dedica o tratado a Gregório de Castelo Branco Valente, conde de Villa Nova, “Guarda-mor da pessoa de sua Magestade”.
6. T.: 7 — A: 4 + 3 (BNP: 3 exempl., FMP); dig. (BNP).
7. IB; Ar I, 182; FM, ML.

1642

36

1. ARRAIS Duarte Madeira (?-1652)
2. *Methodo de conhecer e curar o morbo gallico. Primeira parte. Propoemse definitivamente a essencia, species, causas, sinais, prognosticos, e cura do morbo gallico, e de todos seus affectos. E largamente se trata do azougue, salsa parrilha, guaicaõ, pao Santo, raiz da China, e de todos os mais remedios desta enfermidade.*
Lisboa : Na officina de Lourenço de Anveres, 1642, in-4º; [44], 523, [22] p.
3. Lic. junho, julho, agosto 1641, fevereiro 1642; taxa 400 reis.
4. Carta dedicatória a D. João IV, que restaurou a saúde do reino “no primeiro dia de Dezembro de 1640” (fl. 8v); carta ao leitor.
5. O autor é “Metaphysico, e conhecido por grande Medico nesta Corte” (Fr. Francisco de Paiva, “lente jubilado”, licença do 7 de julho de 1641).

6. T.: 13 — A: 6 + 1 (FMP); B2: 6; dig. (BNP).

7. IB; Ar I, 182; ML, SC.

37

1. ARRAIS Duarte Madeira (?-1652)

2. *Methodo de conhecer e curar o morbo gallico. Segunda parte. Disputãose largamente por questões, e argumentos em forma todas as duvidas, que se podem mover sobre a essencia, species, causas, sinais, prognosticos, e cura do morbo gallico, e as que pode haver sobre o azougue, guaiaco, pao santo, salsaparrilha, raiz da China, e mais remedios deste mal.*

Lisboa : Por Antonio Alvarez, 1642, in-4º; [28], 625, [18] p.

3. Lic. agosto (de Fr. Francisco de Paiva, “lente jubilado qualificador”), outubro, novembro 1641, julho 1642; taxa 400 reis.

4. Carta dedicatória ao príncipe Theodosio; carta ao leitor.

6. T.: 14 — A: 8 (BMP e BNP: só esta segunda parte); B2: 6.

7. IB; Ar I, 183.

38

1. BRACAMONTE Domingos Pereira (1606-1658)

2. *Banquete que Apolo hizo a los Embaxadores del Rey de Portugal D. Joao IV. En cuyos platos hallaran los senores combidados, mesclada con la dulce de alguna poeziaa, y politica, la conservacion de la salud humana.*

Lisboa : en la emprenta de Lourenço de Amberes, 1642, in-4º; [4],164 p.

3. Lic. junho-agosto, outubro 1642; taxa 1 tostão.

4. Carta dedicatória “al que le costare su dinero” (página de rosto).

5. Na página de rosto, o autor, natural de Amarante, diz-se licenciado (em Medicina); segundo Barbosa Machado, escreveu poemas de successo.

Assinala-se um outro banquete de saúde: Lobera de Avila, *Vergel de sanidad*, Alcalá de Henares: Joan de Brocar, 1542.

6. T.: 36 — A: 19 + 3 (BCM, FMC, PNM); B1: 3; B2: 11; dig. (Googlebook, exempl. BNE).

7. IB; BM I, 714; Ar I 273-274; ML.

1649

39

1. CRUZ António da (?-1626)

2. *Recopilaçam de cirugia. Agora novamente acrescentada nesta quinta impressão pello Doctor Francisco Soares Feyo, e pello Licenciado Amaro da Fonseca Cirurgião nesta Cidade.*

Lisboa : por Manuel Gomes de Carvalho, Mercador de livros, e a sua custa, 1649, in-4º; [1], 148 fl.

3. Lic. maio, julho 1648; taxa não indicada.

5. O segundo autor é António Gonçalves, e não Amaro da Fonseca, como vem no título (ver *infra*, FONSECA, Sem data).

6. T.: 1 — A: 1 (FMP, 2014: falta).

7. IB; Ar I, 580.

Contém:

1. FEYO Francisco Soares (?-?)

2. *Tratado do scurbuto a que o vulgo chama o mal de Loanda*, fl. 161r-169r;

Tratado de como se hão de abrir as Fontes, fl. 169v-174v;

Tratado da Enfirmidade do Bicho, fl. 175r-183v.

1. GONÇALVES António (?-?)

2. *Tratado da Gonorrhea*, fl. 184r-191v.

5. António Gonçalves é referido por Arrais em 1638 como “cyrurgião de sua Magestade, e do seu hospital Real” (ARRAIS, 1638, fl. 26r).

7. BM I, 290-291.

1650

40

1. ARRAIS Duarte Madeira (?-1652)

2. *Novæ Philosophiæ et medicinæ de qualitatibus occultis a nemine unquam excultæ pars prima. Philosophis, et Medicis per necessaria, Theologis vero apprime utilis. Interseitur etiam inaudita philosophia De arboris vitæ paradisi qualitatibus, De viribus Musicæ, De Tarantula, De qualitatibus Electricis, e Magneticis.*

Ulyssipone : Typis Emmanuelis Gomes de Carvalho, 1650, 2 vol., in-4º; [40], 993, [2] p.

3. Lic. agosto, setembro (pode imprimir antes de taxar), dezembro 1649; taxa não indicada.

4. Dedicado a o príncipe Theodósio, “Brasiliæ Princeps”, herdeiro do trono; peças poéticas (p. xxiii-xxxii) de Ludovicus Peres, Emmanuel de Vaconcelos de Amaral, D. Gregorius de Castello Branco, Andres Rodrigues Franco, D. Alfonsus Menesius, Andreas Soares de Siqueira, Pantaleon de Sá e Meneses, D. Francisco de Sousa, Diogo Lopes Leão, Jeronymo da Sylva e Azevedo, Francisco Luis de Vasconcellos, D. Joam Mascarenhas, Francisco de Macedo; Index rerum.

5. O tomo segundo, com rosto próprio, tem paginação contínua (465 a 993).

O autor, que se tornou médico de câmara (“a cubiculo”) de D. João IV, refuta aqui, entre outras, a teoria atomística de Daniel Sennert.

A parte intitulada *De arboris vitæ paradisi qualitatibus* será reeditada em Roger Bacon, *The Cure of old Age*, London, 1683.

6. T.: 20 — A: 7 + 1 (FMP); B1: 1; B2: 6 + 5 (BNA, BRL, UCL, UER, USE); dig. (BNP).

7. IB; Ar I, 184; ML.

1651

41

1. SEQUEIRA Gaspar Cardoso de (15??-16??)

2. *Thesouro de prudentes, Novamente tirado a luz.*

Coimbra : Thome Carvalho, 1651, in-4º; [12], 187, [10] p.

3. Lic. julho 1640, janeiro 1652; taxa em branco; com privilégio (outubro 1645).

4. Carta de Thome Carvalho a Manuel de Saldanha, Reitor da Universidade de Coimbra e Bispo eleito de Viseu; prologo; 3 sonetos.

5. Texto expurgado (ver SEQUEIRA 1626).

O privilégio real, pedido por Manoel de Carvalho “meu impressor na Universidade de Coimbra”, é datado do 2 de outubro 1645.

Desde a última reedição do *Thesouro*, em 1626, o autor publicou um compêndio de “segredos” intitulado: *Primeira, e segunda parte de Segredos naturaes. Tirados de regras Philosophicas* (Em Lisboa: por Antonio Alvarez Impressor DelRey, 1643, in-8º; reed. 1673), dos quais uma vintena são de medicina (i.e. 15% do total).

6. T.: 4 — A: 2 (BNP, BMP); B1: 1 (UCM); B2: 1 (UCLo).

7. Ar IV, 142.

1655

42

1. CASTELO BRANCO João de (ca 1573-ca 1649)
2. *Breve methodo curativo tocante a Cyurgia, que o uzo, e experiencia certa descubrio por Don Joam de Castelbranco. Ensina como se deve curar com o balsamo, ou oleo de ouro: e de suas grandes virtudes: com outras advertencias no modo de Cyurgia, para com facilidade se curarem os enfermos.*
Lisboa Officina: na Officina Craesbeeckiana, 1655, in-8º; [2], 63 fl.
3. Lic. outubro, novembro 1654; pode ser impresso antes de taxar; taxa não indicada
4. Carta ao “curioso Leitor”.
5. O autor era filho de D. Duarte de Castelbranco, “1.º conde de Sabugal, Meirinho mayor do Reyno”. Encontra-se na biblioteca da Ajuda um “resumo” manuscrito do tratado (ver II, Manuscritos, [CASTELO BRANCO?]).
6. T.: 1 – A: 1 (FMP).
7. Ar I, 411; ML; Guerrero, José Rodriguez, “La Primera Gran Red Comercial de un Medicamento chymico Vittorio Algarotti y su Quintaessencia del Oro Medicinal”, *Azogue*, 6, 2008-2009, pp. 56-59.

[1655?]

43

1. ROMA Francisco Morato (1588-1668)
2. *Observaçam do achaque, que Sua Real Magestade teve em Salvaterra, de que livrou milagrosamente. Em linguagem, para que assi como todos os grandes, e pequenos tiverão o devido sentimento no manifesto perigo, tenham o gosto de ver o milagroso, e felice successo.*
s.l. n.d., in-4º; 27 p.
3. Lic. janeiro, fevereiro 1655; taxa 20 reis.
5. O autor foi médico da câmara do rei.
6. T.: 3 – A: 3 (BME, BNP: 2 exempl.).
7. Ar III, 619; SC.

1656

44

1. GRISLEY Gabriel (?-?)
2. *Desenganos para a medicina, ou botica para todo pay de familias. Consiste na declaração das qualidades, e virtudes de 260 ervas, com o uso dellas, tambem de 60 agoas estiladas, com as regras da arte da estilação.*
Lisboa : Henrique Valente de Oliveira, 1656, in-8º; [10], 182 fl.
3. Lic. outubro, novembro 1655, maio, novembro 1656; taxa 1 tostão.
4. Carta dedicatória (16 de setembro de 1656) ao Senado da Câmara de Lisboa; prólogo ao leitor.
5. A peça dedicatória é assinada “Gabriel Grisley Valenciano” enquanto no título (aqui e nas reedições) se diz “Medico Alemão”.
O autor, que chama Portugal de “Jardim de Europa” (fl. 2v), publicará, como “Chymiater et Botanicus Ulyssipponensis”, um importante tratado de botânica: *Viridarium lusitanum in quo arborum fruticum et herbarum differentia onomasti insertæ, quas Ager Ulyssiponensis ultrà citraque Tagum ad trigesimum usque lapidem profert* (Ulyssipone: ex prælo Antonii Craesbeeck, [1661], in-8º). O *Viridiarium* terá várias reedições e será atualizado em 1789 por Domenico Vandelli.
6. T.: 4 – A: 3 (BAJ, FMP, ULM); B2: 1 (BNI).
7. Ar II, 231; FM, ML, SC.

45

1. CASTELO BRANCO João de (ca 1573-ca 1649)

2. *Breve recopilação das muitas, e singulares virtudes dos pos brancos solutivos da quinta essencia do ouro de Alexandre Quintilio.*

Lisboa : Por Pedro Craesbeeck, 1656, in-8º.

5. É a tradução do tratado de Alexandre Quintilio, *Relacion y memoria de los maravillosos efetos que han hecho y hazen los polvos blancos solutivos de la quinta essencia del oro, que compone y haze el autor* (Madrid: Juan Flamenco, 1609).

Pedro Craesbeeck (ver também n.º 101) morreu em 1632. Em 1656, quem dirige a empresa é António Craesbeeck.

6. T.: 0.

7. Ar I, 411; LO, 65.

1661**46**

1. CRUZ António da (?-1626)

2. *Recopilacãm de cirurgia. Acrecentada nesta sexta impressão pello D. Francisco Soares Feyo, e pello Licenciado Antonio Gonçalves Cirurgião del Rey, e de seu Hospital Real de todos os Santos.*

Lisboa : Henrique Valente de Oliveira, A custa de Mattheus Rodrigues mercador de livros, 1661, in-4º; [4], 359, [9] p.

3. Lic. abril, junho 1660, junho 1661; taxa 300 reis.

4. Carta dedicatória à “Virgem N. Senhora da Vida”; *Index rerum*.

5. Um dos exemplares da BNP sem a licença e a taxa de 1661 e sem o nome de M. Rodrigues.

6. T.: 5 — A: 4 (AC, BMP, BNP: 2 exempl.); B2: 1 (UHA); dig. (BNP).

7. Ar I, 580; FM, ML, SC.

Contém:

1. FEYO Francisco Soares (?-?)

2. *Tratado do scurbuto a que o vulgo chama o mal de Loanda*, p. 297-315;

Tratado de como se hão de abrir as Fontes, p. 316-326;

Tratado da Enfirmidade do Bicho, p. 327-344.

1. GONÇALVES António (?-?)

2. *Tratado da Gonorrhea*, p. 345-359.

1664**47**

PAGGI Carlo Antonio (?-1693)

2. *Enchiridion Medico-Astro-Chymicum. Universum Medicinæ Theoriam complectens, ac praxis post anatomiam restitutam.*

Ulyssipone : Ex Proelo Antonii Craesbeeck a Melo, 1664, in-4º; [16], 426, [14] p.

3. Lic. setembro, outubro, novembro 1663 (no exemplar da FMP só aparece a licença de 22 de outubro de 1663); taxa não indicada.

4. Carta dedicatória ao cardeal príncipe Rinaldi d'Este, irmão do duque Francesco d'Este; prefácio; carta de Henrique do Quental Vieira ; *Index rerum*.

5. Este tratado ficou quase totalmente esquecido pelos historiadores da medicina portuguesa. O autor, que foi embaixador da República de Génova em Lisboa (1656-1666), é antes de tudo conhecido

e estudado como tradutor em italiano de *Os Lusíadas* (Lisboa, 1658); também publicou um tratado de fortificações (Génova, 1673).

Na carta dedicatória, o autor louva, entre outros, o “*De peste*” de Athanásio Kircher (*Scrutinium physico-medicum contagiosæ Luis, quæ Pestis dicitur*, Roma, 1658) e agradece a Henrique de Quental Vieira, membro da Academia dos Singulares, em Lisboa, pela sua ajuda.

6. T.: 14 — A: 8 (BAJ, BNP, BME, BMP, FMP, PNM, 2 exemplares encadernados juntos, PoD); B1: 1 (BNE); B2: 5 (BBR, BCA, BPB, BML, BNF, BRL).

7. SC.

48

1. ROMA Francisco Morato (1588-1668)

2. *Luz da Medicina. Pratica racional, e methodica, Guia de Infermeiros, directorio de principiantes*.

Lisboa : na Officina de Henrique Valente de Oliveira, 1664, in-8º; [20], 428 p.

3. Lic. agosto, setembro, novembro 1661, agosto 1664; taxa 3 tostões; com privilégio.

4. Peça dedicatória à N. S. Rainha dos Anjos; carta ao leitor; peças poéticas ao autor: décimas do Padre D. Leonardo de São Joseph, pregador do rei; peça de João Barradas, médico de Salamanca.

5. O autor era médico da câmara do rei e do S. Officio.

6. T.: 7 — A: 6 (BAJ, BNP: 3 exempl., FML, FMP); B2: 1 (BRL).

7. Ar III, 617-618; ML, MP.

49

1. SEQUEIRA Gaspar Cardoso de (15??-16??)

2. *Thesouro de prudentes, Novamente tirado a luz*.

Coimbra : Viuva de Manoel Carvalho, 1664, in-4º; [8], 187, [10] p.

3. Lic. novembro 1663; taxa não indicada.

4. Ver SEQUEIRA 1612.

6. T.: 3 — A: 3 (BGC, BNP, FLUL); dig. (BGC).

7. Ar IV, 142.

1666

50

1. LOUROSA Manuel Gomes Galhano (?-?)

2. *Polymathia, exemplar doctrina de discursos varios. Cometographia Meteorologica do prodigioso Cometa, que appareceo em Novembro de 1664*.

Lisboa : Antonio Craesbeeck de Mello, 1666, in-4º; [8], 112 p.

3. Lic. maio, outubro 1665; taxa não indicada.

4. Carta dedicatória ao conde de Castelo Melhor; dístico (“*Carmen*”) do autor ao leitor.

Encontra-se, pp. 65-109, um *Discurso medico, appendis de contagios ao tratado do cometa* (que BM III, 278 intitula *Discurso Medico de contagiis*) e que é seguido por uma peça poética do autor, “*In Cometam*”, que compõe em Caparica (p. 109-110).

Diz-se “Medico, e Astrologo”, às vezes, “Philosopho”, e é conhecido pelos seus numerosíssimos *Prognosticos e Lunarios* publicados entre 1643 e 1675.

6. T.: 4 — A: 3 (BNP: 3 exempl.); B2: 1 (HOL).

7. Ar II, 415-416; ML; Carolino, Luís M., *Ciência, Astrologia e Sociedade. A Teoria da Influência Celeste em Portugal (1593-1755)*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

51

1. VALLÉS Francisco (1524-1592)

2. *Methodus medendi Francisci Vallesii Covarrubiani, Philippi, II Hisp. Regis Medici primi. [...] Offert Nobilissimo D. D. Antonio Mouram Toscano Conimbricensis Academiae splendori fulgentissimo, facultatis medicæ jubari splendidissimo Vespertinæ Cathedræ regeti eximio.*

Conimbricæ : Ex typis viduæ Emmanuelis de Carvalho Universitatis Typographi, Acusta de Manoel de Figueiredo Mercador de livros, 1666, in-8º; [8], 215, [1], [32] p.

Viúva

4. Carta dedicatória de Emmanuel Figueiredo a Antonio Mourão Toscano; carta de Petrus Alphonsus ab Arze ao leitor; *Index rerum*.

5. Reedição do tratado originalmente publicado em Veneza em 1589. Houve uma outra reedição no mesmo ano de 1666 (Paris: Gaspar Meturas, in-12º; o exemplar da BU Médecine-Pharmacie da Universidade de Rouen contém uma nota manuscrita de Guy Patin: “Vallesius a beaucoup escry. Son livre de Methodo medendi est un excellent ouvrage.”).

F. Vallés pertence aos autores censurados da 2.^a classe, tendo uma obra de filosofia para expurgar (IELP, 1624, p. 589-590).

6. T.: 6 — A: 6 (BGC: 3 exempl., BPB, BMP, BNP).

7. Ar IV, 294.

1667**52**

1. LEITÃO Manuel (?-?)

2. *Pratica de Barbeiros, em quatro tratados. Em os quaes se trata como se ha de sangrar, e as cousas necessarias para a sangria; e juntamente se trate em que parte do corpo humano se hão de lançar as ventosas, assim secas, como sarjadas; e em que parte compitão sanguixugas, e o modo de as applicarem; com outras muitas curiosidades pertencentes para o tal officio.*

Lisboa: [João da Costa], A custa de Francisco Villela, 1667, in-8º; 72 p.

3. Lic. novembro, dezembro (pode imprimir antes de ser taxado) 1666; taxa não indicada.

4. Prólogo ao leitor.

5. O autor foi “Mestre em Artes e Chirurgia” (página de rosto).

Esta edição é provavelmente a primeira (ver a introdução, 2.3).

BM III, 294 indica a data de 1647 (cf. LEITÃO 1677).

6. T.: 2 — A: 2 (BPB, BNP).

7. Ar II, 364-365; ML.

53

1. TAVARES Emmanuel dos Reis (1621 ou 1625-1686)

2. *Controversias Philosophicas, et Medicas ex doctrina de febribus subtiliter lucubratis, non tantum Medicis, sed et Philosophis perquam utiles.*

Ulyssipone : Ex Typographia Joannis a Costa Senioris, 1667, in-4º; [11], 330 p.

3. Lic. dezembro 1667; taxa 350 reis.

4. Carta do padre Balthazar Telles (5 de novembro de 1667); resposta do autor; epigrama de Ludovicus Pacchiceus Ferreira.

5. O autor faz várias referências a médicos portugueses exilados como Estevão Rodrigues de Castro, Zacuto Lusitano, (“*Zacutus noster*”, etc.), valorizando a sua “elegância”.

6. T.: 6 — A: 2 (BNP, FMP); B1: 2 (UBA, USE); B2: 2 (BNF, BRL).

7. Ar IV, 252-253; ML, MP.

1668

54

1. VEIGA Tomás Rodrigues da (1513-1579)

2. *Practica Medica. Cui accessit ejusdem Auctoris Tractatus de Fontanellis, et Cauteriis. Opus posth[um]um nunc primum in lucem editum.*

Ulyssipone : Ex Typographis Joannis a Costa Senioris, Sumptibus Josephi Ferreira Bibliopolæ Conimbricensis, 1668, in-4º; [8], 351 p.

3. Lic. julho 1668; taxa 256 reis; com privilégio.

4. Carta ao leitor.

5. É a primeira edição da *Practica* de Veiga. Não se sabe porque esperou quase um século para ser editada mas o manuscrito circulava (ver Arrais, 1638, f. 97r). O tratado *de fontanellis* ocupa as páginas 336 a 351.

Exceto um comentário do *de febris* de Galeno (Coimbra: J. de Barreira, 1578 e 1582), as suas obras foram publicadas no estrangeiro (Amberes e Lião).

6. T.: 11 – A: 7 (BGC, BME, BMP, BNP: 2 exempl., FMC, FMP); B2: 4 (AMP, BIUM, BRL, NLI).

7. Ar IV, 326; MC, ML, MP.

55

1. AZEVEDO Manuel de (?-1672)

2. *Correcção de abusos introduzidos contra o verdadeiro methodo da medicina. Em tres Tratados. O primeiro. Do grande proveito, que a todos faz o exercicio: e de quanto proveitosas são as purgas no principio das enfermidades. O segundo. De como convém as sangrias dos pés, primeiro que as dos braços, nas enfermidades, que cometem cabeça, e coração. O terceiro. Do conhecimento, e curação da febre maligna, com os remedios mais particulares e experimentados para melhor se curar; e do modo mais conveniente, e proveitoso para se fazerem as juntas de Medicos: E para se curarem com mais brevidade todas as chagas, e feridas de qualquer qualidade que sação.*

Lisboa : Na Officina de Diogo Soares de Bulhoens, 1668, in-8º; [30] 447, [32] p.

3. Lic. março, julho 1667, fevereiro, março, outubro 1668; taxa 3 tostões.

4. Peça liminar a Nª Sª do Monte do Carmo; carta ao leitor, com dados autobiográficos; prefácio; *Index rerum*.

5. Religioso da Ordem de Nª Sª do Carmo, Frei Manoel de Azevedo foi nomeado em 1638 “Prothomedico de la Armada del mar Oceano”, lugar ocupado anteriormente por Juan Graces.

O tratado contém uma ilustração anatómica: um corpo masculino delineando a veia cava e o fígado (p. 192).

Na sua censura (fevereiro 1667), Frei António da Silva, Mestre dos Novícios, escreve sobre o tratado: “[nada contra a fé] antes me parece que será de grande fructo, e proveito para os Medicos, e Cyrurgiões”.

6. T.: 7 – A: 5 (BPB, BNP: 2 exempl., FMC, FMP); B2: 2 (PBC, WL); dig. (BNP).

7. Ar I, 209; FM, ML, SC.

1669

56

1. VIEIRA Henrique do Quental (?-1664)

2. *Guia dos sangradores.*

Lisboa : Joam da Costa, 1669, in-8º; 79 p.

5. O autor, médico, natural de Santarém, foi alvo dum processo na Inquisição de Lisboa por judaismo (o seu nome é ortografiado Quintal), tendo sido encarcerado em 13 de março de 1640 e levado a auto-da-fé em 25 de junho de 1645. Foi membro da Academia dos Singulares; ver PAGGI, 1664.

6. T.: 0.
7. BM II, 455; Ar IV, 379; ML.

57

1. CRUZ António da (?-1626)
2. *Recopilaçam de cirurgia. Acrecentada nesta setima impressão pello D. Francisco Soares Feyo, e pello Licenciado Antonio Gonçalves Cirurgião del Rey, e de seu Hospital Real de todos os Santos.*
Lisboa : Por Antonio Craesbeeck de Mello, 1669, in-4º; [4], 359, [9] p.
3. Lic. março, novembro 1669; taxa não indicada.
4. Peça dedicatória à “Virgem N. S. da Vida”; *Index rerum*.
5. Com ilustrações (instrumentos).
6. T.: 3 – A: 3 (AC, BMP, FMC).
7. Ar I, 580; SC (dá a data de 1668).

1. FEYO Francisco Soares (?-?)
2. Ver FEYO 1661.

1. GONÇALVES António (?-?)
2. Ver GONÇALVES 1661.

58

1. GRISLEY Gabriel (?-?)
2. *Desenganos para a medicina, ou botica para todo pay de familias. Consiste na declaração das qualidades, e virtudes de 260 ervas, com o uso dellas, tambem de 60 agoas estiladas, com as regras da arte da estilação.*
Coimbra : Thome Carvalho, a custa de Sebastião Rodrigues, Mercador de livros em Coimbra, 1669, in-8º; [8], 182 fl.
3. Lic. outubro 1668, abril 1669; taxa 6 vintens.
4. Carta dedicatória a André de Oliveira Lobo, professor na Universidade e vereador na Câmara de Coimbra (janeiro 1669); prólogo (*id.* 1656).
5. É a segunda edição (fl. 4r).
6. T.: 5 – A: 4 (BAJ, BGC, BNP: 2 exempl.); B2: 1 (BRL).
7. Ar II, 231.

1670**59**

1. TEIXEIRA António (ca 1602-1687)
2. *Epitome das noticias astrologicas para a medicina.*
Lisboa : Na Officina de Joam da Costa, 1670, in-4º; [7], 407, [1], [16] p.
3. Lic. fevereiro 1664 (são duas, impressas a seguir à de 1669), dezembro 1669; taxa 3 tostões.
4. Carta dedicatória ao príncipe D. Pedro; *Index rerum*.
5. O autor foi “Mestre [de teologia] e Padre da Provincia da Ordem da Santissima Trindade, e Redempçam de Captivos” (título na página de rosto).
Nota manuscrita na página de rosto do exemplar da FMP: “Não era medico, como diz a pag. 17”, o que pode ser uma resposta a ML (II, 53): “Ignoramos se o autor era médico”).
No prólogo, lê-se a máxima pseudo-hipocrática extraída de Francesco Juntini: “*Si quispiam Medicus fuerit, qui ignoret Astronomiam, non est perfectus Medicus*” (o médico que ignora a astronomia não é médico perfeito).
6. T.: 9 – A: 8 (AC, BAJ, BGC, BPB, BMP, BNP, FCL, FMP); B2: 1 (PBC).
7. Ar IV, 258-259; ML.

60

1. FERREIRA António (1616-1679)

2. *Luz verdadeyra e recopilado exame de toda a cirurgia.*

Lisboa : Domingos Carneyro, 1670, in-fol.; [12], 440, [20] p.

3. Lic. janeiro, março, novembro 1670; taxa 2 cruzados; com privilégio.

4. Carta dedicatória ao príncipe D. Pedro; “prólogo ao leytor”

5. Na página de rosto, o autor diz-se cirurgião da câmara de D. Pedro, familiar do S. Officio.

A licença de janeiro é da autoria de “P. M. Fr. Manoel Leitam, Calificador do Santo Officio”, do convento de Benfica. A licença de março indica que o livro é digno de publicação “pela utilidade que della resultará, principalmente aos principiantes”.

Exemplar com várias páginas cortadas; no fim, foram inseridos registos de batismo dos anos 1686, 1692.

6. T.: 1 — A: 1 (BGC).

7. Ar II, 117; ML.

61

1. VIEIRA Henrique do Quental (?-1664)

Guia dos sangradores.

Lisboa : João da Costa, 1670, in-8º.

6. T.: 0.

7. BM II, 455; in-4º; Ar IV, 379; ML.

1671**62**

1. TAVARES Emmanuel dos Reis (1621 ou 1625-1686)

2. *De duobus magnis Artis Medicæ auxiliis Tractatus duplex: In quo difficiliores quæstiones circa sanguinis missionem, et purgationem non tantum utiles, sed necessariæ Medicinam exercentibus exacte pertractantur.*

Lisboa : ex Officina Antonii Craesbeeck, 1671, in-4º; [16], 507 p.

Lic. novembro, dezembro 1667; sem taxa indicada.

4. Carta de Tristianus Nunez Iffante ao autor, “*Patrono suo colendissimo*”; retrato do autor aos quarenta e seis anos, escrevendo na sua mesa (antes da página 1); *Index rerum*.

6. T.: 3 — A: 2 (BNP, FMP); B2: 1 (exemplar vendido pelos leiloeiros Néret-Minet Tessier et Sarrou, Paris, 10/07/2000).

7. BM III, 351; Ar IV, 253; ML.

63

1. CABREIRA Gonçalo Rodrigues de (?-?)

2. *Compendio de muitos e varios remedios de Cirugia, e outras cousas curiosas. Recopilados do Thesouro de Pobres, e outros Authores. E nesta quinta impressam emmendado, e acrescentado hum Tratado de preservar do mal de peste.*

Lisboa : na Officina de Francisco Villela, 1671, in-8º; [8], 219, [5] p.

3. Lic. junho, outubro 1671; taxa 6 vintens.

5. Reimpressão do texto de 1635. Última reedição seiscentista; ver ROMA, 1700. Haverá uma reimpressão no século 18 (Lisboa : Francisco Villela, [1731 ?]).

6. T.: 8 — A: 8 (AC, BMP, BNP: 3 exempl., FML: 2 exempl., PoD); dig. (BNP).

7. Ar I, 309-310.

1672

64

1. ROMA Francisco Morato (1588-1668)
2. *Luz da Medicina, pratica racional, e methodica, Guia de Infermeiros, directorio de principiantes.* Lisboa : Antonio Crasbeeck de Mello, 1672, in-4º; [20], 428 p.
3. Lic. julho 1671, junho 1672; taxa 3 tostões; com privilégio (junho 1670).
4. Reedição de 1664 sem as peças poéticas.
6. T.: 8 — A: 6 (BMP, BNP: 3 exempl., FML, FMP); B2: 2 (PBC, SMC).
7. Ar III, 617-618; ML, MP; VD, 253 (reproduz o privilégio de 1670).

1673

65

1. SEQUEIRA Gaspar Cardoso de (15??-16??)
2. *Thesouro de prudentes, Novamente tirado a luz.* Évora: na impressão da Universidade, 1673, in-4º; [8], 316, [8] p.
3. Lic. abril 1673 (dia 22: pode imprimir antes de taxar), maio 1675 (taxa); taxa 2 tostões.
4. Prólogo ao leitor; 3 sonetos.
- Ilustração do homem zodiacal com algumas diferenças (p. 125).
6. T.: 1 — A: 1 (BAJ) (+1?, ver SEQUEIRA 1675, exempl. da BPB).
7. Ar IV, 143

1674

66

1. ARRAIS Duarte Madeira (?-1652)
2. *Methodo de conhecer e curar o morbo gallico. Primeira parte. Propoemse difinitivamente a essencia species , causas, sinais, prognosticos, e cura do morbo gallico, e de todos seus affectos. E largamente se trata do azougue, salsa parrilha, guaicaõ, pao Santo, raiz da China, e de todos os mais remedios desta enfermidade.* Lisboa : Por Antonio Rodrigues d'Abreu [ver nº 5], 1674, in-4º; [24], 384, [22] p.
3. Lic. dezembro 1672, fevereiro 1673, abril 1674; taxa 250 reis.
4. Carta ao leitor; lista dos autores citados, entre os quais se encontram vários que eram expurgados conforme os Índices inquisitoriais dos século XVI-XVII: Amato Lusitano, Andrés Laguna, Arnaldo de Villanova, Conrad Gesner, Daniel Sennert, Felix Platter, Jerónimo Cardano, Rupescissa, Joannes Langius, Joannes Ruelius, Júlio César Scaliger, Leonardo Fioravanti, Leonard Fuchs, Levinus Lemnius, Petrus Forestus, Pietro de Abano, Josephus Quercetanus, Joannes Schenkus, André Thévet.
5. Houve três emissões: A-Por Antonio Rodrigues d'Abreu; B-Por Antonio Rodrigues d'Abreu, A custa de Miguel Manescal Mercador de Livros; C-Por Antonio Rodrigues d'Abreu, A custa de Francisco de Sousa.
5. No exemplar da FMP falta a página das licenças e da taxa.
6. T.: 3 — A: 3 (BNP: emissão B, FML: em. C, FMP: em. A).
7. Ar I, 182 (emissão B).

1675

67

1. BUSTOS DE OLMEDILLA Gonzalo (?-dep. 1669)
2. *El monstruo horrible de Grecia, mortal inimigo [sic] del hombre.*

Lisboa : en la officina de Juan de la Costa, 1675, in-8º; [44], 164 p.

3. Lic. janeiro 1669 (parecer de 19 páginas); pode ser impresso antes de taxar; taxa não indicada.

4. Três peças poéticas de Andres Ferrer de Valdebro (qualificador do Santo Ofício); uma de Henrique Gonçalo Bustos (filho do autor).

5. O autor, natural de Vila de Gascueña (Cuenca), é médico de la Real Cartuja del Paular.

Reedição do tratado originalmente publicado em Valencia (Junto al molino de la Robella, 1669).

6. T.: 4 – A: 1 (AC); B1: 3 (BNE, CSIC, UVA); dig. (BNE).

7. Ar I, 203; BMH nº 103.

68

1. SEQUEIRA Gaspar Cardoso de (15??-16??)

2. *Thesouro de prudentes, Novamente tirado a luz.*

Évora: na impressão da Universidade, 1675, in-4º; [8], 316, [8] p.

3. Lic. abril 1673, maio 1675; taxa 2 tostões (ver SEQUEIRA 1673).

4. Impressão idêntica à de 1673 mas com a data de 1675.

6. T.: 5 – A: 5 (BPB, exemplar com data pouco clara, talvez 1673, BNP: 4 exemplares).

7. Ar IV, 143.

69

1. SEQUEIRA Gaspar Cardoso de (15??-16??)

2. *Thesouro de prudentes, Novamente acrescentado, e ampliado com estampas emendadas, nesta quinta impressão. Correcto, e emmendado conforme seu Texto, e accrescentado de hum Tratado pera se saber de cor as horas da Maré, em toda a parte que se achar, com varias curiosidades, que se declarão no Prologo. Pello Sargento Mayor Gonçalo Gomes Caldeira, Ingenheiro que foi desta Corte . Dedicado a gloriosa V. M. e Doctora S. Catherina. Pella sua Irmandade, e a sua custa.*

Lisboa : Joam da Costa, 1675, in-4º; 363 p.

3. Lic. outubro, novembro (pode imprimir antes de taxar) 1674, fevereiro 1675; taxa 250 reis.

4. Peça dedicatória à “V. M. et Doctora S. Catharina” (Lisboa, 15 de dezembro de 1674); prólogo ao leitor, sem peças poéticas.

Edição a cargo da Irmandade de S. Catharina.

5. O homem zodiacal (p. 138) apresenta algumas diferenças com o anterior.

O apêndice sobre a previsão das marés encontra-se p. 341-342.

6. T.: 4 – A: 2 (BNP, FLC); B2: 2 (BRL, UHM).

7. Ar IV, 143.

1676

70

1. GRISLEY Gabriel (??)

2. *Desenganos para a medicina, ou botica pera todo pay de familias. Consiste na declaração, das qualidades, e virtudes de 260 ervas, com o uzo dellas. Tambem de 60 agoas estiladas, com as regras da arte da estilação.*

Coimbra : Na Officina de Joseph Ferreyra, 1676, in-8º; [8], 182 fl.

3. Lic. fevereiro, março, junho 1676; taxa 6 vintens.

4. Peça dedicatória a Manuel Freyre, professor de anatomia na Universidade de Coimbra; carta de Joseph Ferreyra a Manuel Freyre (junho 1676); prólogo ao leitor.

6. T.: 5 – A: 4 (BAJ, BME, FMP, PNM); B2: 1 (UOX).

7. Ar II, 232.

1677

71

1. LEITÃO Manuel (?-?)

2. *Pratica de Barbeiros, em quatro Tratados, em os quaes se trata como se hade sangrar, e as cousas necessarias para a sangria, e juntamente em que parte do corpo humano se hão de lançar as ventosas assim secas como sarjadas; e em que parte compitão sanguixugas, e o modo de as aplicar como outras muitas curiosidades pertencentes a tal officio.*

Lisboa : Por Francisco Villela, 1677, in-8º.

5. BM III, 294 indica a data de 1647 (cf. LEITÃO 1691).

6. T.: 0.

7. Ar II, 364.

1680

72

1. AZEVEDO Manuel de (?-1672)

2. *Correcção de abusos introduzidos contra o verdadeiro methodo da medicina, e Farol medicinal para Medicos, Cyrurgioens e Boticarios. II. parte em tres tratados. O Primeiro, Da fascinaçam, olho ou quebranto, e que he enfermidade mortal, não só para os mininos, mas tambem para os de maior idade, com todos os sinaes para se conhecer, e os mais experimentados, e selectos remedios para se curar. O Segundo, Da mais breve e experimentada curação das Bexigas, e Sarampaõ. O Terceiro, De quanto proveito sejjam os purgativos de ouro preparado, cujas excellencias, e qualidades se veraõ, com as grandes experiencias, que por muitos, e diversos Medicos se fizeram com os ditos pòs.*

Lisboa : Na Officina de Joam da Costa, A custa de Martim Vaz Tagarro, Mercador de Livros, 1680, in-4º; [8], 278 p.

3. Lic. maio, setembro, outubro, novembro 1668 (i.e. 1.ª edição), agosto 1680; taxa 2 tostões.

4. Carta ao leitor; *Index rerum*.

5. Esta 2.ª parte será reeditada em 1705 (Lisboa: na Officina de Manoel e Joseph Lopes Ferreyra).

6. T.: 3 – A: 3 (AC, FMC, FMP).

7. Ar I, 210.

73

1. SEMEDO João Curvo (1635-1719)

2. *Tratado da peste.*

Lisboa : Na Officina de João Galvão, 1680, in-4º; [8], 54 p.

3. Lic. agosto, setembro 1680; taxa 50 reis.

4. Carta dedicatória a Manuel Telles da Silva, conde de Villar Mayor; prologo ao leitor.

5. Primeira publicação do autor, que era médico familiar do S. Ofício, cavaleiro da Ordem de Christo (rosto); possuía uma importante livraria pessoal (obras médicas); neste tratado, faz 115 referências extraídas de 59 autores. Um censor insiste sobre a sua “bem conhecida curiosidade”, um outro, João Bernardes de Moraes, destaca o seu trabalho de compilação.

6. T.: 11 – A: 10 (BAJ: 3 exempl., BCM, BMP, BNP: 3 exempl., FMP, PoD); B2: 1 (WL).

7. Ar IV, 130; ML, SC.

1683

74

1. MORÃO Simão Pinheiro (1620-1686?)

2. *Trattado unico das bexigas, e sarampo, offerecido a D. João de Sousa, composto por Romão Mõsia Reinhipo.*

Lisboa : na Officina de João Galvão, 1683, in-4º; [7], 70 p.

3. Lic. novembro 1682, janeiro, março 1683; taxa 50 reis.

4. Carta dedicatória a João de Sousa, “Alcayde Mor da cidade de Prahíba, Mestre de campo em Pernambuco”; carta ao “leytor benevolo”; *Index rerum*.

5. O autor, natural de Covilhã, foi alvo de dois processos na Inquisição de Lisboa por judaísmo, o primeiro entre 1656 e 1659 e o segundo entre 1667 e 1675. Morreu em Pernambuco (Brasil). O seu nome aparece ortografiado Mourão. Mas, como diz Barbosa Machado, o pseudónimo de 1683 é o “anagrama puro do seu nome”.

Na sua censura de janeiro 1683, António Ferreira (ver n.º 72) estima que a obra é “de muita utilidade, principalmente para os moradores do Brasil”.

O tratado será reproduzido na *Gazeta Médica* (Lisboa, nº 15-23, 1859).

6. T.: 4 – A: 3 (BME, FMP, PoD); B2: 1 (WL).

7. BM, III, 720; Ar III, 201; ML.

75

1. FERREIRA António (1616-1679)

2. *Luz verdadeyra e recopilado exame de toda a cirurgia.*

Lisboa : Miguel Deslandes, 1683, in-fol.; [12], 440, [22] p.

3. Lic. janeiro, março, novembro 1670 (i.e. 1.ª edição); janeiro 1678, novembro, dezembro 1682, julho 1683; taxa 800 reis.

4. *Id.* 1670, acrescentada por uma *Adiçam breve e tratado novo, em que se faz mençam do modo, com que se deve aver o Cirurgiam em as Juntas, para que for chamado, e Consultas, que ouver de fazer, compostas pelo mesmo Autor* (p. 393-440); *Index rerum*.

5. Numerosas referências às obras do cirurgião francês Ambroise Paré (1510-1590).

O exemplar da FMP foi comprado em 1847 por Miguel Correia de Mesquita, filho Joaquim Vitorino Correia de Mesquita, “Boticario da Sta Casa desta cidade [Porto?]”.

6. T.: 4 – A: 3 (FMP, BNP, FML); B1: 1 (UVA).

7. Ar II, 118; FM, ML.

76

1. ARRAIS Duarte Madeira (?-1652)

2. *Methodo de conhecer e curar o morbo gallico. Primeira e segunda parte. Adiçam breve e tratado novo, em que se faz mençam do modo, com que se deve aver o Cirurgiam em as Juntas, para que for chamado, e Consutlas, que ouver de fazer, compostas pelo mesmo Autor.*

Lisboa : Antonio Craesbeeck de Mello, A custa de Antonio Leite Pereira Mercador de livros, 1683, in-fol.; [12], 236, [10]; [8], 220, [8] p.

3. Lic. novembro 1681, janeiro 1683; taxa em branco.

4. Na página de rosto, o autor diz-se Físico-Mor do pulso do Rei D. João IV; prólogo; lista dos autores citados (ver ARRAIS 1674).

5. Esta obra será reeditada no século XVIII (Lisboa, na Officina de Antonio Pedroso Galram, 1715).

“L’un des ouvrages qui ont le plus servi à l’étude scientifique de la syphiligraphie” (CRR).

6. T.: 10 – A: 9 (BAJ, BGC, BPB, BNP: 2 exempl., FMC, FML, FMP, PNM; B2: 1 (WL).

7. Ar I, 183-184.

1686

77

1. ROMA Francisco Morato (1588-1668)
2. *Luz da Medicina, pratica racional, e methodica, Guia de Infermeiros, directorio de principiantes.* Coimbra : Na Officina de Manoel d'Almeyda, 1686, in-4º; [16], 428 p.
3. Lic. agosto, setembro, novembro 1661, agosto 1664 (i.e. 1.ª edição); junho, setembro 1686; sem taxa indicada.
4. *Id.* 1664, sem as peças poéticas; *Index rerum.*
6. T.: 4 – A: 4 (BAJ, BNP, FML, FMP).
7. Ar III, 618; ML, MP.

78

1. ROMA Francisco Morato (1588-1668)
2. *Luz da Medicina, pratica racional, e methodica, Guia de Infermeiros, directorio de principiantes.* Lisboa : na officina de Domingos Carneyro, 1686, in-4º; [24], 428 p.
3. Lic. agosto, setembro, novembro 1661, agosto 1664 (i.e. 1.ª edição); janeiro, setembro 1686; taxa 400 reis.
4. *Id.* 1664, com as peças poéticas; *Index rerum.*
5. Outra edição no mesmo ano, desconhecida das bibliografias.
6. T.: 7 – A: 5 (BAJ, BMP, BNP, FMP, PNM); B1: 1 (UCM); B2: 1 (BRL).

79

1. SEQUEIRA Gaspar Cardoso de (15??-16??)
2. *Thesouro de prudentes. Sexta impressam. Offerecido a Gloriosa Virgem, Martyr e Doutor a S. Catharina pela sua Irmandade, e à sua custa.* Lisboa : na officina de João Galvão, 1686, in-4º; [4], 363 [i.e. 355], [1] p.
3. Lic. janeiro, fevereiro 1684; taxa não indicada.
4. Reimpressão da edição lisboeta de 1675.
6. T.: 2 – A: 1 (BNP); B1: 1 (UBC).
7. Ar IV, 143-144.

1688

80

1. CRUZ António da (?-1626)
2. *Recopilaçam de cirugia. Acrecentada nesta oitava Impressão pello D. Francisco Soares Feyo, e pello Licenciado Antonio Gonçalves Cirurgião d'ElRey, e do seu Hospital Real de todos os Santos.* Lisboa : Miguel Deslandes, 1688, in-4º; [4], 359, [9] p.
3. Lic. novembro 1684, maio, dezembro 1685; taxa 300 reis.
4. *Id.* 1669.
5. Com ilustrações (instrumentos).
6. T.: 9 – A: 8 (BME, BMP (2014: falta), BNP: 3 exempl., FMC, FML, FMP; B1: 1 (CSIC).
7. Ar I, 581; FM, ML, SC.

1. FEYO Francisco Soares (?-?)
- Id.* 1669.

1. GONÇALVES António (?-?)
- Id.* 1669.

1689

81

1. BAIRO Pietro (1468-1558)

2. *De medendis humani corporis malis Enchiridon vulgo Venimecum dictum. Addito ejusdem authoris tractatu de Peste.*

Conimbricæ : Apud Josephum Ferreyra, A custa de Manoel Carvalho mercador de Livros, 1689, in-8º; [32], 773, [19] p.

3. Lic. março, abril, maio (pode ser impresso antes de taxar) 1688, fevereiro 1689; taxa 400 reis.

4. Carta de Mathias de Carvalho a António Mendes, médico da Câmara real, lente de primário na Universidade de Coimbra; *Index rerum*.

5. Contém: *Enchiridon*, p. 1-600; *Praxis Medicæ Corollaria Quædam*, p. 601-607; *De Peste*, p. 608-773.

Reedição do *De medendis humani corporis malis enchiridion quod vulgo Veni mecum vocant* (Basileæ: Apud Petrum Pernam, 1560), aumentado em 1563 do *De peste* no mesmo editor. Teve numerosas reedições no século XVI e uma em 1612 (Francofurti: Fischer).

“Custou 600 [reis?] Francisco Lopes de Carvalho” (nota manuscrita, século XVII?, na página de título de um exemplar da BGC, cota R 4-26).

6. T.: 10 – A: 8 (BAJ, BGC: 2 exempl., BNP: 3 exempl., FMC, FMP); B1: 1 (UCM); B2: 1 (WL).

7. Ar I, 249; FM.

1690

82

1. AZEVEDO Manuel de (?-1672)

2. *Correcção de abusos introduzidos contra o verdadeiro methodo da medicina. Em tres Tratados. O primeiro, do grande proveito, que a todos faz o exercicio: e de quanto proveitosas são as purgas no principio das enfermidades. O segundo, de como convém as sangrias dos pés, primeiro que as dos braços, nas enfermidades, que commettem cabeça, e coração. O terceiro, do conhecimento, e curação da febre maligna, com os remedios mais particulares e experimentados para melhor se curar; e do modo mais conveniente, e proveitoso para se fazerem as juntas de Medicos: E para se curarem com mais brevidade todas as chagas, e feridas de qualquer qualidade que sejam. [...] E novamente accrescentado, com as instrucções de tomar a agoa de Inglaterra; e huma carta do contagio, que houve na Praça de Mazagão no Anno de 1678.*

Lisboa : Na Officina de Manoel Lopes Ferreira, 1690, in-4º; [20], 324 p.

3. Lic. (*Correcção*): fevereiro, março 1667 (i.e. 1.ª edição); julho, agosto (pode imprimir antes de taxar), novembro 1690; taxa 3 tostões.

Lic. (*Carta do contagio*): outubro 1690.

4. Peça dedicatória N. S. do Monte do Carmo; carta ao leitor; título de protomédico do autor; declaração do autor; *Index rerum*.

6. T.: 6 – A: 6 (AC, BMP, BNP, FMC, FMP, PNM); dig. (BNP).

7. Ar I, 210-211.

83

1. GRISLEY Gabriel (?-?)

2. *Desengano para a medicina, ou botica para todo pay de familias. Consiste na declaração das qualidades, e virtudes de duzentos e sessenta ervas, com o uso dellas. Tambem de sessenta agoas estilladas, com as regras da arte da Estillação.*

Lisboa : Na Officina de Manoel Lopes Ferreyra, 1690, in-8º; [15], 372 p.

3. Lic. dezembro 1689, fevereiro, junho 1690; taxa 2 tostões.

4. Peça dedicatória à Virgem N. S. da Doutrina sita na casa professa de S. Roque (Lisboa); carta dedicatória de Manoel Luis da Cunha; prólogo ao leitor; *Index rerum*.

5. Custou 200 reis em setembro de 1746 (nota manuscrita na página de guarda do exemplar da BNP).
6. T.: 7 – A: 4 (BME, BNP, FMC, FML); B1: 1 (CSIC); B2: 2 (BRL, WL).
7. Ar II, 232.

1691

84

1. ANDRADE José Homem (1658-1716)
2. *Apologia pharmaceutica pela verdadeira trituração da Jallappa, e dos aromaticos Discussientes, que entram na composição da Benedicta: e pela operação do Unguento Apostolorum de Avicena em Ordem a se lhe nam acrescentar mais verdete, do que o que seu Author pede na dita composição.*
[Lisboa : por Bernardo da Costa d'Carvalho], 1691, in-4º; 31 p.
3. Lic. agosto 1691; taxa não indicada.
6. T.: 1 – A: 1 (BNP).
7. Ar I, 128-129.

85

1. LEITÃO Manuel (?-?)
2. *Pratica de Barbeiros, em quatro Tratados. Em os quaes se trata de como se ha de sangrar, e as cousas necessarias para a sangria: e juntamente se trata em que parte do corpo humano se hão de lançar as ventosas assim secas como sarjadas; e em que parte compitaõ sanguixugas, e o modo de as aplicarem; com outras muitas curiosidades pertencentes para o tal officio.*
Lisboa : A custa de Bernardo da Costa d'Carvalho, 1691, in-8º; 72 p.
3. Lic. março, abril, maio 1691; taxa 40 reis.
4. Prólogo ao leitor.
5. BM III, 294 indica a data de 1651 (cf. LEITÃO 1677).
Ver também LEITÃO 1604, nº 5.
6. T.: 2 – A: 2 (BAJ, BNP).
7. Ar II, 365.

1692

86

1. ANDRADE José Homem (?-?)
2. *Segunda Parte Apologetica pela trituração da Jallapa, e todos os mais medicamentos segundo a ordem dos Canones Universaes de Messue, e sua verdadeira exposição.*
Lisboa : por Bernardo da Costa de Carvalho, 1692, in-4º.
5. R. Bluteau refere-se a esta segunda parte (*Vocabulario Portuguez e Latino*, Coimbra, 1712, vol. 1, “Alcohol”, p. 225).
6. T.: 0.
7. Ar I, 129.

1693

87

1. ANÓNIMO
2. *Regimento do provimento da saude para o porto de Belem.*
[Lisboa], Na officina de Miguel Manescal, 1720, in-fol.; 14 fl.

4. A publicação de 1720 contém: *Regimento que se hade observar* do 20 de dezembro de 1693; *Alvará confirmando o Regimento* do 7 de fevereiro de 1695.

6. T.: 1 — A: 1 (BNP).

7. Ar III, 477-478.

88

1. FERREIRA António (1616-1679)

2. *Luz verdadeyra e recopilado exame de toda a cirurgia [...] Impresso terceira vez a custa do doutor Ignacio Lopes de Moura.*

Lisboa : Na Officina de João Galvão, 1693, in-fol.; [12], 440, [22] p.

3. Lic. janeiro, março, agosto 1670 (i.e. 1ª edição); agosto 1692, maio 1693; taxa 12 tostões.

4. Carta ao príncipe D. Pedro; prólogo ao leitor; *Index rerum*.

6. T.: 5 — A: 5 (AC, BAJ, BNP: 2 exempl., FMP).

7. Ar II, 118; FM, ML.

89

1. LEITÃO Manuel (?-?)

2. *Pratica de Barbeiros, Em quatro Tratados, em os quaes se trata de como se ha de sangrar, e as cousas necessarias, para a sangria; e juntamente se trata em que parte do corpo humano se haõ de lançar as ventosas, assim, secas, como sarjadas; e em que parte compitaõ sanguixugas, e o modo de as aplicarem: com outras muytas curiosidades pertencentes para o tal officio.*

Coimbra : Na Officina de Manoel Rodrigues de Almeida, 1693, in-8º; 72 p.

6. T.: 0.

7. Ar II, 365.

90

1. LEITÃO Manuel (?-?)

2. *Pratica de Barbeiros, em quatro Tratados. Em os quaes se trata de como se ha de sangrar, e as cousas necessarias para a sangria; e juntamente se trata em que parte do corpo humano se haõ de lançar as ventosas assi secas como sarjadas; e em que parte compitaõ sanguixugas, e o modo de as aplicarem; com outras muitas curiosidades pertencentes para o tal officio.*

Lisboa : Domingos Carneiro, 1693, in-8º.

6. T.: 0.

NB: AC: uma ficha do antigo catálogo do convento da N.S. de Jesus dava conta de um exemplar, agora desaparecido, com a cota E 741/74.

7. BM II, 294; Ar II, 365.

1694

91

1. ROSA João Ferreira d (?-?)

2. *Trattado unico da Constituiçam pestilencial de Pernambuco.*

Lisboa : Na officina de Miguel Manescal, 1694, in-4º; [36], 224 p.

3. Lic. agosto, setembro 1693; pode imprimir antes de taxar; taxa não indicada.

4. Carta dedicatória ao rei, D. Pedro II (3 de setembro 1692); carta ao leitor; peça começando por “Da-se notícias...”; carta do Dr João Bernardes Moraes ao autor (20 de março 1693), alusiva ao trabalho do holandês Guilherme Piso sobre o mesmo assunto; carta do marquês de Montebelo, governador de Pernambuco (Olinda, 19 de abril de 1691); resposta do autor (Recife, 27 de abril de 1691); juramento de António Berbon, que se atribuiu a descoberta da cura; *Index rerum*.

5. Licenciado pela Universidade de Coimbra, o autor, que era “assistente no Recife de Pernambuco”, explica, na carta ao leitor, que o tratado lhe foi encomendado pelo governador de Pernambuco em 1691.

Segundo o C. A., nº 70, trata-se do “primeiro tratado publicado sobre a febre amarela”.

6. T.: 10 — A: 8 (BAJ, BPB, BMP, BNP: 3 exempl., FML, FMP; B1: 1 (UCM); B2: 1 (BRL).

7. BM III, 658; Ar III, 620; FM, ML.

1696

92

1. SILVA António Pires da (1662-?)

2. *Chronographia medicinal das Caldas de Alafoens*.

Lisboa : Na officina de Miguel Deslandes, 1696, in-4º; [16], 270 p.

3. Lic. junho, setembro, outubro, novembro 1695, julho 1696; taxa 240 reis.

4. Carta dedicatória a Duarte de Almeida e Sousa (Aveiro, fevereiro 1695); carta ao leitor.

Chronographia, p. 1-235; *Exame Chirurgico recopilado por Antonio Pires da Silva. Vai anexo à Chronographia das Caldas de Alafoens, e sob a mesma tutela, por a limitação da obra não dar para particular volume*, p. 237-270.

5. Na página de rosto, o autor diz-se “medico do partido de Sua Magestade”; na data do tratado, diz-se “agora residente na cidade de Aveiro”.

Na carta ao leitor, cita cinco versos do *Banquete* de Bracamonte.

6. T.: 8 — A: 8 (AC, BAJ, BCM, BGC, BMV, BNP, FMP: 2 exempl.).

7. Ar IV, 153; ML.

1697

93

1. SEMEDO João Curvo (1635-1719)

2. *Polyanthea medicinal. Noticias Galenicis, e Chymicas, Repartidas em tres Tratados*.

Lisboa : Na Officina de Miguel Deslandes, 1697, in-fol.; [50], 844 p.

3. Lic. abril-setembro 1694, agosto 1695, fevereiro 1697; taxa 16 tostões; com privilégio (dezembro 1696).

4. Retrato do autor aos cinquenta e dois anos (pintura de Felix da Costa, gravada por Gérard Edelinck); carta dedicatória a Luís de Sousa, Arcebispo de Lisboa; prólogo ao leitor; peças poéticas: dois elogios de Raphael Bluteau, Pedro da Incarnação; quatro epigramas de Leonardo de Carvalho e Silva, Emmanuel Abrantes, António de Faria (cirurgião), Pascoal Ribeyro Coutinho; dois disticos: Jerónimo Contader de Aragote, António Luís de Azevedo; três sonetos: André Nunes da Silva, Jacinto Roballo Freyre (sobrinho do autor), Balthezar dos Reys e Payva; oitavas de Pascoal Ribeyro Coutinho; décimas de Fr. Manoel Borralho; “Elogio e arithmetico anagramma” de Fr. António Lopes Cabral (?); “Sylva” de António Marquez Lesbio; Index rerum. Ilustrações de Clemente Bilingue.

5. Obra marcante da viragem para o século XVIII e que será reeditada em 1704, 1716, 1727 e 1741.

No título completo, o autor diz-se “Medico, Familiar do Santo Officio, e Cavalleyro professo da Ordem de Christo”.

No prólogo, refere-se a vários autores médicos portugueses, entre os quais um desconhecido Affonso Freyre.

Na sua longa censura (28.8.1695), Manuel Soares Brandão defende a conciliação entre a medicina hipocrática e paracelsiana (fº ****r).

Há exemplares sem as licenças de 1697 e a taxa (seguidas do texto do privilégio).

6. T.: 10 — A: 7 (BAJ, BNP: 2 exempl., FCP, FMC, FMP, UCL; B1: 1 (UCM); B2: 2 (BNF, WL); dig. (FCP; Googlebook, exempl. UCM).

7. Ar IV, 129; CF, SC.

1699

94

1. CORTÉS Jerónimo Manuel (15??-1615?)
2. *Fysiognomia e Varios Segredos da Natureza: contem sinco trattados de diferentes materias todos revistos e melhorados nesta ultima impressão.*
Em Lisboa : na officina de Miguel Manescal, 1699, in-8º; [7, 1 br.], 251, [10] p.
3. Lic. julho, agosto 1687, julho 1699; taxa 150 reis.
5. Tradução portuguesa feita por António de Sylva de Brito.
O ILPE de 1632, p. 501, indexou a edição espanhola (Barcelona, 1625) para ser expurgada.
Tradução com seis reedições no século XVIII.
6. T.: 1 – A: 1 (BNP); dig. (BNP).
7. Ar I, 548.

1700

95

1. ROMA Francisco Morato (1588-1668)
2. *Luz da Medicina, pratica racional, e methodica, Guia de Infermeiros, directorio de principiantes.*
Coimbra : Na impressão de Joam Antunes, 1700, in-4º; [16], 419, [13] p.
3. Lic. julho 1700, março 1701; taxa 350 reis.
4. *Id.* 1664, sem as peças poéticas; *Index rerum.*
5. Esta obra será reeditada em 1726 (Coimbra : Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus), 1727 (Coimbra : João Antunes) e 1753 (Lisboa: Francisco de Oliveyra) com o *Compendio* (ver CABREIRA 1671).
6. T.: 2 – A: 2 (BNP, PNM).
7. Ar III, 619; ML, MP.

96

1. FARIA António Soares de (1642-1730)
2. *Fasciculus medicus practicus ex quatuor tractatibus collectus, nempe I. De fontanellis, II. De thermalibus balneis, III. De lacte, IV. De risu, et recreatione, et vino, una cum indicibus alphabeticis librorum, ac aphorismorum Hippocratis, Galeni, et Avicennæ, eorundemque commentatoribus.*
Ulyssipone : Ex Officina Michælis Deslandes, 1700, in-4º; [16 fl], 371, [1] p.
3. Lic. janeiro, fevereiro, novembro 1696, abril 1700; taxa 340 reis.
4. Carta dedicatória a Fr. Antonio de Brito Pereyra; carta ao leitor; “*protestatio authoris*” (atestação de boa fé); carta de João Curvo Semedo ao autor (março 1700); carta de Josephus Freiriensis Monterrosus ao autor (fevereiro 1700).
5. O autor diz-se “medico physico” (página de rosto).
6. T.: 5 – A: 3 (BNP: 2 exempl., FML); B1: 2 (BNE, UCM).
7. Ar II, 91-92.

97

1. SEQUEIRA Gaspar Cardoso de (15??-16??)
2. *Thesouro de prudentes, Novamente tirado a luz.*
Évora: na impressão da Universidade, 1700, in-4º; [8], 321 [i.e. 323], [9] p.
3. Lic. agosto, outubro 1700 (pode imprimir antes de taxar); março, abril 1702; taxa 250 reis.
4. Peças poéticas.
5. As licenças datadas de 1702, que incluem a menção da taxa, foram impressas em caracteres mais pequenos.

A imagem do homem zodiacal não é idêntica à das edições anteriores (1626, 1651).

6. T.: 6 — A: 5 (BAJ, BML, BNP: 2 exempl., FML); B1: 1 (USE).

7. Ar IV, 144.

S.L.N.D.

98

1. FONSECA Amaro da (?-?)

2. *Adição nas feridas da cabeça.*

S.l.n.d.

7. SC.

99

1. PEREIRA Diogo (?-?)

2. *Tractatus contra o De Intentionibus chirurgicis* de João Bravo Chamisso.

S.l.n.d.

5. Ver CHAMISSO 1605.

7. BM I, 689; II, 613.

OUTROS (*fantasmas bibliográficos*)

100

1. LEITÃO Manuel (?-?)

2. *Practica de Barbeiros, em quatro Tratados, em os quaes se trata como se hade sangrar, e as cousas necessarias para a sangria, e juntamente em que parte do corpo humano se hão de lançar as ventosas assim secas como sarjadas; e em que parte compitão sanguixugas, e o modo de as aplicar como outras muitas curiosidades pertencentes a tal officio.*

Lisboa: por Pedro Craesbeeck, 1604, in-4º.

5. A data de 1604 é improvável. Encontra-se no ficheiro antigo da Biblioteca da Ajuda (ver LEITÃO 1691).

7. IB; Ar II, 364; ML.

101

1. CABREIRA Gonçalo Rodrigues de (?-?)

2. *Compendio de muitos e varios remedios de cirugia, e outras cousas coriosas recopilados do Tesouro de Pobres e de outros graves autores.*

Lisboa: por Antonio Alvarez, 1617, in-8º.

5. Trata-se da quarta impressão, que só foi publicada em 1624 (ver CABREIRA 1624).

7. Ar I, 309.

102

1. CONCEPCIÓN Gaspar de la (?-?)

2. *Dietata salutis.*

Lisboa: [s.n.], 1620, in-12º.

7. IB.

103

1. LÓPEZ Pedro (?-?)
2. *Flosculum medicinæ*.
- Lisboa: [s.n.], 1628, in-4º.
7. IB.

104

1. LEITÃO Manuel (?-?)
2. *Practica de Barbeiros*.
- Lisboa: Francisco Villela, 1647, in-8º.
5. Ver LEITÃO 1677.
7. BM III, 294.

105

1. PINA, Gregorio (?-?)
2. *Nupero infanti Emmanueli Petro Emmanueli bene ominatur faemina aegyptia ex chiromantia, et physiognomia*.
- Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1648, in-4º.
7. IB.

106

1. LEITÃO Manuel (?-?)
2. *Practica de Barbeiros*.
- Lisboa: Bernardo da Costa de Carvalho, 1651, in-8º.
5. Ver LEITÃO 1691.
7. BM III, 294.

107

1. CASTELO BRANCO João de (ca 1573-ca 1649)
2. *Breve recopilação das muitas, e singulares virtudes dos pos brancos solutivos da quinta essencia do ouro de Alexandre Quintílio*.
- Lisboa: Por Pedro Craesbeeck, 1658, in-8º.
7. "Há com certesa engano no nome do impressor ou no ano" (BM II, 626); Ar I, 411.

II– OBRAS MANUSCRITAS

(POR ORDEM ALFABÉTICA)

1

1. ALVAREZ Pedro (1601-?)
2. *Commentaria super lib. Hypoc. de victus ratione.*
7. HCUC.

2

1. ANDRADE José Homem (1658-1716)
2. *Encyclopedia Pharmaceutica.*
Manipulus Medicarum.
Officina Medica morborum.
Theorica Pharmaceutica.
Controversia Medicinae.
Ramillite de Plantas (em castelhano).
5. Existe um *Ramillite de Plantas* por Esteban de Villa (Burgos: Pedro Gómez de Valdivielso, 1646).
7. BM II, 861-862.

3

1. ANÓNIMO
2. [Textos de Astrologia, Medicina e História] 1661 ; fl. 41-54
6. BNP, C.J.M. 681.

4

1. ANÓNIMO
2. [Caderno de várias receitas medicinais orientais] 1696 ; 54 f.
6. BNP, Cod. 2102.

5

1. ANÓNIMO
2. *Brevis tractatus de aliquoru[m] morborum plena curatione aliquibus q[ue] advertentiis.*
1631; [114], [1], [1 br.] f.: il.; 21 cm.
6. BNP, Cod. 2122.

6

1. ANÓNIMO
2. [Colectânea de textos médicos].
[16-]; 268 f.; 30 cm.
5. Contém uma tradução portuguesa do *Libro intitulado del parto humano de Francisco Nuñez de Oria* (Alcalá: Juan Gracián, 1580), por seu lado, uma tradução com variantes dum tratado do Alemão Eucharius Rösslin, 1513).
6. BNP, Cod. 4070.



7

1. ANÓNIMO
2. [Receitas médicas e explicações de algumas doenças] [68] f., enc. ; 21 cm
6. BNP, Cod. 5087.

8

1. ANÓNIMO
2. [Receitas médicas para cura de diversos males] [34] f., enc. ; 19 cm
6. BNP, Cod. 10826.

9

1. ANÓNIMO
2. *Consultas de desembargo do Paço sobre o medico, e forma, em que haria andar vestido.* s.d.; fol.
7. BAJ, Mss 50-V-32.

10

1. ANÓNIMO
2. *Libellus textuum practicæ medicinæ in duas digestus partes ex melioribus et excellentissimis hujus scienciae alumnis collectus. Tomus secundus.* [16--], [2], 134 fl.
7. BAJ, 49-II-73.

11

1. ANÓNIMO
2. *Consultas de medicina.* 1679[®].
7. BGC, MS 1119.

12

1. ARGUIM Gregório de Torres (?-?)
2. *Livro que trata das coisas que vêm das Índias Ocidentais, que servem ao uso de medicina, e da raiz de mechoação e ordem que se deve ter em a tomar por onde se descobrem grandes segredos da natureza, com grandes experiências; também se trata da pedra bazar e da erva escorçoneira e dos efeitos que cada uma obra contra os venenos, feito e composto pelo doutor Nicolau Monardes, médico de Sevilha, ano 1569.* 1676; livro (77 fl.).
5. Trata-se da primeira tradução portuguesa do livro do médico espanhol Nicolás Monardes, *Dos libros, el uno que trata de todas las cosas que traen de nuestras Indias occidentales, que sirven al uso de la medicina, y el otro que trata de la piedra bezaar, y de la yerva escuerçonera*, Sevilla: en casa de Hernando Diaz, 1569, in-8°. É da autoria do padre Gregorio Torres Arguim, «natural da villa de Vianna; Rector da parrochial igreja de São Martinho do Couto de Moreira de Rey».
7. IAN/TT, Manuscritos da Livraria, n.º 2775 (manuscrito adquirido em 2015).

13

1. [ARRAIS Duarte Madeira (?-1652)]
2. *Tratado Pr[imeiro] da Hypatrica Noticia das Couzas Preter Naturaes em geral e das Enfermidades internas.* [1], 255 fl. (paginado 1-509).
5. Uma nota (fl. 1) confirma a autoria referindo a BM.
6. AC, Ms 53 Azul.

7. BM I, 735: “*Anatomia do Cavallo* 2. Tom. fol. M.S. Conserva-se na Livraria de Manuel Soares Brandão.”

14

1. ARRAIS Duarte Madeira (?-1652)

2. *Tratado dos oleos de enxofre, vitriolo, philosophor[um], alecrim, salva, e da agoa ardente, por mandado del Rey N[osso] S[enho]r D[om] João o quarto, dedicado ao mesmo S[enho]r.*
Lisboa, 1648.

5. Editado em Lisboa: Salamandra, 1993.

6. BGC Ms 193; dig. (BGC).

15

1. ARRAIS Duarte Madeira (?-1652)

2. *Cap[itul]o da mudança que fazem os climas nos corpos dos cavallos e dos signos que nelles dominam ou nas suas p[ar]tes*, 2 fl.

6. BNP, MSS. 256, n. 70.

16

1. ARRAIS Duarte Madeira (?-1652)

2. *Curatio e consultatio de tertiana spuria.*

Observações Medicas

7. BM (I, 734-735).

17

1. AZEREDO Baltasar de (ca 1552-1631)

2. *Comentarium in primum De Causis Symptomatum; in librum Tertium de Simplicium medicamentorum facultatibus*, 1603

Comentário ao Liv. 2 De differentis febrium de Galeno, 1606

5. O autor foi Físico-mor do Reino em 1609; também foi autor de peças poéticas.

Deve ser o autor da *Funebris oratio in sacris funeribus Philippi secundi regis catholici, Conimbricae habita in Regio Academiae coenobio quinta die Novembris MDXCVIII*, [Lisboa: Pedro Craesbeck, 1600?].

6. BGUC, Mss 2857.

7. HCUC.

18

1. BESSA Manuel de (1675-?).

2. *Tratado da Chiromancia ou filozomia da mão.*

6. AC, Ms 22 Azul, fl. 66-110.

19

1. BRITO Tomás Serrão de (1576-1654)

2. *Super Quartum librum Aphorism. Hypocratis, et lib. Galeni de Temperamentis, Crisibus, diebus decretoriis, et lib. de Arte curandi ad Glauconem, et nonum lib. Rasis ad Almansorem.*

7. HCUC.

20

1. CAÇÃO Francisco Rodrigues (1614-1666)

2. *Invectiva contre o Tabaco, em que mostrava com fundamentos solidos ser peçonha fina, e peste encoberta.*

5. O autor foi médico do infante D. Pedro.

7. BM II 241.

21

1. CARRILHO Manuel Álvares, ou Alves (?-1631)
2. [Comentários a obras de Medicina].
1631-1639; 344 f., 31 cm.
4. Comentário à obra de Aviceno.
Ver GONÇALVES, MENDO.
6. BNP Cod. 2302.

22

1. CASMACK Francisco Guilherme (1569-?).
2. *Exercitationes, sive Enarrationes Chirurgicæ*.
Trezentos e vinte narraçoens chirurgicas.
Experiencias.
7. BM, II, 161.

23

1. [CASTELO BRANCO João de (ca 1573- ca 1649)?]
2. *Breve recopilação das muitas e singulares virtudes da Infuzaó do Antimónio* (f.1-61); receitas diversas (fl. 66-149; contém: *Modo de curar com o oleo*, fl. 126-147; *Receita aprovada do Mestre Luiz Judeo de Nação para toda a enfermidade*, fl. 147r-148v); *Alfabeto das coizas* (= tabela das matérias), fl. 158-170.
[ca 1635]; 170 fl. (muitas em branco).
6. BAJ, Mss. 49-II-74.
7. Guerrero, José Rodriguez, “La Primera Gran Red Comercial de un Medicamento chymico Vittorio Algarotti y su Quintaesencia del Oro Medicinal”, *Azogue*, 6, 2008-2009, p. 55 n. 150.

23bis

1. COELHO José (?-?)
2. *Pharmaca de Joseph Coelho que fes sendo boticario no anno de mil e seis sentos e sessenta e oito na botica da rua larga em Coimbra*.
Em Coimbra, 1668.
- [3]. 164 f., enc. : il., alg. color. ; 29 cm
7. BNP Cod-2259; dig. (BNP)

24

1. COELHO Martim Gonçalves (1574-1625)
2. *Tractatus de fontanellis* 1621 (cf. VEIGA 1668).
Tractatus de Symptomatibus febrium putridarum.
De Morbis repentinis ab anno 1626.
5. O autor foi lente de medicina na Universidade de Coimbra a partir de 1606.
7. BM III 437.

25

1. CUNHA Pedro de Sousa da (?-1657)
2. *Medicinae tractatus traditum a sapientissimo, ac subtilissimo D. Petro de Souza suo primo primariae lectionis Anno 1654*.
1654-1656; 176 f., 21cm.
5. O autor foi professor de Medicina na Faculdade de Medicina de Coimbra.
7. BNP, COD. 2134.

26

1. CUNHA Pedro de Sousa da (?-1657)
2. *Tractatus De Cocione.*
Tractatus de Facultatibus, Spiritualibus et Partibus.
Tractatus de Simplicium Medicamentorum Facultatibus seu pharmaca ad tyrones. Comment super nonum lib. Rhasis ad Almansorem.
7. HCUC.

27

1. DELGADO João (1553-1613)
2. *Astrologia prática [...] o 4º dos juzos da medeçina.*
1607; [1], 126 f., [9 br.], enc.: il.; 23 cm.
6. BNP, Cod. 2130.

28

1. ESCACHENA Manuel Guedes (?-1662)
2. *Commentaria super libros Galeni De Naturalibus Facultatibus, et super lib. 2. de Arte Curativa ad Glauconem, et super libros De Temperamentis et Diffirentiis Febrium.*
Tractatibus de morbis gutturis.
5. O autor foi professor de Medicina na Faculdade de Medicina de Coimbra.
7. HCUC.

29

1. FABIÃO António Pacheco (1595-1666)
2. *De hominis creatione*, 1635.
Tractatus de humoribus.
Tractatus de febribus.
Tractatus de purgatione.
Tractatus de morbo et symptomate.
Tractatus de simplicium medicamentorum facultatibus.
5. O autor foi professor de Medicina na Faculdade de Medicina de Coimbra.
Segundo BM, o *De hominis creatione* estava pronto, com licenças para ser impresso, e ficou na posse de seu neto, João Pacheco Fabião.
7. BM IV, 52.

30

1. FIGUEIREDO Gaspar Pires de (?-?)
2. *Das virtudes das plantas, e ervas que produzia a Villa de Torres Novas patria do author.*
5. O autor doutorou-se em Medicina em Coimbra em 1634.
Deixou dois outros volumes de medicina, cujos títulos são desconhecidos.
7. BM II 367.

31

1. FREIRE Diogo da Cruz (?-1668)
2. *De methodo medendi explanationes ad Lib. Non.*
5. O autor foi professor de Medicina na Faculdade de Medicina de Coimbra.
O manuscrito pertenceu à biblioteca de Manuel Soares Brandão.
7. BM I, 649.

32

1. FREIRE Diogo da Cruz (?-1668)
2. *Tractatus de febris maligne*, 1662.
7. HCUC.

33

1. FREIRE Manuel (?-1693)
2. *Praxeos medicæ utilis tractatus continens omnes propemodum universi corporis affectus*.
5. O autor foi professor de Medicina na Faculdade de Medicina de Coimbra. Este trabalho foi em parte traduzido por Luís de Abreu Brás no seu *Portugal Médico* (Coimbra, 1726).
7. BM III, 270-271; HCUC.

34

1. FRÓIS Sebastião Jorge (1588-1661)
2. *Comentaria sup. lib. Galeni de naturalibus facultatibus. Tractatus de anatomia regionis animalis. Commentaria super Fen. primum Avicenne. Commentaria in nonum lib. Rhasis ad Almansorem*.
5. O autor foi professor de Medicina na Faculdade de Medicina de Coimbra.
7. HCUC.

35

1. GONÇALES (?-?), HENRIQUES (?-?), ROIZ Luiz (?-?)
2. [Colectânea de textos médicos].
- [ca 1634]; 450 p.; 21 cm.
5. O manuscrito pertenceu a Manuel Soares Brandão (fl. 446v).
6. BNP, Cod. 2104.

36

1. GONÇALVES Martim (?-?)
2. [Comentários a obras de Medicina].
- 1631-1639; 344 fl., 31 cm.
4. Comentário hipocrático.
6. BNP, Cod. 2302 (ver CARRILHO, MENDO).

37

1. LOUROSA Manuel Gomes Galhano (?-?)
2. *Tratado sobre as aguas das Caldas* MS.
- Commento sobre a primeira obra de Galeno*.
7. BM III, 278.

38

1. MATOSO Manuel Carreira (?-1664)
2. *Tractatus de humoribus*.
6. BGUC Ms 2856, fl.s. 1-44v.
7. HCUC.

39

1. MENDO Francisco (?-?)
2. [Comentários a obras de Medicina].

1631-1639; 344 fl., 31 cm.

4. Comentário galenico.

6. BNP, Cod. 2302 (ver CARRILHO, GONÇALVES).

40

1. MORAIS, João Bernardes (?-?)

2. *Observações medicas.*

[1678?], in-fol.

6. BAJ, 46-VIII-15.

41

1. MORÃO Simão Pinheiro (1620-1686)

2. *Queixas repetidas em Eccos dos Arrecipes de Penambuco contra os Abuzos Medicos, que nas suas Capitancias se observão, Tanto em damno das Vidas, De seus Habitantes.*

5. Publicado em Lisboa (Junta de Inv. do Ultramar, 1965).

7. SC.

42

1. MOURÃO António de Sá (?-?) et alii

2. [Compêndio de Medicina].

[1650-1725]; 613 f.; 23 cm.

6. BNP, Cod. 2117.

43

1. NUNES Ambrosio (ca 1580-1611)

2. *Regimento do Cirurgião mor Ambrosio Nunes, que vai visitar o reino na qualidade de seu officio.* Valladolid, 5 de Novembro de 1605.

[cópia], in-fol., 4 p.

6. BAJ, 51-VIII-43.

44

1. PAIVA Gonçalo de (1554-1628)

2. *De pulsibus ad tyrones*, 1605.

5. O autor foi professor de Medicina na Faculdade de Medicina de Coimbra.

6. BGUC 2857, fl. 104 ss.

7. HCUC.

45

1. TAVARES Emmanuel dos Reis (1621 ou 1625-1686)

2. *Cirurgia especulativa.*

7. BM III, 351.

46

1. TOSCANO António Mourão (?-1694)

2. *Commentatrices disputationes circa sex Galeni libros De Locis Affectis.*

5. O autor foi professor de Medicina na Faculdade de Medicina de Coimbra.

6. BGUC, MS 2856.

7. HCUC.

47

1. TROVÃO Manuel Mendes de Sousa (1648-1708)
2. *Pharmacopeia*.
1681; 274, 53, [37, 138 br., 2, 20 br.] p.
5. O autor foi professor de Medicina na Faculdade de Medicina de Coimbra.
6. BNP, COD. 2123.

48

1. TROVÃO Manuel Mendes de Sousa (1648-1708)
2. *Comment . super aphorismos Hipocratis*.
7. HCUC.

49

1. VALE Manuel Rodrigues do (?-1691)
2. *Tract. de cochina et putridine*.
Tract. De frigore, honore et palpitacione.
Tract. De febrib. Tam in generali quam particulari.
Tract. De temporib. Morborum.
5. O autor foi professor de Medicina na Faculdade de Medicina de Coimbra.
7. HCUC.

50

1. VIEIRA Henrique do Quental (?-1664)
2. *Tractatus de pulcritudine humana in quator libros divisus, authore doctore Henrico do Quintal medico ulyssiponensi*.
6. IAN/TT, Manuscritos da Livraria, n.º 945.

51

1. VIEIRA Henrique do Quental (?-1664)
2. *Disceptationes apologeticæ de sanguinis missione*.
Observationum medicarum practicarum tomi duo cum scholiis in-fol.
Dialogus de febre maligna in-4º.
Empyrica, sive Secreta Secretorum omnium enfermitatum corporis humani in-fol.
Tratado do Tabaco.
7. BM II, 455.

ÍNDICES REMISSIVOS

1. AUTORES

1.1. Impressos

Abreu, Aleixo de 99, 123
Alexandrino, Alexandre Guilhen 122
Andrade, José Homem 101, 114, 143
Anónimo 143
Arrais, Duarte Madeira 97, 100, 107, 114, 127, 128, 129
Arruda, Francisco de 119
Avelar, André de 116, 117
Azevedo, Manuel de 97, 105, 109, 134, 139, 142
Bairo, Pietro 98, 107, 142
Bracamonte, Domingos Pereira 100, 104, 128
Bustos de Olmedilla, Gonzalo 105, 137
Cabreira, Gonçalo Rodrigues de 97, 105, 107, 112, 120, 121, 124, 126, 147
Cardoso, Ferdinandus Rodericus 106, 117
Casmack, Francisco Guilherme 114, 123
Castelo Branco, João de 94, 101, 130, 131, 148
Castro, André António de 100, 105, 126
Chamisso, João Bravo 101, 106, 119, 120
Cortés, Jerónimo Manuel 98, 105, 118, 122, 146
Cruz, António da 97, 105, 107, 109, 116, 119, 122, 125, 128, 131, 135
Faria, António Soares de 105, 146
Fernández Bejarano, Francisco Mateo 125
Ferreira, António 97, 102, 105, 107, 140, 144
Feyo, Francisco Soares 98, 99, 128, 131
Fonseca, Amaro da 107, 147
Fonseca, Emmanuel da 120
Fonseca, Fernão Solis da 100, 124
Gonçalves, António 98, 128, 131
Grisley, Gabriel 97, 104, 110, 130, 135, 138, 142
Gutierre de Andrade y Angulo, Nicolaus 127
Leitão, Manuel 97, 101, 102, 133, 143, 144, 147, 148
Lopes, Diogo 105, 117
Lourosa, Manuel Gomes Galhano 114, 132
Luis, Gaspar 120
Morão, Simão Pinheiro 96, 99, 114, 140
Nunes, Ambrósio 100, 116, 118
Olmedilla, Gonzalo Bustos de 94
Paggi, Carlo António 94, 100, 131
Pereira, Diogo 147
Ramires, Jerónimo Nunes 119
Roma, Francisco Morato 97, 106, 107, 110, 130, 132, 146
Rosa, João Ferreira da 144
Sabuco, Miguel 121
Sabuco, Oliva 94, 98, 100, 105, 111, 112, 121, 122

Semedo, João Curvo 100, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 139, 145
Sequeira, Gaspar Cardoso de 94, 97, 98, 104, 105, 106, 108, 109, 120, 124, 129, 132, 137, 138, 146
Silva, António Pires da 145
Tavares, Emmanuel dos Reis 109, 133, 136
Teixeira, António 105, 135
Vallés, Francisco 133
Valverde, João 123, 125
Veiga, Tomás Rodrigues da 98, 134
Viana, António de 125
Vieira, Henrique do Quental 101, 114, 136

1.2. Manuscritos

Alvarez, Pedro 149
Andrade, José Homem 149
Anónimo 149, 150
Arguim, Gregório de Torres 150
Arrais, Duarte Madeira 150, 151
Azeredo, Baltasar de 115, 151
Bessa, Manuel de 151
Brito, Tomás Serrão de 151
Cação, Francisco Rodrigues 151
Carrilho, Manuel Álvares 152
Casmack, Francisco Guilherme 152
Castelo Branco, João de 152
Coelho, José 152
Coelho, Martim Gonçalves 115, 152
Cunha, Pedro de Sousa da 115, 152, 153
Delgado, João 153
Escachena, Manuel Guedes 115, 153
Fabião, António Pacheco 115, 153
Figueiredo, Gaspar Pires de 153
Freire, Diogo da Cruz 153, 154
Freire, Manuel 154
Fróis, Sebastião Jorge 115, 154
Gonçales 154
Gonçalves, Martim 154
Henriques 154
Lourosa, Manuel Gomes Galhano 154
Matoso, Manuel Carreira 154
Mendo, Francisco 154
Morão, Simão Pinheiro 155
Mourão, António de Sá 155
Nunes, Ambrósio 155
Paiva, Gonçalo de 155
Roiz, Luiz 154
Tavares, Emmanuel dos Reis 155



Toscano, António Mourão 155
 Trovão, Manuel Mendes de Sousa 156
 Vale, Manuel Rodrigues do 156
 Vieira, Henrique do Quental 156

2. DESTINATÁRIOS DE UMA DEDICATÓRIA

Athaide, Tristão da Cunha de Mello e 123
 Castelbranco, Alfonso de 118
 Castelo Melhor, conde de 132
 Castilho, Pedro 119
 Castro, Dom Miguel de 116
 Catharina, Santa 138
 Corte Real, Manuel de Moura 118
 Este, Rinaldi d' 131
 Felipe IV, Dom 122, 124
 Fernando, don 125
 Figueiredo, Emmanuel 133
 Freyre, Manuel 138
 João IV, Dom 127
 João IV, Dom 151
 João VIII 126
 Lencastre, Álvaro de 117
 Lobo, André de Oliveira 135
 Matamoros Vazquez Gallego, Benito 127
 Mendonça, Alfonso Furtado de 119
 Mercado, Luís de 117
 Mora, Christoval de 116
 Nossa Senhora da Doutrina 142
 Nossa Senhora da Vida 131, 135
 Nossa Senhora do Monte do Carmo 142
 Nossa Senhora Rainha dos Anjos 132
 Pedro II, Dom 144
 Pedro, Dom 135, 136
 Pereyra, António de Brito 146
 Saldanha, Manuel de 129
 Senado da Câmara de Lisboa 130
 Silva, Manuel Telles da 139
 Soto Mayor, António de 123
 Sousa, Duarte de Almeida e 145
 Sousa, João de 140
 Sousa, Luís de 145
 Theodósio, Dom 125
 Theodosio, Dom 128
 Toscano, António Mourão 133
 Valente, Gregorio de Castelo Branco 127

3. EDITORES E PATROCINADORES

3.1 Editores

Rodrigues, Jorge 118
 Abreu, António Rodrigues de 137
 Almeida, Manuel Rodrigues de 141, 144
 Alvares, António (o filho) 124, 126, 128
 Alvares, António (o pai) 118, 119, 120, 121, 122, 147
 Alvarez António 127

Amberes, Lourenço de 127, 128
 Antunes, João 146
 Araujo, Emmanuel de 117, 119
 Basto, Fructuoso Lourenço de 111, 121, 122
 Bulhoens, Diogo Soares de 134
 Carneiro, Domingos 136, 141, 144
 Carvalho, Bernardo da Costa de 143, 148
 Carvalho, Manuel 122, 126, 142
 Carvalho, Manuel de 128, 129
 Carvalho, Nicolau 120, 124
 Carvalho, Thome 129, 135
 Carvalho, Viúva de Manuel de 132, 133
 Costa, Francisco 139
 Costa, João da 133, 134, 135, 136, 138
 Costa, João da, o Velho 133, 134
 Craesbeeck, António 131, 132, 135, 136, 137, 140
 Craesbeeck, Lourenço 130
 Craesbeeck, Pedro 119, 123, 125, 131, 147, 148
 Cresbek, Bernardum 127
 Deslandes, Miguel 140, 141, 145, 146
 Ferreira, Joseph 138, 142
 Ferreira, Manuel Lopes 142
 Galvão, João 139, 140, 141, 144
 Irmandade de Santa Catarina 138, 141
 Loureiro, Diogo Gomes de 116, 118, 120
 Lyra, Manuel de 120
 Manescal, Miguel 137, 143, 144, 146
 Oliveira, Henrique Valente de 130, 131, 132
 Pinheiro, Matheos 125
 Rodrigues, Jorge 116, 117, 120, 124
 Rodriguez, Jorge 117
 s.n. 122, 125, 130, 147
 Universidade de Évora 137, 138, 146
 Villela, Francisco 136, 139, 148
 Vinha, Geraldo da 123, 124, 125

3.2 Patrocinadores

Abreu, Aleixo 123
 Lopez, Estevão 117
 Lopez, Hieronymo 119, 122
 Moura, Ignacio Lopes de 144
 Pereira, António Leite 140
 Ramires, Pero 118
 Rodrigues, Mateus 131
 Rodrigues, Sebastião 135
 Sousa, Francisco de 137
 Tagarro, Martim Vaz 139
 Villela, Francisco 133

4. OUTROS NOMES

Abrantes, Emmanuel 145
 Almeida, Luís de 92
 Alvarez, Balthasar 111
 Alvarez, Thomaz 116
 Amaral, Emmanuel de Vaconcelos de 129
 Amato Lusitano 92, 137

Amusco, Juan de Valverde de 124
 Anjos, Lucas dos 118
 Aragote, Jerónimo Contader de 145
 Arze, Petrus Alphonsus ab 133
 Azevedo, António Luís de 145
 Azevedo, Jerónimo da Silva e 129
 Barradas, João 132
 Berbon, António 144
 Bilingue, Clemente 145
 Bluteau, Raphael 145
 Borralho, Manoel 145
 Bracamonte, Domingos Pereira 145
 Brandão, Manuel Soares 145, 151, 153, 154
 Brás, Luís de Abreu 154
 Brito, António de Sylva de 146
 Brito, Miguel Vasconcellos de 123
 Bustos, Henrique Gonçalves 138
 Cabral, António Lopes 145
 Caldeira, Gonçalves Gomes 138
 Cardoso, Theodósio 120
 Carvalho, Mathias de 142
 Castelbranco, Duarte de 130
 Castellobranco, Gregorius de 129
 Castro, Estevão Rodrigues de 119, 133
 Castro, Rodrigo de 92
 Chamisso, João Bravo 117, 126, 147
 Chauliac, Guy de 116
 Chaves, Jerónimo de 109
 Correa, Emmanuel 118
 Cortés, Jerónimo Manuel 111
 Costa, António de Barros da 124
 Costa, Felix da 145
 Coutinho, Pascoal Ribeyro 145
 Cuelhar, Diogo de Castro de 126
 Cuelhar, Jacobus de Castro de 126
 Cunha, Manoel Luis da 142
 Edelinck, Gérard 145
 Este, Francesco d' 131
 Fabião, João Pacheco 153
 Faria, António Soares de 145
 Felipe III, Dom 117
 Felipe IV, Dom 123
 Ferreira, Ludovicus Pacchiceus 133
 Franco, Andres Rodrigues 129
 Franco, Joannes Mendezius 126
 Freyre, Affonso 145
 Freyre, Jacinto Roballo 145
 Godinho, André Cardoso 126
 Graces, Juan 134
 Hispano, Pedro 92
 Iffante, Tristianus Nunez 136
 Incarnação, Pedro da 145
 João IV, Dom 128, 140
 Kircher, Athanasio 132
 Leão, Diogo Lopes 129
 Leitam, Manuel 136
 Lesbio, António Marquez 145

Lobo, Francisco Rodrigues 123
 Lobo, João 122
 Luna, Antonius Gonzalez e 117
 Lusitano, Amato 91, 113
 Lusitano, Zacuto 91, 133
 Macedo, Francisco de 129
 Mascarenhas, Joam 129
 Mendes, António 142
 Meneses, Pantaleon de Sá e 129
 Menesius, Alfonsus 129
 Menhans, Blasius Nunezius 126
 Mesquita, Joaquim Vitorino Correia de 140
 Mesquita, Miguel Correia de 140
 Miranda, Philippus Thomas a 119
 Monardes, Nicolás 150
 Moniz, Egas 92
 Montebelo, marquês de 144
 Monterrosus, Josephus Freiriensis 146
 Moraes, João Bernardes de 144
 Morgado, Simão 123
 Mourão. Ver aut_ Morão, Simão Pinheiro
 Nuñez de Oria, Francisco 149
 Orta, Garcia da 92
 Paiva, Francisco de 127
 Payva, Baltezar dos Reys e 145
 Pedro, D. 144, 151
 Pereira, Diogo 119
 Peres, Ludovicus 129
 Piso, Guilherme 144
 Rocha, Thomas da 111
 Rodrigues, João 117
 Rösslin, Eucharius 149
 Salzedo, Garcia de 116
 Sancto Augustinho, Anna de 123
 São Joseph, Leonardo de 132
 Semedo, João Curvo 146
 Silva, André Nunes da 145
 Silva, António da 134
 Silva, Leonardo de Carvalho e 145
 Siqueira, Andreas Soares de 129
 Sotomayor, Juan de 122
 Sousa, Francisco de 129
 Telles, Balthazar 133
 Theodósio, Dom 126, 129
 Theotomius, Dom 116
 Trechado, Petrus 117
 Valdebro, Andres Ferrer de 138
 Vandelli, Domenico 130
 Vasconcellos, Augustin Manuel de 123
 Vasconcellos, Francisco Luis de 129
 Vasconcelos, Luiz Mendes de 124
 Veiga, Tomás Rodrigues da 119
 Vieira, Henrique do Quental 131

5. LUGARES DE EDIÇÃO

Braga 121, 122

Coimbra 116, 117, 118, 119, 120, 124, 129, 132, 133, 135, 138, 141, 142, 144, 146	1647: [147]
Évora 120, 137, 138, 146	1648: [147], Ms 151
Lisboa 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146	1649: 128
s.l. 122, 130	1650: 129, Ms 155
Vila Viçosa 126	1651: 129, [147]
	1654: Ms 152
	1655: 130
	1655?: 130
	1656: 130
	1658: [147]
	1661: 131, Ms 149
	1662: Ms 154
	1664: 131
	1666: 132
	1667: 133
	1668: 134, Ms 152
	1669: 134
	1670: 135
	1671: 136
	1672: 137
	1673: 137
	1674: 137
	1675: 137
	1676: 138, Ms 150
	1677: 139
	1678?: Ms 155
	1679: Ms 150
	1680: 139
	1681: Ms 156
	1683: 140
	1686: 141
	1688: 141
	1689: 142
	1690: 142
	1691: 143
	1692: 143
	1693: 143
	1694: 144
	1696: 145, Ms 149
	1697: 145
	1699: 146
	1700: 146
	S.d.: 147, Ms 149-156
6. ITENS IMPRESSOS E MANUSCRITOS POR DATA DE EDIÇÃO (OS FANTASMAS BIBLIOGRÁFICOS FICAM ENTRE [])	
1601: 116	
1602: 117	
1603: 118, Ms 151	
1604: 118, [147]	
1605: 119, Ms 155	
1606: Ms 151	
1607: Ms 153	
1608: 119	
1609: 119	
1610: 120	
1611: 120	
1612: 120	
1613: 121	
1614: 121	
1617: [147]	
1618 (?): 122	
1620: 122, [147]	
1621: Ms 152	
1622: 122	
1623: 123	
1624: 124	
1626: 124, Ms 152	
1627: 125	
1630: 125	
1631: 125, Ms 149, 152, 154, 155	
1634: Ms 154	
1635: 126, Ms 152, 153	
1636: 126	
1637: 127	
1638: 127	
1642: 127	

Os números reenviam para o número de entrada.

SÍMBOLOS E ABREVIATURAS

1. Símbolos descritivos de um tipo de intervenção microcensória:

< >: indica uma supressão

+: indica um acréscimo

=: indica uma modificação

2. Lista das abreviaturas usadas nas duas partes desta obra (bibliotecas¹, índices, referências bibliográficas², tipos de microcensura e símbolos). Abreviaturas com *: ver a referência completa na bibliografia.

AC: Academia das Ciências (Lisboa)

AMIC: *Arte Médica e Imagem do Corpo*, 2010*

AMP: Académie de médecine de Paris

Ar: Arouca, 2001-2005*

BAJ: Biblioteca da Ajuda (Lisboa)

BBR: Bibliothèque Royale de Belgique

BCA: Biblioteca Civica Aprosiana (Ventimiglia)

BCM: Biblioteca Central da Marinha (Lisboa)

BGC: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

BIUM: Bibliothèque Interuniversitaire de Médecine de Paris

BM: Barbosa Machado, 1741-1759*

BMA: Bibliothèque municipale d'Amiens

BME: Biblioteca Municipal de Évora

BMEI: Biblioteca Municipal de Elvas

BMH: *Bibliographia Medica Hispanica*, 1989*

BML: *Bibliografia Médica Lusa*

BML: Bibliothèque municipale de Lyon

BMP: Biblioteca Municipal do Porto

BMPo: Biblioteca Municipal de Portalegre

BMV: Biblioteca Municipal de Viseu

BNA: Bibliothèque nationale d'Allemagne (Berlin)

BNB: Biblioteca Nazionale Braidense (Milão)

BNBr: Biblioteca Nacional do Brasil

BNE: Biblioteca Nacional de España (Madrid)

BNF Bibliothèque nationale de France

¹ Esta lista inclui as instituições portuguesas onde foram consultados exemplares e não inclui todas as instituições estrangeiras que possuem exemplares sendo, como foi dito acima, só os itens entre 1601 e 1650 não localizados por IB detalhados na *BML*.

² Apenas as obras e os sítios Web referidos nas entradas da *BML*.



BNI: Biblioteca Nazionale Centrale (Roma)
 BNP: Biblioteca Nacional de Portugal
 BPB: Biblioteca Pública de Braga
 BPT: Biblioteca Publica de Toledo
 BRL: British Library
 CG: censura genérica
 CO: censura objetiva
 CRR: Catálogo dito de Ramalho Ortigão, 1904 (Biblioteca da Ajuda)
 CS: censura subjetiva
 CSIC: Consejo Superior de Investigaciones Científicas (España)
 FAC: Faculdade de Antropologia da Universidade de Coimbra
 FCL: Faculdade das Ciências da Universidade de Lisboa
 FCP: Faculdade das Ciências da Universidade do Porto
 FLC: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
 FM: Mira, 1947*
 FMC: Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra
 FML: Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa
 FMP: Faculdade de Medicina da Universidade do Porto
 GM: Monte, 1968*
 HCUC: *História da Ciência na UC**
 HOL: Houghton Library (Harvard)
 IAN/TT: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo
 IB: *Iberian Books**
 ILE: índice de expurgação
 ILE 1571: *Index expurgatorius librorum qui hoc seculo prodierunt*, Antverpiae, Ex officina Christophori Plantini, in-8º
 ILE 1584: *Index librorum expurgatorum*, Madriti: Apud Alfonsum Gomezius, in-8º
 ILE 1607: *Indicis librorum expurgandorum*, Romae: Ex Typographia R. Cam. Apost., in-8º
 ILP: índice de proibição
 ILP 1559: *Index auctorum et librorum*, Romae: apud Antonium Bladum, 1559, in-8º
 ILP 1564: *Index librorum prohibitorum* (varias impressões), 1564, in-8º
 ILP 1596: *Index librorum prohibitorum*, Romae: Apud Impressores Camerales, 1596, in-4º
 ILPE: índice misto (proibição e expurgação)
 ILPE 1581: *Catalogo dos livros que se prohibem nestes Regnos*, Lisboa: Antonio Ribeiro, 1581, in-4º
 ILPE 1612: *Index librorum prohibitorum et expurgatorum*, Madriti: s.n., 1612, in-fol.
 ILPE 1624: *Index Auctorum damnatae memoriae*, Lisboa: Ex officina Petri Cræsbeeck, 1624 in-fol.
 ILPE 1632: *Novus librorum prohibitorum et expurgatorum index*, Hispali: ex typographaeo Francisci de Lyra, 1632, in-fol.
 ILPE 1640: *Index novissimus librorum prohibitorum et expurgandorum*, [Madrid]: Diaz, 1640, in-fol.
 JG: Gonçalves, 2010*
 KBH: Biblioteca Nacional de Holanda
 LO: Loff, 1967*
 ML: Lemos, 1991*
 MTL: Middle Temple Library (Londres)

NC: exemplar não censurado
 NLI: Biblioteca Nacional de Israel
 NP: *non prohibetur*
 Ol: Madeira, 1974*
 OLB: Biblioteca de Görlitz
 PBC: Beitar Collection (Pequim)³
 PNM: Palácio Nacional de Mafra
 PV: Vescovile (Padova)
 RM: Marquilhas, 2000*
 SA: *Bibliotheca Medica Lusitana**
 SC: Carvalho, 1940*
 SCL: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
 SMC: Biblioteca de Agustinos recoletos de San Millán de la Cogolla
 SUD: Staats- und Universitätsbibliothek Dresden
 UBA: Universidade de Basel
 UBC: Universidad de Barcelona
 UCA: Cambridge University
 UCa: Universidad de Cádiz
 UCF: University of California
 UCL: Universidade Católica de Lisboa
 UCLo: University College London
 UCM: Universidad Complutense de Madrid
 UER: Universitätsbibliothek Erlangen-Nürnberg
 UHA: Universität Halle (Alemanha)
 UHM: Universität Hamburg
 ULA: Universidad de La Laguna (Tenerife)
 ULM: Museu da Ciência (Universidade Nova de Lisboa)
 UMA Manchester University
 UMU: Universidad de Murcia
 UOX: Oxford University
 URO: Universidade de Rostock
 USA: Universidad de Salamanca
 USE: Universidad de Sevilla
 USTC: *Universal Short Title Catalogue**
 UVA: Universidad de Valencia
 VD: Deslandes, 1988*
 WL: Wellcome Library (Londres)
 WOL: Herzog-August-Bibliothek (Wolfenbüttel)

³ Exemplares localizados por Golvers 2011.

BIBLIOGRAFIA GERAL

(LITERATURA CRÍTICA)

Annotated Book <<http://www.annotatedbooksonline.com/>>, acedido em 31.10.2016.

Andrade, António. 2015. "Dioscórides renovado pela mão dos Humanistas: os comentários de Amato Lusitano". In *Espaços do pensamento científico da Antiguidade*, coord. Carmen Soares, 71-90. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2015.

Andrade, António M. Lopes, Carlos Miguel Mora e João M. Nunes Torrão, eds.. 2015. *Humanismo e Ciência. Antiguidade e Renascimento*. Aveiro ; Coimbra ; São Paulo: UA Editora-Imprensa da Universidade de Coimbra-Annablume.

Anselmo, António Joaquim. 1926. *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*. Lisboa: Biblioteca Nacional.

Anselmo, Artur. 1997. « Aspectos do mercado livreiro em Portugal nos séculos XVI e XVII ». *Revista Portuguesa da História do Livro*: 47-68.

Arouca, João F.. 2001-2011. *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVII*, 4 vol. Lisboa: Biblioteca Nacional.

Baldini, Ugo e Leen Spruit, eds.. 2009. *Catholic Church and Modern Science. Documents from the Archives of the Roman Congregations of the Holy Office and the Index*. Città del Vaticano: Libr. ed. Vaticana.

Barbosa Machado, Diogo. 1741-1759. *Bibliotheca Lusitana*. Lisboa: Francisco Luiz Ameno.

Bariéty, Maurice e Charles Coury. 1963. *Histoire de la médecine*. Paris: Fayard.

Baudry, Hervé. 1985. "Estevão R. de Castro et la question du paracelsisme au Portugal au XVI^e siècle". *Revista da Universidade de Aveiro* 2: 367-389.

Baudry, Hervé. 1999. "Alchimie, distillation et paracelsisme au Portugal au XVII^e siècle". *Cronos* 2 (2): 245-260.

Baudry, Hervé. 2003. "Ambroise Paré au Portugal". In *Pratiques du discours scientifique*, ed. Évelyne Berriot-Salvadore, 355-377. Paris: Champion.

Baudry, Hervé. 2011. "Approches iconographiques du corps féminin dans le livre médical (XVI^e-XVII^e s.): Essai d'iconogynie historique". In *Percursos na História do Livro Médico. 1450-1800*, 111-135. Lisboa: Colibri.

Baudry, Hervé. 2013. "A censura dos livros de médicos portugueses. Descrição metodológica dos exemplares conservados nas bibliotecas da Universidade de Coimbra". *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias* 30: 275-288.

Baudry, Hervé. 2017. "The Portuguese Medical Book Market (1601-1650): a Good Business?". In *A Maturing Market. The Iberian Book World in the First Half of the Seventeenth Century*, Alexander S. Wilkinson e Alejandra Ulla Lorenzo, ed., 225-240. Leiden; Boston: Brill, Library of the Written Word.

Baudry, Hervé. "Dissidence ou insolence? La microcensure des livres de médecine aux XVI^e-XVII^e siècles au Portugal ». In *Dissident Medicine*, eds. Dominique Brancher and Andrea Carlino. Basel, to be published.

Beck Varela, Laura. 2015. "¿ El censor ineficaz? Una lectura histórico-jurídica del índice e libros prohibidos ". *Revista Jurídica de la Universidad Autónoma de Madrid* 31: 71-89.

Bianchi, Luca. 1999. *Censure et liberté intellectuelle à l'Université de Paris: XIIIe-XIVe siècles*. Paris: Les Belles lettres. *Bibliographia Medica Hispanica, 1475-1950*, Vol. 2 *Libros y Folletos, 1601-1700*. 1989. Valencia.

Bibliotheca Medica Lusitana <<http://www.farmacia-saraiva.pt/biblioteca.php>>, acedido em 31.10.2016.

Bonnant, Georges. 1969. "Les index prohibitifs et expurgatoires contrefaits par des protestants au XVI^e et au XVII^e



- siècle”. *Bibliothèque d’Humanisme et Renaissance* : 611-640.
- Borelli, Lea. 1885. *L’indice espurgatorio della Chiesa romana, ossia Falsificazioni, cangiamenti ed errori introdotti per ordine dei Papi nelle opere degli scrittori antichi*. Faenza: Marabini.
- Bouza-Álvarez, Fernando, “Cultura escrita e história do livro. A circulação manuscrita nos séculos XVI e XVII,” *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa* (2001-2002): 63-95.
- Brancher, Dominique, *Équivoques de la pudeur. Fabrique d’une passion à la Renaissance* (Genève: Droz, 2015).
- Brooke, John, and Maclean, Ian, *Heterodoxy in Early Modern Science and Religion* (Oxford University Press, 2005).
- Cardoso, Adelino, António B. de Oliveira e Manuel S. Marques, eds.. 2010. *Arte Médica e Imagem do Corpo: de Hipócrates ao final do século XVIII*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.
- Carefoot, Pearce J.. 2005. *Nihil obstat. An exhibition of banned, censored & challenged books in the West-1491-2000*. University of Toronto.
- Carvalho, Augusto da Silva. 1940. *A Medicina Portuguesa no Século XVII*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- Costa, Júlio Manuel Rodrigues. 2013. “Arte médica: breve olhar sobre alguns impressos quinhentistas e seiscentistas da Biblioteca Pública Municipal do Porto”, 251-270. In *Humanismo, Diáspora e Ciência*. Porto: Universidade de Aveiro, Biblioteca Municipal do Porto.
- Cubo Rosa, Cristina de la e Ana Isabel M. Ferreira. 2016. “La sexualidad ambigua: Un caso clínico heterodoxo en la obra de Amato Lusitano”. *eHumanista/Conversos* 4: 194-211.
- De Bujanda, Jésus Maria. 1984-2002. *Index des livres interdits*, 11 vol.. Sherbrooke-Genève: Université de Sherbrooke-Droz.
- De Bujanda, Jésus Maria. 1993. *Index de l’inquisition espagnole, 1583, 1584* (Sherbrooke-Genève: Université de Sherbrooke-Droz, 1993).
- De Bujanda, Jésus Maria. 1995. *Index de l’inquisition portugaise : 1547, 1551, 1561, 1564, 1581*. Sherbrooke: Éd. De l’Université de Sherbrooke-Droz.
- De Bujanda, Jésus Maria. 2016. *Índice de Libros Prohibidos y Expurgados de la Inquisición Española. 1551-1819*. Madrid: BAC.
- Deslandes, Venâncio. 1988. *Documentos para a história da tipografia portuguesa nos séculos XVI e XVII*. Lisboa: INCM.
- Dias, João José Alves. 1996. *Craesbeeck: uma dinastia de impressores em Portugal: elementos para o seu estudo*. Lisboa: Assoc. Port. de Livreiros Alfarrabistas.
- Dias, João José Alves. 2011. *Amato Lusitano e a sua obra. Séc. XVI e XVII*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.
- D.L.C.D.M.. 1696. *Histoire de la Medecine ou l’on void l’origine et le progrès de cet Art, de Siècle en Siècle, depuis le commencement du Monde*. Genève: J.A. Chouët et D. Ritten.
- Donati, Claudio. 2001. “A project of “expurgation” by the Congregation of the Index: treatises on duelling”. In *Church, Censorship and Culture in Early Modern Italy*, Gigliola Fragnito, ed.. Cambridge: University Press.
- Fabre, Pierre-Antoine. 1995. “Dépouilles d’Égypte. L’expurgation des auteurs latins dans les collèges jésuites”. in *Les Jésuites à la Renaissance. Système éducatif et production du savoir*, ed. Luce Giard, 55-76. Paris: Presses Universitaires de France.
- Fernández Sánchez, José. 1987. “Ediciones de la obra de Miguel Sabuco (antes Doña Oliva)”. *Al-Basit* 22: 87-103.
- Fragnito, Gigliola. 2007. “La censura espurgatoria e le opere del cardinale Gasparo Contarini”. In *Storia Sociale e politica. Omaggio a Rosario Villari*, 167-185. Milano.
- Front, Dov. 1998. “The Expurgation of the books of Amato Lusitano”. *The Book Collector* 47: 520-536.
- Front, Dov. 2001. “The Expurgation of Medical Books”. *Sixteenth-Century Spain Bulletin of the History of Medicine* 75 (2): 290-296.
- Giurgevich, Luana. 2012. “Bibliotecas antigas. Um elemento para a História da Ciência”. *Ágora. Estudos Clássicos em Debate* 14 (1): 269-291.

- Giurgevich, Luana e Henrique Leitão. 2016. *Clavis Bibliothecarum. Catálogos e inventários de livrarias de instituições religiosas em Portugal até 1834*. Moscavide: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja.
- Gil Fernández, Luís. 1961 ; 2007. *Censura en el mundo antiguo*. Madrid: Revista de Occidente ; Alianza.
- Golvers, Noël. 2011. *Portuguese books and their readers in the Jesuit mission of China: 17th-18th centuries*. Lisboa: CCCM.
- Gonçalves, José J.. 2010. *A Imprensa em Coimbra no século XVII*. Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa.
- González Manjares, A. e M. J. Pérez Ibáñez. 2003. “Andrés Laguna y Amato Lusitano, el desencuentro de dos humanistas médicos”. *La Universitat de València i l’humanisme: Studia humanitatis i renovació cultural a Europa i el nou món*, 689-712. Universitat de València.
- Grafton, Anthony. 2011a. *Humanists with Inky Fingers. The Culture of Correction in Renaissance Europe*. Firenze: Leo S. Olschki.
- Grafton, Anthony. 2011b. *The Culture of Correction in Renaissance Europe*. University of Chicago Press.
- Guereña, Jean-Louis e Mónica Zapata, ed.. 2013. *Censures et manipulations dans les mondes ibérique et latino-américain*. Tours: Presses universitaires François-Rabelais.
- Harrison, Stephen e Christopher Stray, eds.. 2012. *Expurgating the Classics. Editing Out in Greek and Latin*. London: Bloomsbury.
- Heitlinger, Paulo, *Tipografia* <<http://tipografos.net/historia/crasbeeck.html>>
- Higman, Francis M.. 1979. *Censorship and the Sorbonne*. Genève: Droz.
- Hilgers, Joseph. 1904. *Der Index den verbotenen Bucher*. Freiburg in Breisgau: Herdersche Verlagshandlung.
- História da Ciência na UC*, online <http://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc>
- Iberian Books* <<http://iberian.ucd.ie/>>, acedido em 02.11.2016.
- Jones, Derek. 1978. “Pedro de Valencia’s Defence of Arias Montano: The Expurgatory Indexes of Rome (1607) and Madrid (1612)”. *Bibliothèque d’Humanisme et Renaissance* 40 (1): 121-136.
- Kahn, Didier. 2007. *Alchimie et Paracelsisme en France (1567-1625)*. Genève: Droz.
- Leitão, Henrique e Lígia Martins. 2006. *O Livro Científico dos Séculos xv e xvi. Ciências Físico-Matemáticas na Biblioteca Nacional*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- Lemos, Maximiano. 1991. *História da Medicina em Portugal*, 2 vol.. Lisboa: Don Quixote/Ordem dos Médicos.
- Loff, Maria Isabel. 1967. “Impressores, editores e livreiros no século XVII em Lisboa”. *Arquivo de Bibliografia Portuguesa* 37-48: 49-84.
- Lopes, José Carlos. 1888-1889. “Um livro raro”. *Archivos de História da Medicina Portuguesa*, III, 112-118.
- Macleán, Ian. 2009. “*“Lusitani periti”*: Portuguese medical authors, national identity and bibliography in the late Renaissance”. In *Learning and the Market Place: Essays in the History of the Early Modern Book*. Leiden: Brill.
- Madeira, Eugénio T. M.. 1976. *Obras impressas em Portugal nos séculos XVI e XVII*. Coimbra: Biblioteca da Universidade de Coimbra.
- Marcocci, Giuseppe e José P. Paiva. 2013. *História da Inquisição Portuguesa*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Marquilhas, Rita. 2000. *A Faculdade das Letras. Leitura e escrita em Portugal no século XVII*. Lisboa: INCM.
- Martins, Maria T.. 2005. *A censura literária em Portugal nos séculos xvii e xviii*. Lisboa: FCG-FCT-MCES.
- Martins, Maria T.. 2012. *Livros clandestinos e contrafações em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Colibri.
- Matiás, Barbara. 2014. “Censura y expurgo en los incunables de la Biblioteca Histórica de la Universidad de Valencia”. *Scripta. Revista internacional de literatura i cultura medieval i moderna* 4: 40-67.
- Menchi, Silvana Seidel. 1997. “Sette modi di censurare Erasmo”. In *La censura libraria nell’Europa del secolo XVI: convegno internazionale di studi, Cíviale del Friuli 9/10 Novembre 1995*, ed. Ugo Rozzo, 177-206. Udine: Forum.

- Mira, Manuel Ferreira de. 1947. *História da Medicina Portuguesa*. Lisboa: Edição da Empresa Nacional de Publicidade.
- Monfasani, John. 1988. "The First Call for Press Censorship: Niccolò Perotti, Giovanni Andrea Bussi, Antonio Moreto, and the Editing of Pliny's *Natural History*". *Renaissance Quarterly* 41: 1-31.
- Monte, Gil do. 1968. *Subsídios para a História da Tipografia em Évora nos Séculos XVI a XVIII*. Évora: Gráfica Eborensis.
- Moreira de Sá, Artur. 1983. *Índices dos livros proibidos em Portugal no século XVI*. Lisboa: INIC.
- Pardo Tomás, José. 1991. *Ciencia y Censura. La Inquisición Española y los libros científicos en los siglos XVI y XVII*. Madrid: CSIC.
- Peixoto, Jorge. 1965. "Aspectos económicos do livro em Portugal no século XVI". *Gutenberg Jahrbuch*: 142-149.
- Peña Díaz, Manuel. 2015. *Escribir y prohibir. Inquisición y censura en los Siglos de Oro*. Madrid: Editorial Cátedra.
- Pereira, Silvina Martins. 2009. *Tras a nevoa vem o sol. As comédias de Jorge Ferreira de Vasconcelos*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Perrin, Noel. 1992. *Dr. Bowdler's Legacy: A History of Expurgated Books in England and America*. Diane Pub Co.
- Pinho, Sebastião Tavares de. 1987. *Lopo Serrão e o seu poema Da Velhice*. Coimbra.
- Prosperi, Adriano, ed.. 2010. *Dizionario storico dell'Inquisizione*. Pisa: Ed. della Normale.
- Putnam, George H.. 1906-1907. *The Censorship of the Church of Rome and Its Influence upon the Production and Distribution of Literature*. New York ; London: G. P. Putnam's Sons.
- Raz-Krakovitzkin, Amnon. 2007. *The Censor, the Editor, and the Text: The Catholic Church and the Shaping of Jewish Canon in the Sixteenth Century*. University of Pennsylvania Press, 2007.
- Rêgo, Raul. 1982. *Os Índices expurgatórios e a cultura portuguesa*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- Reusch, F. H.. 1883, 1885. *Der Index der verbotenen Bücher*. Bonn: Max Cohen und Sohn.
- Revah, Israel S.. 1960. *La censure inquisitoriale portugaise au XVI^e siècle*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.
- Rodrigues, Isilda Teixeira. 2005. *Amato Lusitano e as problemáticas sexuais. Algumas contribuições para uma perspectiva de análise das Centúrias de Curas Medicinais*. Tese de Doutoramento, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Rozzo, Ugo. 1997. "L'espurgazione di testi letterari nell'Italia del secondo Cinquecento". In *La censura libraria nell'Europa del secolo XVI: convegno internazionale di studi, Cividale del Friuli 9/10 Novembre 1995*, ed. Ugo Rozzo, 219-271. Udine: Forum.
- Rudich, Vasily. 2006-2007. "Navigating the uncertain: literature and censorship in the early Roman Empire". *Arion* 14 (1): 7-27.
- Sabato, Milena. 2010. "'Corretto e mutato'. L'espurgazione del poema sacro *Maria Concetta* di Giovanni Carlo Coppola (1635-49)". *Mediterranea-Ricerche Storiche* 19: 294-316.
- Saraiva, António J.. 1950-1962. *História da Cultura em Portugal*. Lisboa: Jornal do Foro.
- Sauvy, Anne. 1972. *Livres saisis à Paris entre 1678 et 1701*. La Haye: M. Nijhoff.
- Universal Short Title Catalogue* <<http://www.ustc.ac.uk>>, acedido em 2.11.2016.
- Viala, Alain. 2009. "De la censure comme capillarité". In *La Censure en France sous l'Ancien Régime*, ed. M. Bernard and M. Levesque. Tübingen.
- Viney, Wayne. 1998. *History of Psychology: Ideas and Context*. Boston; London: Allyn and Bacon.
- Volpilhac-Augier, C., ed.. 2000. *La Collection "Ad usum Delphini": l'Antiquité au miroir du Grand Siècle*. Grenoble: Université Stendhal.
- Wilkinson, Alexander S.. 2009. "Lost Books Printed in French before 1601". *Library* 10: 188-205.
- Wilson, N. G.. 1983. *Scholars of Byzantium*. London: Duckworth.



HERVÉ BAUDRY (n. 1957, Neuilly-sur-Seine)

Doutorado em Literatura Francesa do Renascimento (Nanterre, Paris 10, 1989) e Agregado em Literatura e Civilização Francesas (Sorbonne Nouvelle, Paris III, 2012). Ensinou literatura e língua francesas nas universidades de Aveiro, de Coimbra e de Moscovo. Desde 2011, é investigador integrado do CHAM — Centro de Humanidades (NOVA FCSH), cruzando a censura inquisitorial, a história das ciências e a bibliografia portuguesa nos seus principais campos de pesquisa.

CHAM
Universidade Nova de Lisboa
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade dos Açores

FCSH
FACULDADE DE CIÊNCIAS
SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA



FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR